



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**JOSÉ MARCIANO MONTEIRO**

**A POLÍTICA COMO NEGÓCIO DE FAMÍLIA:  
OS HERDEIROS E A FORÇA DOS CAPITAIS NO JOGO POLÍTICO DAS  
ELITES NA PARAÍBA (1985-2015)**

**CAMPINA GRANDE - PB  
2016**

**JOSÉ MARCIANO MONTEIRO**

**A POLÍTICA COMO NEGÓCIO DE FAMÍLIA:  
OS HERDEIROS E A FORÇA DOS CAPITAIS NO JOGO POLÍTICO DAS  
ELITÉS NA PARAÍBA (1985-2015)**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande para cumprimento dos requisitos parciais para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.**

**Área de concentração: Sociologia**

**Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima.**

**CAMPINA GRANDE - PB  
2016**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG**

M775p Monteiro, José Marciano.

A política como negócio de família: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na Paraíba (1985-2015). / José Marciano Monteiro. Campina Grande – PB, 2016.

289 f., il. color.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.

“Orientação: Profa. Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima”.

Referências.

1. Elites políticas. 2. Famílias políticas. 3. Classe dominante. 4. Sociologia política. 5. Ciência política. 6. Capital econômico. I. Lima, Elizabeth Christina de Andrade. II. Título.

CDU: 316.344.43(043)

**JOSÉ MARCIANO MONTEIRO**

**A POLÍTICA COMO NEGÓCIO DE FAMÍLIA:  
OS HERDEIROS E A FORÇA DOS CAPITAIS NO JOGO POLÍTICO DAS  
ELITES NA PARAÍBA (1985-2015)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande para cumprimento dos requisitos parciais para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociologia

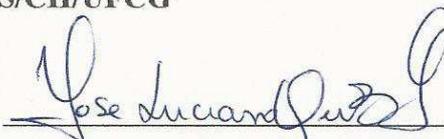
**BANCA EXAMINADORA:**



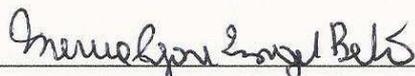
**Professora Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima  
Orientadora: UACS/CH/UFCG**



**Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira  
Examinador Externo I: PPGS/UFPR**



**Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires  
Examinador Externo II: PPGH/UFCG**



**Prof.ª. Dra. Mércia Rejane Rangel Batista.  
Examinadora Interna I: PPGCS/UFCG**

**Prof. Dr. Márcio de Matos Caniello  
Examinador Interno II: PPGCS/UFCG**

Trabalho aprovado em: 25 de abril de 2016.

**CAMPINA GRANDE - PB**

## **DEDICATÓRIA**

À Hannah Sophie, minha eternidade.  
À Kaline Tomaz Silva Monteiro, meu encontro.

## AGRADECIMENTOS

E tens o direito de ser livre. Ninguém nesse mundo pode impedir. Porém, não espere por esse direito. Acorde, Levante, Lute! (Edson Gomes)

A construção deste trabalho simboliza a concretização de um sonho individual e coletivo de várias gerações. Sou o primeiro da família a alcançar o ensino superior e a obter o título de doutor. Muitos que sonharam com este dia já partiram. Para os filhos das classes dominantes talvez um momento como este não seja tão valioso e simbólico, pois já tiveram seus avós, pais, tios, irmãos e irmãs, que passaram por este ritual de consagração. Diferentemente e pelas condições materiais e o contexto no qual fui criado, as possibilidades de alcançar tal objetivo são pequenas.

Filho de pais analfabetos, que com muitas dificuldades conseguiram educar quatro filhos, isto não seria possível sem o esforço redobrado de muitas noites e dias de dedicação e o incentivo deles. Superando as dificuldades e os limites impostos pela própria linguagem e escrita que marcam as pessoas oriundas das classes populares é uma vitória e tanto poder compartilhar com todos vocês o sabor desta conquista. De uma criança – vendedora de tapioca e bolo, queijo e cocada, picolé e verduras nas feiras do município de Queimadas – a um adulto que, por meio do acesso à escola, conseguiu superar aquilo que para muitos brasileiros ainda é um sonho – o acesso ao ensino superior – e concluir as etapas do processo de formação, isto é mais que uma vitória.

Esta vitória não é só minha. Mas de todos que direta ou indiretamente contribuíram para a minha vida. Agradeço aos que *in memoriam* estão presentes: meus avós paternos, Eudócia e Heleno e meus avós maternos Antônia e Manoel. Aos meus pais que doam suas vidas pelos quatro filhos. Doam mais do que poderiam, pois doam vidas de amor e renúncias para ver os filhos formados. Sem eles, não estaria aqui. Por José Velez Monteiro e Maria José Monteiro, meus queridos e amados pais, minha mais profunda gratidão. Esta que estendo aos meus irmãos: Márcia Manuela Monteiro, Marlon Luã Monteiro e a caçula Flávia Morgana Monteiro. Agradeço ao meu cunhado Gustavo que me ajudou na organização das tabelas e gráficos.

A gratidão e os agradecimentos se estendem àqueles que surgiram na minha trajetória da vida e passaram a constituir minha família como dádivas. À minha esposa Kaline Tomaz Silva Monteiro que, com muita paciência, apoiou-me nas atividades profissionais e nesse projeto de vida, dando-me força e palavras de superação, quando em alguns momentos o cansaço e a solidão da escrita me empurravam para a desistência. A ela, mãe da minha

querida Hannah Sophie, e a esta “abençoada de sabedoria”, filha amada, que tantas vezes chamou o “painho” para brincar, e, muitas vezes, não foi possível por estar escrevendo este trabalho, sou profundamente grato. Não posso me esquecer de agradecer a minha segunda mãe, minha sogra Anastácia de Assis, e ao meu cunhado Kleiton Tomaz, com os quais convivo, também sou grato.

Às pessoas que foram fundamentais aos meus primeiros passos na escola e o contato com as primeiras letras. Minhas primeiras professoras (tia Dedinha, tia Silvana Miranda, tia Zuleide, tia Carminha e tia Patrícia) que me ensinaram, no município de Queimadas, na Escola Professor José Miranda, as primeiras formações de palavras e o contato com o mundo mágico da leitura; aos professores e professoras do ensino fundamental (prof. José Ezequiel Barbosa Lopes, mais que professor, amigo; ao professor Chiquinho, Maurício, Lula, Selma, Jair Júnior, Múcio, dentre tantos outros); aos professores do ensino médio da Escola Estadual Dr. Elpídio de Almeida – PRATA (professora Ninfa, Moacir, Ronildo, Sérgio, Clodoaldo); aos professores da Escola Técnica Redentorista – ETER – espaço que me ensinou a importância e o valor que tem a disciplina na formação do ser humano (professores: Paulo Sérgio, Ramon Torquato, Djalma, João de Deus, Ramon Viana, Fátima, João Eudes e tantos outros); e a todos os colegas com quem convivi nestes espaços de aprendizagem, a minha gratidão.

Não posso deixar de agradecer a todos que me estimularam às leituras e processos de aprendizagens no Curso de graduação em Ciências Sociais e no Programa de Educação Tutorial em Antropologia - PET, sem estes espaços de saberes dificilmente estaria aqui. Possibilitaram-me as bases do conhecimento sociológico e antropológico. Aos colegas e amigos que construí no curso de Ciências Sociais e no PET-Antropologia (Márcio, Lucivânia, Tamara, Jordânia, Nilson, Bruno e Martinho), a minha gratidão. Esta que estendo também aos amigos e professores da graduação em Filosofia (Júlio César, Nilton Conserva, Otacílio, Luzenir, Reginaldo), em Direito (Alexandre, Lara, Felix, Hugo, Catão, dentre outros) e do Mestrado em Ciências Sociais.

Aos amigos e colegas do Centro de Desenvolvimento Sustentável, pelas oportunidades e conversas sobre a temática investigada Valdonilson, Nadege, Isaac, José Maria, Rosental, Rafael, Vilma, Ranoel, Robson, Paulo Diniz, Erivan, Faustino, Irivaldo, Júnior, Kelly, Tarsila, Dielle, Carla, Johnny, minha gratidão.

Aos amigos das disciplinas cursadas e da turma de doutorado: Rafael Maracajá, Cosma Ribeiro, Cyntia Carolina, José Márcio, Micheli Cordão, Lucas Pereira, Elvia Nascimento, Melânia Nóbrega, Danila e Ivyne Araújo, pessoas estas com quem aprendi muito

nas disciplinas e nas conversas no horário do lanche, meu profundo agradecimento pelos diálogos cotidianos que mantivemos.

Aos professores: Severino José de Lima (Xangai), Ângela Metri, Fábio Freitas (*in memoriam*), Fabio Machado, Hermano Nepomuceno, Ricardo Leon, Rogério Zeferino, Cristina Marin, Luciano Albino, Roberto Vêras, Vanderlan Silva, Lemuel Guerra, Assunção de Lima, José Gabriel, Clóvis e Aluísio, este último do Curso de Letras, com os quais cursei disciplinas ao longo da trajetória na UFCG, muito obrigado!

À orientadora Prof.<sup>a</sup> Elizabeth Christina de Andrade Lima que, desde a primeira aula, por volta dos anos dois mil e alguma coisa, acolheu-me, orientando-me na graduação, mestrado e agora no doutorado, sempre sugerindo leituras e me estimulando para a vida acadêmica quando a vida política tentava me arrastar. Com ela, além de saberes acadêmicos, aprendi que para se viver é importante saber ouvir. Ouvir o outro, respeitando as diferenças e tendo a humildade como uma das virtudes mais importantes para a vida. A Bebety, sou muito agradecido, pois, além de orientadora, tenho como uma das pessoas especiais em minha vida.

À Profa. Mércia Rangel Batista, sou grato pelas contribuições quem tem dado as minhas reflexões desde o Mestrado, quando estive em minha banca, na condição de examinadora, posteriormente no seminário de tese e na qualificação, contribuindo sempre de forma que me levasse a pensar questões que, muitas vezes, apresentavam-se de forma naturalizada.

Ao professor Márcio de Matos Caniello, agradeço pelo aprendizado junto à Universidade Camponesa quando na oportunidade pude compartilhar saberes práticos de Convivência com o Semiárido. Com ele aprendi a importância que tem a disciplina e a dedicação para aqueles que querem alcançar seus objetivos. Fui monitor, colega de trabalho e agora tenho a honra de tê-lo em minha banca, na condição de examinador interno.

Ao professor José Luciano de Queiroz Aires, com quem tive a oportunidade de falar sobre o tema que pretendia estudar em anos anteriores e tendo contribuído na qualificação apontando caminhos para a escrita deste texto que ora apresento, tê-lo na banca em muito me honra, agradeço pelas contribuições.

Ao Prof. Ricardo Costa de Oliveira, por ter me inspirado em estudar esta temática. Passados quatro anos, tenho a oportunidade e, mais que isso, a honra de tê-lo na condição de examinador externo do texto de tese que produzi inspirado em sua obra. Ao professor Ricardo Costa e a todos que fazem o Núcleo de Estudo Paranaense, com quem tenho realizado frutíferas parcerias, meus agradecimentos.

Seguem também meus agradecimentos ao PPGCS e aos que fazem a Linha de pesquisa Cultura e Identidades. Aos que fazem a UFCG, instituição que me acolheu na Graduação, no Mestrado e no Doutorado: colegas, funcionários (em nome de Rinaldo estendo os agradecimentos a todos), professores e ex-alunos do curso de Ciências Sociais, colegas, professores e funcionários do PPGCS, funcionários das xerografias (Genilda, Júnior, Joana), do Restaurante Universitário, da Biblioteca Central, do Centro de Assistência Estudantil etc. Foram doze anos de vinculação com esta Universidade que, portanto, exerceu e exerce um papel de protagonista na minha formação enquanto sujeito social.

A tod@s, sou imensamente grato!

Estamos numa situação em que uma democracia que, segundo a definição antiga, é o governo do povo, para o povo e pelo povo, nessa democracia precisamente está ausente o povo.

José Saramago, 2002.

## RESUMO

A tese discute a formação da elite política e suas dinâmicas de circulação nos mais variados espaços de controle do Estado, tendo como recorte temporal 1985 a 2015. O objeto empírico são as famílias políticas e as novas famílias políticas que possuem parentes na Câmara Federal e ocupam outras instâncias de representação política na “Nova República”. A hipótese levantada é que para ocupar cargo público de caráter eletivo/representativo no contexto da “Nova República” necessita-se acumular dois tipos de capitais – capital econômico e capital político-familiar. O estudo percorre três objetivos: 1) Verificar se as famílias políticas e/ou as novas famílias políticas, por meio de seus parentes e da parentela, ainda se configura em uma chave de compressão e de constituição do poder político no Estado; 2) Identificar os espaços e as instâncias de poder que os agentes destas famílias controlam; e 3) Compreender de que forma a estrutura de poder político encontra-se assentada nos supracitados capitais e como constituem os ativos políticos que possibilitam o sucesso eleitoral e a reprodução do poder e da dominação no Estado da Paraíba. Para a consecução de tais objetivos e o teste da hipótese levantada, utiliza a genealogia e a pesquisa documental por meio dos bancos de dados: i) do Tribunal Superior Eleitoral; ii) do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar; iii) do Centro de Pesquisa Documental de História Contemporânea. Os dois primeiros bancos servem para a montagem dos gráficos e tabelas com base na estatística descritiva. O banco de documentos do CPDOC, bem como as biografias e as informações disponibilizadas no site do Congresso em foco, servem de base para a compreensão e demonstração do capital político-familiar. No que diz respeito ao volume de capital econômico, utiliza o banco de dados do TSE (2016) referente ao patrimônio declarado pelos agentes políticos; e, conseqüentemente, as “doações” destinadas pelas empresas aos partidos e aos candidatos que se encontram disponibilizadas em sites como Excelências. Com base em tais dados, depois de realizada a análise, constata que os agentes das famílias políticas e das novas famílias políticas inserem-se no campo político e ocupam os cargos eletivos da “Nova República”, acessando capitais. Conclui que as famílias estudadas construíram uma estrutura de poder político e econômico e, conseqüentemente, de dominação política que se perpetua ao longo do tempo. E que estes capitais (simbólicos e materiais) são transmitidos de geração a geração, num acúmulo constante de poder e que tende a se aprofundar nas próximas décadas, visto que os herdeiros são os que têm/estão ocupado/ocupando as principais instâncias de representação política da “Nova República”. Comprova ainda que dificilmente algum indivíduo acessa os cargos eletivos da “Nova República” sem que tenha volume considerado de tais capitais. O que coloca em cheque a concepção de que as eleições são livres, justas e abertas a todos os cidadãos, bem como cai por terra, em parte, o princípio constitucional de que na República os mandatos são limitados (e não hereditários). Os “privilégios” e a “hereditariedade” prevalecem no Estado, porém mascarados pela lógica liberal de competição e pelo discurso do “mérito”, estes escondem o acesso desigual às instituições. A política se torna, portanto, o espaço dos “privilegiados” que controlam partidos, mídia e outras instâncias – como os equipamentos sociais públicos – que transformam em “lugares de memória” e se perpetuam em sua dimensão simbólica. A política se transforma, no contexto atual “republicano” e pela lógica dos capitais, em negócio de família.

**PALAVRAS-CHAVE:** Família Política. Elite Política. Capital Econômico. Capital político-familiar.

## ABSTRACT

The thesis discusses about the formation of political elite and their dynamics of circulation in the most varied spaces of State control, since 1985 to 2015. The empirical aim was the “political families” and the “new political families” that have relatives in the Federal Chamber and occupy other instances of political representation in the “New Republic”. The hypothesis of the work is that to occupy public office of elective/representative character in the context of “New Republic” is necessary have two type of capital – economical capital and *political family capital*. The specific aim was: 1) Verify if the political families and/or new political families, by their relatives, still represents a key of composition and constitution of the political power of State; 2) Identify the spaces and instances of power that the agents these families control; and 3) Understand how the structure of the political power encounter settled in the aforementioned capital and how make the political actives that possibility the electoral success and the reproduction of power and the dominance in the Paraíba State. For this, it was made a genealogical analyses and documental research by database of: i) the Superior Electoral Court (TSE); ii) the Interunion Department of Parliamentary Advisory; and iii) the Center of Documental Research and Contemporary History (CPDOC). The first two databases served for building of graphical and tables based on descriptive statistics. The CPDOC document database, as well the biographies and information available on the website: "Congress in focus" served as basis for understanding and demonstration of the *political family capital*. With regard to the volume of economic capital, was made use of the TSE database (2016) relative to declared patrimony by politicians; and hence the "donations" designed by companies to parties and candidates that are available at sites like "Excellencies". Based on these data, after performed the analysis, it was found that the agents of the political families and new political families fit into the political field and the occupy elective positions of the "New Republic", accessing impersonal capital. It was found that the researched "families" built a power political and economical structure and, therefore, policy domination that is perpetuated over time. And these capital (symbolic and material) are transmitted from generation to generation in a constant accumulation of power and that tends to deepen in the coming decades because the heirs are those who have/are occupy/occupied the main instances of political representative of the "New Republic". The research also proved that hardly any individual accesses the elective offices of the "New Republic" without having considered volume of these two type of capital. This puts into question the idea that the elections are free, fair and open to all citizens; and falls to the ground, in part, the constitutional principle that in the republic the mandates are limited (or non-hereditary). The "privileges" and "heredity" prevail in the State, but masked by the liberal logic of competition and the discourse of "merit", they conceal the unequal access to the institutions. The politics becomes, therefore, the space of the "privileged" that control parties, media and other instances - such as public social equipment's - turning into "places of memory" and perpetuates in your symbolic dimension. The politics is transforms, in the current "Republican" context and the logic of capital, in family business.

**KEY WORDS:** Political Family. Political Elite. Economical Capital e *Political Family Capital*.

## RÉSUMÉ

La thèse discute sur la formation de l'élite politique et de leur dynamique de circulation dans les différents espaces de contrôle de l'Etat, depuis l'année de 1985 jusqu'à l'année 2015. L'objet empirique était les *familles politiques* et les *nouvelles familles politiques* qui ont des parents au Congrès et occupent d'autres organes de représentation politique dans la "Nouvelle République". L'hypothèse est que pour occuper une fonction publique de caractère électif/représentant dans le contexte de la «Nouvelle République», il est nécessaire d'avoir deux types des capitales – le capital économique et le *capital politique-familiale*. Nous avons essayé de travailler sur trois approches: 1) Vérifier si la *famille politique* et/ou les *nouvelles familles politiques* par le biais de leurs parents et parenté est encore la clé de compression et de la constitution du pouvoir politique dans l'État; 2) Identifier les espaces et les instances du pouvoir que les agents de ces familles contrôlent; et 3) Comprendre comment la structure du pouvoir politique se trouve dans le capital précitée et comment sont constitués des atouts politiques qui permettent le succès électoral et la reproduction du pouvoir et de domination dans l'état de la Paraíba. Pour atteindre ces objectifs et tester l'hypothèse soulevée, nous avons utilisé la recherche généalogique et documentaire à travers des bases de données: i) Le Tribunal Suprême Électoral ; ii) Le Département Intersyndical du Parlement Consultatif; iii) Le Centre de Recherche Documentaire d'Histoire Contemporaine. Les deux premières bases de données nous ont servi pour la construction de graphiques et de tableaux basés sur des statistiques descriptives. La base de données des documents du CPDOC, ainsi que des biographies et des informations disponibles sur le site Web du «Congrès en focus» nous ont servi de base pour la compréhension et la démonstration du *capital politique-familiale*. En ce qui concerne le volume de capital économique, nous avons fait usage de la base de données du TSE (2016) pour les actifs déclarés par les politiciens; et par conséquent les «dons» destinées par les entreprises aux partis et aux candidats qui sont disponibles sur des sites comme "Excelências". D'après ces données, après avoir fait l'analyse, il a été constaté que les agents des *familles politiques* et *nouvelles familles politiques* entrent dans le domaine politique et occupent des postes électifs de la «Nouvelle République», ayant l'accès au capital impersonnel. Nous avons donc constaté que les « familles » étudiés ont construit une structure économique et politique, et par conséquent, le pouvoir politique qui se perpétue au fil du temps. Et ces capitaux (matériel et symbolique) sont transmis d'une génération à l'autre dont une accumulation constante de puissance et qui tend à s'approfondir dans les décennies à venir vu que les héritiers sont ceux qui ont / s'en occupent/ sont occupés des principaux organes de représentation politique de la « Nouvelle République ». La recherche a également prouvé que difficilement un individu accède aux fonctions électives de la «Nouvelle République» sans avoir un volume considéré de ce capital. Ce que met en échec l'idée que les élections soient libres, justes et ouvertes à tous les citoyens; et, tombe à terre, en partie, le principe constitutionnel que les mandats dans la république sont limitées (ou non héréditaire). Les «privilèges» et «l'hérédité» prévalent dans l'État, mais masqué par la logique libérale de la concurrence et le discours du «mérite», ceux-ci cachent l'inégalité d'accès aux institutions. La politique devient donc l'espace des «privilégiés» qui contrôlent les partis, les médias et autres instances – comme les installations sociales publics – qui deviennent des «lieux de mémoire» et se perpétuent dans sa dimension symbolique. La politique change, dans le contexte actuel "républicain" et par la logique du capital dans, une entreprise familiale.

**MOTS-CLÉS:** Famille Politique. Élite Politique. Capital Economique et *Capital politique-familiale*.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Diagrama “A” da Família Carneiro (1840-2015)	245
<b>Figura 2</b>	Diagrama “B” da Família Cunha Lima (1870-2015)	246
<b>Figura 3</b>	Diagrama “D” da Família Maranhão e o entroncamento com a família Bezerra Cavalcanti (1840-2015)	248
<b>Figura 4</b>	Diagrama “C” da Família Gadelha-Pires e o entroncamento com a família Abrantes (1890-2015)	249
<b>Figura 5</b>	Diagrama “E” da família Maia. Os diversos ramos da Família. (1710-1820)	250
<b>Figura 6</b>	Diagrama “E1” da família Maia. Três gerações de coronéis. (1830-1940)	251
<b>Figura 7</b>	Diagrama “E2” entroncamento da família Mariz-Maia. (1890-2015)	252
<b>Figura 8</b>	Diagrama “E3” entroncamento da família Mariz-Maia. (1806-1995)	254
<b>Figura 9</b>	Diagrama “G” entroncamento da família Wanderley-Medeiros e Wanderley Mota. (1850-2015)	255
<b>Figura 10</b>	Diagrama “F” família Moraes	256
<b>Figura 11</b>	Diagrama “H” Família Ribeiro Coutinho-Maroja e o entroncamento com as tradicionais famílias Pessoa e Velloso Borges	257
<b>Figura 12</b>	Diagrama “L” da família Ribeiro. Entroncamento desta família com a família Argemiro, Cabral, Ribeiro Coutinho-Maroja	259
<b>Figura 13</b>	Diagrama “I” da família Vital-Rêgo descendência dos Heráclio e o entroncamento com a tradicional família Figueiredo e a família Gondim	261
<b>Figura 14</b>	Diagrama “I1” descendência dos Heráclio no Estado vizinho Pernambuco	262

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Bancada de parentes no Congresso Nacional/Região do Brasil na 54 <sup>a</sup> e 55 <sup>a</sup> legislatura/Região	82
<b>Tabela 2</b>	Bancada de parentes eleitos/principais partidos para a 54 <sup>a</sup> e 55 <sup>a</sup> legislaturas (2011-2019)	99
<b>Tabela 3</b>	Parlamentares com Parentes/Principais Partidos/Senado na 54 <sup>a</sup> e 55 <sup>a</sup> legislatura (2015-2023)	103
<b>Tabela 4</b>	Principais “doadores” aos deputados eleitos pela Paraíba/Eleição	148
<b>Tabela 5</b>	Recursos recebidos de empresas e/ou do diretório nacional pelos 168 diretórios estaduais e destinados aos candidatos a deputado estadual e deputado federal na Paraíba (Eleição de 2014)	168

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Origem social dos agentes políticos, formação, cargos ocupados na máquina pública e a família que pertence	65
<b>Quadro 2</b>	Bancada de deputados federais do Nordeste/Estados que já tiveram ou tem familiares em cargo eletivo e de representação política/ 55 <sup>a</sup> Legislatura (2014-2019)	108
<b>Quadro 3</b>	Bancada de Senadores do Nordeste/Estados que já tiveram ou tem familiares em cargo eletivo e de representação política/ 55 <sup>a</sup> . Legislatura (2014-2023)	127
<b>Quadro 4</b>	Família, patrimônio e parentesco no Estado da Paraíba	192

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** Recursos gastos pelos candidatos eleitos ao cargo de Deputado federal/Paraíba 138
- Gráfico 2** Bancada da Paraíba na câmara dos deputados por profissão/ocupação (1985-2015) 141

## LISTA DE SIGLAS

<b>ARENA</b>	Aliança Renovadora Nacional
<b>CNBB</b>	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
<b>CONASEMS</b>	Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde
<b>CPDOC</b>	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea
<b>DEM</b>	Democratas
<b>DIAP</b>	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
<b>FACISA</b>	Faculdade de Ciências Sociais Aplicada
<b>FIEP</b>	Federação das Indústrias do Estado da Paraíba
<b>FM</b>	Frequência Modulada
<b>FPM</b>	Fundo de Participação dos Municípios
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>MDB</b>	Movimento Democrático Brasileiro
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social
<b>MR-8</b>	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
<b>OAB</b>	Ordens dos Advogados do Brasil
<b>PAN</b>	Partido dos Aposentados da Nação
<b>PC do B</b>	Partido Comunista do Brasil
<b>PCB</b>	Partido Comunista Brasileiro
<b>PCO</b>	Partido da Causa Operária
<b>PDC</b>	Partido Democrata Cristão
<b>PDS</b>	Partido Democrático Social
<b>PDT</b>	Partido Democrático Trabalhista
<b>PEN</b>	Partido Ecológico Nacional
<b>PFL</b>	Partido da Frente Liberal
<b>PGT</b>	Partido Geral dos Trabalhadores
<b>PHS</b>	Partido Humanista da Solidariedade
<b>PMDB</b>	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
<b>PMN</b>	Partido da Mobilização Nacional
<b>POLOP</b>	Política Operária
<b>PP</b>	Partido Progressista
<b>PPS</b>	Partido Popular Socialista
<b>PR</b>	Partido da República
<b>PRN</b>	Partido da Reconstrução Nacional
<b>PRONA</b>	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
<b>PRP</b>	Partido Republicano Progressista
<b>PRTB</b>	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
<b>PSB</b>	Partido Socialista Brasileiro
<b>PSC</b>	Partido Social Cristão
<b>PSD</b>	Partido Social Democrático
<b>PSD</b>	Partido Social Democrático
<b>PSDB</b>	Partido da Social Democracia Brasileira
<b>PSDC</b>	Partido Social Democrata Cristão
<b>PSL</b>	Partido Social Liberal
<b>PSN</b>	Partido da Solidariedade Nacional
<b>PSOL</b>	Partido Socialismo e Liberdade
<b>PST</b>	Partido Social Trabalhista

<b>PSTU</b>	Partido Social dos Trabalhadores Unificados
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>PTB</b>	Partido Trabalhista Brasileiro
<b>PTC</b>	Partido Trabalhista Cristão
<b>PTdoB</b>	Partido Trabalhista do Brasil
<b>PTN</b>	Partido Trabalhista Nacional
<b>PV</b>	Partido Verde
<b>SD</b>	Solidariedade
<b>SIGPBF</b>	Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família;
<b>STN</b>	Secretaria do Tesouro Nacional
<b>TCE</b>	Tribunal de Contas do Estado
<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União
<b>TER</b>	Tribunal Regional Eleitoral
<b>TSE</b>	Tribunal Superior Eleitoral
<b>UDN</b>	União Democrática Nacional
<b>UFPE</b>	Universidade Federal de Pernambuco
<b>UNDIME</b>	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
<b>UNESC</b>	União de Ensino Superior de Campina Grande

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	18
1.1.	OBJETIVOS DA TESE E CAMINHOS METODOLÓGICOS	29
<b>2.</b>	<b>PARTE I – ABERTURA “OLIGÁRQUICA”, HERANÇA E PARENTISMO POLÍTICO</b>	
2.1.	EM TORNO DE UM PROJETO DEMOCRÁTICO LIBERAL	37
2.2.	HERANÇA DAS VELHAS OLIGARQUIAS	42
2.3.	ABERTURAS “OLIGÁRQUICAS” E CONTINUÍSMO DAS FAMÍLIAS POLÍTICAS	54
2.4.	O PAPEL DA ESCOLA NA FORMAÇÃO DOS HERDEIROS	61
2.5.	<i>PARENTISMO</i> POLÍTICO E A FORÇA DO <i>CAPITAL POLÍTICO-FAMILIAR NO CONGRESSO NACIONAL</i>	77
2.6.	PARTIDOS POLÍTICOS E O DUPLO SENTIDO DA HERANÇA POLÍTICA	98
<b>3.</b>	<b>PARTE II – A POLÍTICA COMO NEGÓCIO DE FAMÍLIA</b>	
3.1.	NORDESTE E A HERANÇA OLIGÁRQUICA	107
3.2.	<i>EMPRESARIZAÇÃO</i> E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA PARAÍBA	135
3.3.	PARTIDOS POLÍTICOS E CONTROLE FAMILIAR	165
3.4.	A FORÇA DO CAPITAL ECONÔMICO E DO <i>CAPITAL POLÍTICO-FAMILIAR</i>	185
3.5.	CARTOGRAFIA DO PODER POLÍTICO-MIDIÁTICO, LUGARES DE MEMÓRIA E DOMINAÇÃO SIMBÓLICA	215
3.6.	SÍNTESE GENEALÓGICA DO PODER POLÍTICO NO ESTADO: A POLÍTICA COMO NEGÓCIO DE FAMÍLIA	243
<b>4.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	267
<b>5.</b>	<b>REFERÊNCIAS</b>	274

## 1. INTRODUÇÃO

Estudos que versam sobre a temática da família na política abordam que, no plano local, a família continua sendo uma das chaves de compreensão da vida política (LIMA, 2013; FILHO, 2013; FERREIRA, 2013; BARREIRA, 2013; MONTEIRO, 2013). A participação de famílias tradicionais em cargos eletivos e na vida pública não é algo novo (LIMA, 2013) e debruçar-se acerca deste objeto não se trata de compreender um fenômeno recente na história política do Brasil. Trata-se de compreender um tema enraizado na formação da sociedade brasileira e que foi investigado pelos autores das mais variadas vertentes teóricas (FREYRE, 2004; HOLANDA, 1995; LEAL, 1986; QUEIROZ, 1985) do pensamento social brasileiro. Porém, nos últimos anos, deixou de ser tema central das agendas de pesquisa da sociologia e da ciência política.

No âmbito dos estudos sociológicos e da ciência política, guardando as devidas referências a poucos pesquisadores, tal agenda foi negligenciada, devido à complexidade que a estrutura familiar e a estrutura de parentesco exercem na constituição da vida política brasileira (OLIVEIRA, 2012). A Sociologia e a Ciência Política produzida no Brasil têm ignorado a contribuição que a longa tradição das Ciências Sociais brasileira realizou acerca do universo do mundo político, principalmente no tocante a pensar o “parentesco” e “família” como categorias centrais. Deixou de compreender o papel que exercem as famílias políticas na formação da política brasileira.

Canêdo (2002) e Oliveira (2015) são dos poucos cientistas políticas que têm construído uma agenda de pesquisa na qual a relação “*família*” e “*dominação*”, “*genealogia*” e “*poder*”, “*parentesco*” e “*Estado*” se encontrem no centro do entendimento das formações dos quadros políticos e das estruturas de poder político e econômico<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> De Canêdo, podem-se destacar produções como “*Um Capital Político Multiplicado no Trabalho*”, “*As metáforas da família na transmissão do poder político: questões de método*” (1997); “*Metáforas do Parentesco e a duração em política*” (1991) “*Caminhos da memória: parentesco e poder*” (1994), “*Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964)*” (2002); “*La production généalogique et les modes de transmission d'un capital politique familial dans le Minas Gerais Brésilien*” (1998), no qual discorre sobre os modos de transmissão de um *capital político-familiar*. Como grupos sociais e políticos transmitem e se reproduzem ao longo de várias gerações nas Minas Gerais. De Oliveira destacam-se as investigações acerca da classe política dominante e as redes de nepotismo que se instauraram ao longo de séculos no Estado do Paraná. A abordagem de Oliveira (2001, 2012, 2015) também aprofunda, através do método genealógico, as relações existentes entre parentesco e Estado, bem como tem nos apontado que este fenômeno de linhagem política e parentesco no controle dos órgãos do Estado brasileiro contemporâneo, não é algo típico dos estados menos desenvolvidos da federação, mas trata-se de um fenômeno nacional.

O que esses autores têm destacado é que as famílias políticas<sup>2</sup> e o parentesco ainda se constituem, no Brasil contemporâneo, em uma agenda fundamental para a compreensão acerca dos processos de constituição das elites políticas e da classe dominante. De forma que, compreender as estratégias de parentesco e poder político, permite-nos entender

ricos e poderosos como um grupo social com determinadas qualidades em determinadas quantidades. As estruturas de riquezas são definidas em termos de rendas, patrimônios e posições sociais. Os 10% mais ricos formam a parte mais significativa da estrutura social de composição da riqueza e de poder na sociedade brasileira. (OLIVEIRA, 2012, p.54)

A família e os recursos sociais que informam as redes de parentesco tornam-se mais que necessários, essenciais, à compreensão da política. Todavia, é extremamente relevante não se ater *a priori* ao estigma do parentesco na política exclusivamente local ou ausente de processos “mais desenvolvidos” de representação política e/ou administração pública, percebendo também dinâmicas que extrapolam o local ou mesmo que estabeleçam a relação local/nacional, ao permearem e hierarquizarem diferentes espaços, práticas e representações no âmbito da política nacional.

Entender de que forma o parentesco se transforma em um recurso social para a constituição de quadros políticos, no período de 1985-2015 no Estado da Paraíba, é um dos nossos objetivos. Outro consiste em operacionalizar com o conceito de *capital político-familiar* como um dos distintivos fundamentais, quando associado ao *capital econômico* e *cultural*, ao acesso aos principais postos no aparelho de Estado, no controle da mídia, na indicação de Conselheiros ao Tribunal de Contas do Estado e na representação política: legislativo e executivo. Poucas são as pesquisas, no período proposto, que enfatizam as famílias políticas e suas extensões, através das redes de parentesco, e sua ampliação por meio da parentela, como uma unidade política e social capaz de produzir mudanças e/ou reproduzir desigualdades através do acúmulo de capitais (social, econômico e *político-familiar*).

A tentativa de abordar a família política enquanto palavra de ordem (BOURDIEU, 1996) formadora de um padrão de dominação, por meio de redes de parentesco no campo político<sup>3</sup> do Estado da Paraíba, acredita-se que seja uma contribuição para compreensão

---

<sup>2</sup> Compreende-se aqui por famílias políticas como sendo aquelas famílias que herdaram ou constituem *capital político-familiar* que permite a inserção de vários parentes e/ou agentes que se encontram no âmbito da parentela no aparelho de Estado, tanto nos cargos de comando dos principais órgãos do Estado, como nos cargos eletivos e de representação (vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal, governador e senador) na república brasileira.

<sup>3</sup> O campo político será, por mim, utilizado na acepção elaborada por Bourdieu (2011, p. 164) campo de forças e como campo de lutas. Lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, programas, problemas, análises, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos

acerca das estruturas de poder no Estado. É pensar de que forma os recursos sociais de parentesco ainda contribuem para a construção das elites políticas<sup>4</sup> no contexto de redemocratização? E, nesse sentido, seria a família, esta “palavra de ordem”, como sugere Bourdieu (1996) que informa sobre a construção de quadros políticos, bem como constitui redes que instauram processos de dominação política através dos capitais (econômico, cultural, político familiar, simbólico) que historicamente foram concentrados pelas famílias tradicionais.

Os trabalhos sobre parentesco e genealogias (GRYNSZPAN, 1990, 1996; CANEDO, 2002; GRILL, 2003, 2007; OLIVEIRA, 2015) em relação ao campo político, especificamente, ressaltam a importância em “descortinar relevantes entrecruzamentos entre estruturas sociais como a família e as estruturas políticas formais” (GRILL, 2003, p. 19). Tem possibilitado investigar a formação histórica dos ricos e poderosos através das biografias individuais e coletivas (OLIVEIRA, 2015). A família e a estrutura de parentesco são tomadas, assim, como fios condutores da formação da classe dominante. As famílias constitutivas da classe dominante formam há várias gerações “complexas redes sociais, redes políticas e redes de nepotismo, profundamente inseridas no tempo e nos cargos do aparelho de Estado” (OLIVEIRA, 2012, p. 53)

Avançando nos estudos acerca da relação executivo-legislativo<sup>5</sup>, Oliveira (2001; 2012) tem acrescentado às análises as trajetórias genealógicas dos sujeitos que ocupam

---

comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão o lugar de produção.

<sup>4</sup> O conceito de elite política que estaremos utilizando nesse trabalho se relaciona a formação dos grupos que constroem a classe dominante. Elite aqui está sendo empregado baseados num critério de posição e não tão somente na de reputação ou participação efetiva no processo decisório. De acordo com Wright Mills, em estudo realizado acerca da sociedade americana, os membros da elite dominam porque “ocupam os postos de comandos estratégicos da estrutura social”. Esses postos são estratégicos porque controlam “as principais hierarquias e organizações da sociedade moderna”, quais sejam, “a máquina do Estado”, a “organização militar” e as “grandes companhias” (MILLS, 1981, p. 12)

<sup>5</sup> Há um vasto campo de estudos na ciência política que passou a se tornar central a compreensão dessa agenda a partir da década de 1980 no Brasil. Trata-se de estudos que tem como sustentação o institucionalismo da escolha racional. Esta teoria que fundamenta uma das vertentes da ciência política brasileira estabelece a compreensão de que o comportamento dos agentes é resultado das “regras do jogo” impostas pelas instituições. Essa perspectiva desconsidera, por completo, a história pregressa da origem de classe ou dos valores culturais dos agentes políticos. Porém, insere a análise a variável instituição, destacando a relevância que essa assume para a compreensão dos fenômenos sociais. O fato de atribuir ênfase, em demasia, a instituição, acaba restringindo a análise. Supervalorizando o comportamento dos agentes como resultado das “regras do jogo” estabelecido e imposto pela instituição. Com isso, deixa, em segunda ordem, a dimensão axiológica da construção e do desenvolvimento da ação humana. Para essa perspectiva, os indivíduos seriam intercambiáveis, isto é, “seja qual for o seu background social (alto, baixo) e ideológico (radical e liberal), eles agiriam da mesma maneira exatamente porque são todos atores que racionalmente buscam sempre maximizar seus objetivos”. (PERISSINOTO E CODATO, 2008, p. 09). O que se constata, no mundo empírico, é que as escolhas institucionais não se separam da esfera dos valores e das representações simbólicas que informam os atores que realizam tais opções. Como conceber, por exemplo, a instituição “Estado brasileiro” sem levar em consideração os valores que a constituíram? A título de informação do quanto à cultura e os valores importam, os clássicos do

posições dentro desses espaços de poder. O autor tem elaborado uma sofisticada crítica quando destaca, em seus estudos sobre o Sul do país acerca da formação da *Classe Política Dominante*, que o Paraná é um dos Estados da federação na qual as redes de nepotismo fundamentadas em estratégias de parentesco perduram no decorrer do processo histórico. Enfatiza, ainda, que a associação entre parentesco e política se encontra em todas as regiões do país. E que o fenômeno do nepotismo político contemporâneo se “constitui como um processo de concentração de poder e renda, responsável, em grande medida, pela formação de desigualdades e carências de longa duração”. (OLIVEIRA, 2012, p. 53)

As análises que construíram o “estigma do localismo” ou a relação entre parentesco na política e poder local tem em Oliveira Vianna (1999 [1920]), referindo-se aos clãs parentais e nos trabalhos de Leal (1986), Carvalho (1966) e Queiroz (1985), em seus estudos sobre o Império e as primeiras décadas da Primeira República, as primeiras referências. De encontro à percepção estigmatizada de que o parentesco na política é algo típico do local, constata-se que tem aumentado o percentual de bancadas no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas Estaduais, bem como na esfera do executivo estadual e local, que a base de sustentação se dá por meio da força política grupo familiar.

Autores como Soares (2001) sustentavam o argumento de que a reprodução de famílias políticas tradicionais no espaço da representação política e, conseqüentemente, no poder público era um fenômeno da Primeira República. Pesquisa realizada junto ao *site* do congresso em foco<sup>6</sup> nos mostrou que, cada vez mais, esse fenômeno tem se ampliado na sociedade brasileira, no contexto da redemocratização. A “bancada dos parentes” triplicou na Câmara dos Deputados nos últimos anos. Esse fenômeno ocorre de forma indistinta em todos os partidos políticos quer sejam de “direita”, de “centro” ou de “esquerda”<sup>7</sup>, com uma tendência maior aos partidos cuja formação ideológica é de direita.

Também tem se tornado corriqueira, a presença na linguagem do universo político de concepções que dizem respeito à ordem do universo familiar e do universo do parentesco. Naturalizaram-se no âmbito das disputas políticas, alusões a fulano é “afilhado político de...” “os pais do partido são...” “fulano de tal herdou a habilidade política de...” (CANEDO, 1997).

---

pensamento social e político brasileiro (FREYRE, 2004; HOLANDA, 1995; FAORO, 1989) e os estudos mais recentes (SCHWARTZMAN, 1988; LAMOUNIER, 1990; O’DONNEL, 1991; SCHARTZ, 1992) vem analisando e descrevendo a cultura política nacional como “um conjunto rígido de padrões político-culturais, dotado de forte capacidade de continuidade, combinando traços herdados das raízes ‘ibéricas’ do país – isto é, um sistema de valores autoritários hierárquicos e plebiscitários – com componentes ‘estatistas’ e antiliberais resultantes do processo de formação do Estado” (MOISÉS, 1995, p. 105)

<sup>6</sup> Consultar: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/quase-300-deputados-tem-parente-na-politica/>  
<sup>7</sup> Ver: <http://congressoemfoco.uol.com.br/?s=O+que+esperar+do+novo+Congresso+-+Perfil+e+Agenda+da+Legislatura+2007-20>. Acesso em 10/12/2015.

Tornou-se um tanto quanto “natural” os quadros políticos serem constituídos a partir das famílias políticas, como se estas fossem construídas e constituídas por meio da transmissão biológica tão somente. É possível, através do discurso sociológico, ultrapassar o naturalismo produzido pela própria ciência. A nova historiografia política tem corroborado com a perspectiva da sociologia relacional, no sentido de pensar a família enquanto uma *palavra de ordem*, uma categoria, princípio coletivo de construção da realidade coletiva. Os trabalhos de Almeida (1978) Palmeira (1986), Oliveira Lima (1988), acerca de algumas famílias políticas na Paraíba já se debruçavam sobre as famílias e suas estruturas de parentesco como

Corpo [que] só pode se perpetuar ao preço de uma criação continuada do sentimento familiar, princípio cognitivo de visão e de divisão que é, ao mesmo tempo, princípio afetivo de coesão, isto é, adesão vital à existência de um grupo familiar e de seus interesses”. (BOURDIEU, 1996, p. 130)

O grupo familiar existe enquanto criação social que é capaz de reproduzir estruturas existentes. Os interesses dos grupos familiares são múltiplos. Numa ordem societária capitalista, a ampliação do capital econômico se torna um dos interesses centrais. E o *capital político-familiar* é um desses capitais que se converte em capital econômico. É a esfera da política um dos espaços nos quais a família torna-se estratégica no sentido de ampliação dos capitais: político, econômico e familiar. Alves (2015) nos informa que

Numa estrutura em que o capital econômico prevalece, a família, enquanto corpo com sentimentos recíprocos de proteção, levaria-os a perpetuar, ou mesmo ampliar as conquistas já adquiridas, protegendo os seus próprios membros. (ALVES, 2015, p. 28)

Isto, em certo sentido, torna-se empiricamente testado quando Linda Lewin (1993), em estudo realizado sobre família e estrutura de poder na Paraíba, investiga a oligarquia dos Pessoa, em fins do século XIX e início do século XX. A família Pessoa detinha o poder político local, estadual e federal. A pesquisadora investigou as redes de parentesco e, conseqüentemente, de poder que a família Pessoa mantinha com os ramos das famílias Neiva, Lucena e Cavalcanti de Albuquerque<sup>8</sup>.

Demonstrando a força da estrutura familiar e da estrutura de parentesco no campo político e econômico, Teruya (2002) em estudo sobre a família Maia de Catolé do Rocha, tendo os registros de nascimento, casamento e de testamento, entre outros, como fontes de

---

<sup>8</sup> A abordagem de Lewin (1993), para além de abordar as estruturas de parentesco, se debruça sobre o fenômeno da parentela, que consistiria em grupos ligados por uma extensa família não só através de laços consanguíneos, mas por membros que formavam o núcleo dos seguidores políticos da oligarquia estadual: amigos; agregados, apadrinhados. Trata-se, assim, de uma complexa “rede política entrelaçada que assegura os interesses e garante a sustentação da oligarquia”. (LEWIN, 1993, p. 10)

investigação, apresentou a continuidade do poder através das relações de parentesco no decorrer de um século, compreendido de 1870-1970. Contemporaneamente, Oliveira (2012) tem investigado essas estruturas de parentesco e familiar no Estado do Paraná, bem como Grill (2003) tem investigado as relações entre parentesco e partidos no Rio Grande do Sul.

Busco pensar a família e parentesco como “palavras de ordem” relacionadas à constituição de *redes*<sup>9</sup> *políticas familísticas na Paraíba no período de 1985-2015*<sup>10</sup>. O conceito de rede e o reconhecimento das suas capacidades descritivas e explicativas ultrapassam os limites das ciências sociais e estendem cada vez mais a outros domínios. Porém, pouco têm sido os estudos sobre a política brasileira, que atribuem centralidade analítica à “palavra de ordem” família e pensem-na a partir da lógica de constituição das redes.

A sociedade contemporânea se constitui como uma rede social complexa, em que os agentes estabelecem relações cotidianas através de simultâneos processos de interação que vão desde as interações nas redes sociais, perpassando pelas redes que se estabelecem no mercado financeiro, na produção do conhecimento científico, nas ações de terrorismo e do crime organizado, e não poderia ser diferente, no âmbito das ações políticas e nas ações do Estado.

A antropologia social britânica, através de pesquisadores como Gluckman (1987), desenvolveu vários trabalhos empíricos, utilizando *network* como categoria social descritiva, privilegiando grupo restrito. Para estabelecer compreensão em outra escala, que atravessa a organização social dos grupos, os antropólogos dos anos 50 passaram a pensar os sistemas de redes de relações sociais e desenvolveram o conceito de rede social de forma sistemática, investigando, assim, os laços de parentesco, amizades e conhecimentos que os diferentes agentes podem estabelecer uns aos outros para interagir (BARNES, 1987).

Este conceito se mostrou fundamental para a descrição da forma como se encontrava estruturada a comunidade, como também para a investigação de processos sociais como acesso de emprego ou a cargos públicos<sup>11</sup>. O estudo de Bott (1976), publicado em 1957,

---

<sup>9</sup> É difícil aferir a “paternidade” dos conceitos, teorias e métodos da teoria das redes. Da antropologia de Manchester à sociometria de Moreno, passando por Simmel, os autores dividem-se quanto às origens e influência mais marcantes. Todavia Barnes (1977) parece-nos ser o autor que usou pela primeira vez, a noção de “rede social” para descrever estrutura social de uma comunidade. Ver: MUSSO, Pierre. “Genèse et critique de la notion de réseau”. Ver: PARROCHIA, 2001, p. 194-217.

<sup>10</sup> A escolha de tal período histórico deve-se, em grande medida, a lacuna que existe no que diz respeito às pesquisas no campo da sociologia política e da ciência política em nosso Estado, no período da segunda república, tendo como eixo norteador as redes de parentesco político e a estrutura de poder político.

<sup>11</sup> Ver: WELLMAN, In: BARRY WELLMAN; S. D. Berkowitz (orgs.), 1991, p. 19-61. WASSERMAN e FAUST, 1999. MÉRCKLÉ, 2004.

também veio nessa direção de estabelecer compreensões acerca da utilização do conceito de rede. A família e as redes de relações sociais foram encaradas como objeto de investigação, encarando as relações que se estabelecem entre parentes, amigos, vizinhos e colegas como estrutura que tem influência na definição das relações familiares (BOTT, 1976).

As redes, antes de ser uma metáfora, permitem-nos compreender as ações dos agentes como interdependentes e não como unidades independentes e autônomas. Os laços construídos de forma relacional constituem pelos e entre os agentes canais onde circulam fluxos de recursos (materiais e simbólicos)<sup>12</sup>. Assim, é possível compreender o campo político a partir das estruturas objetivas e das posições nas quais os agentes encontram-se situados. Os agentes devem ser concebidos de forma relacional, inseridos dentro do espaço social estruturado. Os agentes pertencem a redes relacionais que os interligam por meio da posição que ocupam no espaço social.

As redes sociais e políticas são construídas através de estratégias de investimentos nas relações sociais, possíveis de serem utilizadas como fonte de investimento. O capital social entendido como “conjunto de recursos, efetivos ou potenciais, relacionados com a posse de uma *rede durável de relações*, mais ou menos institucionalizadas, de interconhecimento e de reconhecimento” (BOURDIEU, 1980) depende da extensão da *rede de ligações* que ele pode mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) possuído por cada um daqueles a quem ele está ligado. O capital social, assim, exerce um efeito multiplicador sobre o capital possuído pelo próprio e se efetiva através das relações que permitem aos agentes aderirem aos recursos, à qualidade e à quantidade desses.

A sociologia relacional de Pierre Bourdieu (2001) permite pensar os agentes como construtores de rede de relações sociais que se instauram a partir das posições que ocupam no espaço social. Posições estas que estão relacionadas ao peso e à quantidade de capital acumulado historicamente pelos agentes. Tal perspectiva acrescenta elementos que possibilitam pensar a constituição elite política dominante no Estado da Paraíba no período acima proposto. O *habitus*, enquanto categoria de mediação permite enfatizar todo o conjunto de disposições culturais e institucionais que se inscrevem no corpo e que se expressam na linguagem corporal de cada um dos agentes políticos, transformando, por assim dizer, escolhas valorativas culturais e institucionais em carne e osso (BOURDIEU, 1996). O *habitus* de classe, por exemplo, é percebido como um aprendizado não intencional de disposições, inclinações e esquemas avaliativos, permite ao seu possuidor perceber e classificar, numa

---

<sup>12</sup> Ver: WASSERMAN e FAUST, 1999.

dimensão pré-reflexiva, signos opacos da cultura legítima. O gosto, por assim dizer, funciona como o sentido de distinção por excelência permitindo separar e unir pessoas e, conseqüentemente, forjar solidariedades ou constituir divisões grupais de forma invisível e universal (SOUZA, 2006).

Os agentes, de acordo com o *quantum* de capital que possuem, ocupam posições dentro do espaço de realização prática – campo. O *poder* passa a ser constituído na relação entre diferentes posições que distribuem desigualmente *capitais* específicos de um campo, o que, por sua vez, “confere aos ocupantes dessas posições *potencialidades* distintas para produzir ganhos nas lutas que caracterizam o mesmo campo”. (PERISSINOTO & CODATO, 2008, p. 10).

Longe de encarar o indivíduo como ser que age racionalmente calculando os passos a serem dados no campo político, Bourdieu (2001) constrói o conceito de *senso prático*<sup>13</sup>. Através deste, o agente deixa de ser encarado de forma abstrata e passa a ser um agente posicionado na história e nas redes de relações de poder que o constituem. Age não somente orientado pelas “regras do jogo”<sup>14</sup>, mas também, através dos valores que historicamente o foi constituindo enquanto agente histórico. Assim, a investigação acerca da constituição das elites políticas está para além da descrição adequada do “perfil social” dos agentes, faz-se necessário situá-los no espaço da prática e perceber como historicamente foram se construindo e se constituindo.

As informações sobre o mundo social estão associadas aos indivíduos. É a eles que devemos nos dirigir para indagar acerca das propriedades sociais que os constituem. Para isso, e conforme as sugestões de pesquisas apontadas por Bourdieu, existem várias técnicas para recolher e processar esse tipo de informação das quais se podem extrair as técnicas

---

<sup>13</sup> Ver a principal obra sobre o tema escrita por BOURDIEU, 2009.

<sup>14</sup> Para uma discussão acerca de uma perspectiva em que os agentes agem de acordo com as regras do jogo tem-se a Teoria da Escolha Racional, especificamente, o institucionalismo de escolha racional. Teoria que parte do pressuposto de que o comportamento dos indivíduos é orientado a partir das instituições e conforme as regras do jogo. Esta teoria concebe os indivíduos como seres racionais por natureza. A racionalidade aqui é concebida como algo dado aprioristicamente. Não compreende a racionalidade como uma construção social. Na perspectiva do institucionalismo de escolha racional, o contexto institucional é a variável independente que explica a conduta de atores políticos tidos como seres eminentemente racionais. A ênfase não é atribuída aos valores societários, mas às instituições. As instituições definem o comportamento dos agentes através das suas normas e regras. O institucionalismo de escolha racional não explica, por exemplo, como se concebe o processo de constituição dos gostos e preferência dos agentes políticos. E mais que isso, a especificidade dos gostos e das preferências dos atores não entra na explicação dos comportamentos políticos. A teoria da escolha racional explica o desenvolvimento da ação dos agentes, mas quase nada informa sobre o motivo subjetivo que conduz os atores a agir em uma ou em outra direção. O que se constata é que existe, na escolha racional, uma racionalidade institucionalmente situada, mas socialmente desencarnada. Cf. PERISSINOTO E CODATO, 2008, p. 09.

prosopográficas<sup>15</sup>, quadro sinóptico das características pertinentes dos agentes e das instituições e organizações a que eles pertencem, questionários, sondagens, entrevistas em profundidade, etnografia de casos específicos, observação participante, análise de discurso, construção de genealogias, uso da ferramenta estatística, dentre outras. (PERISSINOTO & CODATO, 2008).

A contribuição de Bourdieu, através de uma proposta de sociologia política relacional, torna-se extremamente pertinente no tocante ao nosso objeto de investigação. A presença significativa de famílias políticas no comando de diversos partidos sugere problematizar “até que ponto esse tipo de poderio, por parte da unidade familiar não nos mostra o quanto os partidos políticos, enquanto instituições modernas têm sido dominadas por grupos familiares e as redes de parentesco”. E se os partidos políticos são os principais – mas não os únicos – instrumentos de representação política das “democracias de massas”, ou numa terminologia de Robert Dahl (1997), das “poliarquias”, quais as implicações dessa presença significativa de famílias políticas para a representação política e a democracia brasileira. O fato é que não existem democracias na contemporaneidade que funcionem sem partidos políticos e sem representação, e a institucionalização dos sistemas partidários ainda é um requisito fundamental para a institucionalização da própria democracia.

Nas democracias contemporâneas é através dos partidos políticos que ocorre o processo de recrutamento da classe política, como forma de representação política no parlamento. Os partidos exercem, dentre outras finalidades, a função de selecionar a *elite política*<sup>16</sup>, apresentando candidatos aos postos públicos. Tal assertiva reforça a relevância deste estudo, que tentará relacionar *família*, *parentesco* e constituição das *elites políticas* no Estado da Paraíba, no período compreendido entre 1985-2015. Pretende-se, assim, apresentar não só como os Partidos, mas, também, como a Mídia, os Lugares de Memórias, o Tribunal

---

<sup>15</sup>A prosopografia consiste em uma técnica, alguns a consideram também método, que tem por objetivo investigar as características comuns do passado de um grupo de atores na história por meio do estudo coletivo de suas vidas. Com ela define-se um universo a ser estudado e então a ele formula um conjunto de questões padronizadas sobre: nascimento e morte; casamento e família; origens sociais e posições econômicas herdadas; local de residência; educação e fonte de riqueza pessoal; religião; experiência profissional e assim por diante. Cf. STONE *Apud* PERISSINOTO E CODATO, 2008, p.10.

<sup>16</sup>Tendo posto no centro do debate científico-social à formação das minorias politicamente ativas, não faltavam, no século XX, autores que se debruçassem sobre o programa que fora esboçado por Mosca e Pareto e que dessem suas contribuições, quer seja teórico-empírica ou mesmo teórico-metodológica, ao fenômeno das elites políticas. Ver: MILLS, 1981; DAHL, 1958; ARON, 1991; SARTORI, 1982; BOTTOMORE, 1965; dentre outros. Os estudos acerca das elites políticas tornaram-se, assim, centrais no debate contemporâneo da ciência política e da sociologia política. Muito embora é importante destacar que, conforme Marengo (2008), boa parte da produção dedicada aos estudos sobre as configurações das elites políticas nas instituições poliárquicas contemporâneas fora publicada até os anos 1970. Após esta década, o que se encontram são trabalhos pontuais e isolados, descritivos e desprovidos de pretensões teóricas ambiciosas. Nesse sentido, é possível, a partir das leituras realizadas, constatar certo período de produção teórica voltada à compreensão da dinâmica e configuração das elites políticas (SCOTT, 1995; GRZYNSZPAN, 1996; HEINZ, 1999, 2006; CHARLE, 2006).

de Contas, o Legislativo e o Executivo Estadual, são perpassados pelo domínio material e simbólico de famílias políticas que controlam há mais de meio século instituições estratégicas de poder, tendo o *capital político-familiar* – como um dos elementos de diferenciação social fundamental ao acesso e controle de tais instituições acima mencionadas e que, na condição de elemento de diferenciação, quando associado ao *capital econômico* e ao *capital cultural*, tem potencializado as formas de recrutamento e o acesso às mais variadas instituições de poder que constituem o Estado da Paraíba. O *capital político-familiar* é o distintivo simbólico e material que se transmite pelo “nome de família” e pelo patrimônio material e simbólico do grupo familiar. Trata-se de uma espécie de capital político que se desdobra simbolicamente pela força exercida pela “palavra de ordem” família.

É uma espécie de capital simbólico que se constitui a partir da herança material e simbólica do grupo familiar. Consiste em um distintivo que se transforma em patrimônio simbólico que sutilmente se transmite de forma legítima no espaço social para os herdeiros – que podem ser parentes consanguíneos ou não, desde que pertençam e sejam legitimados pelo grupo familiar, a partir de uma identidade construída historicamente pelo grupo. Funciona como mecanismo de diferenciação, processo legítimo de conhecimento e de reconhecimento dos agentes nas posições ocupadas no espaço político. Esta definição de *capital político-familiar* foi construída com base na epistemologia e nos escritos de Pierre Bourdieu. Este sociólogo elaborou o conceito de capital político a partir da experiência vivida na sociedade francesa. Todavia, tendo como *locus* de pesquisa a Paraíba e sustentando-me na epistemologia do supracitado autor, construí a partir das evidências empíricas e da experiência neste campo, o conceito de *capital político-familiar*, conforme esboçado acima. Assim, no decorrer da tese, demonstro a especificidade do modo de fazer político na Paraíba, no qual o *capital político-familiar* torna-se uma categoria analítica que, quando atrelada a outros distintivos, torna-se fundamental à compreensão do campo político brasileiro.

Tal conceito permite compreender a estrutura de poder político construído ao longo do tempo no Estado da Paraíba, quando associado a outras categorias tais como: *parentismo político* que consiste no excesso de parentes nos principais cargos da “Nova República” ao longo do tempo, principalmente em cargos de alto escalão e de representação que, na maioria, são acessados pelo *capital político-familiar*, e que não são restringidos pela súmula vinculante de nº 13 que trata de nepotismo. O *parentismo político*, nesse sentido, funciona como uma espécie de nepotismo, porém legitimado e reconhecido pelo arcabouço jurídico do Estado brasileiro, o que o torna diferente deste posto que não seja admitido, em tese, por lei. Sugeri

também outras classificações realizadas a partir da tabulação dos dados: famílias políticas, novas famílias políticas e empresarização.

O estudo e a demonstração de tal conceito e classificações têm como recorte espacial o Estado da Paraíba, o que não impede que outras regiões, estados, municípios, bem como instituições sejam investigadas. Optei por *capital político-familiar* porque foi possível constatar que, em grande medida, no Estado da Paraíba não apenas os cargos de representação são acessados historicamente por agentes pertencentes às famílias políticas. O *capital político-familiar*, quando associado a outros tipos de capitais (capital cultural, econômico e social) se tornou um dos distintivos fundamentais utilizados como recurso social, através dos usos do parentesco, para produção, manutenção e reprodução da *elite política*<sup>17</sup> no Estado da Paraíba.

O acesso à burocracia estatal se dá conforme tipos específicos de capitais. Geralmente os cargos técnicos – aqueles que necessitam de *peritos* (GIDDENS, 1991) são ocupados por agentes que possuem todo o conhecimento adquirido através de investimento escolar (BOURDIEU, 1998). São indivíduos que demandaram mais tempo no que diz respeito à dedicação no processo de escolarização. Pessoas que tiveram acesso maior ao tempo livre; acesso às melhores escolas e que, portanto, advêm de famílias que possuem capital econômico e capital cultural historicamente materializado nos corpos e nas mentes. O *capital cultural* é um desses distintivos que possibilita o acesso a cargos de altos salários na burocracia estatal, por meio dos concursos. Os concursos selecionam a elite burocrática do Estado por meio de processos que verificam e ratificam saberes legitimados pelo Estado e que foram inculcados a partir de amplo processo de dedicação, ou seja, tempo livre dedicado aos estudos.

As pessoas pertencentes às classes privilegiadas detêm mais tempo livre que aquelas pertencentes às classes populares. Este tempo livre é um dos recursos fundamentais para o acúmulo de *capital cultural*. O acúmulo de capital cultural necessita de acesso às melhores escolas e fundamentalmente tempo livre, que se traduz em disciplina e autocontrole, fundamentais para a formação do *habitus* das classes privilegiadas<sup>18</sup>. Logo, tendo o Estado brasileiro se constituído através de fortes processos de *patrimonialização* das suas

---

<sup>17</sup> O conceito de elite utilizado neste trabalho parte da proposta inspirada na sociologia de Bourdieu. Proposta que crítica a teoria das elites desenvolvida por Mosca (1896) e Pareto (1935) posto que tenderam a naturalizar as propriedades sociais distintivas dos grupos dominantes, como se fossem recursos inerentes à superioridade inata de seus membros. A teoria das elites, proposta por Mosca (1896) e Pareto (1935), não abordava a realidade de forma relacional. Nesse aspecto caem no erro de substancializar/essencializar aquilo que socialmente fora construído. Se os teóricos clássicos da teoria das elites atentassem que o real é relacional teriam também se dado conta de que os atributos investigados como propriedades individuais são, na realidade, a expressão das propriedades derivadas das posições objetivas ocupadas pelos agentes no espaço social.

<sup>18</sup> Ver: SOUZA, 2015, p.41.

instituições, pretende-se demonstrar que outra forma de acesso construída pela classe dominante aos cargos de comando e aos cargos estratégicos da alta burocracia estatal se dá pelo *capital político-familiar*.

Isto não impede de perceber que, dependendo da instituição, outros tipos de capitais são acessados para inserção no aparelho de Estado. No caso específico dos Tribunais de Contas, conforme verá, além do *capital cultural* para a constituição do qualificado corpo técnico (técnicos e analistas que se inserem por via do concurso) tem sido uma tendência o uso do *capital político-familiar* como um dos instrumentos de diferenciação que tem permitido a nomeação e inserção dos conselheiros nessa instituição. Eis uma das instituições estratégica e de significativo poder econômico da República. Em termos orçamentários, os Tribunais de Contas equiparam-se às Assembleias Legislativas. O que só ratifica o poder que têm os conselheiros dos Tribunais de Contas em nosso país, em alguns municípios e Estados. São funcionários que se encontram no topo da hierarquia daqueles que recebem os melhores salários.

### **1.1. OBJETIVOS DA TESE E CAMINHOS METODOLÓGICOS**

A tese tem por objetivo geral compreender essas instituições modernas e “republicanas” (Partidos, Legislativo, Executivo, Mídia e Tribunais de Contas) como “espaços privilegiados” de algumas famílias políticas no Estado que acessam tais instituições por meio dos capitais (cultural, econômico e político-familiar) historicamente acumulados. Busca-se, assim, verificar a força do conceito de *capital político-familiar*. Elaboração que é testada na compreensão de quadros para o recrutamento parlamentar, da bancada Federal da Paraíba no decorrer da série histórica, de 1985-2015, identificando quais famílias políticas tiveram acesso a esse espaço de disputa.

Com isso, pretende-se abrir possibilidades de interpretações sobre o fazer político no Estado, sem perder de vista que instituições como Partidos Políticos, Legislativo, Executivo, Mídia e Tribunais de Contas, não podem ser compreendidos negligenciando o recurso ao parentesco e à genealogia das famílias. O recurso social do parentesco acrescenta as análises à historicidade dos agentes que ocupam essas instituições. Permite, por meio de genealogias, identificar permanências de famílias políticas no seio das instituições. Possibilita entender períodos de longas durações de perpetuação e reprodução de poder por parte de grupos familiares que constituem a classe dominante. Pautado nesse entendimento, tem-se a

possibilidade de compreender essas instituições modernas e “republicanas” como “espaços privilegiados” de algumas famílias políticas no Estado.

A tese discutirá, portanto, a formação da elite política como parte constitutiva da classe dominante no Estado da Paraíba seus jogos e suas dinâmicas de circulação nos mais variados espaços de controle do Estado. O objeto empírico são as famílias políticas e as novas famílias políticas no Estado da Paraíba, tendo como recorte temporal o período de 1985 a 2015. O recorte optou por identificar as famílias políticas que possuem parentes na Câmara Federal e parente(s) que ocupa(m) outro cargo eletivo de representação política no Estado. Nesse sentido, classifico famílias políticas e as novas famílias políticas como sendo aqueles que adentraram ao campo político por meio do capital econômico e/ou do *capital político-familiar*. Estas classificações informam que:

1) famílias políticas – são aquelas que ocupam cargos públicos eletivos e de representação e cargos de comando há mais de meio século no Estado. Algumas destas famílias remontam ao império, como é o caso das famílias Maia-Mariz e Maranhão. Tratam-se daquelas famílias cujos pais, tios, avós, bisavós já atuavam e controlavam politicamente determinadas regiões e trazendo o “nome de família”, associados a outros capitais herdados, passam a ocupar posições dominantes no campo político, jurídico e econômico do Estado. São herdeiros, quase sempre, das tradicionais oligarquias. São agentes que possuem sua origem social<sup>19</sup> em “espaços políticos” e que, desde a infância, foram socializados para o “exercício da vida política” como se “natural” fosse ser o “herdeiro político” responsável pela continuidade da linhagem. São herdeiros de famílias políticas que dominam e controlam recursos econômicos e políticos há mais de meio ou séculos de poder. Na Paraíba tem-se como exemplo a nova geração de herdeiros políticos: Aguinaldo Ribeiro Veloso Borges; Hugo Mota Wanderley da Nóbrega; Pedro Oliveira Cunha Lima; Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto; Benjamin Gomes Maranhão Neto; Ruy Manuel Carneiro Barbosa de Aça Belchior.

2) as novas famílias políticas são as que adentraram o campo político no período de redemocratização sob a força do capital econômico ou ancoradas por meio da parentela e que passaram a construir quadros e inserir parentes para os cargos eletivos e de representação

---

<sup>19</sup> Bourdieu e Passeron (2014b) salientam que a origem social define chances, condições de vida ou trabalho. A origem social é, de todos os determinantes, o único que estende sua influência a todos os domínios e a todos os níveis da experiência dos agentes e primeiramente às condições de existência. (BOURDIEU; PASSERON, 2014b, p. 28).

política municipal e estadual. São as que se inseriram ocupando posições privilegiadas e de comando no campo, muitas vezes, espaços deixados por agentes políticos tradicionais que não conseguiram construir o herdeiro consanguíneo direto: filhos (as), por exemplo, por motivos vários (falecimento, não ter herdeiro, possuir herdeira e não inseri-la no campo político). Essa classificação de indivíduos políticos são aqueles que exercem profissões liberais, em sua maioria, são empresários, homens de negócios, que têm se inserido no campo político e colocado, conseqüentemente, esposas, filhos e netos. Na Paraíba tem-se como exemplo: Dr. Damião Feliciano (ocupou o espaço deixado por Aloizio Campos, este não teve herdeiros) e Rômulo Gouveia (parentela da família Cunha Lima). Indivíduos que não pertencendo às linhagens das famílias políticas tradicionais inseriram-se no campo com o apoio delas e passaram a inserir seus parentes “esposa” – no caso de Rômulo Gouveia: esposa; no que diz respeito a Damião Feliciano: filho e esposa. Esses exemplos têm se repetido – com esse padrão de representação política – em todos os Estados da federação.

A hipótese levantada na tese consiste em: para ocupar cargo público de caráter eletivo/representativo no contexto da “Nova República” necessita acumular dois tipos de capitais – capital econômico e *capital político-familiar*. Os objetivos específicos da pesquisa visam: 1) Verificar se as famílias políticas e/ou novas famílias políticas, por meio de seus parentes e da parentela, ainda se configuram em uma chave de compressão e de constituição do poder político no Estado; 2) Identificar os espaços e as instâncias de poder que os agentes destas famílias controlam; e 3) Compreender de que forma a estrutura de poder político encontra-se assentada nos supracitados capitais e como constitui ativos políticos que possibilitam o sucesso eleitoral e a reprodução do poder e da dominação no Estado da Paraíba.

Para a consecução de tais objetivos e o teste da hipótese levantada, fez-se uso da genealogia como método capaz de desvendar as relações de parentesco entre os agentes políticos e da pesquisa documental realizada por meio dos bancos de dados: i) do Tribunal Superior Eleitoral; ii) do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar; iii) do Centro de Pesquisa Documental de História Contemporânea – CPDOC-FGV. Em relação aos dois primeiros, estes serviram para a montagem dos dados estatísticos e do uso da estatística descritiva: formulação de gráficos e tabelas. O banco de documentos do CPDOC, bem como as biografias e as informações disponibilizadas no site do Congresso em Foco, serviu de base para a compreensão e demonstração do *capital político-familiar*. No que diz respeito, ao volume de capital econômico, fiz uso do banco de dados do TSE (2016) referente ao patrimônio declarado pelos agentes políticos; e, também, as “doações” destinadas pelas

empresas aos partidos e aos candidatos que se encontram disponibilizadas em sites como Excelências.

Tendo esses bancos à disposição, passei à etapa de tabulação e organização dos dados. As informações disponíveis sobre candidatos acessíveis na base do Tribunal Superior Eleitoral permitem lidar com quatro elementos para compor o perfil social: sexo, grau de instrução, cor da pele e ocupação. Embora se possa relacioná-las de várias formas ou testar o peso relativo de cada variável nas chances do sucesso eleitoral, a variável que elegi para este foi ocupação declarada (ou “profissão”). Essa informação, conforme analisada, tem limites severos. Candidatos podem declarar, sem qualquer critério, qualquer coisa. Não se pede, por exemplo, para que se indique a ocupação *atual* nem, no caso de se exercer mais de uma atividade, aquela que é responsável pela maior fonte de renda. Não há nenhuma orientação para que se preencha a ficha de candidatura diferenciando a carreira na qual foi formado (“curso superior”) da ocupação que realmente pratica. Assim, não é raro constatar que um mesmo indivíduo, quando se recandidata, informe uma profissão completamente diferente daquela da eleição anterior. Além disso, o candidato pode optar por preencher a ficha indicando como profissão “outras”. Mesmo assim, ou apesar disso, é um índice utilizável que esse grupo de dados oferece para indicar perfil sócio profissional.

As tabelas e os quadros foram construídos como forma de tornar melhor apresentáveis as estruturas de poder construídas pelas famílias. Tais recursos somam-se aos diagramas/heredogramas. Estes se tornaram possíveis devido ao acesso às produções historiográficas existentes sobre a temática e às biografias e trabalhos escritos pelos familiares dos agentes políticos que, somados aos documentos – entrevistas – disponíveis no CPDOC e uma vasta pesquisa junto aos diversos *blogs*, ajudou-nos a categorizar e construir as classificações de famílias políticas e novas famílias políticas. Tal classificação foi formulada com base nos diversos bancos de dados que, agrupado às informações, possibilitou-nos pensar o campo político da Paraíba constituído a partir de agentes que atuam há mais de meio século ocupando cargos estratégicos no Estado e as novas famílias políticas que, inseridas a partir do processo de redemocratização e no contexto da “Nova República”, passaram a colocar seus parentes nos cargos estratégicos por meio, principalmente, do capital econômico, em alianças com os agentes da família política.

Os diagramas contêm, em sua maioria, os nomes dos agentes das famílias políticas que atuaram nas instituições representativas do Estado brasileiro e do Estado da Paraíba em particular. Alguns nomes de agentes ficaram de fora, principalmente os nomes daqueles que não ocuparam cargos públicos de representação, nem cargos na burocracia do Estado. A

construção dos diagramas levou em consideração os agentes políticos e suas redes de parentesco, bem como os agentes pertencentes às famílias daqueles que estão inseridos no aparelho de Estado em cargos eletivos e em cargos estratégicos de altos salários.

No que diz respeito ao banco de dados do TSE, este ainda nos possibilitou pensar a formação e estrutura do poder econômico do Estado por estas famílias. Com base nas informações fornecidas por este banco foi possível mapear e identificar o patrimônio declarado pelos agentes políticos destas famílias. O que tornou viável o agrupamento das declarações de patrimônio dos que foram eleitos para cargos representativos. Aqueles que ocupam ou ocuparam cargos nos Tribunais e controlam Cartórios, só foi possível identificar a média salarial a partir dos dados fornecidos pelos portais de transparência. Mesmo assim, os dados apresentam certos limites, pois as declarações referentes ao patrimônio nem sempre, correspondem aos valores razoavelmente aproximados do valor venal de mercado. Não se trata de um problema apenas dos eleitos na Paraíba ou em outro Estado da federação. Trata-se de um problema geral das declarações de todo candidato, o que dificulta a análise no que diz respeito ao valor real dos patrimônios destes agentes, destas famílias e, por conseguinte, a mensuração do seu volume de capital. A declaração de patrimônio contida no banco de dados do TSE informa os valores dos bens móveis e imóveis, na maioria dos casos, valores de bens imóveis abaixo do valor venal de mercado.

O TSE divulga, em sua página na internet ([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)), dados sobre a prestação de contas das eleições desde 2002. Ainda que em caráter preliminar e exploratório, são possíveis levantamentos sobre o financiamento de campanhas e a relação entre doadores (empresas e pessoas físicas) e candidatos eleitos. Abre-se a perspectiva de se exercer um monitoramento mais sistemático sobre a atuação dos parlamentares, porém, recomenda-se o exame cauteloso de inferências extraídas das informações sobre os doadores e receptores do financiamento de campanhas eleitorais. Permanece incalculável a persistência e o impacto do "caixa dois" e das inúmeras possibilidades indiretas de se contribuir para os comitês de campanha, como: a cobertura indireta de custos de produtos, serviços gráficos, campanhas publicitárias, imóveis para comitês, dinheiro vivo etc.

Os dados referentes à “doação” para os agentes e para os partidos também foi outro banco analisado. Vale destacar que os dados referentes ao financiamento de campanha só foi possível trabalhar a partir de 2002, o que possibilitou estabelecer algumas relações causais entre parentesco político, controle de partidos e financiamento eleitoral.

Estes dados foram tabulados, categorizados e analisados de forma que pudessem ajudar a estabelecer relações entre capital econômico e *capital político-familiar*. A questão de

pesquisa, portanto, coloca-se no sentido de pensar até que ponto as estratégias de parentesco, fundamentadas no *capital político-familiar* e associados ao capital econômico, formam importantes redes políticas de sustentação parlamentar e quais instituições têm permitido acessar estes distintivos? E, nesse sentido, seria a família ainda uma chave de compreensão da política no Estado da Paraíba? E, até que ponto controlam os partidos políticos e as tomadas de decisões políticas no Estado? Ou seja, quais são os mecanismos de dominação utilizados por estas famílias para permanecerem e se reproduzirem no poder?

A pesquisa procura entender até que ponto a política na Paraíba tem se constituído em um negócio de família. Para isso, faz-se necessário se debruçar sobre a constituição histórica dos agentes políticos situados no campo político a partir do acúmulo dos mais diferentes tipos de capitais. É compreender que o Estado se configura como um espaço de relações de força e de sentido, como produtor de princípios de classificação suscetíveis de serem aplicados ao mundo social. (BOURDIEU, 2014a).

Para tanto, faz-se necessário uma investigação que forneça meios não normativos e não idealizadores do “local” como sinônimo de parentesco na política, *locus* típico e exclusivo de gramáticas políticas pré-modernas. Idealização esta que atravessa o tempo e não dá conta analiticamente, das dinâmicas de duração e adaptação nas práticas de grupos familiares na política em contextos diversos e mais amplos. O local não pode ser compreendido isolado do nacional. Embora se constate que o peso do “nome de família” se circunscreve a um determinado *locus*, este *capital simbólico* também pode ser pensado em outras instâncias.

Face ao exposto, optou-se por dividir este trabalho em duas partes, contendo seis capítulos cada uma, além da Introdução, dos Caminhos Metodológicos e das Considerações Finais. Na **INTRODUÇÃO**, apresento a relevância da pesquisa, o estado da arte acerca do objeto investigado e a problemática que conduziu a pesquisa. O capítulo **PRETENSÕES DA TESE E CAMINHOS METODOLÓGICOS** apresenta a forma como os dados e as fontes foram utilizadas para que se pudesse alcançar os objetivos e testar as hipóteses da tese.

Na **PARTE I – “ABERTURA OLIGÁRQUICA, HERANÇA E PARENTISMO POLÍTICO”** procurei problematizar o processo de transição política no Estado, demonstrando que a transição se deu de forma pactuada entre os agentes pertencentes às antigas oligarquias camuflados pelo discurso democrático liberal. Desta feita, a partir da identificação dos agentes, buscou-se posicioná-los no campo de disputas, situando-os na estrutura social e relacionando-os às famílias das quais são herdeiros. Problematizo, assim, no primeiro capítulo, os limites da democracia liberal, sugerindo pensar o processo de transição

através da “*abertura oligárquica*”. Busquei, ainda, identificar o papel que a escola exerce na formação da elite política do Estado, com vistas a destacar os capitais pessoais como elementos distintivos e que permite o acesso aos cargos de altos salários no aparelho do Estado. Posteriormente, apresento uma radiografia da bancada de parentes que tem se constituído nas principais casas legislativas do País, visando sinalizar que o fenômeno do parentesco e política estende-se para além do local. Por conseguinte, abordo o duplo sentido da herança política, com base no fato de que muitos herdeiros das antigas oligarquias – daí o continuísmo das famílias políticas – passam também a ser os controladores do partido em seus Estados. Herda-se, portanto, duplamente. Herda-se não só o nome de família, mas também a instituição “partido” que se atrela às outras heranças materiais e simbólicas, o que tem permitido ao grupo familiar por meio dos herdeiros se perpetuarem no aparelho de Estado. Esta primeira parte possibilita entender o fenômeno e a constituição da representação política por meio de famílias que historicamente dominam e controlam instâncias de poder em seus Estados. Trata-se muito mais de apresentar o panorama do parentismo nas principais casas legislativas do Estado Brasileiro, com uma radiografia acerca da bancada dos parentes nas regiões do Brasil, com especial atenção à região Nordeste.

Na **PARTE II – “POLÍTICA COMO NEGÓCIO DE FAMÍLIA”** analisei a estrutura de poder constituída por grupos familiares na Paraíba e como a política tem se tornado no Estado um negócio de família. Para tanto, foi aplicado o conceito de *capital político-familiar* e outros com os quais tento operacionalizar. Nesse sentido, demonstro a força analítica do *capital político-familiar* aplicando-o na compreensão da Estrutura de Poder (Mídia, Partidos Políticos, Lugares de Memória, Assembleia Legislativa, Câmara Federal) construída por famílias que dominam o Estado. Utilizando-me de um traço histórico e característico do Nordeste brasileiro, no que diz respeito à constituição de um poder político oligárquico, demonstro a forma como esse poder se transmite por herança e, conseqüentemente, tem permitido aos herdeiros das antigas oligarquias do Estado constituir e acumular, ao longo do tempo histórico, formas distintas de capitais (capital econômico e capital político-familiar) o que lhes tem permitido se perpetuarem no poder ao longo da Segunda República. Tal exercício de investigação realiza-se por meio da estrutura genealógica de parentesco que se estabelece ao longo do tempo nas e entre as famílias investigadas. Com isso, procuro identificar quem são os agentes, a que família pertencem e em quais instituições atuam. Demonstro, assim, que aqueles que historicamente se reparam nos principais cargos de representação política da Segunda República são herdeiros das oligarquias e, no contexto atual, controlam Rádios, Partidos, Tribunais de Contas, Cartórios,

bem como imprimem os nomes dos seus antepassados em lugares de memória, acumulando para além de formas materiais de dominação, insígnias e elementos simbólicos de dominação nos equipamentos públicos do Estado. Assim, demonstro como a estrutura de poder político e econômico se concentra historicamente em pouco menos de 20 famílias do Estado. E que a lógica política de dominação se encontra com os herdeiros das famílias que remontam ao período da Primeira República e alguns agentes remontam ao período imperial ou até mesmo colonial.

A título de **CONSIDERAÇÕES FINAIS** procuro apresentar os resultados alcançados com a pesquisa e demonstrar que esta é mais uma leitura sobre o fenômeno da política em nosso Estado, ficando aberto a outras análises e interpretações.

## **2. PARTE I – ABERTURA “OLIGÁRQUICA”, HERANÇA E PARENTISMO POLÍTICO**

### **2.1. EM TORNO DE UM PROJETO DEMOCRÁTICO LIBERAL**

A década de 1980 no Brasil é marcada politicamente pelo processo da transição “democrática” e pela construção da constituição de 1988. Década em que um novo projeto de sociedade começava a ser instaurado, por meio de lutas simbólicas, em torno dos valores vinculados à liberdade. Liberdades que emergem no bojo de uma cultura política autoritária. Tendo esse valor como pressuposto, as discussões acerca da passagem do regime autoritário para o regime democrático ganhará força. A democracia liberal triunfará de braços dados com as antigas elites políticas legitimando o processo de transição e o “projeto” de país.

A defesa em torno de um projeto democrático de país na década de 1980 girou em torno das liberdades que haviam sido reprimidas pelo regime autoritário, não havendo um foco político em relação à democratização social<sup>20</sup>. Agenda esta que foi defendida pelos partidos de esquerda, a exemplo do PCdoB, PCB e PT, mas que não ganhou espaço de visibilidade no campo político em razão de ter sido rechaçada e relegada, naquele momento, ao esquecimento, sem falar no estigma que fora construído no Brasil historicamente acerca das bandeiras levantadas pela esquerda. (CORDÃO, 2015).

A preocupação das forças políticas que se encontravam na máquina estatal voltava-se para a garantia da transição de forma que pudesse viabilizar os direitos civis e os direitos políticos, principalmente, de votar e ser votado. A democracia, nesse sentido, estaria vinculada ao simples respeito às “regras do jogo”, não caberia, portanto, por em transformação os fundamentos substantivos da ordem social. Vale recordar a emblemática definição minimalista de democracia de Schumpeter (1984), para o qual democracia não seria mais que um simples método de seleção das elites por meio de eleições periódicas. As lutas simbólicas e materiais estabelecidas propiciaram a vitória de um modelo democrático que,

---

<sup>20</sup> O projeto liberal democratizante vence o projeto social democratizante. Embora este pactue por meio dos movimentos sociais e da sociedade civil um projeto de democracia participativa a partir da década de 1990 e com a constituição cidadã concebendo o alargamento da sociedade civil, o que se viu e se vê é que o controle político da representação política ficou com os herdeiros das oligarquias. A atual crise política vivenciada no país é uma demonstração de que o modelo pactuado de democracia liberal fortaleceu os herdeiros das oligarquias controlando na “Nova República” por meio das mais variadas instituições (Judiciário, Mídia, Legislativo e Tribunais de Contas). No momento que sentiram mudanças que permitiriam a quebra dos privilégios, a classe dominante se articulou de forma orgânica. O modelo de democracia minimalista passou a ser ameaçado, visto que contraditoriamente as forças da democracia social passaram a controlar instâncias que começava a por em suspensão a democracia liberal representativa, fortalecendo e potencializado a sociedade civil no que diz respeito ao alargamento de direitos para aqueles que historicamente foram excluídos.

antes de por em suspensão a ordem social, poria as regras de escolhas dos candidatos. Esses passaram a ser eleitos através da universalidade do sufrágio, porém, sob o domínio e o controle daqueles que historicamente estiveram atrelados ao aparelho do Estado brasileiro.

As históricas famílias políticas – constitutivas da elite política brasileira – continuariam disputando seus interesses. O projeto de uma democracia liberal triunfa sobre uma democracia substantiva<sup>21</sup>. Uma agenda em torno da democratização da terra, dos meios de comunicação e da justiça tributária tornou-se novamente secundária no projeto democrático liberal. A desigualdade continuou sendo uma das características marcantes da sociedade brasileira. A igualdade foi encarada no texto constitucional no sentido de isonomia. Distante da forma material pela qual se organiza a sociedade e estão posicionadas as pessoas, o PMDB tornou-se, no período de transição, o símbolo das aberturas democráticas. Um partido que se constituiria a partir da heterogeneidade de agentes políticos das mais diversas linhagens políticas e com verdadeiros caciques regionais. Um partido que se caracterizaria pós-redemocratização pelo fisiologismo e que, portanto, tem como característica a permanência no poder.

Marcos Nobre (2013, p. 42) reforça tal argumento destacando que o PMDB tem como

Característica mais geral e marcante estar no governo, seja qual for o governo e seja qual for o partido a que pertença, como parte de um condomínio de poder organizado sob a forma de um superbloco parlamentar. (NOBRE, 2013, p. 42)

Referindo-se ao PMDB, Nobre (2013) formula uma compreensão de que este partido imprimiu um *modus operandi* na política brasileira que tem se constituído em uma verdadeira cultura política dominante pós-redemocratização que vários outros partidos têm utilizado para permanecer no poder, inclusive partidos antes configurados de esquerda – como o PT – acabou operacionalizando dentro do jogo político contemporâneo do *pemedebismo*<sup>22</sup> através dessa dimensão valorativa, cultural produzida historicamente pelo PMDB.

O *pemedebismo* permite ao agente político construir ou fazer parte de redes em que seu papel é desempenhar e/ou manter, o quanto possível, desemperrados os caminhos

---

<sup>21</sup> De acordo com Osório (2014) democracia substantiva consiste em um modelo de democracia que se baseia numa concepção de sociedade como unidade orgânica, que tem na igualdade social de seus membros um dos objetivos centrais. O bem da sociedade e a liberdade dos indivíduos são assumidos como um conflito permanente a ser resolvido. Para isso, não basta ditar a lei sobre a igualdade de oportunidades (liberdade negativa), é necessário proporcionar efetivamente as oportunidades para todos (liberdade positiva). Esta proposta de democracia não se limita a escolha das elites governantes, como sugere a proposta de Schumpeter. (OSÓRIO, 2014).

<sup>22</sup> O *pemedebismo* não é uma forma cultural de fazer política apenas no PMDB, trata-se de uma cultura política que se instaurou após o regime militar, através desse partido, mas que não ficou restrito a ele. Trata-se de um modelo de organização e ação de quase todos os partidos brasileiros. (NOBRE, 2013, p. 57).

burocráticos que permitem o acesso de seu grupo a fundos e serviços públicos. Ocupar alta posição na hierarquia partidária permite ter uma ampla visão do conjunto da rede (NOBRE 2013). O sistema político dominado pelo *pemedebismo*, antes de querer, através da democracia, eliminar as desigualdades, terá como objetivo acomodar e gerenciar as desigualdades.

Os herdeiros simbólicos do MDB tornavam-se alimentados pelo amplo aparato midiático dos marinhos e de outras tradicionais famílias, “símbolos da democracia”. A relação estabelecida pelo MDB na transição pactuada entre as elites em prol de uma democracia liberal, em que não se colocou em suspenso a ordem, não seria os elementos utilizados pelos agentes do partido nas disputas simbólicas. Muitos herdeiros das tradicionais famílias políticas – a exemplo de Tancredo Neves – que fundara o PP, iria em 1983, para o PMDB, como candidato ao governo de Minas Gerais. À frente, em 1985, seria o nome civil do PMDB com o apoio do PFL, partido construído a partir dos herdeiros de sustentação do regime, para propor uma transição democrática eminentemente conservadora e pactuada entre as elites. A construção simbólica que triunfaria acerca dos agentes políticos do PMDB, nesse período de redemocratização, é que seriam “os verdadeiros defensores dos ideais democráticos”.

No âmbito das disputas simbólicas, a luta pela democracia que vinha se instaurando pelos projetos de esquerdas, sindicatos, movimentos sociais, OAB, CNBB e, em termos partidários, PCB, PSB, PDT e o PT, são engolidos pelo discurso construído por e entre o aparelho de Estado e a o aparato midiático. Os herdeiros do MDB pertencentes às tradicionais linhagens familiares se tornaram “verdadeiros porta-vozes do discurso democrático”. As famílias políticas tradicionais representadas por Tancredo Neves, José Sarney, Antônio Carlos Magalhães, dentre outros políticos, alinhadas aos militares, se colocaram como símbolos da nascente democracia. Na Paraíba, as famílias “Maia-Mariz”, “Braga”, tradicionais oligarquias que associada às famílias “Lucena” “Ribeiro” “Cunha Lima”, “Maranhão”, “Vital-Rêgo”, “Gadelha-Pires”, “Nóbrega-Mota”, “Gaudêncio-Brito”, disputam os espaços de controle do Estado no período e posteriormente à redemocratização.

A “democracia” assumirá o sentido de uma palavra homogênea em termos de significados. A defesa do projeto democrático defendido pelo PMDB, por meio do jogo simbólico construído pela elite midiática, tornará, aos olhos da maioria, a mesma luta pela democracia defendida pelos movimentos sociais organizados à época. Claro que se tratava de projetos distintos, em torno de uma mesma palavra “democracia”.

A morte de Tancredo, por exemplo, cria tamanha comoção nacional ao ponto de relacionar que a esperança do Brasil se resume a esse agente político<sup>23</sup> e que, portanto, o projeto democrático se inviabiliza com a sua ausência. Político que, em 1980, funda o PP com o intuito de articular, como o PMDB, uma transição pactuada e conservadora, tornando-se símbolo da democracia<sup>24</sup>. Esta foi uma das formas de inversões simbólicas promovidas pelo aparato midiático no sentido de pactuar com as elites políticas e a classe dominante a transição, desprezando e rejeitando todo e qualquer projeto de democracia que se vinculasse à transformação da ordem social, pertencente aos movimentos sociais e aos partidos posicionados ideologicamente à esquerda.

O projeto de democracia construído na transição deve-se ao pacto estabelecido entre as elites política e econômica. A democracia assim entendida restringe-se à liberdade de votar e ser votado. Esta é a concepção liberal de democracia que passaria a ser defendida pelas elites e pela classe dominante brasileira. Liberdade econômica e liberdade política no que diz respeito a votar e ser votado. Isto me conduz a estabelecer a relação entre democracia e representação. A representação política não pode ser entendida sem que antes leve em consideração as posições que os agentes ocupam no campo de disputas políticas e o *quantum de capital* esses agentes detêm. A construção de uma teoria crítica da representação política, conforme sugere Miguel (2014), permite-nos uma análise acerca dos capitais (econômico, político, social, cultural, político-familiar) historicamente acumulados e reproduzidos pelos agentes políticos.

Encarar o recrutamento político através do método genealógico relacionando à historicidade dos grupos familiares e econômicos na constituição elite política possibilitam “entender a dinâmica da representação política e como ela se liga às diferentes assimetrias presentes na sociedade” (MIGUEL, 2014, p. 17). A problemática da representação se coloca central ao debate das democracias contemporâneas. Democratizar os espaços da representação

---

<sup>23</sup> Para uma compreensão acerca da construção da democracia no período de transição ver: CORDÃO, 2015.

<sup>24</sup> As eleições presidenciais de 1985 seriam indiretas. No Colégio Eleitoral, o PDS não conseguira formar uma margem ampla e segura, garantindo uma vantagem de apenas 38 parlamentares (BIERRENBACH, 1986). Mais do que isso, não fora capaz de viabilizar um candidato que unisse o partido. Com a definição de Paulo Maluf como candidato à presidência, o partido definitivamente rachou. A candidatura de Tancredo crescia em ritmo acelerado, levando muitos pedessistas – até então sustentadores do Regime Militar – a apoiarem a candidatura do PMDB. A maior parte desses dissidentes formou a “Frente Liberal”, encabeçada por Aureliano Chaves, ex-pré-candidato do PDS, e Marco Maciel. José Sarney abandonou a presidência do partido de Maluf e migrou para o PMDB. Apoiador da “Frente Liberal”, Sarney foi escolhido para ser o candidato à vice-presidência na chapa de Tancredo. Formou-se, assim, a “Aliança Democrática”, responsável por viabilizar a chegada do PMDB ao poder após anos de oposição. Porém, não foi esta uma vitória categórica da esquerda, na medida em que o triunfo, além de formar uma aliança com a “Frente Liberal”, contou com largo apoio de parlamentares do PDS. (BIERRENBACH, 1986, p. 47 a 128)

requer um entendimento acerca da produção social das representações, quais agentes que ocupam e a que famílias pertencem, suas trajetórias.

O projeto de democracia triunfante na década de 1980 em nosso país foi o liberal. Assim, o Brasil transitou de um Estado autoritário para um Estado de direito oligárquico<sup>25</sup>. A democracia triunfante passou a operacionalizar pelas formas constitucionais e as práticas dos governos oligárquicos, tomando-se usualmente a existência de um sistema representativo como critério pertinente de democracia. Com tal projeto vencedor, o embate simbólico, nos primeiros anos da redemocratização, focou na concepção de liberdade como sinônimo de democracia. A “democracia liberal” triunfa sob o controle das velhas famílias políticas – antigas oligarquias – agora sob “novas” lideranças.

A democracia tornou-se, assim, o regime político que, assegurando a liberdade de votar e ser votado, permite a representação política por meio de partidos financiados por fraudes em contratos públicos; empresários que investem quantidade colossal de dinheiro em busca de mandatos; donos de império midiáticos privados apoderando-se das concessões públicas e famílias políticas que historicamente se reversam nos órgãos e cargos de representação do aparelho de Estado, agora legitimadas pelo crivo do sufrágio universal, em eleições que os mais diversos tipos de capitais garante-lhes a inserção no campo político.

---

<sup>25</sup> Ver: RANCIÈRE, 2014, p. 92.

## 2.2. HERANÇA DAS VELHAS OLIGARQUIAS

No Estado da Paraíba como em todo o Nordeste brasileiro, o PMDB agora “símbolo da democracia” que trazia em seus quadros os agentes políticos na “Nova República”, também conquistou o governo. Porém, o que se constata é que os anos que antecederam a década de 1980 já demonstravam as estratégias das famílias políticas que dominam o Estado há mais de meio século, quando não há séculos de poder. Estas se reestruturaram e se rearranjam para as disputas em prol do capital simbólico que vinha se constituindo em torno do MDB. Falo aqui das tradicionais famílias políticas do Estado: “Lucena” “Ribeiro” “Cunha Lima”, “Maranhão”, “Vital-Rêgo”, “Gadelha-Pires”, “Nóbrega-Mota”, “Gaudêncio-Brito”, “Cunha Lima”, “Maia-Mariz”, “Braga”, dentre outras.

As redes de relações estabelecidas entre e pelas famílias políticas continuariam sendo uma das características do fazer político no Estado. Não se tratava de uma característica do modo de fazer política da primeira república, mas de estratégias utilizadas por essas famílias. Modos de agir e de pensar a política que se instauraram nos corpos e nas mentes dos agentes políticos. Os agentes se apropriam e se inserem nos partidos, quase sempre, com o intuito de alcançar os interesses do “grupo familiar” que historicamente participaram no aparelho de Estado, exercendo funções públicas, e pertenceram ao pólo dominante das disputas políticas.

O MDB, sob o controle de Humberto Lucena<sup>26</sup>, na capital, traz o empresário e filho do ex-governador João Agripino Neto para seus quadros. Este que aproximaria também a vinda

---

<sup>26</sup>Sua família detinha grande prestígio político no Estado da Paraíba. Seu bisavô Virgínio de Melo e Amélia Barbosa de Lucena era neto do Barão de Lucena e primo em 1º grau do Cel. Antônio da Silva Pessoa, este pai de Epitácio Pessoa. Seu avô Sólon Barbosa de Lucena foi governador do Estado em 1916 e de 1920 a 1924. Filho de Severino de Albuquerque Lucena e Maria Hilda Coutinho de Lucena, Humberto se formou em 1951 em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Iniciou sua carreira política no PSD, elegendo-se deputado estadual em 1950 e 1954 e deputado federal em 1958 e 1962. Devido à vitória do Regime Militar de 1964, e a outorga do bipartidarismo, ingressou no MDB. Foi reeleito em 1965, por esse partido, e após perder a eleição para senador em 1970, conquistou um novo mandato na Câmara dos Deputados em 1974. Graças as sublegendas, conquistou o mandato de senador pela Paraíba em 1978, devido ao fato que a votação combinada dos candidatos do MDB, superou a votação do ex-governador Ivan Bichara candidato único da ARENA. Durante o mandato ingressou no PMDB e chegou a ser líder da bancada. Reeleito em 1986 foi eleito presidente do Senado Federal no ano seguinte e durante sua gestão aconteceu a Assembleia Nacional Constituinte, que elaborou a Constituição de 1988 sendo de sua autoria a emenda que manteve o presidencialismo no Brasil, e, também, a norma constitucional que prevê anulação da nomeação do funcionário público e a punição do nomeante, se não for por concurso público. De volta ao comando do Senado Federal, durante o Governo Itamar Franco, foi reeleito em 1994, momento no qual teve sua candidatura cassada por abuso de poder político em ação proposta pelo Ministério Público Eleitoral por ter determinado a Imprensa do Senado Federal imprimir 130 mil calendários de parede com sua foto e com mensagens alusivas a campanha. Apesar disto, retornou ao mandato em razão de uma Lei que anistiou-lhe do ilícito cometido. Tal Lei de Anistia chegou a ser questionada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, mas a ação fora julgada improcedente pelo Supremo Tribunal Federal. De volta ao exercício do cargo eletivo, faleceu no curso do mandato quando presidia a Comissão Especial de Reforma Política e Partidária. Humberto Lucena casou-se com Ruth Maria Heusi de Lucena com quem teve quatro filhos, Lisle Heusi de Lucena, Humberto Coutinho de Lucena Junior, Iraê Heusi de Lucena e Thais Heusi

do seu pai João Agripino (III)<sup>27</sup> e Ernani Sátiro<sup>28</sup> a Humberto Lucena. Adversários históricos desde os tempos de PDS e UDN se uniam agora de braços dados ao MDB. Arenistas se uniam ao MDB. O que só fortalece a tese de que os partidos na Paraíba, como em outros Estados da federação, de há muito tempo servem para acomodar os interesses das famílias políticas tradicionais, antes de construírem e se constituírem agremiações que buscam e visam republicanamente um projeto para o Estado.

Em Campina Grande, segundo maior colégio eleitoral do Estado, desde a morte do Deputado federal Petrônio Figueiredo, herdeiro político de Argemiro de Figueiredo<sup>29</sup>, em 1975, o controle do MDB no município passou para o suplente de senador Ivandro Cunha Lima<sup>30</sup>, que também veio a assumir o cargo de senador, em 1977, com a morte de Ruy Carneiro. Fernando Cunha Lima, Ivandro Cunha Lima e Ronaldo Cunha Lima despontavam desde a década de 1950 como líderes políticos da família Cunha Lima na região da Borborema, tendo o apoio de tradicionais políticos como Argemiro Figueiredo e agentes empresariais influentes como Newton Rique. O empresário Fernando Cunha Lima em 1974

---

de Lucena. Iraê Lucena é a sua herdeira política, eleita por várias vezes deputada estadual pelo PMDB da Paraíba.

<sup>27</sup> Da terceira geração de filhos homens aos quais era dado o mesmo nome, João Agripino (III) Filho nasceu no município de Brejo do Cruz, alto sertão da Paraíba, no interior de uma das famílias mais tradicionais do Estado. Foi deputado federal, senador, governador do Estado da Paraíba, ministro do Tribunal de Contas da União, além de ter sido o primeiro titular do Ministério de Minas e Energia no governo Jânio Quadros. João Agripino (III) é “filho de João Agripino (II) de Vasconcelos Maia e de Angelina Mariz Maia. Do casal nasceram 12 filhos, o primeiro dos quais uma mulher, batizada com o nome de Sílvia Mariz Maia. Agripino foi o segundo registrado como João Mariz Maia. O terceiro foi Tarcísio de Vasconcelos Maia (já não consta o Mariz o sobrenome da mãe), seguindo-se Antônio Marques Mariz Maia, Fábio Mariz Maia e Otávio Mariz Maia – Mariz da mãe e Maia do pai. [...] Seu pai era próspero proprietário rural, dono de fazenda em Brejo do Cruz e um engenho em Catolé do Rocha e chefe político de Brejo do Cruz e Catolé do Rocha” (RAMOS, , 1992, p. 23). Sua trajetória política e pessoal foi o tema do trabalho de Tese, que se transformou em livro, de Monique Cittadino. Ver: (CITTADINO, 2006; AGRIPINO FILHO, 1978).

<sup>28</sup> Filho de Miguel Sátiro e Sousa e Capitulina Ayres Sátiro e Sousa. Formou-se em 1933 pela Faculdade de Direito de Pernambuco. Em 1934 elege-se deputado estadual pelo Partido Republicano Libertador (PRL) e exemplo do que fizera antes o pai. Durante a vigência do Estado Novo getulista, dedicou-se à advocacia, fase interrompida apenas em 1940 quando foi nomeado prefeito de João Pessoa, cargo que exerceu por apenas dezoito dias. Prócer da UDN foi eleito deputado federal para a Assembléia Nacional Constituinte em 1945 sendo reeleito em 1950, 1954, 1958 e 1962. Partidário do Golpe Militar de 1964 é eleito presidente da UDN, o último antes da instituição do bipartidarismo pelo Ato Institucional Número Dois em 27 de outubro de 1965. Ernani Sátiro ingressou na ARENA e foi reeleito em 1966. Líder do governo Costa e Silva na Câmara dos Deputados entre 1967 e 1968, renunciou ao mandato em 9 de maio de 1969 após ser escolhido ministro do Superior Tribunal Militar. Em 1970, é escolhido governador da Paraíba pelo presidente Emílio Garrastazu Médici. Fato que o levou a abdicar da toga ministerial. De volta à política Ernani Sátiro foi reeleito deputado federal em 1978 e 1982 quando já estava no PDS. Em seu último mandato ausentou-se da votação da emenda Dante de Oliveira em 1984 e votou em Paulo Maluf no Colégio Eleitoral em 1985.

<sup>29</sup> Argemiro de Figueiredo contraiu núpcias com Alzira Ramos Figueiredo, de onde nasceu o ex-deputado Petrônio Ramos Figueiredo, além de Iara Ramos Figueiredo, Argemiro Ramos de Figueiredo, Sara Ramos de Figueiredo, Paulo Ramos de Figueiredo e Ione Ramos de Figueiredo. SILVA, Waldir Porfírio da Silva. Cap. VI – Argemiro de Figueiredo: um parlamentar, da Revolução de 1930 ao Senado da República. Cf. MELLO, 2002, p. 264.

<sup>30</sup> Na Parte II – “A Política como Negócio de Família”, mais especificamente do Capítulo 6 – “Síntese genealógica do poder político no Estado”, apresentaremos a genealogia e a estrutura de poder construída pela família Cunha Lima, da qual Ivandro Cunha Lima é um dos herdeiros.

estava praticamente eleito Deputado federal quando veio a ser assassinado poucas semanas antes do pleito no Rio de Janeiro. Marcondes Gadelha<sup>31</sup>, como um dos candidatos a Deputado federal do MDB na Paraíba, saiu nesse pleito como o mais votado no Estado e se beneficiou da votação que seria atribuída a Fernando Cunha Lima<sup>32</sup>. Com a morte de Fernando Cunha Lima e a ausência de Ronaldo Cunha Lima<sup>33</sup>, Ivandro Cunha Lima passou a ser o articulador político do MDB e da família Cunha Lima na região de Campina Grande.

Posicionado no maior colégio eleitoral do interior do Estado da Paraíba, Ivandro Cunha Lima – como mentor político da família – trouxe para o MDB seus familiares e herdeiros políticos do Cel. Cunha Lima de Areia, do município de Guarabira a família Paulino; do município de Bananeiras e Solânea fortaleceria o MDB com os familiares de Humberto Lucena e em Araruna trouxe os familiares de José Targino Maranhão<sup>34</sup>. Mais uma vez a história se repete: se em 1935, pós Revolução de 30, as oligarquias se rearranjavam em torno de um projeto de fortalecimento das linhagens coronelísticas, por meio da ação política e da articulação de Argemiro, agora, no período de redemocratização, os herdeiros daquelas famílias que em 1940 se encontravam com Argemiro<sup>35</sup> ou com Ruy Carneiro<sup>36</sup>, unem-se

---

<sup>31</sup>Na Parte II – “A Política como Negócio de Família”, mais especificamente do Capítulo 6 – “Síntese genealógica do poder político no Estado”, apresentaremos a genealogia e a estrutura de poder construída pela família Gadelha-Pires, da qual Marcondes Gadelha é um dos herdeiros.

<sup>32</sup> Fernando Cunha Lima foi empresário e sócio do ex-presidente Juscelino Kubistchek. Nesse período já era considerado um dos homens mais ricos do Estado da Paraíba.

<sup>33</sup> Ronaldo foi prefeito eleito em 1968, com o AI-5, tem m 14 de março de 1969, seus direitos políticos cassados, passando dez anos no ostracismo, indo para São Paulo e depois para o Rio de Janeiro recomeçando a sua carreira de advogado. Mais informações sobre Ronaldo e o detalhamento sobre a linhagem política dos Cunha Lima se verá no capítulo referente a síntese genealógica.

<sup>34</sup> Na Parte II – “A Política como Negócio de Família”, mais especificamente do Capítulo 6 – “Síntese genealógica do poder político no Estado”, apresentaremos a genealogia e a estrutura de poder construída pela família Maranhão da qual José Targino Maranhão é herdeiro.

<sup>35</sup> Argemiro de Figueiredo nasceu em 1901, no município de Campina Grande. Seu pai, o cel. Salvino Gonçalves Figueiredo, de origens humildes, tornou-se uma das grandes lideranças políticas de Campina Grande por ter-se casado com Brígida da Costa Agra, filha do cel. Honorato da Costa Agra, detentor de uma das maiores fortunas no município. A morte do cel. Agra e, posteriormente, de sua esposa, faz Salvino herdeiro de uma fortuna e da liderança política do seu sogro. Do casamento com Brígida da Costa Agra, nasce um dos seus filhos Acácio Figueiredo, irmão de Argemiro por parte de pai, que viria a ser deputado estadual por duas legislaturas e deputado federal por três. O segundo casamento do Cel. Salvino amplia sua força política, haja vista que sua segunda esposa, Luiza Viana Borges da Fonseca, era filha do Dr. Bento José Alves Viana, um dos deputados provinciais de 1892. Deste segundo casamento nasce Argemiro. Este estuda as primeiras letras no Colégio Professor Clementino Procópio. O secundário cursa – equivalente atualmente ao ensino médio – cursa no “Liceu Paraibano”. Na capital pernambucana ingressa na Faculdade de Direito, na mesma turma dos que viriam se tornar agentes públicos José Marques da Silva Mariz e Oswaldo Trigueiro ex-governadores, do renomado escritor paraibano José Lins do Rego e do ex-deputado Álvaro Gaudêncio de Queiroz, formando-se em 24 de dezembro 1924. Inicia-se na carreira política em 1928, participando da fundação do Partido Democrático, um dos apoios dos aliancistas, apesar de seu pai e outros membros da família permanecerem vinculados aos perrepista. Integrou a Aliança Liberal, tendo sido eleito deputado estadual nas eleições de 1929, sofrendo, entretanto, a “degola”. Com o movimento de 30, ingressa no Partido Progressista, vindo a ser convidado para o cargo de secretário do governo Gratuliano Brito. Cf. SILVA In MELLO, 2002, p. 261-314; ARAÚJO, 2000.

<sup>36</sup> Ruy Carneiro nasceu em Pombal, em 1901. Era filho de um proprietário rural. Em 1927, forma-se em Direito pela faculdade do Recife. Foi repórter do Jornal *Correio da Manhã*, de propriedade de seu pai, tonando-se,

através do projeto das aberturas democráticas, em torno de uma proposta minimalista de democracia. (SHUMPETER, 1984).

O campo político na Paraíba encontrava-se, portanto, no contexto das aberturas e no período de redemocratização estruturado no pólo dominante por agentes políticos pertencentes às famílias políticas, herdeiras das linhagens políticas coronelísticas. Mudavam-se os nomes, permaneciam os sobrenomes. O poder oligárquico que ditou a forma de operacionalização da política no período compreendido de 1930 a 1960 continuaria agora revestido de novos discursos em torno do projeto nascente de democracia. As artimanhas da dominação não se davam mais tão somente pelo controle da terra, novas instâncias de poder e dominação foram construídas e instituídas. A democracia nascente necessitava de novas formas de controles. Estes se associavam ao controle exercido pelo Estado por meio da violência física. Trata-se de um controle que é exercido também e fundamentalmente pela violência simbólica. Nestes termos, o aparato midiático foi fundamental. A violência é exercida nos corpos e nas mentes.

Os filhos dos antigos “coronéis” continuariam ocupando os melhores postos e órgãos estratégicos do Estado e controlando os principais canais de comunicação em suas regiões de atuação política, conforme irei destacar. As oligarquias se renovam por meio dos herdeiros. As mudanças ocorridas no campo político, em termos de representação política, na maioria das vezes, não passaram de deslocamentos dos agentes na estrutura do campo, ocupando posições estratégicas, quer seja no âmbito municipal, estadual ou federal. A estrutura de dominação no campo político continuou operando pelos *capitais: econômico e político-familiar*.

Na década de 1930, por exemplo, Argemiro de Figueiredo<sup>37</sup>, inserido no campo político por João Pessoa<sup>38</sup>, e herdeiro do Cel. Salvyno Figueiredo, embora dissidente do seu

---

posteriormente, seu diretor. De família política, seu pai fora correligionário de importantes líderes republicanos, compondo, posteriormente, no epitacismo. Ruy Carneiro engajou-se na campanha da Aliança Liberal, sendo ajudante de ordens de Juarez Távora e Juraci Magalhães. No pós-30, tornou-se oficial-de-gabinete dos ministros José Américo e João Marques Reis, ambos da pasta da Viação e Obras Públicas. Em seguida, foi eleito deputado federal pela Paraíba, cargo que ocupava por ocasião do golpe do Estado Novo. Foi ainda Secretário de João Marques dos Reis, no Banco do Brasil. Os cargos ocupados no Rio de Janeiro permitiram-lhes criar um amplo círculo de relações, potencializando o capital social, tendo ele tonando-se, inclusive, grande amigo de Getúlio Vargas. Cf. CARNEIRO, 1977.

<sup>37</sup> Argemiro de Figueiredo fora eleito governador constitucional em 1934, aderiu ao golpe orquestrado por Getúlio e manteve-se como interventor. Uma das famílias oligárquicas mais expressivas da Paraíba era a família Maia o apoiava. Aquele chegou a convidar João Agripino (III) para ocupar uma Secretaria de estado, mas este rejeitou. José Américo, por sua vez, ficou ressentido com Argemiro por ter aderido ao Estado Novo. Mas em 1940, ano que é datada esta foto, Getúlio substitui Argemiro por Ruy Carneiro.

<sup>38</sup> João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque era o sobrinho predileto de Epiácio Pessoa. Estudou na escola militar, no Rio de Janeiro, levado por Epiácio. Posteriormente, no Recife, cursou Faculdade de Direito, tendo morado nesse período de formação, com o seu tio, o coronel Antônio Pessoa. Formou-se em 1905, casando-se, em

pai, tornou-se um dos políticos fundamentais para a recomposição e reestruturação das famílias políticas e oligárquicas do Estado. (GURJÃO, 1994). No seu governo, as oligarquias estabeleceram relações fundamentais no sentido de lhes garantir apoio, uma vez que permitiu acesso ao aparelho de Estado às famílias políticas. Coutinho destaca (1965, p. 84), em seu livro “*Poder, alegria dos Homens*”, referindo-se ao período em que Argemiro foi governador do Estado, que este

(...) cercou-se de todos os donos do Estado. Chamou ao Palácio os caciques da República Velha. (...) nos corredores palacianos, os coronéis andavam de réguas e esporas, tudo como se estivessem em seus currais. (...) E, o Governador a chamar para junto de si os Ribeiro Coutinho, os Gaudêncio, os Nóbrega, os Cunha Lima, os Bezerra Cavalcanti, etc.<sup>39</sup>

Argemiro Figueiredo, enquanto agente situado no pólo dominante do campo político, reconstrói as oligarquias por meio das relações que estabelecem com as famílias que controlam as microrregiões do Estado, as regiões controladas pelos “chefes políticos”, “coronéis”.<sup>40</sup> Para cada microrregião existiam famílias políticas que controlavam os “currais eleitorais”. Em Campina Grande, encontravam-se os “Figueiredo-Vital-Rêgo”. No sertão, encontravam-se as famílias “Maia” “Mariz”, “Nóbrega” “Mota”, “Gadelha” “Pires”. No Cariri os “Gaudêncio” e “Brito”.<sup>41</sup> No litoral, os “Ribeiro Coutinho” e os “Veloso Borges”. No Brejo, os “Targinos”, “Lucena”, “Bezerra”, “Cunha Lima”. Essas eram as principais

---

seguida, com Maria Luisa de Sousa Leão, filha do ex-governador de Pernambuco, Segismundo Gonçalves. Em 1909, retorna ao Rio de Janeiro, para dar início a carreira de auditor fiscal no governo federal. Na presidência de Epitácio, foi escolhido para o cargo de juiz do Superior Tribunal Militar, a mais alta corte da justiça militar no país, cargo que exerceu até assumir o governo da Paraíba em 1928. Cf. LEWIN, 1993, p. 320-321.

<sup>39</sup> Ver: COUTINHO, 1965. Este é um dos historiadores pertencentes a uma das famílias políticas tradicionais do Estado.

<sup>40</sup> Utilizo o termo “coronel” aspiado, pois, conforme indica Gurjão (1994) trata-se, em sentido amplo, “de proprietários locais que exercem o poder sobre a massa trabalhadora que lhe é subordinada. As relações sociais de produção dominantes na Zona Rural criam laços de dominação e dependência pessoal fortalecida pelo compadrio e expressos ideologicamente na ótica dos dominados como obrigação de lealdade para com o ‘coronel’ que lhes presta favores e assistência. A autoridade do ‘coronel’ se afirma na função de chefe político, na sua capacidade de ‘arrebancar’ e manter o eleitorado de ‘cabresto’. A formação da base econômico-social do poder dos ‘coronéis’ remonta à colônia, entretanto, o coronelismo só se consubstancia a partir da segunda metade do século XIX, no bojo da regionalização do espaço brasileiro; tendo sua configuração mais acabada no contexto do final do século XIX a metade do século XX”. Cf. GURJÃO, 1994, p. 90.

<sup>41</sup> Os Brito são naturais do Recife, porém vieram a partir do casamento de José de Brito da Câmara (de Recife) e Inês Ferreira de Oliveira do cariri. O nome Brito passou a ter força política na região a partir do casamento de José da Costa Romeu (Filho) com Cosma de Brito Maciel e Câmara, filha de José de Brito. Em 1905, Inácio da Costa de Brito – que era Juiz de Direito na cidade de Areia – casou com Maria Madalena Leal de Brito. Esta era irmã de Walfredo Soares dos Santos Leal correligionário de Álvaro Machado, que fora presidente da Paraíba entre 1915-1908. Walfredo Leal é quem eleva Ignácio de Brito ao cargo de desembargador (também foi nomeado prefeito de São João do Cariri por João Pessoa). Gratuliano de Brito era filho de Inácio da Costa de Brito e de Maria Madalena Leal de Brito, primo de José Américo de Almeida. Gratuliano fora formado, em 1926, em Direito pela Faculdade do Recife. Em 1927 foi promotor em Patos. Em 1928, ano de início do governo de João Pessoa, passou a ser delegado geral da polícia. Cf. MOREIRA, 2012, p. 57; MEDEIROS e MEDEIROS, 1989, p. 67; BRITO, 1979.

famílias políticas que atuavam e controlavam os principais cargos e empregos possibilitados pelo Estado da Paraíba, no período governado pelo interventor Argemiro de Figueiredo.

Em 1945, com a queda de Getúlio e o movimento de redemocratização no país, Argemiro de Figueiredo coordena a organização da União Democrática Nacional - UDN<sup>42</sup> no Estado da Paraíba. No âmbito nacional, tinha-se como um dos nomes o paraibano José Américo de Almeida<sup>43</sup>. O espírito do tempo e das circunstâncias históricas situou no mesmo campo político Argemiro de Figueiredo e José Américo, ambos na UDN. Partido que congregaria todas as forças que se opunham ao getulismo. Em contraposição, os que mantinham fidelidade ao getulismo se articulariam em torno do outro vetor de força: o Partido Social Democrático – PSD<sup>44</sup>, controlado por Ruy Carneiro. Dividia-se, assim, o campo político pós 1945, as duas maiores forças políticas da Paraíba: americismo e argemirismo. Nesse campo de disputa e de forças, é eleito para a Assembleia Constituinte de 1945, para o cargo de deputado federal Argemiro de Figueiredo, o primeiro mais votado; o segundo foi da tradicional oligarquia Maia<sup>45</sup> – João Agripino (III); e, para o Senado, José Américo de Almeida.

---

<sup>42</sup> A UDN reuniu cinco tipos de agentes: a) oligarcas desalojados pela Revolução de 30; b) antigos aliados de Vargas que tinham sido marginalizados depois de 1930 ou 1937; c) aqueles que participaram do Estado Novo, mas se afastaram antes de 1945; d) grupos liberais com forte identificação regional; e) esquerdistas. A UDN se caracterizava, em termos de retórica pública, pelo combate à corrupção administrativa, pelo cultivo do individualismo universalista e pelo horror ao paternalismo de Getúlio Vargas. Era favorável ao não intervencionismo estatal e ao capital estrangeiro. Cf. BENEVIDES, 1981, p. 29; SOARES, 1965.

<sup>43</sup> José Américo de Almeida nasceu em 1887, numa casa-grande de engenho da Paraíba, situado no município de Areia, no limite de uma região úmida onde se cultivava cana-de-açúcar, com regiões mais secas, até semiáridas no interior do país. José Américo de Almeida conta em seus livros que seu pai liberou seus escravos antes da promulgação da lei, mas a sua região açucareira de origem conheceu um grande declínio econômico, por força das reestruturações operadas nas plantações para enfrentar a concorrência nos mercados internacionais. É a época do desenvolvimento das primeiras usinas de açúcar que marcou a passagem a uma produção em escala industrial e a subordinação dos antigos engenhos – então reduzidos ao estado de simples estabelecimentos agrícolas, denominados fornecimentos. A concentração do poder na mão dos proprietários das usinas desqualificava e subordinava os antigos senhores de engenho que as cercavam. Alguns quiseram continuar usando seus engenhos para fabricar açúcar, mas tiveram que se resignar a produzir somente rapadura, exclusivamente destinada ao mercado interno. Foi o caso dos senhores de Areia, e especialmente o do pai de José Américo de Almeida. Cf. GARCIA JÚNIOR, p. 2008, p. 79.

<sup>44</sup> O Partido Social Democrático (PSD) foi constituído em torno de prefeitos e interventores e se beneficiou dos recursos para a patronagem à disposição das administrações estaduais e municipais. Além dos interventores, todas as figuras mais importantes da administração do Estado Novo participam da sua criação. Mais ainda, o candidato do PSD, general Eurico Dutra, venceu a primeira eleição presidencial do novo regime, tendo recebido forte apoio político de Getúlio. Dutra foi ministro da Guerra durante todo o período do Estado Novo. Cf. NUNES, 2003, p. 69.

<sup>45</sup> As origens dos Maias, família de Américo Maia de Vasconcelos, na Paraíba, “remontam à segunda metade do século 18, com a chegada à região de Antônio Ferreira Maia, casado com a prima, Quitéria Nogueira Leitão. O casal instalou-se onde hoje é o município de Catolé do Rocha, tomando posse das terras pertencentes ao avô comum, o capitão Bento de Araújo Barreto. A partir daí, tem-se a criação do clã com fortes características endogâmicas que se torna não só uma das mais tradicionais famílias na Paraíba, como também uma das mais poderosas e influentes na política municipal e estadual, com irradiações desse poderio para o estado vizinho do Rio Grande do Norte. Cf. CITTADINO, 2006, p. 41. Era filho de Américo Hermenegildo Maia de Vasconcelos e Maria Idalina Maia de Vasconcelos. Formou-se pela faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi prefeito de

O afastamento de Argemiro de Figueiredo de José Américo deveu-se a episódios locais e, ao mesmo tempo, a fatores vinculados às relações de parentesco, visto que se deveu também, em certa medida, a recusa de José Américo, de apoiar para a prefeitura de Campina Grande, em 1947, o candidato e cunhado de Argemiro, Major Veneziano Vital do Rêgo - UDN<sup>46</sup>, ficando solidário à candidatura do seu parente Elpídio de Almeida. E na capital também não se dedicou à campanha de Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello<sup>47</sup> e seu vice José Targino – candidato da UDN – na disputa com Alcides Carneiro do PSD, genro de José Américo. Os candidatos da UDN foram vitoriosos. Em 50 a ruptura de José Américo se deu, dentre outros fatores, pelo apoio a Ruy Carneiro. Este que, em 1958, habilidosamente também traz Argemiro para o seu campo de apoio, o que possibilita o afastamento de Argemiro de João Agripino (III). As disputas e divisões internas dos chefes políticos na UDN contribuíram para o fortalecimento de Ruy Carneiro, que veio a ser senador da república durante 26 anos, chegando a falecer seis anos antes do término do último mandato conquistado em 1974. Com sua morte, quem assumiu foi o suplente Ivandro Cunha Lima, como já destacado.

Em 1950 a Paraíba assiste a uma das mais acirradas disputas da sua história política. José Américo e Ruy Carneiro pelo PSD, de um lado, e Argemiro Figueiredo e José Pereira Lira<sup>48</sup>, pela UDN, de outro. José Américo e Argemiro disputavam o palácio da redenção, enquanto Ruy Carneiro e José Pereira disputavam a única vaga ao Senado Federal. José Américo vence a disputa ao governo e Ruy é eleito senador da República. Porém, mesmo eleito, no seu partido não se apresentavam quadros com musculatura política para UDN. Neste partido, além de Argemiro com força política estadual, também se destacava João Agripino (III).

Em 1955 as oligarquias, juntamente com forças do setor industrial, unem-se para lançar Flávio Ribeiro Coutinho – usineiro latifundiário e udenista – numa aliança que teve

---

Catolé do Rocha (1930-1934), Deputado estadual(1935-1937). Com o advento do regime ditatorial de 1937 e consequente dissolução do poder legislativo, foi nomeado Diretor do Abrigo de Menores Jesus de Nazaré pelo então interventor Argemiro de Figueiredo, permanecendo no cargo até 1940. Durante os anos de interventoria de Rui Carneiro, seu inimigo pessoal, permaneceu no ostracismo, cuidando de suas atividades agropecuárias em Catolé do Rocha. Em 1947, ocupou a Secretaria de Agricultura e Obras Públicas e voltou à assembleia legislativa do Estado em 1950, até 1962, quando faleceu, vítima de acidente automobilístico. Era casado com Silvia Mariz Maia, filha de João Agripino (III) (II). In. TERUYA, Marisa., p. 95-96.

<sup>46</sup> Major Veneziano Vital do Rêgo casou-se com a irmã de Argemiro – Vicentina Figueiredo. Major Veneziano Vital do Rêgo é filho de Cel. Ernesto Vital do Rêgo e de Maria Heráclio do Rêgo. Esta irmã do Cel. Francisco Ernesto do Rêgo – Coronel “Chico Heráclio”. Ver: RÊGO, 2008.

<sup>47</sup> Governador da Paraíba de 1947-1950, deputado federal, embaixador do Brasil na Indonésia e Ministro do Supremo Tribunal Federal, aposentando-se como presidente da mais alta Corte de Justiça do país.

<sup>48</sup> Este o então chefe da casa civil da Presidência da República do marechal Erico Gaspar Dutra.

como vice-governador o deputado estadual Pedro Gondim<sup>49</sup> - PSD. Seria uma aliança construída através de agentes políticos em campos de disputas extremamente acirrados. José Américo, Argemiro de Figueiredo, Ruy Carneiro e o industrial e latifundiário Virgínio Veloso Borges<sup>50</sup>, além de João Agripino (III), foram os agentes que construíram essa aliança, o que não se deu de forma pacífica, pois envolvia interesses de outras famílias políticas tradicionais do Estado. Além disso, Pedro Gondim, Severino Lucena<sup>51</sup> e Ramiro Fernandes eram pretendentes ao cargo de vice-governador. Severino Lucena era um dos nomes de interesse de Ruy Carneiro e Ramiro Fernandes era da “casa” dos Ribeiro da Várzea do Rio Paraíba.

Este acordo entre os udenistas e pessedistas fortaleceu as maiores agremiações políticas do Estado à época, em torno da candidatura do usineiro Flávio Ribeiro Coutinho, o que possibilitou uma vitória esmagadora deste contra o advogado Renato Teixeira Bastos pelo Partido Social Trabalhista. Maior que estabelecer o acordo em torno dos nomes para compor a chapa, foi a dificuldade em agregar os mais diversos interesses da UDN e do PSD. Os dois partidos na Assembleia legislativa possuíam bancadas numerosas, o que significava interesses diversos por parte dos parlamentares. Estes que possuíam seus redutos eleitorais e em suas bases constituíam chefes políticos e grupos de interesses completamente antagônicos. Tem-se como exemplo, Humberto Lucena e Clóvis Bezerra que disputavam na região do Brejo, mais especificamente, Solânea, Araruna e Bananeiras, a hegemonia política.

---

<sup>49</sup> Filho de Inácio Costa Gondim e de Eulina Moreno Gondim cursou o primário em Alagoa Nova e o curso secundário no Lyceu Paraibano, na capital. Bacharelou-se em Direito, em 1938, na Faculdade do Recife. Exerceu a advocacia, atuando na Paraíba e nos estados vizinhos. Foi um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD), tendo em 1946 sido eleito deputado estadual, reelegendo-se para um segundo mandato, mas não exerceu por ter sido designado pelo governador José Américo de Almeida para ser secretário da Agricultura, Viação e obras Públicas do estado da Paraíba. Foi também eleito vice-governador e no período 1958-1960 assumiu o governo do estado, pois o governador Flávio Ribeiro Coutinho afastou-se por motivos de saúde. Em 1960 afasta-se do governo para candidatar-se ao cargo de governador sendo eleito, derrotando Janduhy Carneiro. Com o golpe de 1964 ainda continua no cargo até 1966 quando se candidata a deputado federal pela Arena e repassa o cargo ao então governador eleito João Agripino (III), porém, são cassados seus direitos políticos por dez anos e perde seu mandato de deputado e somente em 1979 é anistiado pelo presidente João Figueiredo. Retoma as atividades políticas, filiando-se ao PMDB e candidatou-se ao Senado Federal, atendendo aos apelos de amigos e às conveniências do partido. Não tendo alcançado a vitória, afastou-se da política. Em 1985, ocupou uma diretoria do Banco do Nordeste, deixando o cargo ao término do mandato em 1990. É pai de Nilda Gondim, ex- deputada federal; e Tio de Domício Gondim Barreto, ex-senador da república. Consultar: Ver: MAIA1980; Ver também Site oficial de Vital do Rêgo Filho, neto de Pedro Gondim: [www.vitalzinho.com.br](http://www.vitalzinho.com.br)

<sup>50</sup> Primo de José Américo de Almeida, Virgínio Veloso Borges foi um dos fundadores da Fábrica de Tecidos de Tibiri. Proprietário da Fábrica de Tecidos Deodoro no Rio de Janeiro. Diretor do Sindicato das Indústrias e Tecelagem do Estado do Rio e membro do Conselho do Comércio e Indústria do Brasil no Exterior. Com o apoio de José Américo, Virgínio Veloso Borges foi eleito senador e o seu outro primo Gratuliano Brito foi eleito deputado federal e para a Interventoria o Partido elege, sob a indicação de José Américo, Argemiro de Figueiredo. Cf. ZENAIDE, 2000, p. 311; CARNEIRO, 2011, p. 111.

<sup>51</sup> Pai do senador Humberto Lucena e filho do ex-presidente da Paraíba Sólton de Lucena.

Em 04 de dezembro de 1957 o então governador Flávio Ribeiro (UDN) é afastado por motivos de saúde. E no dia 05 o vice-governador Pedro Gondim assume o poder no Palácio da Redenção. De acordo com Severino Ramos (1991, p. 68)

Três dias antes de tomar posse, Pedro Gondim viajou para Campina Grande e reuniu-se com Argemiro, a fim de discutir a participação de udenistas de sua confiança no secretariado do novo governo. Argemiro concordou em indicar dois secretários – Miranda Freire, para a Saúde, e Jacob Franzt, para a Agricultura – ao mesmo tempo em que se comprometia a engajar-se na campanha de Ruy. (RAMOS, 1991, p. 68)

Com a indicação dos dois Secretários sugeridos por Argemiro de Figueiredo para o Governo de Gondim, ficou travada a disputa na UDN paraibana entre Argemiro Figueiredo e João Agripino (III). Dois representantes das oligarquias agrárias. Dois representantes de linhagens de famílias históricas na política paraibana. Argemiro decide apoiar Ruy Carneiro para o Senado e Pedro Gondim para o Palácio da Redenção. E João Agripino (III) apoiou José Américo para o Senado. Diante dessa dissidência entre os dois caciques da UDN na Paraíba, Argemiro desliga-se da UDN e filia-se ao PTB, sigla que no plano nacional tinha como representante o vice-presidente João Goulart. De acordo com textos de jornais da época, José Américo dedica significativamente seus discursos a ataques pessoais a Ruy Carneiro. José Américo perde a eleição pra Ruy Carneiro.

Nas eleições de 1960, a disputa se dá entre Pedro Gondim e Janduhy Carneiro, este irmão de Ruy Carneiro. Embora a preferência de Ruy fosse por Pedro Gondim, o partido decide, por maioria, pelo nome do seu irmão, o que possibilitou a Pedro Gondim se filiar ao Partido Democrata Cristão – PDC, e a UDN, sob o comando de João Agripino (III), apoiar a candidatura de Gondim.

Tais configurações de forças políticas só demonstram o quanto o campo político no Estado se estrutura em torno de disputas construídas pelas, e situadas entre, famílias políticas tradicionais. Muda-se o nome, permanece o sobrenome. Muda-se o agente, permanece a família. É a mudança na permanência. A mudança dos nomes na permanência dos sobrenomes com o fortalecimento do poder político das mesmas famílias políticas. O campo se estrutura em torno das mesmas famílias que mudam de posição na permanente circulação no aparelho de Estado.

Tanto o argemirismo quanto o ruysmo, como veremos, foram forças políticas que construíram herdeiros no interior do campo político paraibano que permanecem até os dias atuais em termos de reprodução de quadros políticos advindos das tradicionais famílias

políticas do Estado. Isso demonstra que o campo político da Paraíba tem se estruturado em torno da órbita de pouco menos de duas dezenas de famílias políticas que se revezam no poder há aproximadamente um século. A base dessa estrutura de poder foi alicerçada em grande medida sob o controle da propriedade da terra e na dominação exercida pelos “coronéis” do algodão-pecuária e do açúcar, somando-se ao acesso que tiveram e têm em termos de representação política de suas famílias no aparelho de Estado.

A elite política paraibana, representada não mais que aproximadamente por 20 “sobrenomes”, tem historicamente o foco de sua dominação nas fazendas e nos engenhos, assentados sob a ordem da estrutura coronelística, nas décadas de 30, 40 e 50<sup>52</sup>. A população rural, que era maioria, submetia-se a formas de trabalho baseadas nas relações pessoais de dominação e dependência<sup>53</sup>.

As oligarquias<sup>54</sup> também atuavam nas disputas de espaços, no campo político, para construir estradas, escolas e demais obras para as quais as verbas governamentais eram fartas, principalmente nas obras contra as secas<sup>55</sup>. Os “coronéis” monopolizavam as terras. O processo de açudagem realizado no governo Epitácio Pessoa<sup>56</sup> e, posteriormente, apropriado por José Américo no Nordeste, no “combate às secas”, reforçava a concentração de poder das oligarquias, que, com este, reforçava-se por meio das obras de açudagem. Os “coronéis”, além de concentrarem as melhores terras, passaram a concentrar também a água. Os açudes eram, em sua grande maioria, construídos pelo Estado nas terras dos “coronéis”.

A construção de reservatórios e a ausência de um plano de distribuição equitativo das águas fortaleciam o poder dessas famílias políticas. A água, concentrada nas terras dos “coronéis”, e sob o domínio das elites agrárias, servia, em épocas de seca, como reforço ao processo de exploração sobre os trabalhadores rurais. Era continuidade dos processos de exploração e dominação sob uma população desprovida de todo e qualquer tipo de capital. Eram as formas de dependência que se reconfiguravam no Nordeste brasileiro, induzidas e potencializadas pelo financiamento estatal. Dependência que os agentes desprovidos de

---

<sup>52</sup> BLONDEL, 1957.

<sup>53</sup> GURJÃO, 1994.

<sup>54</sup> Compreende-se por Oligarquias “grupos que controlam determinados setores da economia e exercem o comando da política local. Representam grupos de parentes consanguíneos ou unidos por laços de compadrio ou matrimônio, ou, ainda, por identidade de interesses econômicos e políticos”. Ver: QUEIROZ, 1975.

<sup>55</sup> É desse período histórico que “se desenvolveu a ‘indústria da seca’ realimentando as oligarquias pela expansão de seu patrimônio financeiro e das suas prerrogativas de poder”. Cf. GURJÃO, 1994, p. 59.

<sup>56</sup> A ascensão de Epitácio Pessoa, por exemplo, 1919 e 1922 à presidência da República conferiu-lhe (e aos governadores por ele indicados) um capital ampliado para a concessão de “patronagem” aos seus correligionários, elemento chave na configuração das relações de poder entre o Estado e o município. Assim, a criação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS, agência voltada para o combate às secas, garantiu-lhe um aporte de recursos, cuja distribuição, minuciosamente controlada assegurou-lhe a sobrevivência através dessa máquina eleitoral. Cf. CITTADINO, 2006, p. 60.

capital cultural e econômico tinham em relação aos proprietários das terras para plantar e dela retirar o alimento; dependência em relação aos que agora concentravam também a água para saciar a sede. A ausência democrática a esses bens possibilitava e fortalecia os processos de exploração das elites agrárias sobre os trabalhadores rurais, os quais se submetiam à condição de trabalho análoga à “escravidão”. Embora os camponeses, historicamente, tenham sido sujeitos ativos, sabendo resistir e/ou negociar, conforme a sua racionalidade e a especificidade do tempo e do jogo político no qual estão imersos, mesmo quando negociam ou consentem, procuram sempre tirar proveito da relação de classe e não fazem por mera manipulação ou submissão inconsciente. Eles também jogam com suas estratégias de acordo com sua posição no campo e seu senso prático.

A terra e a água concentrada permitiam maior controle por parte da elite agrária sobre os trabalhadores. Estes dependiam desses bens para sobreviver, para suprir suas necessidades básicas e materiais de existência.

Sendo a terra o principal meio de produção, os trabalhadores rurais supriam suas necessidades materiais desenvolvendo trabalho nas terras dos latifundiários<sup>57</sup>. Assim, cria-se a necessidade de mão de obra assegurada pela força de trabalho dos moradores, meeiros e pequenos sitiantes (GURJÃO, 1994). Esse processo de acumulação primitiva, induzido pelo Estado brasileiro, através da implantação de benfeitorias nas grandes propriedades, por meio de financiamentos, constituiu-se material e simbolicamente em força e poder político dos “coronéis” da oligarquia algodoeira – pecuária<sup>58</sup>. No rol dos que constituíam a oligarquia algodoeira estavam as famílias Dantas, Rique, Araújo, Gaudêncio, Almeida, Ribeiro, dentre outras<sup>59</sup>.

As oligarquias operacionalizavam no âmbito da estrutura do Estado. Assumiam posição privilegiada junto ao poder estadual, alcançando cargos de representação política direta, isto num contexto em que 70% da população eram analfabetos, como salienta Jofilly (1979). Muitas das famílias políticas que na década de 1940 se encontravam ocupando cargos estratégicos no Estado, no governo de Argemiro de Figueiredo e no governo de Ruy Carneiro, tornaram-se sustentáculos para a reprodução de novos agentes políticos, por meio da herança simbólica e material. Os agentes políticos do MDB e da ARENA, partidos do período militar,

---

<sup>57</sup> Diante desse contexto de desigualdade e divisão do trabalho regional faz-se necessário compreender as contradições do sistema capitalista. As desigualdades e explorações sofridas pelos trabalhadores na Paraíba possibilitaram, entre os anos de 1930 e 1934, organizar-se para que fossem efetivados os direitos trabalhistas. Nesse sentido, “os operários da Paraíba pleiteavam principalmente, a jornada de 8 horas, lei de férias e a lei de acidentes de trabalho”, principalmente o operariado urbano. Consultar: Cf. GURJÃO, 1994.

<sup>58</sup> Ver: OLIVEIRA, 1977, p. 49.

<sup>59</sup> Ver: GURJÃO, 1994, p. 135-136.

tornam-se herdeiros dessas famílias políticas. Continuarão, como será visto, controlando e dominando os melhores cargos, as instâncias e instituições estratégicas do Estado no período e, posteriormente, a redemocratização.

Com o processo de redemocratização muitos herdeiros das tradicionais oligarquias se tornarão agentes que se utilizarão do discurso democrático como forma de atrair os mais variados setores populares que enfrentaram a ditadura militar. Porém, imbuído do discurso democrático liberal, camuflam-se o processo de permanência e reprodução de linhagens tradicionais e de detentores históricos de poder político, herdeiros dos mais tradicionais oligarcas do Estado. Muitos são os herdeiros que, pertencentes às classes privilegiadas, encontram na ideologia que se poderia chamar de carismática (pois valoriza a “graça” e o “dom”) uma legitimação de seus privilégios, os quais são transformados em herança social e política em graça individual ou em mérito pessoal. Esse mérito talvez seja porque é um dos privilégios que podem aparecer como ligado exclusivamente ao mérito pessoal e garantidos por um procedimento tão democrático quanto possível (formalmente)<sup>60</sup>.

Não por acaso, a partir da década de 1980, período de redemocratização, os principais cargos de representação política são ocupados no Estado por paraibanos pertencentes ao seio das mesmas famílias políticas destacadas. Agentes políticos que, desde a Revolução de 1930, têm ocupado posições estratégicas no aparelho estatal. Poder político que se estruturou na cumplicidade entre o poder público e o poder privado, a partir da inserção das famílias políticas nas mais variadas instâncias de poder e de controle do Estado. São famílias que historicamente controlam cartórios, as melhores e maiores extensões de terras, empresas, escritórios de advocacia, postos no ministério público e no poder judiciário, cargos de conselheiros dos tribunais de contas, faculdades particulares e, atualmente, autarquias de governos, aparato midiático (jornais, rádios e televisão) dentre outros. Trata-se, portanto, de um poder que se estrutura não somente através de uma família, mas na relação reticular de malhas e camadas que constituem as redes familiares de dominação política no Estado.

No capítulo seguinte, abordo como na Paraíba o processo de “aberturas democráticas” se legitima por meio de herdeiros de antigas oligarquias. Nesse sentido, argumento que a abertura oligárquica possibilitou o continuísmo de agentes das famílias políticas no controle dos principais cargos de representação do Estado e inserção no aparelho de Estado.

---

<sup>60</sup> Cf. BOURDIEU, 2014b, p. 94-95.

### 2.3. ABERTURA “OLIGÁRQUICA” E CONTINUIÍSMO DAS FAMÍLIAS POLÍTICAS

Com o processo de construção do pluripartidarismo ocorreu na Paraíba uma acomodação das famílias políticas tradicionais tanto no PMDB como no PDS. O que só ratifica a tese de que, antes mesmos dos agentes estarem engajados com a ideologia ou mesmo o programa do partido, querem espaços para controlar o partido em suas regiões e dominar o reduto eleitoral. Com isso, acessar de forma legítima e reconhecida pelo crivo das eleições à máquina estatal. Esta me parece ser uma das características das elites políticas no Estado da Paraíba.

Antônio Vital do Rêgo, por exemplo, que esteve na ARENA e depois no MDB, na segunda metade da década 60, ingressou no PDS no início da década de 1980 e disputou a prefeitura de Campina Grande em 1982, tendo como opositor Ronaldo Cunha Lima, irmão do então senador Ivandro Cunha Lima, presidente do MDB de Campina Grande. Marcondes Gadelha que foi um dos nomes do MDB, na década de 1970, elegendo-se Deputado federal, em 1982 foi eleito senador pelo PDS, partido herdeiro da ARENA. Antônio Mariz como um dos nomes da ARENA, em décadas que marcaram o regime militar, na década de 1980 emergiu como um dos nomes do MDB<sup>61</sup>. Pode-se, aqui, listar diversos outros políticos oriundos das “oligarquias” que tiveram no decorrer do regime militar na ARENA, mas que, posteriormente, no período de *redemocratização oligárquica*<sup>62</sup>, tornaram-se símbolos da democracia liberal.

O que demonstra como, em sociedades midiaticizadas e pautadas pela cultura do espetáculo, agentes políticos são construídos e desconstruídos de acordo com os interesses vinculados a classes dominantes que controlam os sistemas simbólicos. A grande mídia em nosso país, por exemplo, ao tempo em que “pautou” a “abertura democrática” ensejou que esta fosse realizada sob o comando dos militares e das oligarquias econômicas e políticas. Pautou a constituição de um Estado de direito oligárquico, conforme salienta Rancière (2014). Estado em que o poder da oligarquia fosse limitado pelo duplo reconhecimento da soberania

---

<sup>61</sup> Ver: LISBOA, 2006.

<sup>62</sup> Este conceito consiste em pensar o período de redemocratização como um período no qual as oligarquias atreladas ao poder do capital financeiro e do capital industrial, além do poder da grande mídia, pactuam com os militares a transição para uma democracia liberal na qual o direito de votar passa a ser assegurado, permitindo que as antigas oligarquias, através dos seus herdeiros, continuem a ter acesso aos principais cargos e postos do Estado, agora legitimado pelo sufrágio universal.

popular e das liberdades individuais<sup>63</sup>. Ou seja, pautou a democracia em sentido estritamente liberal.

Com isso, no campo político, as disputas e lutas simbólicas se impuseram enquanto visão e di-visão de mundo dos agentes políticos. Estes pelo crivo da “democracia liberal” passaram a atuar na “cena política” em nome dos cidadãos, como verdadeiros e legítimos representantes do povo; sem apresentar ao povo que o acesso à representação se dá por meio dos capitais acumulados historicamente. O projeto democrático triunfante camuflou os processos que permitem os sujeitos serem “representantes do povo”. Escondeu que as pessoas desprovidas de capital dificilmente obtém êxito no espaço das lutas e disputas simbólicas à representação política.

Vende-se em nome da liberdade do ato de votar a ideologia de que todos são iguais e que, portanto, tem o direito constitucionalmente resguardado e assegurado de votar e ser votado. O primeiro é vendido como uma garantia constitucional de liberdade que legitima o segundo. Os agentes desprovidos de capital possuem o direito de votar assegurado, mas, do ponto de vista das condições objetivas, estão impossibilitados de ser votado e obter êxito nas eleições. Posto que o canal da representação política se dá fundamentalmente pelos partidos, os quais estão dominados, em sua grande maioria, por oligarquias políticas e econômicas no Estado que controlam as direções e as comissões provisórias.

As regras (arcabouço jurídico do Estado) que lhes permitem ter acesso ao campo da política, por meio dos partidos, torna todo e qualquer cidadão igual perante a lei. Constrói-se, assim, a ilusão de que as disputas são iguais entre qualquer cidadão e que o voto possuem o mesmo peso e valor, desta forma reitera-se a afirmação da universalização do sufrágio pelas quais todos podem votar e ser votado. Oculta que a representação política é simbólica e material. E aqueles que estão melhor posicionados no campo, estão por possuírem objetivamente um peso maior de capitais acumulados. São, muitas vezes, agentes que, conforme evidencia Osório (2014, p.56), monopolizam historicamente a gestão política nos espaços e instâncias de representação e que, pelo domínio dos segredos e labirintos da política – e de suas normas e linguagens – conseguem manter ou aumentar seus privilégios, enquanto setores específicos.

A eleição de 1982 na Paraíba, por exemplo, em pleno processo de transição oligárquica, apontou para a construção social dos herdeiros das velhas lideranças com novas formas discursivas. Disputaram, nesse período, e nos períodos subsequentes, tanto para o

---

<sup>63</sup> Ver: RANCIÈRE, 2014, p. 91-96.

Estado quanto para os municípios, agentes políticos herdeiros do capital econômico e do *capital político-familiar* dos velhos “chefes políticos” do século XIX. Todavia, os agentes políticos pertencentes ao ainda recente PMDB (herdeiro institucional do MDB) se sobressaíram como simbolicamente os legítimos defensores de uma nova política pautada em valores democráticos, cívicos e republicanos.

No município de Campina Grande, por exemplo, teve-se uma disputa na qual se encontraram dois herdeiros do argemirismo: Antônio Vital do Rêgo e Ronaldo Cunha Lima. O primeiro, sobrinho de Argemiro de Figueiredo; e o segundo herdeiro do patrimônio partidário que foi controlado por Argemiro, na região da Borborema onde está situado o município de Campina Grande. Vale destacar que em 1949, Argemiro de Figueiredo apóia o seu cunhado Major Veneziano Vital do Rêgo. Este casado com a irmã daquele, Vicentina Figueiredo. Major Veneziano e Vicentina Figueiredo, pais de Antônio Vital do Rêgo, candidato que disputa, em 1982, às eleições de Campina Grande para o cargo de Prefeito.

Salienta-se, ainda, que na década de 1960, Antônio Vital do Rêgo, juntamente com Ronaldo Cunha Lima, disputaram a eleição para prefeito do município, ambos pelo MDB. Utilizando-se do artefato das sublegendas construídas pelos militares, o primeiro disputou pelo MDB I e o segundo pelo MDB II. Antônio Vital do Rêgo recebeu naquele contexto o apoio do sogro Pedro Gondim, governador do Estado da Paraíba. Ronaldo recebe apoio do empresário Newton Rique e Argemiro de Figueiredo. Vital do Rêgo, além de se constituir, como herdeiro pela linha materna do Cel. Salvyno Figueiredo, pela linha paterna também foi herdeiro de uma das famílias políticas mais tradicionais da política no Estado vizinho – Pernambuco – herdeiro do Cel. Francisco Heráclio do Rêgo<sup>64</sup>.

A história política em termos de disputas em Campina Grande se repetiria em 1982, mais uma vez entre Antônio Vital do Rêgo e Ronaldo Cunha Lima. Se aquele é herdeiro político das tradicionais famílias coronelísticas do Estado da Paraíba e Pernambuco, Ronaldo Cunha Lima, por sua vez é herdeiro do Cel. Cunha Lima, atuante no município de Areia, no Brejo Paraibano e de Demóstenes Cunha Lima<sup>65</sup>. Porém, o chamado grupo Cunha Lima não se constitui sob o comando do Cel. João Cunha Lima, mas a partir da inserção do grupo

---

<sup>64</sup> Para conhecer a trajetória do Coronel Chico Heráclio sugiro a leitura de: HERÁCLIO, Reginaldo. **Chico Heráclio: o último coronel**. Recife. Editora: CEPE, 1979.

<sup>65</sup> Demóstenes Cunha Lima ocupou o cargo de Prefeito Municipal em Araruna, por designação do então interventor Argemiro de Figueiredo. Este que atendeu a indicação do Cônego Francisco Bandeira, prefeito de Guarabira de 1935 a 1937, tio de Nenzinha Cunha Lima, filha de dono de Engenho, em Cuitegi, distrito à época de Guarabira, a maior cidade do Brejo paraibano. Em 1940, substituído o interventor Argemiro de Figueiredo por Rui Carneiro, os prefeitos municipais foram mudados, em razão do que “seu Demóstenes transferiu a família de Araruna para Campina Grande”. Ver: MELLO, 2015, p. 54-55.

familiar no município de Campina Grande, respaldado por Argemiro de Figueiredo e o empresário Newton Rique.

Em 1982, a família Cunha Lima, se torna herdeira, em certo sentido, da estrutura político-partidária do MDB argemirista em Campina Grande. Com a morte de Petrônio Figueiredo – filho de Argemiro – o nome que se tornou herdeiro sucessório de Argemiro na política é Cunha Lima. Ivandro Cunha Lima é dentre os filhos de Demóstenes quem herdará o patrimônio partidário do MDB na Borborema deixado pelo herdeiro de sangue de Argemiro. Ivandro Cunha Lima assumiu o controle do partido no município, bem como assumiu o mandato de senador, com a morte de Ruy Carneiro, pois se encontrava na condição de suplente.

Tais acontecimentos coadunaram para o fortalecimento da família Cunha Lima na região da Borborema. Somando-se a isso, o fato de Ronaldo Cunha Lima ter tido seus direitos políticos cassado em 1969, com a instauração do Ato Institucional de nº 5, quando à época havia vencido as eleições pelo MDB I, com somatório dos votos obtidos por Antônio Vital do Rêgo no MDB II. O retorno à Campina Grande e a sua filiação no PMDB representou todo um jogo simbólico vinculado aos ideais democráticos e liberais. Ideais que se alinhavam ao pensamento da esquerda, das forças progressistas (MR-8, PCdoB, PCB, PSB), da juventude e dos movimentos sociais da época.

Embora pertencente a uma “família política” tradicional, Cel. Cunha Lima e Demóstenes Cunha Lima<sup>66</sup>, detentora de significativo capital econômico e político, a família Cunha Lima, representada no campo político por Ronaldo e Ivandro Cunha Lima, consegue estabelecer no campo discursivo e de lutas simbólicas estratégias que permitiram o distanciamento vinculativo à tradição oligárquica. Ronaldo Cunha Lima, por assim dizer, consegue imprimir a imagem do candidato moderno, democrático e vinculado aos anseios da esquerda existente, embora apregoadado na prática e no modo de operacionalizar a política de forma populista permeada por ações e práticas clientelísticas.

Antônio Vital do Rêgo além de pertencer geneticamente a uma herança tipicamente coronelista – tanto materna como paternamente – soma-se o fato de ter pactuado, em certo momento de sua trajetória política, com o regime militar. Quando da influência de Ernesto Heráclio do Rêgo<sup>67</sup> – chefe político do município de Boqueirão e do seu primo José Braz do

---

<sup>66</sup> O pai de Demóstenes Cunha Lima, João da Cunha Lima, também exerceu cargo político. João da Cunha Lima foi deputado estadual. Ver: LIMA, 2014.

<sup>67</sup> Ernesto Heráclio do Rego era filho de João Ernesto do Rego e Josefina Heráclio do Rego. Ernesto Heráclio do Rego era sobrinho Cel. Francisco Heráclio do Rego e de Maria Heráclio do Rêgo. Esta casada com o Cel. Vital Ernesto do Rêgo, avós paternos de Antônio Vital do Rêgo. Ernesto Heráclio do Rego era um latifundiário. Foi

Rêgo<sup>68</sup> – se filia a Arena. Além disso, nas “aberturas democráticas”, pertencente aos quadros político do PDS. Partido que foi constituído como herança institucional da Arena. Tais evidências dificilmente permitiriam a Antônio Vital do Rêgo se constituir como um defensor dos “ideais democráticos”.

Situado partidariamente dentro do campo político, no período de transição democrática, no PDS, Antônio Vital do Rêgo passou a simbolizar as forças mais retrógradas do Estado, principalmente aos olhos dos movimentos populares, como as SABs<sup>69</sup>. Se dentro desse espaço de lutas simbólicas e materiais, Ronaldo Cunha Lima imprimia toda uma teatralização da política através do discurso performático sobre democracia e liberdade – símbolos estes que vinham se construindo nacionalmente a partir do processo de transição –, Antônio Vital do Rêgo, embora tenha também pertencido, em certo momento, ao MDB, e tenha sido também cassado em 1969, não tinha legitimidade para sair em defesa dos valores democráticos liberais. Isto imprime a Ronaldo Cunha Lima, nessa disputa, formas de imposição de visões de mundo e de classificação social que, posteriormente, daria divisibilidade e di-zibilidade para além da região da Borborema, o que se traduziria na imposição e constituição de uma imagem de um “político moderno”.

Antônio Vital do Rêgo recebeu o apoio estadual do governador Wilson Braga. Este que teve sua trajetória política construída por diversos estigmas relacionados à imagem e as práticas políticas retrógradas pautadas na gramática do clientelismo e do uso da força como instrumento de construção de hegemonia política.

---

prefeito de Cabaceiras e, posteriormente, prefeito de Boqueirão, além de deputado estadual. Ver: MONTEIRO, 2009.

<sup>68</sup> Filho de Ernesto Heráclio do Rêgo e de Edite de Lucena do Rêgo. Formou-se em Ciência Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Paraíba, na turma de 1959. Foi eleito três vezes deputado estadual (1958, 1962, 1966). Em 05 de junho de 1965 foi nomeado Advogado de Ofício pelo governador Pedro Gondim. No dia 08 de janeiro de 1971 foi nomeado pelo governador João Agripino para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Consultar: [http://www.ihgp.net/luizhugo/jose\\_braz\\_do\\_rego.htm](http://www.ihgp.net/luizhugo/jose_braz_do_rego.htm). Acesso em 15/09/2015

<sup>69</sup> As SABs consiste em Sociedades de Amigos de Bairro que com o processo de redemocratização do país, em 1945, as SABs tiveram uma participação nunca vista na história das comunidades brasileiras. Sabe-se de antemão que uma boa parte das SABs, constituía-se num ponto de apoio aos políticos que mantinham o poder, transformando essas SABs, em redutos eleitorais ou movimento populista/clientelista, coisa que até hoje ainda ocorre. Foi na percepção de que as SABs formavam-se por pessoas de baixa renda e com pouco grau de conscientização reivindicatória que surgiram os interessados em tomar partido por estes movimentos, mas na esperança de que suas bases eleitorais estariam sendo formadas para a sua carreira de político partidário. O primeiro a receber o valor desses conglomerados ou associações nos bairros foi o Jânio Quadros, conseguindo, entretanto, grande popularidade e até mesmo eleger-se Governador de São Paulo, por meio de um apoio clientelista que sempre proporcionou às SABs existentes na capital paulista. Não só o ex-presidente Jânio Quadros congregou-se às SABs para o seu reduto eleitoral, mas, uma infinidade de políticos fez dessas Sociedades um ponto de apoio para a sua ascensão de políticos carreiristas, na Paraíba, destaca-se o uso político feito por Ronaldo Cunha Lima. Ver: <http://www.eumed.net/libros-gratis/2006a/lgs-eps/2n.htm> Acesso em 25/09/2015

O uso do discurso em torno das aberturas democráticas e das liberdades democráticas, realizado por Ronaldo Cunha Lima em Campina Grande, e por Antônio Marques da Silva Mariz, ex-deputado federal pela Arena, e agora pelo MDB, na disputa com Wilson Braga, camufla a herança político tradicional desses agentes. Ronaldo Cunha Lima e Antônio Marques da Silva Mariz, embora pertencentes às linhagens de famílias tradicionais na política do Estado, se reconstituem, a partir destas disputas, enquanto símbolos das lutas democráticas e das liberdades; e são poucos os estudos que os ligam às elites agrárias e rurais.

Simbolizando o discurso do progresso *versus* o discurso do atraso, Ronaldo Cunha Lima e Antônio Marques da Silva Mariz, ao estarem na eleição de 1982, disputando o pleito municipal e estadual contra Antônio Vital do Rêgo e Wilson Braga, respectivamente, conseguem construir a imagem de “novas lideranças” contra velhas oligarquias. Situados e posicionados no campo político partidariamente no MDB, produzem aquilo que Charaudeau (2006, p. 118) denominou de *ethos de identificação*, no qual o sujeito falante é digno de crédito por aquilo que fala a partir do julgamento do que os outros fazem deles. As lutas simbólicas em torno da defesa da “democracia” oferecem vantagem política a Ronaldo Cunha Lima e a Antônio Mariz por estarem situados nas fileiras do PMDB. Nesse sentido, conseguem impor tal visão e di-visão no campo político que, embora pertencentes às famílias políticas tradicionais, tendo seus familiares desde 30, no caso de Ronaldo Cunha Lima, e desde o império, no caso de Antônio Marques da Silva Mariz, exercido e disputado espaço no aparelho de Estado, permitiu dissociar-se das oligarquias.

Ora, tanto Ronaldo Cunha Lima como Antônio Vital do Rêgo, Antônio Marques da Silva Mariz e Wilson Braga são herdeiros de tradicionais famílias da política paraibana. Detentores de aportes considerados de *capital político-familiar* e econômico. Pertencentes às famílias que ocuparam e continuam a ocupar cargos nos mais altos postos da burocracia do Estado e cargos de representação política. Não se trata de agentes políticos que se constroem através das forças oriundas dos movimentos sociais organizados ou de movimentos de classe. Pertencem a famílias políticas tradicionais, detentoras de significativos aportes de capital político e econômico, tendo seus familiares, parentes e vinculados à parentela, ocupando cargos de altos salários no aparelho estatal e cargos eletivos de representação política.

Dentro do espaço disputa-se principalmente o Estado, além de percepções e formas de imposições de visões de mundo. Ronaldo ao vencer as eleições impõe uma di-visão, dentro do campo, como salienta Bourdieu (1989), de percepções cujos valores passaram a ser mediados pela relação entre o tradicional e o moderno. Ronaldo Cunha Lima – que se traduz por extensão o grupo familiar e capital simbólico deste – conseguiu, dentro das disputas políticas

e simbólicas, impor a visão referente aos valores vinculados à “democracia liberal oligárquica”, sendo, portanto, localmente, o porta-voz da democracia liberal e dos valores cívicos, da emergente transição que se fazia no país. A simbologia construída acerca dos ideais democráticos nessa disputa será reelaborada em diversos outros pleitos vindouros na política paraibana. A partir da inserção de Ronaldo Cunha Lima se constituirá uma nova oligarquia no Estado que passou a ter como base de sustentação simbólica e material a herança do “sobrenome” “Cunha Lima”.

No mesmo sentido se deu discursivamente a *performance* de Antônio Marques da Silva Mariz. Este, além de ter apoiado o regime militar por meio da sua participação na Arena, é herdeiro de um patrimônio político-familiar de duas famílias tradicionais do sertão paraibano. Famílias estas cujo domínio político remonta ao império e que, em termos territoriais, extrapola o estado da Paraíba entrando no estado do Rio Grande do Norte e em outros estados da federação como Rio de Janeiro.

Antônio Marques da Silva Mariz, além de pertencer à família que dominou durante aproximadamente um século a região de Sousa, no sertão paraibano, também é sobrinho de João Agripino (III)<sup>70</sup>. Foi Governador do Estado, Ministro do Tribunal de Contas da União, o primeiro titular do Ministério de Minas e Energia no governo Jânio Quadros, além de deputado e senador. Herdeiro dos Mariz e dos Maia, pertencia a uma das famílias mais tradicionais na política paraibana. Família que historicamente controlou e dominou politicamente as disputas e o aparelho das prefeituras do sertão paraibano, mais especificamente, nos municípios de Sousa, Catolé do Rocha e Brejo do Cruz. O seu tio João Agripino (III) era amigo de primeira grandeza de Golbery Couto e Silva – cabeça pensante do regime militar – e do general Castelo Branco.

O capítulo seguinte abordará a origem social dos agentes herdeiros das oligarquias e o papel que a escola exerce na socialização de valores e formação de quadros para o aparelho de Estado.

---

<sup>70</sup> Na Parte II – “A Política como Negócio de Família”, mais especificamente do Capítulo 6 – “Síntese genealógica do poder político no Estado”, apresentaremos a genealogia e a estrutura de poder construída pela família Maia e pela família Mariz, da qual Antônio Mariz é herdeiro.

## 2.4. O PAPEL DA ESCOLA NA FORMAÇÃO DOS HERDEIROS

Nas sociedades do passado o privilégio era aberto e religiosamente motivado: alguns tinham “sangue azul”, por decisão supostamente divina, o que legitimava terem acesso a todos os bens e recursos escassos. A sociedade moderna, diferentemente, diz que todos os privilégios injustos foram superados, principalmente para aqueles que comungam as ideias liberais, como se o liberalismo possibilitasse tornar todos iguais perante as leis e a realidade objetiva do mundo material. Isso significa que os privilégios injustos não podem “aparecer” como privilégio, mas sim, como, por exemplo, “mérito pessoal” de indivíduos capazes e supostamente dotados de qualidades e dons que permitem justificar o merecimento.

Isso faz com que o mundo social seja sistematicamente distorcido e falseado. Todos os privilégios e interesses que estão ganhando dependem do sucesso da distorção e do falseamento do mundo social para continuarem a reproduzir indefinidamente. A reprodução de todos os privilégios injustos no tempo depende de arcabouço de “violência simbólica”<sup>71</sup>, perpetrado pelo consentimento mudo dos excluídos dos privilégios, e não da violência física. O funcionamento e o exercício da “violência simbólica” – que perpassa todo o mundo social – tem permitido que os privilegiados sejam donos de jornais, de cartórios, de escritórios, de rádios, de editoras, de faculdades ou universidades particulares, de TVs e do que se decide nos tribunais e nos partidos políticos, dentre outras instâncias. É dominando essas estruturas que as elites política e econômica monopolizam os recursos naturais que deveriam ser de todos e exploram o trabalho da imensa maioria de não privilegiados sob a forma de taxa de lucro, juro, renda da terra e aluguel. Isso significa que o privilégio – mesmo o flagrantemente injusto, como o que se transmite por herança – necessita ser “legitimado”, ou seja, aceito mesmo por aqueles que foram excluídos de todos os privilégios<sup>72</sup>.

A política é, antes de tudo, uma luta simbólica em que cada agente político procura monopolizar a palavra pública ou pelo menos fazer triunfar uma visão de mundo e impô-la como visão correta ao maior número possível daqueles que são econômica e, sobretudo, culturalmente, desfavorecidos. A construção social da realidade, salienta Champagne (1996), dá-se por meio dos sistemas simbólicos e, em particular, dos sistemas classificatórios e são válidas principalmente na política. Assim, “a ordem política é, antes de tudo, uma ordem

---

<sup>71</sup> O conceito de “violência simbólica” trata-se de uma compreensão realizada por Pierre Bourdieu, sociólogo francês que, diferente da noção de “ideologia” em Marx, enfatiza o trabalho da dominação social como tendo seu núcleo na tentativa de fazer o dominado aceitar por “convencimento” as razões da própria dominação.

<sup>72</sup> Para uma discussão acerca da constituição dos privilégios: Ver: SOUZA, 2015, p. 17-105.

mental e as estruturas políticas existem, em grande parte, sob a forma de representações sociais incorporadas em cada agente social” (CHAMPAGNE, 1996, p. 24-25).

A formação da elite política do Estado da Paraíba – herdeiros dos “coronéis”, guardando as devidas e as raras exceções, foi, em sua maioria, no “Liceu Paraibano” e na “Faculdade de Direito do Recife”. Como todas as instituições de formação, estas funcionavam como *locus* de construção de percepções e de inculcação de valores para os agentes que nela eram formados. Objetivamente, essas instituições tornavam-se, à época, para as famílias políticas, estratégicas na formação de quadros para os cargos públicos e representativos do Estado. Unia-se, assim, o interesse político ao interesse “científico”. Na verdade, interesse das elites em dominar formas de classificação “científica do mundo social” que, pela linguagem dominante do universo jurídico, potencializaria a dominação no mundo social e político. Em primeiro momento o “Liceu Paraibano” e, em segundo, a “Faculdade de Direito do Recife”, passavam a orquestrar as formas de visão, de percepção e ação na construção dos quadros para a administração do Estado da Paraíba. O *habitus* advindo e constituído no seio das famílias políticas imbrica-se, soma-se, ao *habitus* escolar constituído nessas instituições para atuação no mundo da política. Constrói-se, assim, o *habitus de classe* referente às elites política e econômica do Estado que formam a classe dominante.

O *habitus* do político supõe uma preparação especial. A começar, é claro, por toda aprendizagem necessária para adquirir o *corpus* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais, como o domínio de certa linguagem e de certa retórica política, a do tribuno, indispensável nas relações com os profanos, ou a do debatedor necessária nas relações entre profissionais. Mas é, também e, sobretudo, essa espécie de iniciação, com as suas provas e seus ritos de passagem, que tendem a inculcar o domínio prático da lógica imanente do campo político e a impor uma submissão de fato aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a esse campo<sup>73</sup>.

Trata-se aqui de valores e visões de mundo que se materializam nos corpos e nas mentes dos agentes, herdeiros dos “coronéis”. Política e conhecimento, portanto, aliam-se em torno dos projetos oligárquicos. A Faculdade, por exemplo, tornar-se-á num *locus* de transmissão desses valores construídos pela elite de forma privilegiada, pois poucos eram os sujeitos que tinham acesso a esse tipo de capital cultural. E os indivíduos que se inseriam

---

<sup>73</sup> Ver: BOURDIEU, 2011, p. 169.

nestas instituições construía percepções e visões que orientariam o agir em outros campos e espaços sociais. Esses espaços institucionais permitiam aos filhos dos “oligarcas” e “coronéis” construir redes de relações sociais – capital social – que se constituiriam em laços de amizade e de parentesco fictício (comadres e compadres) que transbordariam o campo de formação acadêmica para o campo da política.

De forma significativa, os principais postos, os principais cargos e, conseqüentemente, os melhores salários, tornam-se privilégios dessas famílias, conforme demonstra o Quadro 1. O capital cultural, nesse sentido, adquirido em instituições legítimas do Estado – como o “Liceu Paraibano” e a “Faculdade de Direito do Recife”, convertem-se em capital econômico. Pertencer a estas famílias é pertencer a uma elite seleta e privilegiada de sujeitos que têm acesso às melhores escolas e ao ensino superior da época, conseqüentemente, aos melhores cargos e postos públicos.

Nota-se, seguindo os passos de Jessé Souza (2000), que são os valores modernos que legitimam as posições sociais dos indivíduos no interior do campo social, uma vez que aqueles que não têm acesso a eles são excluídos da disputa no espaço social ou são definidos como “fracassados”. O discurso da liberdade fomenta a ideia de que todos podem ascender socialmente, bastando que se esforcem. Compreensão meritocrática que desconsidera as lutas desiguais pelas condições de acesso ao “universal”, geralmente vitoriosa por aqueles que detêm um maior acúmulo de capital econômico e cultural. Nesse sentido, não estaria no passado ibérico a explicação para a existência do “atraso” ou da corrupção, diferentemente do que expoentes do pensamento social brasileiro (HOLANDA, 1995) pontuaram. O “atraso”, expresso na desigualdade social é subjacente ao capitalismo moderno e não uma “permanência” de uma cultura ibérica.

Os capitais impessoais<sup>74</sup>, nesse sentido, é quem permite o acesso à ocupação dos cargos na burocracia estatal. A título de exemplo, conforme nos apresenta o Quadro 1, Argemiro de Figueiredo estuda na capital pernambucana na “Faculdade de Direito” na mesma turma de José Marques da Silva Mariz, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo<sup>75</sup>, Álvaro

<sup>74</sup> O capital econômico e capital cultural são capitais impessoais pelo fato que se impõe a vontade do indivíduo. Por exemplo, no mercado até o homem mais rico do mundo tem que obedecer às suas leis, que não escolhem pessoas e se impõem de modo “impessoal” a todos. Ver: SOUZA, 2015, p. 84.

<sup>75</sup> Filho de Francisco Luiz de Albuquerque Mello e América Trigueiro de Albuquerque Mello. Prefeito de João Pessoa, em 1936-1937, nomeado pelo interventor Argemiro de Figueiredo. Governador da Paraíba (1947-1950). Deputado federal pela UDN. Promotor de Justiça em Minas Gerais, inspetor de ensino e advogado. Advogou no Rio de Janeiro. Foi vice-presidente do Clube dos Advogados. Secretário do Instituto dos Advogados. Secretário-geral da Ordem dos Advogados do Brasil. Embaixador do Brasil na República da Indonésia (1954-1956). Em 1960, muda-se para a nova capital do país Brasília, onde se estabeleceu como advogado, sendo indicado para integrar o Tribunal Superior Eleitoral, na qualidade de Jurista, em 1961, cargo que exerceu durante quatro anos. Procurador-geral da República nomeado pelo presidente Humberto de Alencar Castelo Branco (1964). Ministro

Gaudêncio de Queiroz, José Lins do Rego, formando-se em 24 de dezembro 1924. Todos esses ocupariam cargos nos mais altos postos do Estado brasileiro. Todos esses indivíduos, indistintamente, pertencem a famílias que detêm volume de capital econômico considerado, sem os quais dificilmente teriam acesso a essas instituições.

É possível identificar diversos outros que se tornaram nomes da política paraibana que sairiam das fileiras do “Liceu Paraibano” e da “Faculdade do Direito do Recife”. Herdeiros das oligarquias, estudavam em escolas estaduais as quais se configuravam em espaços de formação das elites dirigentes. É o caso de João Agripino (III) que estudou na mesma turma de Nabor Wanderley, Francisco Wanderley, Silvio Guedes Pontes e Osório Pinto, no “Liceu Paraibano”. Na “Faculdade de Direito do Recife”, Abelardo Jurema, Abelardo Barbosa (o “Charinha”), Miguel Arraes, Mário Gibson, Teócrita Leal, dentre outros, tornaram-se amigos de estudos de João Agripino (III)<sup>76</sup>.

O quadro 1 apresenta a relação de alguns agentes que foram políticos, sua formação e a família a que pertenciam, além da região em que nasceram ou passaram a atuar no campo e nas disputas políticas. As décadas de 40, 50 e 60 na Paraíba se apresentam, ainda, numa configuração eminentemente ruralista. O deslocamento para os centros mais desenvolvidos ainda se tornava algo muito difícil, principalmente para os indivíduos desprovidos de todo e qualquer tipo de capital. A Paraíba, nesse período, tinha aproximadamente 80% da população analfabeta. As elites econômicas e políticas eram quem tinham condições de deslocar seus filhos para os grandes centros e lhes assegurar ensino de melhor qualidade. A escolha de tais agentes representados no Quadro 1 deve-se ao fato de muitos dos seus herdeiros, no período de redemocratização, ainda ocuparem os principais cargos no aparelho de Estado. A escolha não se deu de forma aleatória, mas sim, com base na estrutura de poder político construído historicamente por agentes pertencentes a estas famílias. Os quadros que se seguem foram construídos a partir das biografias e pesquisas realizadas junto a *blogs*. O quadro 1 apresenta o mapeamento da origem social dos agentes, as instituições a que pertenciam as elites políticas de nosso Estado, onde estudaram e, posteriormente, as instituições onde passaram a atuar. Com isso, tenta-se mostrar a relação entre a origem social, escola e o papel que esta exerce na reprodução de valores e na constituição da elite política no Estado.

---

do Supremo Tribunal Federal (1965). Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do estado da Guanabara. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=139>. Acesso em 16/Jan/2016.

<sup>76</sup> Consultar: AGRIPINO FILHO, 1978, p. 26.

**Quadro 1** - Origem social dos agentes políticos, formação, cargos ocupados na máquina pública e a família a que pertencem

NOME	FORMAÇÃO	CARGOS	FAMÍLIA	REGIÃO
<b>José Américo de Almeida, ou simplesmente, José Américo</b>	Direito pela Faculdade do Recife formando-se em 1908.	Promotor público da comarca do Recife. Promotor público da comarca de Sousa na Paraíba. Procurador geral do Estado da Paraíba aos vinte e quatro anos de idade. Secretário de governo, Deputado federal, Interventor Federal em 1930. Ministro da Viação e Obras Públicas nos dois governos de Getúlio Vargas. Senador. Ministro do Tribunal de Contas da União. Governador da Paraíba. Fundador da Universidade Federal da Paraíba e seu primeiro reitor. Pré-candidato à Presidência da República, apoiado por Vargas para as eleições de 1938, porém as mesmas não aconteceram, em razão do golpe dado por Getúlio em 1937, que deu início à ditadura do Estado Novo.	Família Leal. Sobrinho do monsenhor Walfredo Leal, um dos líderes da oligarquia alvarista na Paraíba. Sua primeira participação na política deu-se nas eleições de 1907, quando, opondo-se à orientação do seu tio, apoiou a candidatura dissidente de Gama e Melo.	Brejo e Litoral Areia
<b>Gratuliano da Costa Brito, ou simplesmente, Gratuliano Brito</b>	Direito pela Faculdade do Recife, formando-se em 1926.	Em 1927 foi promotor em Patos. Em 1928, ano de início do governo de João Pessoa, passou a ser delegado geral da polícia. E em 1932, com a morte de Antenor Navarro, e por indicação do seu primo José Américo de Almeida a Getúlio Vargas, passa ser Interventor Federal na Paraíba (1932-1934).	Família Brito. Os Brito são naturais do Recife, porém vieram a partir do casamento de José de Brito da Câmara (de Recife) e Inês Ferreira de Oliveira do cariri. O nome Brito passou a ter força política na região a partir do casamento de José da Costa Romeu (Filho) com Cosma de Brito Maciel e Câmara, filha de José de Brito. Em 1905, Inácio da Costa de Brito – que era Juiz de Direito na cidade de Areia – casou com Maria Madalena Leal de Brito. Esta era irmã de Walfredo Soares dos Santos Leal correligionário de Álvaro Machado, que fora presidente da Paraíba entre 1915-1908. Walfredo Leal é quem eleva Ignácio de Brito ao cargo de desembargador (também foi nomeado prefeito de São João do Cariri por João Pessoa). Gratuliano de Brito era filho de Inácio da Costa de Brito e de Maria Madalena Leal de Brito, primo de José Américo de Almeida.	Cariri Ocidental São João do Cariri
<b>José Marques da Silva Mariz</b>	Direito pela Faculdade do	Promotor Público de Petrolina em Pernambuco. Deputado estadual. Chefe político de Sousa. Interventor Federal (1934-	Família Mariz. Seu pai Antônio Marques da Silva Mariz é irmão de Angelina Mariz	Sertão Paraibano.

	Recife formando-se em 1924.	Secretário no governo de Argemiro de Figueiredo (1935-1940).	Maia (esta mãe de João Agripino (III) outra das mais influentes famílias do sertão paraibano. Os Mariz tinha na pessoa de Antônio Marques da Silva Mariz um dos seus principais líderes. Vinculado aos liberais, O Dr. Antônio Mariz participou, como Deputado estadual, da 1ª legislatura da República (1891/92). Em seguida, foi Deputado federal nas legislaturas de 1894/96, 1897/1899 e 1900/1902. Voltando à Paraíba, integrou a 9ª Legislatura em 1920 e a 10ª, em 1924. A família Mariz atua na política desde o império, por meio do padre José Antônio Marques da Silva Guimarães, além do comando religioso, exercia também liderança política sobre o município de Sousa, tendo sido, vinculado ao partido liberal, deputado provincial nas 1ª (1835/36), 3ª (1840/49) e 7ª (1848/49) legislaturas no império.	Município de Sousa.
<b>Argemiro de Figueiredo</b>	Direito pela Faculdade do Recife, formando-se em 1924	Advogado. Secretário no governo de Gratuliano Brito. Deputado estadual(1929) e Secretário do Interior e Justiça da Paraíba até 1934. Interventor Federal (1935-1940). Deputado federal na Assembleia Constituinte de 1946. Senador pela UDN, em 1954, assumindo a vaga de Assis Chateaubriand. Reeleito senador em 1962, passou pelo PTB e filiou-se ao MDB após o Golpe Militar de 1964, onde permaneceu até o fim do mandato em 1970.	Família Figueiredo. Seu pai, o cel. Salvino Gonçalves Figueiredo, de origens humildes, tornou-se uma das grandes lideranças políticas de Campina Grande. Seu primeiro casamento foi com Brígida da Costa Agra, filha do cel. Honorato da Costa Agra, detentor de uma das maiores fortunas, á época, no município. A morte do cel. Agra e, posteriormente, de sua esposa, faz Salvino herdeiro de uma fortuna e da liderança política do seu sogro. Do casamento com Brígida da Costa Agra, nasce um dos seus filhos Acácio Figueiredo, irmão de Argemiro por parte de pai, que viria a ser Deputado estadual por duas legislaturas e Deputado federal por três. O segundo casamento do Cel. Salvino amplia sua força política, haja vista que sua segunda esposa, Luiza Viana Borges da	Região da Borborema – Campina Grande.

			Fonseca, era filha do Dr. Bento José Alves Viana, um dos deputados provinciais de 1892. Deste segundo casamento nasce Argemiro Figueiredo.	
<b>Rui Carneiro</b>	Direito pela Faculdade do Recife, formando-se em 1927. Formou-se também em Jornalismo.	Dirigente do Jornal da Paraíba “Correio da Manhã”. No pós-30, tornou-se oficial-de-gabinete dos ministros José Américo e João Marques Reis, ambos da pasta da Viação e Obras Públicas. Os cargos ocupados no Rio de Janeiro permitiram-lhe criar um amplo círculo de relações, potencializando o capital social, tendo ele se tornado, inclusive, grande amigo de Getúlio Vargas (1930). Participou do ataque ao quartel do 22º B.C. Chefe de Gabinete do Ministro de Viação (1930). Eleito, em 1934, Deputado federal pelo Partido Progressista. Secretário do Presidente do Banco do Brasil “João Marques dos Reis” (1937).	Família Carneiro. Filho de João Vieira Carneiro e Maria Carvalho Carneiro, teve dez irmãos entre eles Janduhy Carneiro que foi Deputado federal por inúmeros mandatos. Ruy Carneiro nasceu em Pombal, em 1901. Era filho de um proprietário rural. Foi repórter do Jornal <i>Correio da Manhã</i> , de propriedade de seu pai, tornando-se, posteriormente, seu diretor. De família política, seu pai fora correligionário de importantes líderes republicanos, compondo, posteriormente, no epitacismo. Ruy Carneiro engajou-se na campanha da Aliança Liberal, sendo ajudante de ordens de Juarez Távora e Juraci Magalhães.	Sertão da Paraíba e Capital. Pombal e João Pessoa.
<b>Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo</b>	Direito pela Faculdade do Recife, formando-se em 1924. Mestre em Ciências Políticas pela Universidade de Michigan, nos Estados Unidos, em 1940.	Prefeito de João Pessoa, em 1936-1937, nomeado pelo interventor Argemiro de Figueiredo. Governador da Paraíba (1947-1950). Deputado federal pela UDN. Promotor de Justiça em Minas Gerais, inspetor de ensino e advogado. Advogou no Rio de Janeiro. Foi vice-presidente do Clube dos Advogados. Secretário do Instituto dos Advogados. Secretário-geral da Ordem dos Advogados do Brasil. Embaixador do Brasil na República da Indonésia (1954-1956). Em 1960, muda-se para a nova capital do país Brasília, onde se estabeleceu como advogado, sendo indicado para integrar o Tribunal Superior Eleitoral, na qualidade de Jurista, em 1961, cargo que exerceu durante quatro anos. Procurador-geral da República nomeado pelo presidente Humberto de Alencar Castelo Branco (1964). Ministro do Supremo Tribunal Federal (1965). Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado da Guanabara.	Filho de Francisco Luiz de Albuquerque Mello e América Trigueiro de Albuquerque Mello.	
<b>Flávio Ribeiro Coutinho</b>	Medicina pela Faculdade de Salvador BA.	Médico. Industrial. Banqueiro. Presidiu a Associação Comercial da Paraíba e o Sindicato do Açúcar. Acionista do Banco Comércio e Indústria da Paraíba e proprietário da Usina	Família Ribeiro Coutinho. Filho de João Ribeiro da Silva Coutinho e Ana Ferreira de Castro Ribeiro Coutinho. Família	Itabaiana e Santa Rita.

Santa Rita. Deputado estadual(1924/1927/1947). Em 1947 presidiu a Assembleia Legislativa em pleno Processo Constituinte estadual. Foi vice-governador do Estado. Deputado federal (1930). Presidente da UDN na Paraíba (1945, 1946, 1950 e 1953) Governador do Estado da Paraíba (1956). As exacerbações do processo eleitoral anterior não poderiam se repetir. As principais correntes partiram para um acordo – fato que hoje seria impensável – e lançou-se um candidato de consenso: o Dr. Flávio Ribeiro Coutinho (UDN). O pequeno PST, contra o acerto dos grandes, indicou um candidato de protesto, Renato Teixeira. Flávio teve 90,3% dos votos: 180.228 contra 19.251 de Renato. Ausentou-se do cargo em dezembro de 1957 para tratar da saúde no Rio de Janeiro, onde viria a falecer em maio de 1963. Foi sepultado em João Pessoa, com honras de Chefe de Estado

Coutinho considerada uma das famílias mais poderosas do Estado à época.

<b>Pedro Moreno Gondim, ou simplesmente, Pedro Gondim.</b>	Direito pela Faculdade do Recife, formando-se em 1938.	Advogado, atuando na Paraíba e nos Estados vizinhos. Deputado estadual, reelegendo-se para um segundo mandato, mas não exerceu por ter sido designado pelo governador José Américo de Almeida para ser secretário da Agricultura, Viação e obras Públicas do Estado da Paraíba. Foi também vice-governador de Flávio Ribeiro Coutinho, e no período, 1958-1960 assumiu o governo do Estado, pois o governador Flávio Ribeiro Coutinho afastou-se por motivos de saúde. Em 1960 afasta-se do governo para candidatar-se ao cargo de governador sendo eleito, derrotando Janduhy Carneiro, irmão de Ruy Carneiro. Deputado federal pela Arena e repassa o cargo ao então governador eleito João Agripino (III), porém são cassados seus direitos políticos por dez anos e perde seu mandato de Deputado. Em 1979 é anistiado pelo presidente João Figueiredo. Retoma as atividades políticas, filiando-se ao PMDB. Candidatou-se ao Senado Federal, atendendo aos apelos de amigos e às conveniências do partido. Não tendo alcançado a vitória, afastou-se da política. Em 1985, ocupou uma diretoria do Banco do Nordeste, deixando o cargo ao término do mandato em 1990. É pai Nilda Gondim, ex-deputada federal; e Tio de Domício Gondim Barreto, ex-senador da república.	Família Gondim: Filho de Inácio Costa Gondim e de Eulina Moreno Gondim.	Região do Brejo: Alagoa Nova.
<b>João Agripino de Vasconcelos Maia</b>	Direito pela Faculdade do	Procurador da prefeitura do Brejo do Cruz promotor público do Jardim do Seridó e um dos fundadores da União Democrática	Família Maia: João Agripino (III) é Filho de João Agripino Maia de Vasconcelos (II)	Região do Sertão:

<b>Filho ou, simplesmente, João Agripino (III)</b>	Recife, formando-se em 1938.	Nacional (UDN), candidatou-se nessa legenda, pelo seu Estado, em 1946, cumprindo sucessivos mandatos, até 1961. Licenciou-se, nesse ano, para ser o primeiro titular do Ministério de Minas e Energia, permanecendo no cargo durante o governo Jânio Quadros, de 31 de janeiro a 25 de agosto de 1961, voltando à Câmara dos Deputados. Foi reeleito e, em 1962, elegeu-se ao Senado. Apoiou o movimento militar que, em 1964, depôs o presidente João Goulart. Com a instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Foi governador da Paraíba, de 31 de janeiro de 1966 a 15 de março de 1971. Diretor do Banco Industrial de Campina Grande. Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) (1973), do qual foi presidente. Com a volta do pluripartidarismo, filiou-se, em 1981, ao Partido Popular (PP), e, com a incorporação deste ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), elegeu-se, nessa legenda, Deputado federal, em 1982.	e Angelina Mariz Maia, pertencia a famílias de grande influência política e econômica no Estado da Paraíba, com origens no sertão paraibano, mas precisamente em Catolé do Rocha e no Rio Grande do Norte, a família Maia. Também pertencia a outra importante família da Paraíba, com raízes em Sousa, os Mariz. Era irmão de Tarcisio Maia que foi governador do Rio Grande do Norte no período (1975-1979), primo de Lavosier Maia que também foi governador do estado do Rio Grande do Norte entre 1979-1982, tio do senador José Agripino Maia (DEM-RN), que foi prefeito de Natal (1979-1982) e duas vezes governador do RN (1983-1986 e 1991-1994), primo do Governador Antonio Mariz. Primo e cunhado do chefe político absoluto de Catolé do Rocha, coronel José Sergio Maia de Vasconcelos, no qual foi prefeito de Catolé do Rocha por 4 mandatos.	Catolé do Rocha e Brejo do Cruz.
<b>Ernani Ayres Sátiro de Souza ou, simplesmente, Ernani Sátiro.</b>	Direito pela Faculdade do Recife, formando-se em 1933.	Deputado estadual pelo Partido Republicano Libertador (PRL) em 1934. Durante a vigência do Estado Novo getulista, dedicou-se à advocacia, fase interrompida apenas em 1940 quando foi nomeado prefeito de João Pessoa, cargo que exerceu por apenas dezoito dias. Prócer da UDN foi eleito Deputado federal para a Assembleia Nacional Constituinte em 1945 sendo reeleito em 1950, 1954, 1958 e 1962. Partidário do Golpe Militar de 1964 é eleito presidente da UDN, o último antes da instituição do bipartidarismo pelo Ato Institucional Número Dois em 27 de outubro de 1965. Ernani Sátiro ingressou na ARENA e foi reeleito em 1966. Líder do governo Costa e Silva na Câmara dos Deputados entre 1967 e 1968, renunciou ao mandato em 9 de maio de 1969 após ser escolhido Ministro do Superior Tribunal Militar. Em 1970, é escolhido Governador da Paraíba pelo presidente Emílio Garrastazu Médici. Fato que o levou a abdicar da toga ministerial. De volta à política, Ernani Sátiro foi reeleito Deputado federal em 1978 e 1982 quando já	Família Sátyro: Filho de Miguel Sátyro e Sousa e Capitulina Ayres Sátyro e Sousa. Seu avô materno, Firmino Ayres Albano da Costa, foi grande latifundiário no sertão paraibano, deputado à Assembleia Legislativa da Província, em mais de uma legislatura, tendo tido grande atuação política no município de Piancó, um dos mais antigos e mais extensos da região. O avô paterno, Sizenando Sátyro e Sousa, participou da política local, exercendo o cargo de membro do Conselho Municipal, em Patos. Outro ascendente seu, Enéas Pedro de Sousa, foi Deputado estadual nessa posição se achava quando Patos foi elevada à condição de cidade pela lei nº. 200, de 24 de outubro de 1903, resultante	Região do Sertão: Patos

estava no PDS. Em seu último mandato ausentou-se da votação da emenda Dante de Oliveira em 1984 e votou em Paulo Maluf no Colégio Eleitoral em 1985.

de projeto apresentado pelo Comendador José Campelo de Albuquerque Galvão. Um tio materno, Pedro Firmino de Costa e Sousa, foi deputado estadual, em várias legislaturas. Um tio paterno, Sizenando Flório de Souza, integrou o conselho Municipal, em Patos, no início do século XX. Por fim, seu pai, Miguel Sátiro e Sousa, que larga influência exerceu em sua formação, foi chefe político em Patos, a partir do início do século XX, mantendo-se nessa chefia por quase trinta anos. Sua hegemonia foi tamanha que a cidade passou a ser conhecida como “Patos do Major Miguel”. Além de deter a chefia política de Patos, Miguel Sátiro foi Deputado estadual, antes de 1930, por três legislaturas seguidas

**Tarcísio de Miranda Burity, ou simplesmente, Burity.**

Direito pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrado em Sociologia da Educação na Universidade de Poitiers, na França e doutorou-se em Ciências Políticas no Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais de Genebra.

Promotor de Justiça no município de Araruna. Professor da UFPB. Secretário da Educação e Cultura do Estado pelo Governador Ivan Bichara, por intermediação de José Américo de Almeida. Através de eleição indireta, como ocorria à época, chegou a governador da Paraíba, em 1979, pela ARENA. Em 1982, renuncia ao cargo, para disputar uma vaga na Câmara dos Deputados, recebendo a segunda maior votação da história da Paraíba: aproximadamente 173 mil votos sendo superado apenas por Pedro Cunha Lima nas eleições de 2014. Em novembro de 1986, foi eleito, mais uma vez, governador pelo PMDB (desta vez pelo voto popular) e permaneceu à frente do executivo paraibano entre 15 de março de 1987 e 15 de março de 1991.

Família Butity: Filho de Luís Gonzaga de Albuquerque Burity e Maria José de Miranda Henriques.

**Wilson Braga,**

**Leite ou**

Bacharel em Ciências

Deputado estadual (1955-1967; 2011-2015). Deputado federal (1967-1982, 1995-1999, 1999-2003 e 2007-2011). Vereador de

Família Braga: Filho de Francisco de Oliveira Braga e Francisca Leite Braga.

Região do Sertão de

<b>simplesmente, Wilson Braga.</b>	Jurídicas pela Faculdade de Direito da Paraíba, atual UFPB.	João Pessoa (1993-1994). Governador da Paraíba (1983-1986). Prefeito de João Pessoa (1989-1990). No ramo empresarial, Wilson Braga detinha o controle de emissoras de rádios no Estado como a Rádio Sanhauá de João Pessoa, Rádio cidade FM de Piancó e Rádio Educadora de Conceição.	Seu pai era comerciante, tabelião e político. Nasceu no estado do Ceará e migrou para a Paraíba na década de 20, passando a residir precisamente na cidade de Conceição, onde foi chefe político. Exerceu o cargo de prefeito da referida cidade Conceição por três mandatos. O primeiro mandato na década de 40, o segundo entre 1973 - 1977e, por fim, o terceiro mandato entre 1982 a 1988. Ainda foi candidato a deputado estadual em 1950, mas não conseguiu eleger-se. Sua mãe era da tradicional família Leite de forte tradição política no Vale do Piancó.	Piancó, Conceição e Litoral
<b>Ronaldo José da Cunha Lima, ou simplesmente, Ronaldo Cunha Lima.</b>	Bacharelou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba.	Advogado. Promotor de Justiça. Vereador de Campina Grande pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Deputado estadual por dois mandatos, e prefeito eleito em 1968, pelo (MDB). Prefeitura de Campina Grande (1983-1989). Governador do Estado da Paraíba (1991/1994). Senador da República (1995/2002). Deputado federal (2002; 2006).	Neto de João Cunha Lima (Deputado estadual) e Maria José da Cunha Lima. Filho de Demóstenes da Cunha Lima e de Francisca Bandeira Moura da Cunha (Nenzinha). Nenzinha é filha de Donos de Engenho – Engenho de Barra – na região de Guarabira. Demóstenes, seu pai, agente fiscal do Estado. Demóstenes também foi prefeito em Araruna por designação, em 1937, do então Interventor do Estado, Argemiro de Figueiredo.	Região da Borborema: Campina Grande.
<b>Antonio Marques da Silva Mariz, ou simplesmente, Antônio Mariz.</b>	Formou-se em Direito na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro.	Advogado. Promotor de justiça. Prefeito de Sousa (1963-1969). Secretário de Educação do governo do seu primo João Agripino III (1969-1970). Deputado federal por quatro mandatos (1970; 1974; 1978; 1986). Senador (1991-1994) e governador (1995).	Família Mariz: Antônio Marques da Silva Mariz é Filho de José Marques da Silva Mariz. Neto de Dr. Antônio Marques da Silva Mariz e sobrinho de Angelina Mariz Maia (esta mãe de João Agripino (III) outra das mais influentes famílias do sertão paraibano, os Mariz, do município de Sousa, que tinha na pessoa de Antônio Marques da Silva Mariz um dos seus principais líderes. Vinculado aos liberais, O Dr. Antônio Mariz participou, como Deputado estadual, da 1ª legislatura da	

<b>José Targino Maranhão, ou simplesmente Zé Maranhão.</b>	Formado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba	Empresário e Latifundiário. Deputado estadual (1955;1967). Deputado federal (1982; 1986; 1990). Vice-governador (1994). Governador do Estado (1994), assume o cargo com a morte de Antônio Mariz; 1998 é reeleito; 2009 assume com a cassação de Cássio Cunha Lima). Senador (2002; 2014)	República (1891/92). Em seguida, foi deputado federal nas legislaturas de 1894/96, 1897/1899 e 1900/1902. Voltando à Paraíba, integrou a 9ª Legislatura em 1920 e a 10ª, em 1924. O patrimônio político foi herdado de seu bisavô, padre José Antônio Marques da Silva Guimarães, que, além do comando religioso, exercia também liderança política sobre o município de Sousa, tendo sido, vinculado ao partido liberal, deputado provincial nas 1ª (1835/36), 3ª (1840/49) e 7ª (1848/49) legislaturas no império. O seu pai, José Marques da Silva Mariz, quando da Revolução de 1930, após o assassinato de João Pessoa na Paraíba, apoiou o levante comandado pelo tenente Juarez Távora, este que também recebeu apoio de paraibanos como Antenor Navarro e Mirocem Navarro, José Américo de Almeida, Ademar Vidal, Rui Carneiro e Odon Bezerra.	Região do Curimataú; Araruna.
--	---	---	--	-------------------------------

**Fonte:** Dados produzidos e compilados pelo autor, a partir das biografias dos agentes (2016).

O quadro acima demonstra como o Estado se operacionaliza na reprodução dos privilégios das elites. As redes de relações que permitiram a esses indivíduos se inserirem nos melhores postos de trabalho são construídas desde a origem familiar, perpassando pela escola. Nesse sentido, quem detém capital econômico detém, quase sempre, “capital social”. Isto implica dizer que as classes sociais detentoras de “capital cultural valorizado” ocuparão, justamente com as classes que monopolizam o capital econômico, todas as funções “superiores” na sociedade.

A “subordinação”, antes definida por valores pessoais, ganha dimensões impessoais, perpassando uma dominação referida a “valores inscritos dentro da lógica de funcionamento das instituições fundamentais do mundo moderno, especialmente do mercado capitalista” (SOUZA, 2000, p. 261). O “abandono” pelo Estado dos indivíduos que não se inserem no sistema tende a ser chamado de “fracasso individual”. É assim que Souza constrói o argumento da “modernização seletiva” da sociedade brasileira que teria sido marcada por uma inversão da lógica equalizante que predominou nos países centrais do Ocidente. O problema central que o autor identifica na sociedade brasileira é o modo pelo qual a modernização foi utilizada para criar o seu inverso, a subcidadania e a desigualdade<sup>77</sup>.

É o acesso a esses “capitais impessoais”, como sugere Bourdieu (2011), que podem explicar os “privilégios” que as classes dominantes possuem no que diz respeito ao acesso a bens escassos da sociedade. São esses “capitais impessoais que “pré-decidem” também quem vai ter ou não acesso ao terceiro capital fundamental da vida de todos nós: o “capital social” ou, na linguagem de DaMatta, “o jeitinho”, o acesso a relações poderosas”. (SOUZA, 2015, p. 86) Ocupando posições subalternas nos espaços sociais e possuindo baixo ou quase nenhum distintivo social, as classes populares se caracterizam pelo pequeno volume de seu patrimônio. Suas condições de existência condicionam, assim, um estilo de vida marcado pelas pressões materiais e pelas urgências temporais.

Esta hierarquia valorativa construída por aqueles que tiveram acesso as melhores escolas e, conseqüentemente, aos melhores cargos do Estado, permitem sobre aqueles desprovidos de capital, o exercício da dominação por meio de processos de “violência simbólica”. O retorno do investimento alcançado com os títulos escolares pelos herdeiros das classes dominantes, como sinaliza o Quadro 1, torna-se quase uma certeza. Enquanto para as

---

<sup>77</sup> A crítica de Jessé Souza aos expoentes do pensamento social brasileiro é como eles (Gilberto Freyre, Holanda, Faoro e DaMatta) analisam a o campo social. Não se trata de afirmar que não há evidências patrimonialistas no Brasil, mas de questionar as afirmações de que sua presença se justifica pela herança ibérica, tese levantada por Holanda e Faoro. O que sugere que o patrimonialismo seria um traço folclórico da identidade brasileira, uma particularidade que atrasava o desenvolvimento do País. Ver: SOUZA, 2015, p. 17-105; SOUZA, 2000; 2006.

classes populares, além de ser um investimento muito alto, em termos de mobilização de recursos econômicos e sociais, faltam-lhes tais recursos, e, sobretudo, recursos culturais para o bom desempenho na escola. Soma-se a isso, a incerteza e o risco do investimento escolar, visto que se dá em longo prazo. As famílias não pertencentes às classes dominantes no Estado estiveram em função de suas condições socioeconômicas, menos preparadas para suportar os custos econômicos dessa espera, o que impede objetivamente a entrada dos filhos das classes populares nos melhores postos de trabalhos oferecidos pelo Estado.

Essa arquitetura da dominação social reforçada pelas instituições escolares alimenta a lógica da dominação política, visto que o espaço da política também passa a ser controlado pelos herdeiros. As relações e ações políticas são mediadas pelos “chefes políticos” locais, que mantêm, dentro desta rede de “violência simbólica”, relação com o eleitor, tornando-se o mediador entre o local e o Estado. O voto, nesse contexto, longe de ser um ato de “cidadania” torna-se um instrumento de mediação de favor, de dívida, para com o chefe político local que controla a terra e a água.

O voto, dentro de um contexto marcado por desigualdades profundas, dificilmente será resultado da escolha do indivíduo. Era comum, à época, indivíduo recorrer aos membros das famílias políticas, solicitando o “nome” do político que deveria votar. Depositava, no “chefe político”, sua confiança que resultava da relação de dependência material e espiritual construída no mundo social. T tamanha “violência simbólica” oculta o acesso desigual a bens que, a priori, apresentam-se como de todos: o acesso à educação. O quadro 1, sinaliza, ainda, que essas famílias políticas, herdeiras de significativo patrimônio material e patrimônio simbólico, exerciam e tendem a exercer influência e controle sobre os principais e melhores cargos, em termos salariais, da administração pública, bem como dominar e controlar determinadas regiões do Estado, o que lhes permite, por meio dos capitais pessoais, acessarem postos e cargos na região.

Muitos desses nomes e/ou sobrenomes descendentes, parentes e/ou herdeiros, dos que se encontram no Quadro 1, tornar-se-iam agentes políticos de destaque na Paraíba, nas décadas subsequentes e nos dias atuais. E continuariam ocupando os principais postos e cargos. Trata-se de uma estrutura de poder econômico, político e familiar que se reproduz há décadas e, em algumas famílias, há séculos. Alguns dos herdeiros se deslocaram do campo político para outros campos de atuação como o empresarial, ampliando o volume de capital econômico. O Quadro 1 sinaliza que há uma tendência de reprodução das famílias políticas, principalmente aquelas que ocuparam os principais cargos e, conseqüentemente, foram detentoras dos melhores salários, famílias estas que já foram, também, detentoras das

melhores terras e que tendem a ser atualmente as mais bem sucedidas em outras esferas e estabelecimentos modernos como faculdades, construção civil, mídia, dentre outros.

Esta lógica de dominação que predomina no mundo prático, tende a se reproduzir por meio dos herdeiros – indivíduos que herdam o patrimônio econômico e o patrimônio simbólico familiar do grupo. E, para isso, a escola – instituição de reprodução da cultura legítima – e o conhecimento do herdeiro das regras do jogo político se tornam fundamentais. Todavia, a herança por si só não é elemento possível para garantir êxito do agente no campo político. Não é o “sobrenome” que garantirá aos herdeiros a permanência no pólo dominante no campo de lutas, embora seja um capital simbólico extremamente importante.

É preciso todo um esforço, por parte dos herdeiros, para compreender o sentido e participar da lógica do jogo que permite, acessando aos capitais construídos historicamente pelo grupo familiar, torná-lo competitivo. Algo mais acessível para os herdeiros das famílias políticas, visto que muitos saberes necessários para atuar neste campo já lhes são transmitidos desde a infância pela origem social e outros serão adquiridos nas escolas e no convívio permanente no meio político.

Daí resulta a dificuldade que se expressa para as classes populares que não possuem esse *corpus* de saberes adquirido. O esforço será muito maior. Necessitará de mais “tempo livre” para investir no acúmulo de capitais que os tornarão competitivos. Aqui se encontra o desafio: a elite política e econômica se apropria de capital cultural valorizado ao “comprar” o tempo de estudo dos filhos que podem, ao contrário das classes populares, dedicar-se apenas ao estudo<sup>78</sup>. Não é por acaso que algumas famílias políticas dominam e jogam há tanto tempo. São histórias incorporadas, saberes acumulados, que permitem jogar de acordo com o sentido que o jogo impõe.

Nada há que seja exigido de modo mais absoluto pelo jogo político do que

a adesão fundamental ao próprio jogo, *illusio*, *involvement*, *commitment*, investimento no jogo que é produto do jogo ao mesmo tempo que é a condição do funcionamento do jogo: todos os que têm o *privilegio* de investir no jogo (...) aceitam o contrato tácito de que está implicado no facto de participar no jogo, de o reconhecer deste modo como *valendo a pena* ser jogado, e que os une a todos os outros participantes por uma espécie de *conluio originário* bem mais poderoso do que todos os acordos abertos ou secretos. (BOURDIEU, 2011, p. 172)

As famílias políticas e indivíduos que praticamente há um século ocupam no aparelho de Estado os principais cargos e os melhores salários, tendem a garantir melhores

---

<sup>78</sup> Cf: SOUZA, 2015, p.87.

investimentos em capital cultural aos seus herdeiros. Ao mesmo tempo, para permanecer em cargos estratégicos estabelecem e orquestram com aqueles que no campo político são, em campanhas, adversários de disputas. Assim, embora em momentos conjunturais esses grupos divirjam entre si e apresentem diferenças pontuais, eles perfazem laços de solidariedades ligadas entre si, salienta Bourdieu (2011), pela mesma adesão fundamental no jogo do qual eles têm o monopólio e que precisam se perpetuar para assegurar a rentabilidade dos investimentos. Esta solidariedade se manifesta quando o jogo chega a ser ameaçado enquanto tal. Os agentes das elites disputam posições no campo, mas, ao se sentirem ameaçados por neófitos que queiram entrar nas disputas, unem-se assegurando-lhes e pactuando a permanência dos privilégios.

Os valores engendrados a esses indivíduos nos espaços de socialização trazem elementos e modos de agir vinculados ao *habitus* de classe específico, ao tempo em que imprimem formas de visão e percepção que permitem agir em defesa dos valores e privilégio da elite que constituem. A família e a escola desempenham funções estratégicas na construção desses valores de classe e reprodução de privilégios. São nesses universos (família e escola) que aprendem e apreendem não só o jogo da política, mas como jogar no jogo. As oligarquias na Paraíba, como camaleão, mudam de cor, mas o DNA continua o mesmo. Os “nomes de família” e sobrenomes permanecem, revezando-se no poder. Elas se reconstroem, em tempos de “democracia”, assegurando ao eleitor o voto e se rearranjam por meio dos herdeiros, ocupando os melhores cargos da República. Instauram-se lutas simbólicas de conservação e permanência de posições, mas não se instauram mudanças substantivas na estrutura do campo político<sup>79</sup>.

No capítulo subsequente, abordo o parentismo político e a força que o *capital político familiar* exerce, sem desconsiderar outros distintivos, na formação de agentes políticos para o Congresso Nacional.

---

<sup>79</sup> Na tese de Cordão (2015) a autora estuda os jogos simbólicos das elites em torno da construção da democracia brasileira, apresentando como as elites conservaram suas posições no campo, mesmo promovendo mudanças de regimes.

## 2.5. *PARENTISMO* POLÍTICO E A FORÇA DO *CAPITAL* *POLÍTICO-FAMILIAR* NO CONGRESSO NACIONAL

O Congresso Nacional se constitui em espaço de lutas. Espaço legítimo e, portanto, reconhecido, dentro da ordem democrática liberal. Espaço em que as classes sociais disputam projetos e concepções de sociedade e que suas decisões atinge diretamente a vida de todo e qualquer cidadão. Temos também sustentado que os agentes que, majoritariamente, representam os interesses do Estado da Paraíba são oriundos de famílias e pertencentes às classes sociais privilegiadas, classe dominante. São detentores de expressivo capital. Tal distintivo é o que tem contribuído para o acesso e o recrutamento da elite política na Paraíba. Todavia, dois têm sido os capitais (*capital econômico* e *capital político-familiar*) preponderantes para o acesso ao campo político – a representação política no Estado – e aos cargos de alto salário ocupados por indicação ou nomeação dos agentes políticos.

E, no que diz respeito aos cargos legitimados pela via do concurso, prevalece o capital cultural. Muitos podem assegurar perfeitamente a igualdade formal dos candidatos, porém, excluem pelo anonimato as desigualdades reais diante da cultura. Bourdieu (2014b, p. 92) sustenta que “os defensores da agregação podem legitimamente arguir que, em oposição a um sistema de seleção fundado na qualidade estatutária e no nascimento, o concurso oferece a todos chances iguais”. Isso é esquecer que a igualdade formal que o concurso assegura apenas transforma o privilégio em mérito, pois permite que a ação da origem social continue se exercendo, mas, por vias mais secretas.

Difícilmente em sociedades capitalistas, configuradas por meio de processos de diferenciação, os agentes que ocupam posições estratégicas serão desprovidos de algum tipo de capital. Esta tem sido a regra: quanto maior o volume de capital maior também a probabilidade dos possuidores ocuparem cargos de comando e de alta reputação. O que inversamente também é válido, ou seja, a ausência de capitais possibilita aos agentes estarem situados no polo dominado da relação. Desta feita, abstrai-se que a representação política do congresso, por exemplo, apresenta-se de forma expressiva composta por agentes que se inseriram no campo de disputa, acessando e fazendo uso de dois tipos de capitais: *capital econômico* e *capital político-familiar*. Um não exclui o outro, ao contrário, complementam-se. E, na maioria das vezes, convertem-se. A regra é, quase sempre, conversão de *capital político-familiar* em *capital econômico*.

A construção do *capital político-familiar* se dá por meio da constituição de distintivos simbólicos que operam no espaço social tendo como sustentação o “nome de

família”. Este, constituído por meio de processos sociais de violências simbólicas que na origem se impõe sobre os que são desprovidos de todo e qualquer capital. Ou seja, não se constitui o “nome de família” sem que antes tenha a família – palavra de ordem – ocupado posições conferidas como legítima pelo Estado<sup>80</sup>. Isto se dá por meio de processos sociais e históricos de dominação. A constituição do “nome de família” é um ato institucionalizado, legitimado pelo Estado e por outras instituições da sociedade. Não se constitui “nome de família” sem o acesso ao capital econômico e/ou ao capital cultural, dois capitais fundamentais ao acesso a bens escassos nas sociedades contemporâneas. Daí, falar-se que as grandes famílias, as famílias tradicionais, as famílias políticas possuem um nome e um sobrenome que funcionam como recurso simbólico de acesso aos cargos do Estado.

Nascer nessas famílias, em sociedades recortadas pelas desigualdades, é possuir um distintivo a mais. É pertencer a uma “certa nobreza” conferida pelo nome e reconhecida socialmente. É descobrir que são sujeitos dotados de privilégios. Privilégios que não são oferecidos aos desprovidos de capital. Os sujeitos pertencentes às classes populares, por exemplo, não possuindo “nome de família”, têm bem mais dificuldade em acessar os cargos estratégicos e de comando, por indicação, na administração pública. Também são indivíduos que, diferente dos pertencentes às famílias de “nome” e de “sobrenome”, quase sempre não possuem o “tempo livre” para se dedicar ao investimento em capital cultural, que é outro distintivo que nas sociedades modernas permitem acessar as instituições do Estado. A cegueira às desigualdades sociais condena, ao mesmo tempo em que autoriza a explicar todas as desigualdades, particularmente em matéria de sucesso escolar, como desigualdades naturais, desigualdades de dons. Quase sempre isto ocorre sobre o postulado da igualdade formal de todos os alunos, condição de seu funcionamento, não pode reconhecer outras desigualdades que aquelas provenientes dos dons individuais<sup>81</sup>.

Quem detém capital econômico detém, quase sempre, “capital social” e, conseqüentemente, pode converter em capital político e *capital político-familiar* por meio do qual os herdeiros se inserem no campo de disputas. O capital social, por exemplo, seria aquilo

---

<sup>80</sup> De acordo com Bourdieu não se pode fazer uma ciência das classificações sem se fazer uma ciência da luta dessas classificações e sem se tomar em linha de conta a posição que, nessa luta pelo poder de conhecimento, pelo poder por meio do conhecimento, pelo monopólio da violência simbólica legítima, ocupa cada um dos agentes ou grupos de agentes que nela se encontram envolvidos, quer se trate de simples particulares, condenados aos acasos da luta simbólica quotidiana, quer se trate de profissionais autorizados (e a tempo inteiro) – e entre eles todos os que falam ou escrevem a respeito das classes sociais e que se distinguem conforme as suas classificações envolvem mais ou menos o Estado, detentor do monopólio na *nomeação oficial*, da boa ordem. Cf. BOURDIEU, 2011, p. 149.

<sup>81</sup>Ver: BOURDIEU, 2014b, p. 92.

que Da Matta define como “jeitinho” ou “relações privilegiadas”. O problema está no fato de que o acesso às relações privilegiadas não se dá por meio de capital pessoal, mas antes pelos capitais impessoais. Ou seja, o acesso às “relações sociais de prestígio” para quem já possui acesso aos capitais impessoais, e não o contrário. (SOUZA, 2015, p. 85). Souza (2015) salienta que os agentes que detêm capital econômico e capital cultural ocupam as melhores posições. A ocupação de posições privilegiadas na estrutura social depende quase sempre destes distintivos. Nesse sentido, não é somente por pertencer à família, mas pertencer à família que historicamente detém estes distintivos. Os herdeiros das oligarquias, conforme visto, quando não estudam nas melhores escolas de formação, possuem capital econômico. Estes distintivos permitem acessar as instituições e os principais cargos, principalmente quando somados ao capital político que se construiu historicamente por estas famílias. Assim, há uma relação diretamente proporcional, ou seja, quanto maior o volume de capital maior será a probabilidade dos agentes destas famílias assumirem os principais cargos. O acesso, portanto, pode ser medido ou mensurado por meio do volume de capital.

Em levantamento realizado junto à Organização Não-Governamental Transparência Brasil (2016) tendo como referência a 54<sup>a</sup> e a 55<sup>a</sup> legislatura, correspondentes às eleições de 2010 e de 2014, respectivamente, observa-se que a bancada de parlamentares advindos de famílias políticas – aqueles que já possuem parentes inseridos no campo político, ocupando cargos eletivos no âmbito municipal, estadual ou federal – apresenta-se como um padrão de representação política que tende a crescer. Denominarei aqui bancada de “parentes”, tendo em vista que o parentesco tem sido um recurso social utilizado por esses agentes para acessarem o campo da representação política. São agentes pertencentes a famílias políticas que atuam/ e ou controlam diversas instâncias de poder e territórios em suas regiões de atuação. Herdeiros de famílias políticas tradicionais e/ou novos agentes que, ao se inserirem no campo político, passaram a inserir também seus parentes nos cargos eletivos locais ou estaduais como forma de constituir bases para permanecerem no campo.

Trata-se, portanto, de duas categorias de agentes:

1) aqueles que seus pais, tios, avós, bisavós já atuavam e controlavam politicamente determinadas regiões e trazendo o “nome de família”, associado a outros capitais herdados, passam a atuar no campo. São herdeiros, quase sempre, das tradicionais oligarquias que dominaram o Nordeste brasileiro. São agentes que possuem sua origem social em “espaços políticos” e que desde a infância foram socializados para o “exercício da vida política” como se “natural” fosse ser o “herdeiro político” responsável pela continuidade da linhagem. Esses são de *famílias políticas* que dominam e controlam recursos econômicos e políticos há mais

de meio século ou séculos de poder. Na Paraíba tem-se como exemplo a nova geração de herdeiros políticos: Aguinaldo Ribeiro Veloso Borges; Hugo Mota Wanderley da Nóbrega; Pedro Oliveira Cunha Lima; Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto.

2) aqueles que se inseriram ocupando posições deixadas no campo, muitas vezes, por agentes políticos tradicionais que não conseguiram construir o herdeiro consanguíneo direto, ou seja, seus filhos, por motivos vários (falecimento, não ter herdeiro, possuir herdeira<sup>82</sup> e não inseri-la no campo político). Essa nova categoria de agentes são aqueles que possuem profissões liberais e, em sua maioria, são empresários, homens de negócios, que têm se inserido no campo político e inserido, conseqüentemente, esposas, filhos e netos. Na Paraíba tem-se como exemplo: Dr. Damião Feliciano e Rômulo Gouveia. Indivíduos que não pertencendo às linhagens das *famílias políticas* tradicionais inseriram-se no campo com o apoio delas e passaram a inserir seus parentes “esposa” – no caso de Rômulo Gouveia – e “esposa” e “filhos” no que diz respeito a Damião Feliciano. Esses exemplos tem se repetido, com esse padrão de representação política, em todos os Estados da Federação.

A Tabela 1 apresenta uma radiografia do poder político-familiar no Brasil, pensado a partir do Congresso, a constituição do poder político-familiar que exercem as famílias políticas no novo regime democrático liberal instaurado no Brasil. O Nordeste se constitui como uma das regiões do país com o maior número de representantes na Câmara dos Deputados, referente à 54<sup>a</sup> e a 55<sup>a</sup> legislatura cujos representantes políticos são oriundos de famílias com histórico de trajetórias assegurado por linhagens que atravessam séculos de poder e dominação política. Muitos são herdeiros das antigas e ressignificadas oligarquias. Porém, os dados sinalizam que este padrão de recrutamento parlamentar e, conseqüentemente, de dominação por meio do grupo familiar, não é algo típico da região Nordeste.

Embora o Nordeste se apresente como a região com maior força nesse padrão de representação política, o que, provavelmente, decorre do peso que as oligarquias têm exercido na Região, por outro lado, os dados sinalizam para um padrão que tem se construído nacionalmente, em todas as regiões do país de forma indistinta, algumas com mais outras com menos devido a sua própria constituição e formação histórica. Tal fato permite-nos desmistificar o que quase sempre é noticiado pela grande mídia: a articulação entre parentes e representação política é algo típico do Nordeste brasileiro. Os números sinalizam que a região

---

<sup>82</sup> Esta me parece ser uma hipótese interessante para a construção de uma agenda de pesquisa acerca das dificuldades encontradas por políticos no que diz respeito à herança política quando o seu herdeiro trata-se de uma filha e não um filho. Pois, geralmente políticos que tinham “filhas” não conseguiram – por meio delas – permanecer nos postos que o pai ou avó havia ocupado. Na Paraíba tem-se como exemplo, Iraê Lucena, filho do ex-senador Humberto Lucena. O que só ratifica o peso da transmissão política sob o controle da dominação masculina. Esta funcionando como uma marca que aprofunda a desigualdade de gênero.

Centro-Oeste e a região Norte do Brasil, por exemplo, aproximam-se dos 43% e dos 46%, respectivamente, com parlamentares na Câmara dos Deputados com esse padrão de representação. O Sudeste e o Sul, em seguida, com 36% e 34 %, respectivamente, o que demonstra que este padrão de representação política é um fenômeno que ocorre em todo o território brasileiro, embora de forma mais expressiva na região Nordeste, conforme salientado.

**Tabela 1** - Bancada de parentes no Congresso Nacional/Região do Brasil na 54ª e 55ª legislatura/Região.

Congresso Nacional												
Câmara dos Deputados									Senado			
Região	54ª Legislatura			55ª Legislatura			54ª Legislatura			55ª Legislatura		
	(2011-2015)			(2015-2019)			(2011-2019)			(2015-2023)		
	Parentes	Total	%	Parentes	Total	%	Parentes	Total	%	Parentes	Total	%
<b>Nordeste</b>	91	151	60%	95	151	63%	19	27	70%	16	27	59%
<b>Norte</b>	28	65	43%	34	65	52%	14	21	67%	14	21	67%
<b>Centro- Oeste</b>	19	41	46%	18	41	44%	6	12	50%	5	12	42%
<b>Sudeste</b>	64	179	36%	78	179	44%	8	12	67%	8	12	67%
<b>Sul</b>	26	77	34%	24	77	31%	5	9	56%	6	9	67%
<b>TOTAL</b>	228	513	44%	249	513	49%	52	81	64%	49	81	60%

**Fonte:** Dados elaborados pelo autor a partir do banco de dados fornecidos pelo DIAP/TSE/TRANSPARÊNCIA BRASIL (2016).

A composição da representação na Câmara dos Deputados, por Estados da região Nordeste, sinaliza a forte presença de parlamentares oriundos de famílias políticas. Esses agentes, além de possuírem capital econômico (muitos são latifundiários, empresários, industriários etc), pertencem a famílias políticas que historicamente atuaram/atua no aparelho de Estado há décadas. Famílias que controlam os melhores postos de trabalho e os maiores salários do setor público. Exercem tamanha dominação política que é possível pelo “sobrenome” relacioná-las a que Estado pertencem. São famílias, muitas vezes, que se revezam no controle político do Estado. A título de exemplificação tem-se: Em Alagoas, Mello e Calheiros. Na Bahia, Magalhães. No Maranhão, Sarney e Lobão. Em Pernambuco, Arraes. No Rio Grande do Norte, os Maias, os Alves e os Rosado. Na Paraíba, Cunha Lima, Maranhão e os Vital-Rêgo. No Pará, Barbalhos. No Amazonas, Virgílio. Minas Gerais, Neves. No Paraná, Richas e Requião. Em São Paulo, Covas. No Rio, Cabral, Maia e Garotinho.

No Nordeste devido, em grande medida, a maneira como se construiu imagética e discursivamente a região – caricaturada pela mídia e pelos demais sistemas simbólicos de dominação – permitiu a venda da imagem de uma região tão somente vinculada às práticas de clientelismo praticadas por nossas elites. Sendo esta gramática política<sup>83</sup> encarada como algo típico e característico da região, encobrindo e camuflando o exercício dessa prática nas demais regiões do país<sup>84</sup>. Como se esta fosse uma característica e uma maneira de fazer política delimitada a um espaço físico-territorial<sup>85</sup>. Desta feita, encobriu-se a desigualdade como marca central do país, tomando-a a partir de um recorte geográfico.

A Tabela 1, portanto, apresenta que, dos 151 parlamentares que representam a região Nordeste, na 54ª legislatura, 91 advêm de linhagens políticas que historicamente estão posicionadas no polo dominante do campo de disputas, o que corresponde a 60% da bancada. E mostra também o aumento de 3%, que houve da 54ª para a 55ª legislatura, o que equivale, em termos absolutos, a 4 parlamentares. Este aumento, em princípio, parece ser insignificante. Porém, quando se observa o total de representantes do Nordeste, vê-se que mais da metade da bancada é composta por políticos, cujos pais, avós e irmãos já foram/são ou exerceram funções eletivas no estado brasileiro. Trata-se, portanto, de uma estrutura de poder que possui um *habitus* de classe que tende a se perpetuar. E, conforme a Tabela 1, há uma tendência crescente deste padrão de representação em todas as regiões do país numa espécie de

---

<sup>83</sup> Utilizo o termo gramática política conforme utilizado por NUNES (2003).

<sup>84</sup> Para uma melhor compreensão acerca do clientelismo em outras regiões do país, especificamente a região sudeste – mais especificamente o Rio de Janeiro – sugiro a leitura de DINIZ (1982).

<sup>85</sup> Ver: BAHIA, 2003.

*parentismo político* contemporâneo, isto é, a ocupação de cargos eletivos por meio da inserção dos parentes nas diversas casas de representação política e nos poderes executivos dos municípios e dos Estados<sup>86</sup>.

Trata-se de uma forma do grupo familiar se perpetuar no poder e, conseqüentemente, acumular riqueza e patrimônio. Os cargos eletivos de representação política no Brasil se constituem entre aqueles em que os agentes recebem os melhores salários, associados aos mais variados privilégios e regalias. Dificilmente ocupam esses cargos sujeitos desprovidos de capital econômico (ver Quadro 1). A regra na democracia brasileira tem sido: para ocupar uma cadeira no Congresso, o sujeito tem de pertencer às ditas famílias políticas tradicionais detentoras de *capital político-familiar* e capital econômico, ou ser detentor de volumosos recursos econômicos capaz de financiar sua própria campanha e controlar o partido.

Na região Norte, na 54ª legislatura dos 65 representantes políticos, 28 políticos tinham parentesco em cargo eletivo com um dos entes federados. Este número eleva-se, também, na legislatura seguinte, passando de 43% para 52%, um aumento de aproximadamente 10%, o que corresponde a 6 parlamentares. Essa tendência de crescimento da bancada de parentes também se fez presente na bancada de parlamentares da região Sudeste. Esta salta de 64 para 78 parlamentares em tal classificação. O que corresponde a um aumento de 12%. A bancada do Sudeste, comparando-se estas duas legislaturas, foi a que demonstrou, de forma mais evidente, a tendência de crescimento da bancada de parentes.

Não seguindo a tendência, as bancadas da região Sul e Centro-Oeste mantiveram praticamente as representações, tendo um pequeno decréscimo correspondente a 3% e 2%, respectivamente. O que equivale a 1 deputado da bancada do Centro-Oeste e dois deputados

---

<sup>86</sup> Os parentes e familiares também podem ser inseridos nos cargos superior da administração pública no Brasil, quer seja em âmbito local, estadual ou nacional. Ou seja, os familiares dos eleitos para cargos de representação política dos poderes executivos podem ser nomeados para os cargos de secretários municipais, estaduais e ministros de Estado. Ou seja, não há conforme o nosso ordenamento jurídico nenhum impeditivo legal, embora em agosto de 2000, estas práticas de parentes na administração pública tenham sofrido restrições, pois a Súmula Vinculante nº 13 vetou a prática de nepotismo na administração pública, porém foi aberta a exceção para a categoria de cargos políticos nos quais os cargos acima mencionados se enquadram. A justificativa é que estes cargos advêm de forças políticas e partidos que apoiam a gestão. Tal exceção, nesse sentido, ratifica a presença de familiares e parentes nos cargos de melhores salários e os proibem em cargos de direção, de chefia e/ou de assessoria. Assim, por via da exceção, a súmula vincula os parentes e familiares aos cargos de melhores salários. Vale destacar que não há nenhum registro formal ou qualquer tipo de controle sobre a nomeação de parentes para os cargos políticos na “Nova República”. A partir do momento em que os cargos políticos por parentes foram considerados legal, as instituições de controle – Ministério Público e os Tribunais de Contas – não institucionalizaram nenhum tipo de controle para identificar o parentesco nestes cargos. As instituições de controle, incluindo aqui o Ministério Público, buscam identificar a presença de parentes em cargos de chefia e de assessoramento com o objetivo de fiscalizar o cumprimento da Súmula e notificar os municípios que por ventura descumpra a normativa. Ver: BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula Vinculante nº 13**, 21 de agosto de 2008. Consultar também: PIMENTEL, 2014.

da região sul. O que não implica, necessariamente, que estes agentes políticos perderam as eleições. Mas, possivelmente, descolaram-se dentro do campo político para ocupar outro cargo estratégico e de representação no aparelho de Estado. Ou seja, possivelmente, concorreram ao cargo de governador, senador ou outro, por seus Estados. O que se constata é que, mesmo com a redução destas três cadeiras da região Sul e Centro-Oeste, as demais regiões seguiram um padrão de representação política que, até então, constituía-se como característica da região Nordeste, elevando-se, assim, a bancada de parentes da casa de 44% para 49%, o que implica em um aumento em números absolutos de 21 parlamentares que possuem parentes (pai, filho, esposa, irmão, tio, tia) que ocupam cargos eletivos ou substituíram na representação da casa. Isto implica dizer que, aproximadamente, 50% da Câmara dos Deputados pertencem a “família política”.

Indo para além dos números, os “nomes” desses agentes que representam os estados das regiões do país no Congresso, referente a 54ª legislatura, simboliza o poder que essas famílias possuem. Simboliza a relação que estas famílias mantêm com o Estado brasileiro. Antes de ser apenas “nomes” de parlamentares são sujeitos que materializam história e processos de dominação em seus Estados que perpassam alguns séculos de poder por seus “familiares”. Muitos são herdeiros das históricas oligarquias. Esses “nomes” simbolizam uma estrutura de poder político que se apropriando do Estado brasileiro, e na interlocução com o mercado, dominam e tende a dominar a política por mais décadas por meio de seus filhos e netos.

Dos 151 parlamentares da bancada do Nordeste, na 54ª legislatura, 91 parlamentares advêm de famílias políticas. É a denominada “bancada dos parentes”, conforme já destacado. Esta bancada no Estado de Alagoas esteve representada por Arthur Lira (PP), agropecuarista e empresário e filho de Benedito Lira, senador (PP); João Lyra, empresário do setor sucroalcooleiro no Estado de Alagoas, é pai de Thereza Collor, ex-cunhada do senador e ex-presidente da República Fernando Collor de Mello (PTB). Também é pai de Lourdinha, ex-vice-prefeita de Maceió, e irmão de Carlos Lyra, senador suplente que exerceu o cargo em dois períodos; Renan Filho (PMDB), filho do senador Renan Calheiros e sobrinho do prefeito Renildo Calheiros e do Deputado federal Olavo Calheiros.

Na Bahia, maior colégio eleitoral do Nordeste, dos 39 deputados federais, 19 pertencem à bancada de parentes. O que corresponde a 49%. Os nomes são: Antônio Carlos Magalhães Neto (DEM), filho do ex-senador Antônio Carlos Magalhães Júnior e neto do também ex-senador e ex-governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães. Seu primo, Paulo

Magalhães (DEM-BA), também é deputado federal. João Carlos Bacelar (PR), filho do ex-deputado João Carlos Paolilo Bacelar, o Jonga, morto em 2009 (então filiado ao PTN). Também é primo do Deputado estadual baiano João Carlos Bacelar (PTN) e sobrinho do ex-senador pelo PMDB Ruy Bacelar. Jutahy Júnior (PSDB), neto do ex-governador da Bahia Juracy Magalhães (UDN-BA) e filho do ex-vice-governador da Bahia, ex-deputado e ex-senador Jutahy Borges Magalhães (UDN-BA, ARENA-BA, PMDB-BA, PSDB-BA). Lúcio Vieira Lima (PMDB), filho de Afrísio Vieira Lima, ex-vereador e ex-deputado estadual e federal. Também é irmão do ex-deputado federal e ex-ministro da Integração Nacional Geddel Vieira Lima (PMDB).

No Ceará dos 22 parlamentares, 10 pertencem à bancada de parentes, o que corresponde a 45%. Aníbal Gomes (PMDB) é de família de políticos, tanto do lado materno como paterno. É irmão do deputado estadual Manuel Duca (eleito pelo PRB-CE, hoje do PROS) e marido da ex-vice-prefeita de Acaraú (CE) Rossana Borborema. Arnon Bezerra (PTB) é de uma tradicional família política. Seu avô, José Bezerra de Menezes, foi vereador em Juazeiro. Seu pai, Leandro Bezerra, também é ex-vereador; o irmão, Ivan Bezerra, é o atual vice-prefeito de Juazeiro e outro irmão Sávio é ex-vereador. Além destes, o tio Aduino Bezerra já foi deputado estadual, governador, deputado federal e vice-governador. Outro tio, Humberto Bezerra, foi prefeito, vice-governador e deputado federal, e o tio Orlando Bezerra foi vereador, prefeito, deputado estadual e deputado federal; a sua tia Alacoque Bezerra foi senadora, o cunhado José Roberto Celestino ocupou o cargo de vice-prefeito, e o primo Jarbas Bezerra o de deputado estadual. José Airton (PT) é irmão de José Edilson da Silva (PSDB-CE), ex-prefeito de Icapuí que teve mandato cassado em 2011. Também é genro da prefeita de Pentecoste (CE), Ivoneide Moura (PT).

No Estado do Maranhão, 10 dos 18 parlamentares, o que corresponde a 56%, mais da metade da bancada. Alberto Filho (PMDB) é filho do proprietário rural e prefeito de Bacabal (MA) José Alberto Oliveira Veloso (PMDB-MA) e sobrinho de Doralice Veloso (PSD-MA), ex-vereadora da cidade e atual secretária municipal da mulher. Nice Lobão (DEM) é esposa de Edison Lobão (PMDB-MA), Ministro de Minas e Energia e ex-governador do Maranhão, e mãe do atual senador Edison Lobão Filho (PMDB-MA). Sarney Filho (PV) é de família de políticos, entre eles, o pai José Sarney (ex-presidente da República e ex-senador pelo PMDB-MA) e a irmã Roseana Sarney (ex-governadora do Maranhão pelo PMDB-MA).

Na Paraíba, dos 12 deputados federais, 11 podem ser classificados pelo que estamos denominando de “bancada dos parentes”. Efraim Filho (DEM), por exemplo, embora sendo um novo parlamentar, pertence às velhas oligarquias. É seu herdeiro. Efraim é neto dos ex-deputados estaduais Inácio Bento de Moraes e João Feitosa e filho do ex-senador Efraim Moraes (DEM-PB). Também é primo do atual prefeito de Santa Luzia, Ademir Moraes (DEM-PB). Hugo Mota (PMDB), outro jovem parlamentar que herda da prefeita de Patos (PB), Francisca Mota (PMDB-PB), do ex-deputado federal Edivaldo Mota (PMDB-PB) e do ex-prefeito de Patos Nabor Wanderley e do seu pai Nabor Wanderley Filho (PMDB-PB), também ex-prefeito de Patos, o patrimônio político ou, em terminologia proposta, o *capital político-familiar*. Somam-se a esses, Nilda Gondim (PMDB), filha do ex-governador da Paraíba Pedro Moreno Gondim (PSD/ARENA/PMDB), foi casada com o ex-deputado federal Vital do Rêgo (UDN/PDT). Mãe de Veneziano Vital do Rêgo (PMDB), ex-prefeito de Campina Grande, e do ex-senador e atual Ministro do Tribunal de Contas da União, Vital do Rêgo Filho (PMDB). Romero Rodrigues (PSDB), primo do ex-deputado federal, ex-governador e atual senador, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e do vereador de Campina Grande Rodolfo Rodrigues. Também sobrinho do ex-vereador de Campina Grande, Antônio Rodrigues.

Em Pernambuco, 64% dos 25 parlamentares, o que equivale a 16 deputados. Pode ser exemplificado pelos Arraes e outras famílias. Ana Arraes (PSB), atualmente ministra do Tribunal de Contas da União – TCU, é filha de Miguel Arraes (PSB-PE), ex-governador de Pernambuco, e mãe do ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos (PSB-PE). Augusto Coutinho (DEM) é genro do ex-deputado estadual e federal José Mendonça Bezerra, cunhado do Deputado federal e ex-governador Mendonça Filho (DEM-PE) e cunhado da ex-vereadora Andrea Mendonça. Danilo Cabral (PSB) é filho de Adalberto Farias, ex-deputado estadual e ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Fernando Coelho Filho (PSB) é filho do ex-deputado, ex-prefeito de Petrolina (PE) e ex-ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho (PSB) e é sobrinho-neto do ex-deputado estadual ex-governador de Pernambuco e ex-senador Nilo Coelho e do o ex-deputado federal Osvaldo Coelho. Também é sobrinho do ex-deputado Clementino Coelho. Inocêncio Oliveira (PR) é irmão de Tião Oliveira, ex-vereador e ex-prefeito de Serra Talhada (PE), pai da ex-vereadora Maria da Penha do Nascimento Andrada (Peinha de Tião). É também primo do ex-deputado e ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado, Sebastião Ignácio de Oliveira Neto, que é pai

do deputado estadual Sebastião Oliveira (PR-PE). Mendonça Filho (DEM) é filho do ex-deputado estadual e federal José Mendonça Bezerra (DEM-PE), irmão da ex-secretária de Turismo, Cultura e Paisagismo de Belo Jardim (PE) Andrea Mendonça (DEM-PE), cunhado do deputado federal Augusto Coutinho (DEM-PE) e primo do prefeito de Belo Jardim, João Mendonça (PSD).

No Estado do Piauí, a 54ª legislatura, 07 dos 10 parlamentares seguem o padrão das linhagens políticas, o que equivale a 70% da bancada federal. Como nomes que ilustram esse padrão de dominação, tem-se: Iracema Portella (PP), esposa do senador Ciro Nogueira (PP-PI) e filha dos políticos Myriam Portella (ex-deputada, PSDB) e Lucídio Portella (ex-senador e ex-governador do Piauí, PP); Marcelo Castro (PMDB), filho do ex-deputado José de Castro (ARENA/PMDB-PI) e pai do ex-secretário da Infraestrutura do Piauí José Dias de Castro. Marllós Sampaio (PMDB), filho do ex-deputado federal Themístocles Sampaio (PMDB-PI) e irmão do deputado estadual Themístocles Filho (PMDB-PI).

Rio Grande do Norte também é outro Estado da Federação que tem apresentado bancadas significativas com agentes políticos que historicamente se revezam nos poderes da República brasileira e daquele Estado. Podemos citar a conhecida família Maia. Família esta que exerce influência política para além do território do Estado do Rio Grande do Norte, atuando fortemente em Estados como Paraíba e Rio de Janeiro. No Rio Grande do Norte, representando na Câmara dos Deputados, a 54ª legislatura, tem-se: Felipe Maia (DEM). Filho de José Agripino Maia (DEM-RN), atual senador e ex-governador do Rio Grande do Norte. Neto do ex-deputado e ex-governador Tarcísio Maia e sobrinho-neto de João Agripino Maia Filho, ex-deputado, ex-senador e ex-governador da Paraíba. É primo, em segundo grau, do ex-governador Lavoisier Maia e do ex-prefeito do Rio de Janeiro César Maia (DEM), este pai do deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ). Associa-se, a esse padrão de dominação, Betinho Rosado (DEM), pertencente à outra tradicional família política do Rio Grande do Norte. É neto de Jerônimo Rosado (ex-intendente de Mossoró), filho de Dix-Sept Rosado (ex-prefeito e governador) e irmão do ex-deputado estadual Carlos Augusto Rosado. É também sobrinho do ex-deputado federal Vingt Rosado e do ex-prefeito de Mossoró Dix-Huit Rosado, primo da deputada Sandra Rosado e cunhado da governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini (DEM-RN). Soma-se a essas duas, outra família política tradicional riograndense, a família Alves. Esta representada na Câmara dos Deputados por Henrique Eduardo Alves (PMDB), filho do ex-governador do Rio Grande do Norte, Aluísio Alves, e sobrinho do ex-prefeito de

Natal, Agnelo Alves e do senador Garibaldi Alves (PMDB). É ainda primo de Garibaldi Alves Filho (senador licenciado pelo PMDB e ministro da Previdência Social) e de Carlos Eduardo Alves (prefeito de Natal pelo PDT).

Completando os Estados que formam a região Nordeste do país, Sergipe que tem na Câmara dos Deputados uma bancada de 08 parlamentares, destes 04, ou seja, 50% são oriundos das linhagens políticas. Almeida Lima (PMDB) é primo do vice-governador de Sergipe, Jackson Barreto (PMDB), e irmão de José Américo, ex-prefeito de Nossa Senhora das Dores. André Moura (PSC) é filho de Lila Moura, ex-deputada estadual e Reinaldo Moura, ex-vereador, ex-deputado e conselheiro aposentado do TCE-SE. É casado com a ex-prefeita de Japaratuba, Lara Moura (PR-SE). Valadares Filho (PSB) é filho do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), neto de Josefa Matos Valadares, a Dona Caçula, ex-prefeita de Simão Dias, e do também ex-prefeito e ex-deputado estadual Pedro Almeida Valadares. É primo do ex-deputado federal Pedro Valadares.

A título de reforço argumentativo na região Sudeste tem-se na bancada federal na 54ª legislatura nomes como: Abelardo Camarinha (PSB), que é filho do ex-vereador Josué Camarinha e pai do ex-deputado estadual e atual prefeito de Marília, Vinicius Camarinha (PSB-SP). Alexandre Leite (DEM) que é filho de Milton Leite, vereador de São Paulo pelo DEM, e irmão de Milton Leite Filho, Deputado estadual também pelo DEM. Aline Corrêa (PP) que é filha de Pedro Corrêa (PP-SP) e cunhada do Deputado federal Roberto Teixeira (PP-PE), representantes da bancada paulista na Câmara dos Deputados, dentre outros. O estado de Minas Gerais está representado por: Diego Andrade (PR), sobrinho do ex-vice governador e senador Clesio Andrade (PMDB-MG) e do ex-deputado federal Caíto Andrade. Eduardo Azeredo (PSDB), filho do ex-prefeito de Santo Antônio do Monte (MG) e ex-deputado estadual Renato Azeredo (PSD-MG). Jaime Martins, também do (PR) é filho do ex-deputado estadual Jaime Martins (DEM) e da ex-vice-prefeita de Divinópolis (MG) Maria de Lourdes Martins (DEM). Seu avô paterno, Benjamim Martins do Espírito Santo, foi prefeito de Nova Serrana (MG). Newton Cardoso (PMDB) é ex-marido da ex-deputada federal e suplente de deputado estadual Maria Lúcia Cardoso (PMDB-MG).

A bancada do Rio de Janeiro se constitui pelos nomes de Adrian (PMDB) irmão de Riverton Mussi (PMDB), ex-prefeito de Macaé (2005-2009/ 2009-2012), e de Carla Mussi (PMDB), ex-secretária municipal de planejamento e gestão e secretária municipal de administração, e é, também, sobrinho de Elma Mussi (PMDB), ex-chefe de gabinete da

prefeitura de Macaé. Anthony Garotinho (PR), é casado com Rosinha Garotinho (PR), ex-governadora do Rio e atual prefeita de Campos dos Goytacazes (RJ), e pai de Clarissa Garotinho, atualmente também deputada estadual (PR). Leonardo Picciani (PMDB) é filho do ex-Deputado estadual Jorge Picciani (PMDB-RJ) e irmão de Rafael Picciani, atual Deputado estadual (PMDB). Jair Bolsonaro (PP) é pai de Flávio Nantes Bolsonaro (PP-RJ), Deputado estadual, e de Carlos Bolsonaro (PP-RJ), vereador no quarto mandato consecutivo.

Na Região Sul, as linhagens também têm sido objeto de estudo de um grupo de pesquisadores, pertencentes ao Núcleo de Estudos Paranaense – NEP, que tem como coordenador Ricardo Costa de Oliveira (UFPR) o qual tem desenvolvido uma teoria acerca da sociologia política das relações de parentesco. Os estudos desenvolvidos por Oliveira têm ajudado a desmistificar a região Nordeste como única e exclusiva região na qual a política se operacionaliza por meios das “relações de parentesco” que têm nas “redes de famílias” a sustentação do poder político e o poder econômico. Tendo se destacado ao lado de cientistas sociais como Canêdo (1994, 2002), Oliveira (2001, 2012, 2015) é um dos pesquisadores que tem encarado a genealogia como método fundamental à compreensão das estruturas de poder e riqueza no Brasil contemporâneo.

No Paraná, por exemplo, Estado em que Oliveira (2015) tem se debruçado para investigar as linhagens de família na 54ª legislatura, pode ser verificado através de parlamentares como: Abelardo Lupion (DEM), neto de Moysés Lupion, ex-governador do Paraná pelo PSD, e pai de Pedro Lupion, deputado estadual pelo DEM. Carlos Roberto Massa Júnior (PSC), filho de Carlos Roberto Massa (apresentador de TV, ex-deputado federal e detentor de concessão de radiodifusão). Cezar Silvestri (PPS), filho do ex-prefeito de Guarapuava, Moacyr Júlio Silvestri, e pai do ex-deputado estadual e prefeito de Guarapuava, Cezar Silvestre Filho (PPS-PR). Cida Borghetti (PP), esposa de Ricardo Barros, ex-prefeito de Maringá e ex-deputado federal e irmã de Juliano Borghetti (PP-PR), ex-vereador de Curitiba. João Arruda (PMDB), sobrinho do ex-governador do Paraná Roberto Requião (PMDB), hoje senador.

No Rio Grande do Sul, tem-se os nomes de Darcísio Perondi (PMDB), irmão do ex-prefeito de Ijuí e ex-deputado federal, Emídio Perondi. Luiz Carlos Busato (PTB), filho de Luiz Jeronymo Busato, ex-prefeito de Canoas (RS). Mendes Ribeiro Filho (PMDB), filho do ex-vereador e ex-deputado estadual e federal Mendes Ribeiro. Nelson Marchezan Junior (PSDB), filho do ex-deputado Nelson Marchezan (PSDB), que chegou a ser Secretário Nacional de Comunicações no governo de Fernando Collor de Mello (1992). E em Santa

Catarina, apresentam-se: Celso Maldaner (PMDB), que é irmão de Casildo Maldaner (senador e ex-governador de Santa Catarina). Esperidião Amin (PP), casado com a ex-deputada federal e ex-prefeita de Florianópolis Angela Amin (PP-SC). Onofre Santo Agostini (DEM) é primo do governador Raimundo Colombo (DEM-SC) e tio do ex-prefeito de Curitiba, Wanderley Agostini (PSD-SC). Paulo Bornhausen (DEM) é filho de Jorge Bornhausen (ex-ministro, ex-senador e ex-governador de Santa Catarina) e neto de Irineu Bornhausen, ex-prefeito de Itajaí (SC) e ex-governador.

Na Região Norte, em Estados como o Pará, destacam-se representantes deste padrão de representação, parlamentares tais como: Elcione Barbalho (PMDB), ex-esposa do atual senador Jader Barbalho (PMDB-PA), ex-deputado e ex-governador do Pará, mãe de Helder Barbalho, ex-vereador, ex-deputado estadual e ex-prefeito de Ananindeua. José Priante (PMDB), primo e afilhado do senador Jader Barbalho. Lira Maia (DEM), Tio de Erasmo Maia (DEM-PA), vereador de Santarém. No Estado do Amazonas, Carlos Souza (PP), irmão de Fausto de Souza Neto (PRTB-AM), deputado estadual, e de Wallace Souza (PP-AM), ex-deputado estadual (morto em 2010). Rebecca Garcia (PP), filha de Francisco Garcia Rodrigues (ex-deputado federal). Sabino Castelo Branco (PTB), casado com a deputada estadual Vera Lúcia Castelo Branco (PTB-AM) e pai do vereador de Manaus Reizo Castelo Branco (PTB-AM). Silas Câmara (PSC), esposo da também deputada federal Antônia Lúcia Câmara (PSC-AC).

No Estado do Acre, Flaviano Melo (PMDB), filho do ex-deputado Raimundo Herminio de Melo e irmão do também ex-deputado José Melo. Gladson Cameli (PP), sobrinho do ex-governador do Acre Orleir Cameli (PP-AC). Perpétua Almeida (PCdoB), esposa do ex-deputado estadual Edvaldo Magalhães (PCdoB), atual secretário estadual de Desenvolvimento Florestal, Indústria, Comércio e Serviços Sustentáveis. No Amapá, Davi Alcolumbre (DEM), primo do deputado estadual Isaac Alcolumbre (DEM-AP), do ex-vereador Moisés Alcolumbre (DEM-AP) e do suplente de senador Salomão Alcolumbre Junior (PMDB-AP). Janete Capiberibe (PSB), casada com o senador e ex-governador do Amapá João Capiberibe (PSB-AP) e é mãe de Camilo Capiberibe (PSB-AP), ex-deputado estadual e atual governador do Amapá.

Na Região Centro-Oeste, dos 41 representantes na Câmara dos Deputados na 54ª legislatura, 19 parlamentares são oriundos das famílias políticas. Tem-se no Estado de Tocantins: Ângelo Agnolin (PDT), casado com Edna Agnolin, ex-vice-prefeita de Palmas.

Irajá Abreu (DEM), filha da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO). Laurez Moreira (PSB), filho do ex-vereador e ex-prefeito de Dueré (TO), Juarez Rodrigues Moreira. Lázaro Botelho (PP), esposo de Valderez Castelo Branco Martins (PFL-TO), ex-prefeita de Araguaína (TO).

Em Goiás tem-se: Carlos Alberto Leréia (PSDB), irmão de José Humberto da Silva, ex-vereador de Minaçu. Flávia Moraes (PDT), esposa de George Moraes (PDT-GO), ex-prefeito de Santa Bárbara de Goiás, ex-prefeito de Trindade e ex-deputado estadual. Íris de Araújo (PMDB), esposa do homônimo ex-prefeito de Goiânia, ex-senador e ex-governador de Goiás, Íris Rezende (PMDB- GO). Jovair Arantes (PTB), pai do deputado estadual Henrique Arantes (PTB-GO). Leandro Vilela (PMDB), sobrinho do ex-deputado federal, deputado estadual, ex-governador, ex-senador e atual prefeito de Aparecida de Goiânia, Maguito Vilela (PMDB-GO), e primo do deputado estadual Daniel Vilela (PMDB-GO). Leonardo Vilela (PSDB), filho do ex-vereador de Mineiros (GO), João Batista Paniago Vilela e sobrinho do ex-prefeito do município Antonio Carlos Paniago. Ronaldo Caiado (DEM), de família política de Goiás, neto do ex-deputado e ex-senador Totó Caiado, sobrinho do ex-senador Emival Caiado, primo do ex-deputado Sérgio Caiado (PP-GO). Thiago Peixoto (PMDB), neto do ex-deputado Peixoto da Silveira e filho de Flávio Peixoto, que já foi ministro e secretário municipal.

O Senado, conforme sugere a literatura política, é a casa em que os Estados são representados de forma mais equilibrada, visto que são três senadores por Estado e são agentes políticos mais experientes. Experiência política que pode ser acumulada ao longo da trajetória política e, assim, balizar sua atuação de senador que, há muito, pensa-se que a maturidade, que costuma vir com o tempo, associa-se à sensatez e à temperança necessárias à câmara revisora, que tem, entre outras, a função de se contrapor aos eventuais arroubos oriundos da primeira câmara, normalmente mais passional e propícia a escolhas intempestivas.

No Brasil, por norma constitucional, a idade mínima necessária para se candidatar a senador é quatorze anos, superior à exigida para deputado federal, estadual e distrital, e dezessete anos, superior à exigida para vereador. Isso dá ao pleiteante a cadeira senatorial, oportunidades para um maior acúmulo de experiências na vida em geral e na vida política em particular. Senadores tendem a ser politicamente mais experientes e mais qualificados para o ofício da representação política do que os demais parlamentares.

Contrapondo-se à fragmentação e renovação mais constante na Câmara dos Deputados, o que possibilita uma maior “renovação” e circulação no poder, a lógica de

funcionamento do Senado, enquanto Câmara qualificada, caracteriza-se pela regra de renovação 1/3 e 2/3, em eleições subsequentes, o que impossibilita uma mudança abrupta de todo o quadro de representação da casa em uma eleição.

O Senado, de acordo com a Tabela 1, tem apresentado mais da metade de suas cadeiras com assentos de agentes políticos da “bancada dos parentes”. Dos 81 deputados federais da 54ª legislatura, 52 parlamentares, o que corresponde a 64% dos senadores, estão classificados na bancada supracitada. Na 55ª legislatura há uma incipiente redução da bancada, mas continua acima da metade do total de parlamentares que constitui a casa. Ou seja, dos 81, nesta legislatura, 49 pertencem à “bancada dos parentes”. A bancada do Nordeste na 54ª desponta com 70%, dos 27 senadores 19 possuem outros familiares ocupando cargos eletivos de representação política. Em seguida, vêm as regiões Sudeste e Norte. Dos 12 representantes da região sudeste, 8 pertencem e, dos 21 da região Norte, 14 estão classificados na “bancada dos parentes”. A Região Sul e o Centro-Oeste apresentam-se com os menores percentuais, porém acima de 50%. Embora na legislatura seguinte, ou seja, na 54ª, a bancada da região Nordeste oscile para baixo, a região Sul se eleva, saltando de 56% para 67% e a Sudeste e a Norte mantêm o padrão de representação. Apenas o Centro-Oeste tem uma redução. Dos 12, 5 pertencem à “bancada dos parentes”, o que configura um decréscimo, em relação à legislação anterior, de 1 parlamentar.

A Região Nordeste tem como nomes no Senado Antônio Carlos Valadares (PSB) do Estado de Sergipe. Este é pai do deputado federal Valadares Filho (PSB-SE) e filho de Josefa Matos Valadares e Pedro Almeida Valadares, ambos ex-prefeitos de Simão Dias (SE). Também representado por Maria do Carmo Alves (PFL), esposa do atual prefeito de Aracaju e ex-governador de Sergipe, João Alves Filho (DEM-SE).

Do Estado de Pernambuco, o atual Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Armando de Queiroz Monteiro Neto (PTB). Filho do Armando de Queiroz Monteiro Filho (PTB) (ex-ministro da Agricultura) e neto de Agamenon Magalhães (ex-governador de Pernambuco, ex-deputado federal e ex-ministro do Trabalho, Indústria e Comércio). Jarbas Vasconcelos (PMDB), neto de Francisco de Andrade Lima, ex-deputado estadual e prefeito de Nazaré da Mata (PE) e tio de Gustavo Negromonte, atual deputado estadual pelo PMDB.

Do vizinho Estado de Alagoas tem-se Benedito de Lira, pai do deputado Artur Lira (PP-AL) e padraсто de Marcelo Palmeira (PP-AL), ex-vereador e atual vice-prefeito de Maceió. Fernando Collor (PRTB), neto do ex-ministro Lindolfo Collor e filho de Arnon de

Mello, ex-governador de Alagoas. Também é pai de Fernando James (PTB-AL), ex-vereador de Rio Largo. Renan Calheiros (PMDB), filho do ex-prefeito e ex-vereador de Murici (AL) Olavo Calheiros Novais (PMDB), e pai do ex-deputado federal e atual governador do Estado Renan Calheiros Filho (PMDB). Renan Calheiros (PMDB) também é irmão do Deputado estadual Olavo Calheiros (PMDB), de Renildo Calheiros (PC do B), atual prefeito de Olinda (PE), e de Remi Calheiros (PMDB), atual prefeito de Murici (AL).

A Paraíba se encontra representada na “bancada dos parentes” pelo herdeiro Cássio Cunha Lima (PSDB), filho do ex-deputado, ex-senador e ex-governador da Paraíba Ronaldo Cunha Lima, pai do atual Deputado federal Pedro Cunha Lima (PSDB), primo de Romero Rodrigues (PSDB), atual prefeito de Campina Grande – segunda maior cidade do estado – e irmão do vice-prefeito desta cidade, Ronaldo Cunha Lima Filho, além de primo do atual Deputado estadual Bruno Cunha Lima (PSDB) e parente de Tovar Correia Lima (PSDB), Deputado estadual da Paraíba. Encontrava-se também na 54ª legislatura representando a Paraíba Cícero Lucena (PSDB) marido da ex-vice-governadora Lauremília Lucena (PSDB-PB) e sobrinho do ex-senador Humberto Lucena (PMDB). Também é tio do ex-deputado Fabiano Lucena. Vital do Rêgo Filho (PMDB), filho do ex-deputado federal Antônio Vital do Rêgo e da ex-deputada federal Nilda Gondim (PMDB). Irmão do ex-prefeito de Campina Grande, por dois mandatos e atual Deputado federal Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto (PMDB). Neto de Pedro Moreno Gondim, ex-deputado estadual, ex-deputado federal e ex-governador do Estado. Sobrinho neto do ex-deputado federal, ex-senador e ex-governador/interventor Argemiro de Figueiredo.

No Piauí tem-se Ciro Nogueira (PP). Ciro Nogueira é casado com a deputada federal Iracema Portella (PP-PI), neto do ex-prefeito de Pedro II (PI) Manoel Nogueira Lima e filho de Ciro Nogueira Lima, ex-deputado federal. Wellington Dias (PT) é casado com Rejane Dias (PT), deputada estadual no Piauí. Atualmente se encontra como governador do Estado, ocupando este cargo pela terceira vez. Sua esposa Rejane Dias ocupa uma cadeira atualmente na Câmara dos Deputados. No Maranhão, tem-se como nomes da “bancada dos parentes” Edison Lobão (PMDB), marido da deputada federal Nice Lobão (PSD-MA) e pai de Edison Lobão (PMDB-MA), seu primeiro-suplente, que assumiu o cargo de senador quando o pai se licenciou. E Eptácio Cafeteira (PTB), tio de Rogério Cafeteira (PMN-MA), atual deputado estadual. No Ceará Eunício Oliveira (PMDB), irmão de Dena Oliveira (PMDB-CE), ex-prefeita de Lavras da Mangabeira, e genro do ex-deputado federal Paes de Andrade (PMDB-CE). Na Bahia, João Durval (PDT), pai de Sérgio Barradas Carneiro (PT),

suplente de deputado federal na atual legislatura, e de João Henrique Carneiro (PP), ex-prefeito de Salvador.

E no Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini (PFL), casada com Carlos Augusto Rosado, ex-deputado federal. Rosalba Ciarlini também é prima da deputada federal Sandra Rosado (PSB-RN) e irmã de Ruth Ciarlini (DEM-RN), ex-deputada estadual e ex-vice-prefeita de Mossoró. Garibaldi Alves Filho (PMDB) É de tradicional família de políticos. É filho de Garibaldi Alves (PMDB), ex-deputado estadual e ex-vice-governador do Rio Grande do Norte, e irmão de Paulo Roberto Chaves Alves (conselheiro do Tribunal de Contas do Estado). Também é sobrinho do ex-governador Aluizio Alves e do ex-prefeito de Natal Agnelo Alves, e primo do deputado federal Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) e do ex-deputado e atual prefeito de Natal Carlos Eduardo Alves (PDT-RN). É pai do deputado estadual Walter Pereira Alves. José Agripino (DEM), filho do ex-deputado e ex-governador Tarcísio Maia e sobrinho de João Agripino Maia Filho, ex-senador e ex-governador da Paraíba. É primo do ex-governador Lavoisier Maia e do ex-prefeito do Rio de Janeiro, César Maia (DEM), que é pai do deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ). José Agripino também é pai do deputado federal Felipe Maia (DEM-RN).

Na região Norte do país o Senado, em termos de representantes da “bancada dos parentes”, encontra-se representado por Jorge Viana (PT-AC) e Tião Viana (PT-AC), ambos filhos do ex-vereador, ex-prefeito e ex-deputado Wildy Viana (UDN/ARENA/PDS), sobrinho do ex-governador do Acre Joaquim Macedo (UDN/PTB/ARENA/PDS). Tião Viana (PT-AC) foi também governador do Estado. Além desses, Sérgio Petecão (PMN) se configura como outro representante do Acre. Sérgio é primo do ex-vereador de Rio Branco, Pedrinho Oliveira. No vizinho Estado do Amapá-AP a representação se deu através de José Sarney (PMDB), pai da ex-governadora da Maranhão, Roseana Sarney (PMDB) e do deputado federal Sarney Filho (PV-MA). Também é irmão de Ivan Sarney, ex-vereador de São Luís pelo PMDB. Outra representante deste Estado é Vanessa Grazziotin (PC do B), casada com Eron Bezerra (PC do B), deputado estadual licenciado e atual Secretário de Produção Rural do Amazonas e pelo senador João Capiberibe (PSB) também marido da atual deputada federal Janete Capiberibe (PSB-AP) e pai de Camilo Capiberibe (PSB-AP), ex-deputado estadual e atual governador do Amapá.

Angela Portela (PT), por sua vez, é uma das representantes do Estado de Roraima no Senado. Angela é esposa do ex-governador de Roraima e deputado estadual Flamarion Portela (PTC-RR). Romero Jucá (PMDB), ex-marido da prefeita de Boa Vista (RR), a ex-deputada

federal Teresa Surita (PMDB-RR) e pai do deputado estadual Rodrigo Jucá (PMDB-RR). Em Rondônia, Ivo Cassol (PP) é filho de Reditário Cassol, ex-deputado e ex-prefeito de Colorado do Oeste (RO) e irmão de César Cassol, ex-prefeito de Santa Luzia (RO) e ex-deputado e de Nega Cassol, ex-prefeita de Alta Floresta (RO). Valdir Raupp (PMDB) casado com a deputada federal Marinha Raupp (PMDB). No Pará, Jader Barbalho (PMDB), pai de Helder Barbalho ex-prefeito do município paraense de Ananindeua, ex-marido de Elcione Barbalho (deputada federal) e primo de José Priante (deputado federal), todos do PMDB. E Mário Couto (PSDB), pai da deputada estadual Cilene Couto (PSDB).

Esse padrão de representação política também segue nas regiões Sudeste e Sul do país, embora não tão forte como tem sido na região Nordeste. No Sudeste, tem-se, em Minas Gerais: Aécio Neves (PSDB), filho do ex-deputado estadual e federal Aécio Cunha e neto do ex-presidente da República Tancredo Neves e de Tristão da Cunha, ex-secretário estadual no governo de Juscelino Kubitschek, também primo do senador Francisco Dornelles (PP-RJ). Em São Paulo, tem-se Aloysio Nunes Ferreira filho de Aloysio Nunes Ferreira, ex-deputado estadual. No Espírito Santo, tem-se Magno Malta (PR), casado com a deputada federal Lauriete (PSC-ES) e Ricardo Ferraço (PMDB), filho do Deputado estadual Theodorico Ferraço (DEM-ES), ex-prefeito de Cachoeiro de Itapemirim e ex-deputado federal. E no Rio de Janeiro Francisco Dornelles (PP), primo de Getúlio Vargas e sobrinho de Tancredo Neves, ambos ex-presidentes brasileiros. Também é sobrinho de Ernesto Dornelles, ex-senador e ex-governador do Rio Grande do Sul, e primo do senador e presidenciável Aécio Neves (PSDB-MG), como já destacado. No Sul do país, apresentam-se no Paraná os nomes de: Álvaro Dias (PSDB), irmão do ex-senador Osmar Dias (PDT-PR). Gleisi Hoffman (PT), casada com o ex-deputado federal Paulo Bernardo (PT-PA) e ex-ministro das Comunicações e Roberto Requião (PMDB) filho do ex-prefeito de Curitiba, Wallace Thadeu de Mello e Silva. No Rio Grande do Sul Ana Amélia (PP) herda o patrimônio político do seu esposo Octávio Cardoso, ex-senador pelo Estado. Em Santa Catarina: Paulo Bauer (PSDB), filho de Victor Bauer, ex-prefeito de Jaraguá do Sul (SC).

A região Centro-Oeste, com menos representantes neste padrão, apresenta-se e é representada pelos nomes: Waldemir Moka (PMDB), primo do vereador Zeca (PT-MS), ex-deputado estadual e ex-governador do Mato Grosso do Sul, e do deputado federal Vander Loubet (PT) e Marisa Serrano (PSDB), prima do deputado estadual Márcio Monteiro (PSDB-MS), ex-prefeito de Jardim (MS), todos do Mato Grosso do Sul. Em Tocantins, tem-

se os nomes de: João Ribeiro (PR), pai da deputada estadual Luana Ribeiro (PR) e Kátia Abreu (PFL), mãe do deputado federal Irajá Abreu (PSD). Em Mato Grosso: Jayme Campos (PFL), filho de Júlio Domingos de Campos, ex-vereador e ex-prefeito de Várzea Grande (MT), também irmão de Júlio Campos (DEM-MT), atual deputado federal que detém concessão de radiodifusão, e de Benedito Paulo Campos (DEM-MT), ex-prefeito de Jangada (MT). No Distrito Federal: Joaquim Roriz (PMDB), pai da deputada federal Jaqueline Roriz (PMN) e da deputada distrital Liliane Roriz (PRTB), além de Rodrigo Rollemberg (PSB), filho de Armando Leite Rollemberg, ex-deputado federal e ex-ministro do Supremo Tribunal de Justiça (STJ). Rodrigo Rollemberg (PSB) é o atual governador do distrito federal. E, por fim, em Goiás, tem-se Lúcia Vânia (PSDB), ex-esposa do político Irapuan Costa Júnior (ex-governador biônico de Goiás), irmã do ex-senador Moisés Abrão Neto (PDC-TO) e prima do ex-deputado Pedrinho Abrão (PTB-GO).

Essa radiografia do Congresso permite perceber que o fenômeno do parentesco na política perpassa por todos os Estados da Federação, constituindo quadros para as principais casas legislativas da Segunda República. Permite perceber, ainda, que não se trata de um fenômeno isolado, mas de um fenômeno que tende a crescer ainda mais nos próximos pleitos, principalmente após a aprovação da lei Ficha Limpa ou Lei Complementar nº. 135 de 2010. A lei torna inelegível por oito anos um candidato que tiver o mandato cassado, renunciar para evitar a cassação ou for condenado por decisão de órgão colegiado (com mais de um juiz), mesmo que ainda exista a possibilidade de recursos.

Embora não sendo nosso objeto de tese investigar a estrutura de poder constituída por estas famílias em todos os Estados da Federação, até porque temos uma limitação de tempo e recursos, é com base na representação política da Paraíba nos últimos trinta anos que será apresentado na Parte II deste trabalho de tese um estudo detalhado sobre o Estado da Paraíba, tendo em vista a estrutura de poder político e econômico construído por estas famílias que historicamente ocupam os principais postos de representação política. Esta radiografia da “bancada dos parentes” por Estado da Federação permite que novos estudos com esse enfoque possam ser realizados. Tal configuração apenas sinaliza para uma estrutura de poder político e econômico que estes grupos familiares construíram ao longo do tempo e que ainda se encontra invisível aos olhos dos estudos da sociologia e da ciência política. Assim, não se teve neste capítulo a pretensão de analisar a fundo a estrutura de poder constituída por estas famílias mencionadas, mas tão somente apresentar os nomes dos agentes.

## 2.6. PARTIDOS POLÍTICOS E O DUPLO SENTIDO DA HERANÇA POLÍTICA

Não é exagero afirmar que a história política brasileira pode ser compreendida e/ou interpretada através da história social das famílias políticas. Daí resulta que a genealogia e o parentesco funcionam como um dos recursos sociais fundamentais à compreensão das redes familísticas que historicamente dominam o cenário político brasileiro. Perpassando, assim, por todos os Estados, e inseridas nas mais variadas estruturas de poder da Segunda República, as famílias políticas não somente ocupam os cargos eletivos, mas diversos outros cargos estratégicos e de condução das ações políticas no Estado.

Em levantamento realizado junto à organização “Transparência Brasil” (2015), a pesquisadora Lauren Schoenster (2015) destaca que o processo de “renovação” tem seguido o mesmo padrão das eleições anteriores, ou seja, “oligarcas e seus filhos, netos, cônjuges, irmãos e sobrinhos seguirão dando as cartas na legislatura que se inicia em 2015”. Conforme mapeamento da “Transparência Brasil”, 49% dos deputados federais eleitos possuem parentes políticos, o que equivale a 5% a mais do levantamento realizado por esta organização em relação aos representantes eleitos em 2010 com parentesco que equivaleria a 44%. Esta tem sido uma constante, a partir da redemocratização.

A bancada de parentes historicamente tem sido expressiva. O processo de renovação tem se configurado como um processo de circulação dos agentes dentro do campo político. Os herdeiros – agentes políticos – circulam no campo ocupando posições dominantes em cargos eletivos nos diferentes entes federados. O que não deixa de se constituir em concentração de poder econômico e político. Conforme os dados levantados junto ao Tribunal Superior Eleitoral, referente a 54ª Legislatura e a 55ª Legislatura, a Câmara dos Deputados e o Senado têm apresentado bancada expressiva de parlamentares de famílias políticas. A Tabela 2, abaixo, apresenta a “bancada de parentes por partidos”.

**Tabela 2** – Bancada de parentes eleitos/principais partidos para a 54<sup>a</sup> e 55<sup>a</sup> Legislaturas (2011-2019)

Câmara dos Deputados							
54 <sup>a</sup> Legislatura (2011-2015)				55 <sup>a</sup> Legislatura (2015-2019)			
Partido	Parentes	Total da bancada	%	Partido	Parentes	Total da bancada	%
DEM/PFL	29	43	67%	PMDB	43	66	65%
PMDB	49	77	64%	PSDB	29	54	54%
PP	26	44	59%	PSD	22	37	59%
PTB	13	22	59%	PSB	19	34	56%
PSC	9	17	53%	PP	21	36	58%
PSB	16	34	47%	PT	19	70	27%
PR	18	40	45%	PR	16	34	47%
PSDB	23	53	43%	PTB	15	25	60%
PPS	5	12	42%	DEM	12	22	55%
PDT	10	27	37%	PDT	9	19	47%
PV	4	14	29%	SD	9	15	60%
PC do B	3	15	20%				
PT	15	88	17%				

Fonte: Dados compilados pelo autor, a partir do TSE/DIAP (2016)

A tabela 2 apresenta a bancada de parentes na Câmara dos Deputados conforme os Partidos que possuem acima de 10 representantes na casa. O DEM/PFL na 54<sup>a</sup> Legislatura apresenta-se em termos percentuais com 67% da sua bancada composta por representantes oriundos de famílias políticas. Famílias que, em sua maioria, se perpetua nos cargos eletivos do Estado brasileiro há séculos. Em seguida o PMDB, embora em termos relativo percentualmente menor que o DEM, apresenta em termos absolutos como sendo a maior bancada perfazendo 49 dos 77 parlamentares com origem nas famílias políticas. Logo em seguida vem o DEM, antigo PFL, com 29, dos 43; o PP, com 26 dos 44; PSDB, 23 dos 53; PR, 18 dos 40; PSB, 16 dos 34; PT, 15 dos 88; PTB, 13 dos 22; PDT, 10, dos 27; PSC, 9 dos 17; PPS, 5 dos 12; 10 dos 27, PDT; 4 dos 14, PV e 3 dos 15, PCdoB. Na 55<sup>a</sup> Legislatura diminui a “bancada de parentes” ao tempo em que também tem um decréscimo no total da bancada. Mesmo assim o PMDB continua sendo o partido com a maior bancada de políticos com esta classificação.

O PSDB que se encontrava na 54<sup>a</sup> legislatura na quarta colocação, passa a se constituir na 55<sup>a</sup> como a segunda bancada, deixando pra trás PP e DEM. Tal fenômeno ocorre principalmente impulsionado pelo processo migratório de legendas, tendo em vista a criação de dois novos partidos: PSD e SD. Ambos passaram a aglutinar agentes políticos herdeiros da antiga ARENA/PFL/PP/DEM e agora situados no PSD e SD. Os dois partidos recém-criados

passaram a ter uma bancada composta de 56 parlamentares, destes 31 estão classificados na “bancada de parentes”. Em grande medida, a migração se deu dos partidos que historicamente estiveram vinculados ao regime militar, em especial destaque PFL e PP herdeiros institucionais da Arena. A migração desses parlamentares que historicamente tiveram nos quadros dos partidos herdeiros do regime sinaliza possivelmente para um rearranjo da direita no país.

Trata-se de uma estratégia, a meu ver, dos agentes que se posicionam ideologicamente à direita no sentido de se diferenciarem da “direita tradicional” ou “velha direita”<sup>87</sup>. Enquanto a direita tradicional primou pela manutenção do *status quo*, pelas políticas que favorecem os mais ricos (vantagens tributárias, desregulamentação de mercados etc.), essa nova “família de partidos”<sup>88</sup> (ENSER, 2010) reconhece, por meio de seus agentes, que não é possível governar sem olhar para os socialmente excluídos (e, em especial, para seu respectivo peso eleitoral). São partidos que seus agentes não lutam e nem buscam dar melhores condições materiais de vida para os cidadãos, mas sim estabelecem um pacto de igualdade mínima de oportunidades.

A igualdade de oportunidade aqui não deve ser compreendida como igualdade plena. Trata-se de uma igualdade que se estabelece perante a lei e fundamentada no discurso liberal do mérito. Esse me parece ser um elemento que separa estes partidos tanto da direita tradicional<sup>89</sup> – onde a desigualdade é atávica –, quanto da esquerda tradicional, vinculada ao

---

<sup>87</sup> Seguindo, em parte, a classificação proposta por Codato (2015), na velha direita ficaram os partidos que se originaram de regimes ditatoriais como o PSD (1987-2003), PP, DEM ou PTB, bem como os partidos satélites desses, que orbitaram suas coligações eleitorais ou foram incorporados pelos primeiros, como PRONA, PRP, PRTB, PSN, PHS, PAN, PSC, PGT e PRN. Classificados como novos conservadores, estão os partidos que surgiram para atender às conquistas da esquerda como o PSD de Gilberto Kassab e o SD capitaneado por Paulinho da Força. Ainda os micropartidos que orbitaram as candidaturas tradicionais da direita na abertura democrática: PST, PT do B, PSL, PTC e PTN. Por fim, ainda na nova direita, os partidos de base cristã, como o PSDC, PEN e PRB. Em outras famílias ideológicas se encontram todas aquelas organizações que vão do centro-direita (PSDB, PPS, PMDB – este muito heterogêneo difícil de classificação) do centro-esquerda (PT, PCdoB, PSB) e à esquerda atualmente (PCO, PSTU e PSOL).

<sup>88</sup> Segundo Ennsner (2010) para que possamos encontrar uma família de partidos políticos é preciso tomar por base quatro critérios: i) a origem dos partidos; ii) as ligações supranacionais; iii) a plataforma política e ideológica; e iv) o nome da legenda. Esses partidos são todos de origem parlamentar, todos possuem o mesmo discurso (ao menos em sua face aparente) e todos têm em comuns pontos ideológicos completamente afinados. Ver: ENNSER, 2010, p. 151-171.

<sup>89</sup> Os partidos tradicionais de direita tomaram caminhos diversos para sobreviver politicamente. PTB, PP e PR aderiram à base de sustentação dos governos Lula da Silva, aceitando suas principais políticas sociais, como o programa de compensação financeira Bolsa Família e o programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida. O único grande partido da direita que não formou parte da coalização governista foi justamente o que teve a maior baixa em sua bancada, o PFL/DEM: ele diminuiu de 105 deputados em 1998 para apenas 22 em 2014. A criação do PSD foi o principal vetor da queda da direita tradicional. O partido foi criado como uma dissidência do DEM, o que também contribuiu para o enfraquecimento parlamentar dos Democratas, e desde 2011 vem incluindo deputados de vários outros partidos do mesmo espectro ideológico, como PP, PTB, PSC.

igualitarismo como ideal humano. São partidos que têm seus fundamentos na “liberdade de mercado”, o que os separa da agenda dos partidos de esquerda. Desse ponto de vista, partidos como PSD e SD não apresentam novidade em relação à direita tradicional. Por outro lado, tendem a ser mais favoráveis à democracia liberal e a defesa de liberdades negativas<sup>90</sup>.

Os partidos que historicamente haviam se posicionado no campo ideológico de esquerda<sup>91</sup> e que agora se encontram na centro-esquerda também tem constituído suas “bancadas de parentes”, embora em números bem inferior quando comparados àqueles que historicamente estão posicionados ao espectro da direita. Se somarmos, por agrupamentos de partidos posicionados e vinculados historicamente às lutas promovidas pela esquerda, embora agora posicionados no campo político de centro-esquerda (PT/PSB/PDT e PCdoB), veremos que a bancada de parentes deste foi composta ao todo por 56 parlamentares na 54ª legislatura e 47 parlamentares na 55ª, excluindo ai o PCdoB que nesta não teve parlamentares classificados na “bancada de parentes”. O que permite sinalizar que os parentes se encontram indistintamente em todos os partidos que possuem bancadas acima de 10 parlamentares no Congresso. Porém, com uma ressalva, os partidos que estão posicionados no campo de disputa vinculados histórico e ideologicamente à direita apresentam significativamente “bancadas de parentes”, conforme atesta a Tabela 2, acima descrita.

A bancada de parentes constitui-se como uma das maiores bancadas no Congresso, ficando atrás apenas para a bancada empresarial. Muitos que fazem parte desta bancada declaram-se profissionais liberais (médicos, advogados, economistas e/ou engenheiros, dentre outros) e empresários. Há um entrelaçamento entre estas redes de políticos empresários e políticos com forte presença da herança oligárquica. Nesse sentido, não é possível pensar de forma tão linear a bancada de parentes e a bancada de empresários. São extremamente complexas, conforme tenho demonstrado. No Senado, conforme Tabela 2, a “bancada de parentes” ainda é mais expressiva. Em termos absolutos, o PMDB é o partido que lidera, com 14 senadores oriundos das famílias políticas. Em seguida vem o PSDB, com 09 dos 11 senadores. O PT, com mais de 07 dos 13, o que equivale a mais de 50% da sua bancada;

---

<sup>90</sup> Ver: CODATO, Adriano, BOLOGNESI, Bruno & ROEDER, Karolina Mattos, 2015, p. 121.

<sup>91</sup> Há diferentes formas de se classificar partidos políticos no mundo: por seu tamanho, pela sua configuração organizacional (de massas ou de quadros, para retomar a distinção mais conhecida de Duverger), por sua origem (no parlamento, em movimentos sociais etc.), pelos interesses que diz representar, ou por sua ideologia (esquerda, direita e seus matizes). A mais intrincada talvez seja esta última – por famílias ideológicas – onde os critérios são conflitantes, fontes escassas e não há consensos nem mesmo em torno de siglas pequenas que possuem plataformas claramente declaradas. Além disso, a separação do universo político entre esquerda e direita é relacional e deve ser contextualizada sempre conforme os espaços geográficos (países ou regiões) e os respectivos contextos históricos. Ver: FRANZMANN *Apud* CODATO, Adriano, BOLOGNESI, Bruno & ROEDER, Karolina Mattos, 2016. Ver: CRUZ, KAYSEL & CODAS, 2015, p. 121.

seguido de DEM, com 05 dos 08 senadores; e PP, partido cuja bancada no Senado da 54ª legislatura corresponde à representação política das famílias políticas.

Na 55ª legislatura o PMDB também continua sendo o partido com a maior bancada oriunda de famílias políticas com 43 deputados. Em seguida, vem o PSDB com 29 e o PSD com 22 deputados federais oriundos das antigas e tradicionais famílias. PP, PR e PSB, PT, em seguida, com 21 e 19, respectivamente. Ou seja, a bancada de parentes perpassa pelos principais partidos da Segunda República. Não se trata de um fenômeno isolado, mas de um padrão de representação que vem se constituindo e aumentando a cada legislatura. Quando se lança o olhar sobre o Senado na 55ª legislatura vê-se que a bancada do PMDB também se constituirá, agora de forma mais expressiva, na “bancada de parentes” com maior número de representantes. Dos 18 eleitos, 16 advêm de famílias políticas. Os dados apresentam que os partidos com maior número de representantes no Senado, apresentam de forma significativa mais de 50% dos parlamentares oriundos das tradicionais famílias políticas, com exceção do PT, que, embora já contemple a “bancada dos parentes”, ainda se encontra com 29% da bancada constituída pelo *parentismo político*.

As Tabelas 2 e 3 sinalizam uma tendência quem vem ocorrendo em várias regiões do país (com maior destaque e evidência nos Estados da região Nordeste) deste o nascimento da “Nova República”. Entre os deputados federais com menos de 30 anos – as “novas lideranças políticas” aproximadamente 85% dos eleitos para a 55ª legislatura advêm desta bancada de “sangue”. São herdeiros políticos cujos pais, avós e/ou familiares atuam há mais de meio século em seus estados. Muitos são herdeiros das tradicionais “oligarquias regionais” que têm como um dos recursos utilizados nas disputas o “nome de família” e o patrimônio simbólico e material do grupo familiar.

**Tabela 3** – Parlamentares com Parentes/Principais Partidos/Senado na 54ª e 55ª legislatura (2015-2023).

SENADO							
54ª Legislatura (2011-2019)				55ª Legislatura (2015-2023)			
Partido	Parentes	Total da bancada	%	Partido	Parentes	Total da bancada	%
DEM/PFL	5	8	63%	PMDB	16	18	89%
PMDB	14	18	78%	PSDB	7	10	70%
PP	5	5	100%	PSD	1	3	33%
PTB	2	4	50%	PSB	4	6	67%
PSC	0	1	0%	PP	4	5	80%
PSB	3	5	60%	PT	4	14	29%
PR	2	4	50%	PR	1	3	33%
PSDB	9	11	82%	PTB	1	3	33%
PPS	0	2	0%	DEM	4	5	80%
PDT	1	3	33%	PDT	4	7	57%
PV	0	0	0%	SD	1	1	100%
PC do B	1	2	50%				
PT	7	13	54%				

Fonte: Dados compilados pelo autor, a partir do TSE/DIAP (2016)

O “sobrenome” tem sido um dos capitais simbólicos fundamentais à ocupação dos cargos eletivos na Segunda República brasileira, quando associado ao poderio político e econômico das famílias. O que sinaliza para o fato de que ser eleito parlamentar ou assumir cargo de chefe do executivo estadual ou municipal depende de investimento econômico e *capital político-familiar*.

Os herdeiros, quase sempre, além de ser socializados no âmbito das famílias políticas, apreendendo o *sensu pratico*, o sentido do jogo político, as estratégias de atuação nesse campo através de processos de interiorização de valores pertencentes ao grupo social que está situado, também adquirem saberes que lhes são fornecidos pelo processo de escolarização. São saberes que potencializam o capital cultural que adquirem desde a família. Desenvolvem habilidades e competências que são fundamentais para a atuação no campo de disputa. Saberes que são transmitidos culturalmente na praticidade das relações sociais. Saberes que são transmitidos pelas gerações e incorporados pela geração mais nova.

Para além dos “nomes de família” – como um dos tipos de capital simbólico – que permite o reconhecimento por parte dos cidadãos e cidadãs dos herdeiros como legítimo, encontra-se materializado no corpo e na mente desses agentes que se encontram no polo dominante, de forma naturalizada, a concepção de que a política se encontra no “sangue”. Os herdeiros herdaram não só o patrimônio material, mas, e fundamentalmente, a história da

família e o patrimônio simbólico. A organização “Transparência Brasil” destaca que 85% dos deputados federais jovens eleitos, para a 55ª legislatura, são herdeiros de famílias políticas. O que, no discurso jornalístico, muitas vezes, superficializa como sendo renovação, trata-se sociologicamente de uma mudança de posição por parte dos agentes no campo político e nas esferas de poder, mas que permanece a mesma concentração de poder político e econômico no âmbito familiar. Permanecem não somente os “sobrenomes”, mas um *modus operandi*, uma forma de fazer política que se materializa através do *habitus* desse estrato da classe política dominante no Brasil, orientado pelos valores e costumes arraigado nos corpos e nas mentes dos agentes que operacionalizam no mundo da política.

O *modus operandi político* aprende-se através de todo um processo de socialização de saberes e valores apreendido no contexto das famílias que vivem da/na política. Desde o modo de falar, perpassando pelo modo de agir, dentro do contexto político. O herdeiro torna-se aquele legítimo, conhecido e reconhecido, como o agente “natural” na condução, perpetuação e reprodução dos valores que constituem o grupo familiar. Habilidades e competências são apreendidas através do processo histórico de formação socializado e transmitido pela geração anterior.

Os herdeiros, muitas vezes, não possuem nenhuma experiência em cargos públicos ou mesmo em cargos de direção ou comando. O *capital político-familiar*, enquanto capital simbólico, torna legítimo a ocupação de cargos de comando e/ou eletivos. Entre os jovens herdeiros – mais de um terço dos novos ocupantes das cadeiras na Câmara dos Deputados – o que corresponde a 21% dos 513 deputados eleitos, não possuíam experiência em legislaturas ou mesmo em cargos eletivos. É o caso dos cinco mais jovens, diretamente ligados a famílias políticas. O deputado federal pela Paraíba, mais votado, Pedro Cunha Lima (PSDB-PB), 26 anos, é um desses exemplos. É filho do senador Cássio Rodrigues da Cunha Lima (PSDB-PB) e neto do ex-governador e ex-senador Ronaldo Cunha Lima e sobrinho-neto do ex-senador e ex-deputado Ivandro Cunha Lima.

Esse *modus* de operar a política por meio das famílias políticas não se encontra restrito a um Estado da federação, tampouco, ao poder legislativo. Trata-se de uma forma de constituição histórica dos quadros políticos brasileiros. Basta atentar para a disputa presidencial 2014, na qual tinham dos três candidatos de maior densidade eleitoral que concorriam à disputa ao cargo de presidente, os então candidatos Aécio Neves (PSDB-MG) e Eduardo Campos (PSB-PE) e a candidata à reeleição Dilma Vanna Rousseff (PT). Os dois primeiros possuindo *parentismo político*.

O primeiro é filho do ex-deputado estadual e federal Aécio Cunha e neto do ex-presidente da República Tancredo Neves e de Tristão da Cunha, ex-secretário estadual no governo de Juscelino Kubitschek. Primo do senador Francisco Dorneles (PP-RJ), que, por sua vez, é primo de Getúlio Vargas e sobrinho de Tancredo Neves, bem como sobrinho de Ernesto Dornelles, ex-senador e ex-governador do Rio Grande do Sul.

O segundo, Eduardo Campos (PSB-PE), já falecido, filho da ex-deputada federal e atual ministra do Tribunal de Contas da União – TCU, Ana Lúcia Arraes de Alencar é neto do ex-prefeito da cidade de Recife, ex-deputado estadual, ex-deputado federal e, por três vezes, governador do estado de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar. Eduardo Campo era o seu principal herdeiro político.

O duplo sentido da herança política situa-se no fato de que muitos herdeiros das famílias políticas passam também a ser os que controlam o partido em seus Estados. Herdam-se, portanto, duplamente. Herdam-se não apenas o nome de família, mas, e fundamentalmente, a instituição “partido” que se atrela às outras heranças materiais e simbólicas que permitem ao grupo familiar se perpetuar. Nesse sentido, nesta primeira parte da tese, o nosso esforço consistiu em demonstrar que o processo de transição democrático se deu, no Estado da Paraíba, por meio de arranjos e acordos estabelecidos entre os agentes herdeiros das antigas oligarquias do Estado. Além disso, demonstrou-se que a Escola tem assumido papel fundamental na formação das elites do Estado.

Esta primeira parte da tese possibilitou entender o fenômeno e a constituição da representação política por meio de famílias que historicamente dominam e controlam instâncias de poder em seus Estados. Trata-se muito mais de apresentar o panorama do *parentismo* político nas principais casas legislativas do Estado brasileiro, com uma radiografia acerca da bancada dos parentes nas regiões do Brasil, com especial atenção à região Nordeste. Com base em elementos apresentados nesta Parte é que se segue a Parte II. Nesta, será demonstrada a força e o jogo do *capital político-familiar* e do capital econômico em várias instituições que os herdeiros das antigas oligarquias passaram a controlar no período da Segunda República no Estado da Paraíba. Como se verá, mais adiante, irei me deter a analisar a estrutura de poder constituída por grupos familiares na Paraíba. Para tal feito, aplico o conceito de *capital político-familiar* e outros com os quais operacionalizo.

Utilizando-me de um traço histórico e característico do Nordeste brasileiro, no que diz respeito à constituição de um poder político oligárquico, demonstro a forma como esse poder se transmite por herança e, conseqüentemente, tem permitido aos herdeiros das antigas

oligarquias do Estado constituir e acumular, ao longo do período histórico, formas distintivas de capitais (capital econômico e capital político-familiar) o que lhes tem permitido perpetuar no poder ao longo da Segunda República.

Tal exercício de investigação realiza-se por meio da estrutura genealógica de parentesco que se estabelece ao longo do tempo nas e entre as famílias investigadas. Assim, conforme se verá na Parte II, identifico os agentes e a que família pertence e quais instituições atuam. Demonstro, assim, que aqueles que historicamente se revezam nos principais cargos de representação política da Segunda República são herdeiros das oligarquias e, no contexto atual, controlam Rádios, Partidos, Tribunais de Contas, Cartórios, bem como imprimem os nomes dos seus antepassados em lugares de memória acumulando para além de formas materiais de dominação, insígnias e elementos simbólicos de dominação nos equipamentos públicos do Estado. Tal feito me permitirá demonstrar como a estrutura de poder político na Paraíba está concentra em aproximadamente 20 famílias. A lógica política da transmissão do poder e da dominação se encontra com os herdeiros de famílias que remontam ao período da Primeira República e em alguns agentes (herdeiros) remontam ao período imperial ou até mesmo colonial. Na parte que segue, veremos como a política na Paraíba se transforma em um negócio de família permeado pelo jogo dos capitais entre os herdeiros das antigas oligarquias.

### 3. PARTE II – A POLÍTICA COMO NEGÓCIO DE FAMÍLIA

#### 3.1. NORDESTE E A HERANÇA OLIGÁRQUICA

A constituição da herança política só ratifica o argumento de que para ser político no Brasil não necessita tão somente pertencer às fileiras dos partidos. Mas que isso, precisa ser reconhecido como legítimo. E um dos distintivos que tem configurado essa legitimidade está no “nome de família”. Este, claro, associado a outros tipos de capitais: econômico e cultural. Nesse sentido, a origem social torna-se um dos mais preponderantes fatores, tanto para o sucesso quanto para o fracasso na escolha da representação política. Nascer em famílias políticas é herdar “nome” e “sobrenome”, *capital político-familiar* que se traduz em capital simbólico conhecido, reconhecido e desconhecido – como capital – por isso legitimado na sua forma simbólica de dominação.

O Nordeste se apresenta como uma das regiões que formam o Estado-território brasileiro com maior número de representantes na Câmara dos Deputados que possuem vínculos de parentesco. Os números sinalizam que a Região Centro-Oeste e a Região Norte do Brasil, se aproximam dos 43% e dos 46%, respectivamente, com parlamentares na Câmara dos Deputados com esse padrão de representação, isto na atual legislatura. O Sudeste e o Sul, em seguida, com 36% e 34 %, respectivamente, o que demonstra que este padrão de representação política é um fenômeno que ocorre em todo o território brasileiro, embora de forma mais expressiva na Região Nordeste<sup>92</sup>. Em cada Estado, de acordo com banco de dados do TSE (2016) e da Transparência Brasil (2015) é possível mapear e identificar as famílias políticas que se perpetuam no poder ao longo da década e algumas ao longo do século. A composição da representação na Câmara dos Deputados e do Senado, por Estados da Região Nordeste, na 55ª legislatura pode melhor ser visualizada no quadro 2 (dois) que se apresenta.

---

<sup>92</sup> Ver Radiografia do Novo Congresso (2015-2019), realizado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP, bem como consultar: “Estatísticas eleitorais 2014 - Estatísticas de resultados – Eleição: Eleições Gerais” 2014 Abrangência: Brasil - Cargo: Deputado federal Candidatos Eleitos. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014-resultado>. Acesso em 25/01/2016.

**Quadro 2** – Bancada de deputados federais do Nordeste/Estados que já tiveram ou tem familiares em cargo eletivo e de representação política/ 55ª. Legislatura (2014-2019)

<b>PARLAMENTAR</b>	<b>PROFISSÃO</b>	<b>ESTADO</b>	<b>PARTIDO</b>	<b>PARENTESCO</b>
<b>Arthur Lira</b>	EMPRESÁRIO	AL	PP	É filho o senador Benedito Lira (PP-AL), ex-deputado e candidato derrotado ao governo estadual em 2014.
<b>Givaldo Carimbão</b>	EMPRESÁRIO	AL	PROS	É pai de Carimbão Júnior (PROS-AL), eleito deputado estadual nas eleições de 2014.
<b>JHC</b>	EMPRESÁRIO	AL	SD	É filho do deputado federal João Caldas (SD-AL), que alcançou a suplência de deputado estadual nas eleições de 2014.
<b>Marx Beltrão</b>	ADVOGADO	AL	PMDB	É filho do deputado estadual eleito João Beltrão (PRTB-AL) e sobrinho do prefeito de Coruripe
<b>Maurício Quintella Lessa</b>	SERVIDOR PÚBLICO	AL	PR	É primo de Ronaldo Lessa (PDT-AL), ex-governador de Alagoas e deputado federal eleito em 2014 e filho de José Márcio Malta Lessa, ex-secretário de Educação.
<b>Pedro Vilela</b>	ADVOGADO	AL	PSDB	É neto do ex-senador Teotônio Vilela e sobrinho do governador de Alagoas Teotônio Vilela
<b>Ronaldo Lessa</b>	ENGENHEIRO	AL	PDT	É primo do deputado federal Maurício Quintella Lessa (PR-AL). É irmão do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado Otávio Lessa, nomeado para o cargo por Ronaldo Lessa quando este era governador do Estado.

<b>Alice Portugal</b>	FARMACÊUTICA	BA	PCdoB	É filha do ex-vereador Adalício Portugal de São Sebastião do Passé (BA).
<b>Antônio Brito</b>	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS	BA	PTB	É filho do vereador Edvaldo Brito (PTB), ex-prefeito e vice-prefeito de Salvador.
<b>Arthur Oliveira Maia</b>	ESTUDANTE	BA	SD	É irmão do ex-prefeito de Bom Jesus da Lapa (BA), Roberto Maia.
<b>Cacá Leão</b>	ADMINISTRADOR	BA	PP	É filho do ex-deputado federal e vice-governador eleito, João Leão (PP-BA).
<b>Cláudio Cajado</b>	ADVOGADO	BA	DEM	É casado com Andréia Xavier Cajado (DEM), ex-prefeita de Dias D'Ávila (BA).
<b>Erivelton Santana</b>	AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO	BA	PSC	É irmão do ex-deputado estadual Eliel Santana (PSC), candidato derrotado a primeira suplência do senador Geddel Vieira Lima (PMDB-BA) nas eleições deste ano.
<b>Felix Mendonça Jr.</b>	ADMINISTRADOR	BA	PDT	É filho do ex-deputado Felix de Almeida Mendonça (DEM) e irmão da ex-vereadora Andréa Mendonça.
<b>João Bacelar</b>	EMPRESÁRIO	BA	PR	É filho do ex-deputado João Carlos Paolilo Bacelar, o Jonga, morto em 2009 (então filiado ao PTN). Também é primo do Deputado estadual baiano João Carlos Bacelar (PTN), eleito Deputado federal em 2014, e sobrinho do ex-senador pelo PMDB Ruy Bacelar.
<b>João Carlos Bacelar Batista</b>	EMPRESÁRIO	BA	PTN	É primo do deputado federal reeleito João Bacelar (PR ex-vereador de Camaçari (BA) Amélio Batista. É irmão do presidente do PTN na BA)

<b>José Nunes</b>	EMPRESÁRIO	BA	PSD	É marido de Fátima Nunes, prefeita de Euclides da Cunha (BA).
<b>Jutahy Junior</b>	ADVOGADO	BA	PSDB	É neto do ex-governador da Bahia Juracy Magalhães (UDN-BA) e filho do ex-vice-governador da Bahia, ex-deputado e ex-senador Jutahy Borges Magalhães (UDN, ARENA, PMDB e PSDB)
<b>Lúcio Vieira Lima</b>	PECUARISTA	BA	PMDB	É filho de Afrísio Vieira Lima, ex-vereador e ex-deputado estadual e federal. Também é irmão do ex-deputado federal e ex-ministro da Integração Nacional Geddel Vieira Lima (PMDB), derrotado ao cargo de senador nas eleições deste ano.
<b>Mário Negromonte Jr.</b>	ADVOGADO	BA	PP	É filho do ex-deputado federal e atual conselheiro do Tribunal de Contas do Município da Bahia Mário Negromonte e da Prefeita de Glória (BA), Vilma Negromonte (PP-BA). É ainda neto de Dionizio Pereira, ex-prefeito de Glória, e sobrinho de Aduino Pereira, ex-prefeito de Paulo Afonso (BA).
<b>Paulo Magalhães</b>	ADMINISTRADOR	BA	PSD	É sobrinho do ex-governador da Bahia e ex-Senador Antônio Carlos Magalhães (PFL), primo do prefeito de Salvador Antônio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA) e pai do ex-vereador soteropolitano Paulo Magalhães Júnior (PSC-BA).
<b>Ronaldo Carleto</b>	EMPRESÁRIO	BA	PP	É filho do ex-prefeito de Itamaraju Tassizo Carleto (PTB-BA, 2001-2004). Sua mãe, Marizete Carleto (PSL-BA), ficou em segundo lugar na disputa pela Prefeitura de Itamaraju em 2008, mas assumiu o comando do município em 2010 após a cassação da chapa vencedora.
<b>Sérgio Brito</b>	EMPRESÁRIO	BA	PSD	É filho do ex-deputado e detentor de concessão de radiodifusão Henrique Brito Filho (PDS, morto em 1982) e cunhado do ex-prefeito de Salvador João Henrique Carneiro (PP-BA).

<b>Uldurico Jr.</b>	AGRICULTOR	BA	PTC	É filho do ex-deputado federal Uldurico Pinto (PHS-BA). O avô materno, José Alencar Furtado, exerceu vários mandatos de Deputado federal. É sobrinho do ex-deputado federal Chico Pinto.
<b>Aníbal Gomes</b>	EMPRESÁRIO	CE	PMDB	É de família de políticos, tanto do lado materno como paterno. É irmão do Deputado estadual Manuel Duca (eleito pelo PRB-CE, hoje do PROS) e marido da ex-vice-prefeita de Acaraú (CE) Rossana Borborema.
<b>Arnon Bezerra</b>	EMPRESÁRIO	CE	PTB	É de uma tradicional família política. Seu avô, José Bezerra de Menezes, foi vereador em Juazeiro do Norte; seu pai, Leandro Bezerra, também é ex-vereador. Um de seus irmãos, Ivan Bezerra, é o atual vice-prefeito de Juazeiro; outro irmão, Sávio, é ex-vereador. Além deles, um tio, Aduino Bezerra, já foi deputado estadual, governador, deputado federal e vice-governador; outro tio, Humberto Bezerra, foi prefeito, vice-governador e deputado federal; o tio Orlando Bezerra foi vereador, prefeito, deputado estadual e deputado federal; a tia Alacoque Bezerra foi senadora. O cunhado José Roberto Celestino ocupou o cargo de vice-prefeito, e o primo Jarbas Bezerra, o de deputado estadual.
<b>Danilo Forte</b>	EMPRESÁRIO	CE	PMDB	É irmão de Dimas Bastos Forte (PPS-CE), ex-vereador de Tejuçuoca (CE).
<b>Domingos Neto</b>	ESTUDANTE	CE	PROS	É filho de Domingos Gomes Aguiar Filho (PMDB), vice-governador do Ceará, e de Patrícia Aguiar (PMDB), prefeita de Tauá (CE) e ex-secretária de turismo da capital cearense.
<b>Genecias Noronha</b>	EMPRESÁRIO	CE	SD	É sobrinho de Joaquim Noronha, ex-deputado estadual. É irmão de Raimundo Noronha Filho, suplente do senador Inácio Arruda

				(PCdoB-CE). É primo de Joaquim Noronha (PP-CE), eleito deputado estadual em 2014, de Naumi Amorim (PSL-CE), eleito deputado estadual em 2014, e de Nel Noronha, ex-prefeito de Parambu. Sua mulher, Aderlânia Noronha (SD-CE), foi eleita deputada estadual nas eleições deste ano.
<b>José Airton</b>	ADVOGADO	CE	PT	É irmão de José Edilson da Silva (PSDB-CE), ex-prefeito de Icapuí (CE) que teve mandato cassado em 2011. Também é genro da prefeita de Pentecoste (CE), Ivoneide Moura (PT). É ainda tio do ex-vice-prefeito cassado de Icapuí, Heverton Costa Silva (PRB-CE), e a vereadora do município Érika Costa da Silva (PSB-CE).
<b>José Guimarães</b>	ADVOGADO	CE	PT	É irmão do ex-deputado federal José Genoíno (PT-SP).
<b>Leônidas Cristino</b>	ENGENHEIRO	CE	PROS	É cunhada da prefeita de Coreaú (CE), Erika Cristino (PSD-CE). Seu irmão, Chico Antônio (PSBCE), foi prefeito de Coreaú (1993-1996).
<b>Luzianne Lins</b>	PROFESSORA	CE	PT	É ex-mulher de Sérgio Novais (PSB-CE), primeiro suplente do senador José Pimentel (PT-CE) e ex-deputado federal.
<b>Alberto Filho</b>	EMPRESÁRIO	MA	PMDB	É filho do proprietário rural e prefeito de Bacabal (MA) José Alberto Oliveira Veloso (PMDB-MA) e sobrinho de Doralice Veloso (PSD-MA), ex-vereadora da cidade e atual secretária municipal da mulher.
<b>André Fufuca</b>	ESTUDANTE	MA	PEN	É filho de Francisco Dantas Ribeiro, conhecido como "Fufuca Dantas" (PMDB-MA), ex-deputado estadual e ex-prefeito de Alto Alegre do Pindaré.

<b>Cleber Verde</b>	SERVIDOR PÚBLICO	MA	PRB	É irmão de Junior Verde (PRB-MA), eleito deputado estadual nas eleições de 2014.
<b>Hildo Rocha</b>	ADMINISTRADOR	MA	PMDB	É irmão de Joni Rocha (PR-MA), ex-vereador de Matões do Norte. É sobrinho de Hilton Rocha (PMDB-MA), ex-prefeito de Matões do Norte, e cunhado de Kenia Rocha (PR-MA), atual vereadora do Município. É casada com Mirian Rocha (PMDB-MA), candidata derrotada à prefeitura de Cantanhede em 2012.
<b>João Castelo</b>	EMPRESÁRIO	MA	PSDB	É pai da deputada estadual Gardeninha Castelo (PSDB-MA).
<b>João Marcelo</b>	PSICÓLOGO	MA	PMDB	É filho do ex-governador e atual senador João Alberto (PMDB-MA).
<b>Juscelino Filho</b>	MÉDICO	MA	PRP	É filho de Juscelino Rezende, ex-prefeito de Vitorino Freire (MA) e ex-deputado estadual. É sobrinho dos deputados estaduais Stênio Rezende (PRTB-MA) e Vianey Bringel (PMDB-MA).
<b>Pedro Fernandes</b>	ENGENHEIRO	MA	PTB	É irmão do Deputado estadual Manuel Ribeiro (PTB-MA).
<b>Rubens Pereira Jr</b>	ADVOGADO	MA	PCdoB	É filho do ex-deputado e ex-prefeito de Matões (MA) Rubens Pereira e Silva e da prefeita de Matões, Suely Torres e Silva (PSB-MA)
<b>Sarney Filho</b>	EMPRESÁRIO	MA	PV	É de família de políticos, entre eles o pai José Sarney (ex-presidente da República e atual senador pelo PMDB-AM) e a irmã Roseana Sarney (governadora do maranhão pelo PMDB-MA). Seu filho, Adriano Sarney (PV-MA), foi eleito Deputado estadual nas eleições de 2014.
<b>Victor Mendes</b>	ADVOGADO	MA	PV	É filho de Filuca Mendes (PV-MA), atual prefeito de Pinheiro

				(MA).
<b>Zé Reinaldo</b>	ENGENHEIRO	MA	PSB	É tio do deputado estadual Marcelo Tavares (PSB-MA) e do ex-prefeito de São João Batista Eduardo Dominici (PDT-MA). É ex-marido de Alexandra Tavares (PSB-MA), suplente de Deputado federal na legislatura atual.
<b>Aguinaldo Ribeiro</b>	EMPRESÁRIO	PB	PP	É filho do ex-deputado federal e ex-prefeito de Campina Grande Enivaldo Ribeiro e da prefeita de Pilar (PB) Virgínia Velloso (PP); é irmão da deputada estadual reeleita Daniella Ribeiro (PP) e neto do ex-deputado estadual Aguinaldo Veloso Borges.
<b>Benjamin Maranhão</b>	EMPRESÁRIO	PB	SD	É sobrinho do ex-deputado estadual, ex-deputado federal, ex-governador José Maranhão (PMDB-PB), eleito senador nas eleições deste ano. É filho da prefeita de Araruna (PB), Wilma Maranhão (PMDB-PB). Também é irmão da deputada estadual Olenka Maranhão (PMDB-PB), que alcançou a suplência de deputada estadual nas eleições deste ano.
<b>Damião Feliciano</b>	EMPRESÁRIO	PB	PDT	É pai do ex-vereador de Campina Grande e ex-secretário de Turismo e Desenvolvimento Econômico da Paraíba, Renato Feliciano (PDT-PB). É esposo de Lígia Feliciano (PDT-PB), eleita vice-governadora do Estado na eleição de 2014.
<b>Efraim Filho</b>	ADVOGADO	PB	DEM	É neto dos ex-deputados estaduais Inácio Bento de Moraes e João Feitosa e filho do ex-senador Efraim Moraes (DEM-PB). Também é primo do atual prefeito de Santa Luzia, Ademir Moraes (DEM-PB).
<b>Hugo Mota</b>	MÉDICO	PB	PMDB	É neto da prefeita de Patos (PB), Francisca Mota (PMDB-PB), do ex-deputado federal Edivaldo Mota (PMDB-PB) e do ex-prefeito

				de Patos Nabor Wanderley. É filho de Nabor Wanderley Filho (PMDB-PB), também ex-prefeito de Patos.
<b>Manoel Júnior</b>	MÉDICO	PB	PMDB	É sobrinho do ex-prefeito de Itambé (PE) Renato Ribeiro da Costa e da ex-prefeita de Pedras de Fogo (PB) Maria Clarice Ribeiro Borba (PT do B-PB).
<b>Pedro Cunha Lima</b>	ADVOGADO	PB	PSDB	É filho do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), neto do ex-deputado, ex-senador e ex-governador da Paraíba Ronaldo Cunha Lima (PSDB). É sobrinho-neto do ex-deputado federal e ex-senador Ivandro Cunha Lima. É primo em segundo grau de Romero Rodrigues (PSDB-PB), prefeito e sobrinho do Vice-prefeito Ronaldo Cunha Lima Filho, respectivamente da cidade de Campina Grande/PB. Ainda é primo do ex-vereador Bruno Cunha Lima (PSDB), eleito deputado estadual, na eleição de 2014.
<b>Romulo Gouveia</b>	EMPRESÁRIO	PB	PSD	
<b>Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto</b>	ADVOGADO	PB	PMDB	É filho da ex-deputada federal e primeira suplente de senador de José Maranhão, Nilda Gondim (PMDB-PB), e do ex-deputado estadual, ex-deputado federal Antônio Vital do Rêgo. É irmão do ex-senador e Ministro do Tribunal de Contas da União – TCU – Vital do Rêgo Filho (PMDB-PB). Neto do ex-deputado estadual, ex-deputado federal e ex-governador da Paraíba, Pedro Moreno Gondim. É sobrinho-neto do ex-deputado federal, ex-governador/interventor, ex-senador Argemiro de Figueiredo.
<b>Wellington Roberto</b>	EMPRESÁRIO	PB	PR	É pai do deputado estadual reeleito Caio Roberto (PR-PB).
<b>Wilson Santiago</b>	EMPRESÁRIO	PB	PTB	É filho do ex-deputado federal José Wilson Santiago (PMDB-PB), candidato derrotado ao Senado nas eleições de 2014.

<b>Adalberto Cavalcanti</b>	SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	PE	PTB	É casado com a atual prefeita de Afrânio Lúcia Mariano (PSB) filho de Maria Coelho Cavalcanti Rodrigues, ex-vice-prefeita da cidade de Afrânio (PE). É
<b>Anderson Ferreira</b>	EMPRESÁRIO	PE	PR	É filho do ex-deputado estadual Manoel Ferreira (PR-PE) e irmão do vereador de Recife André Ferreira (PMDB-PE), eleito Deputado estadual nas eleições deste ano.
<b>Betinho Gomes</b>	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	PE	PSDB	É filho de Elias Gomes (PSDB-PE), ex-prefeito de Jaboatão dos Guararapes (PE).
<b>Bruno Araújo</b>	EMPRESÁRIO	PE	PSDB	É filho do ex-deputado estadual Eduardo Araújo.
<b>Daniel Coelho</b>	EMPRESÁRIO	PE	PSDB	É filho do ex-deputado João Ramos Coelho.
<b>Danilo Cabral</b>	ADVOGADO	PE	PSB	É filho de Adalberto Farias, ex-deputado estadual e ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE).
<b>Eduardo da Fonte</b>	EMPRESÁRIO	PE	PSB	É ex-genro do ex-governador e ex-deputado Carlos Wilson (PT-PE).
<b>Felipe Carreras</b>	EMPRESÁRIO	PE	PSB	É irmão do vereador do Recife Augusto Carreras (PV-PE).
<b>Fernando Coelho Filho</b>	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS	PE	PSB	É filho do ex-deputado, ex-prefeito de Petrolina (PE) e ex-Ministro da Integração Nacional Fernando Bezerra Coelho (PSB), eleito senador nas eleições deste ano, e é sobrinho-neto do ex-deputado estadual, ex-governador de Pernambuco e ex-Senador Nilo Coelho e do ex-deputado federal Osvaldo Coelho. Também é sobrinho do ex-deputado Clementino Coelho. É irmão de Miguel Coelho (PSB-PE), eleito para ocupar o cargo de deputado estadual na próxima legislatura.

<b>Gonzaga Patriota</b>	EMPRESÁRIO	PE	PSB	É irmão de Alvinho Patriota (PV-PE), ex-vereador de Salgueiro. É primo de José Patriota (PSBPE), atual prefeito de Afogados da Ingazeira, e de Anchieta Patriota (PSB-PE), ex-prefeito de Carnaíba e suplente de deputado estadual.
<b>Jarbas Vasconcelos</b>	BACHAREL EM DIREITO	PE	PMDB	É neto de Francisco de Andrade Lima, ex-deputado estadual e prefeito de Nazaré da Mata (PE), cunhado do ex-deputado João Negromonte (PMDB-PE), morto em 2008, e tio de Gustavo Negromonte, atual Deputado estadual pelo PMDB.
<b>João Fernando Coutinho</b>	POLÍTICO	PE	PSB	É filho do ex-prefeito de Água Preta (PE) e ex-deputado Eduardo Coutinho (PSB-PE).
<b>Kaio Maniçoba</b>	ADVOGADO	PE	PHS	É filho da prefeita de Floresta (PE), Rorró Maniçoba (PSB-PE).
<b>Mendonça Filho</b>	EMPRESÁRIO	PE	DEM	É filho do ex-deputado estadual e federal José Mendonça Bezerra (DEM-PE), irmão da ex-Secretária de Turismo, Cultura e Paisagismo de Belo Jardim (PE) Andrea Mendonça (DEM-PE), cunhado do deputado federal Augusto Coutinho (DEM-PE) e primo do prefeito de Belo Jardim, João Mendonça (PSD).
<b>Ricardo Teobaldo</b>	EMPRESÁRIO	PE	PTB	É filho de José Humberto Cavalcanti, ex-Subprefeito de Bom Jardim (PE), e sobrinho de Teobaldo, João Teobaldo e João de Moura Cavalcanti, ex-Prefeitos de Limoeiro (PE), Buenos Aires (PE) e Bom Jardim, respectivamente. É irmão de José Artur, ex-prefeito de Limoeiro, e José Humberto, ex-deputado estadual.
<b>Sebastião Oliveira</b>	MÉDICO	PE	PR	É filho de Sebastião Oliveira Neto, ex-deputado e ex-presidente do Tribunal de Contas do Estado, e primo do deputado federal Inocêncio Oliveira (PR-PE).

<b>Silvio Costa</b>	EMPRESÁRIO	PE	PSC	É pai do deputado estadual reeleito Silvio Costa Filho (PTB-PE).
<b>Wolney Queiroz</b>	EMPRESÁRIO	PE	PDT	É filho do ex-deputado estadual e atual prefeito de Caruaru (PE), José Queiroz (PDT-PE).
<b>Zeca Cavalcanti</b>	MÉDICO	PE	PTB	É irmão do Deputado estadual reeleito Júlio Cavalcanti (PTB-PE).
<b>Átila Lira</b>	EMPRESÁRIO	PI	PSB	É irmão de Jandira Lira, ex-prefeita de São Miguel do Tapuio (PI)
<b>Heráclito Fortes</b>	SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO	PI	PSB	É neto do ex-deputado estadual do Piauí Heráclito Araripe de Sousa.
<b>Iracema Portella</b>	EMPRESÁRIA	PI	PP	É mulher do senador Ciro Nogueira (PP-PI) e filha dos políticos Myriam Portella (ex-Deputada) e Lucídio Portella (ex-Senador e ex-governador do Piauí).
<b>Júlio César</b>	EMPRESÁRIO	PI	PSD	É irmão de Georgiano Lima, ex-Vereador e ex-prefeito de Guadalupe (PI), e pai de Georgiano Neto (PSD-PI), eleito deputado estadual nas eleições deste ano.
<b>Marcelo Castro</b>	EMPRESÁRIO	PI	PMDB	É filho do ex-deputado José de Castro (ARENA/PMDB-PI) e pai do ex-Secretário da Infraestrutura do Piauí José Dias de Castro.
<b>Paes Landim</b>	ADVOGADO	PI	PTB	Pertence à família de políticos, entre eles seu pai, o ex-deputado estadual Francisco Antônio Paes Landim Neto, e os irmãos, o ex-deputado Paulo Henrique Paes Landim, a Deputada Estadual Amparo Paes Landim (PSD-PI) e o ex-deputado Luiz Gonzaga Paes Landim (PSB-PI). Também é irmão do ex-prefeito de São João do Piauí (PI) Murilo Paes Landim e tio de Roberth Paes Landim (PSB-PI), que também foi prefeito da mesma cidade.

<b>Rejane Dias</b>	ADMINISTRADORA	PI	PT	É esposa do ex-senador e do atual governador do Estado Wellington Dias (PT-PI).
<b>Rodrigo Martins</b>	ODONTÓLOGO	PI	PSB	É sobrinho do governador Wilson Martins (PSB-PI), candidato derrotado ao Senado nas eleições de 2014.
<b>Antônio Jácome</b>	MÉDICO	RN	PMN	É pai do vereador de Natal Jacó Jácome (PMN-RN), eleito deputado estadual nas eleições deste ano.
<b>Betinho Segundo</b>	EMPRESÁRIO	RN	PP	Pertence a uma tradicional família política. É filho do Deputado federal Betinho Rosado (PPRN). É bisneto de Jerônimo Rosado (ex-interintendente de Mossoró), neto de Dix-Sept Rosado (ex-prefeito e governador) e sobrinho do ex-deputado estadual Carlos Augusto Rosado. É também sobrinho-neto do ex-deputado federal Vingt Rosado e do ex-prefeito de Mossoró Dix-Huit Rosado e primo da deputada Sandra Rosado.
<b>Fábio Faria</b>	EMPRESÁRIO	RN	PSD	É filho do ex-vice-governador do Rio Grande do Norte e atual governador eleito em 2014, Robinson Faria (PSD-RN).
<b>Felipe Maia</b>	EMPRESÁRIO	RN	DEM	É filho de José Agripino Maia (DEM-RN), atual senador e ex-governador do Rio Grande do Norte. É neto do ex-deputado e ex-governador Tarcísio Maia e sobrinho-neto de João Agripino Filho, ex-Senador e ex-Governador da Paraíba. É primo de segundo grau do ex-governador Lavoisier Maia e do ex-prefeito do Rio César Maia (DEM), que é pai do deputado federal reeleito Rodrigo Maia (DEM-RJ).
<b>Rafael Mota</b>	ESTUDANTE	RN	PROS	É neto do ex-deputado Clovis Mota e filho do deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa, Ricardo Mota (PROS-RN).

<b>Rogério Marinho</b>	ECONOMISTA	RN	PSDB	É neto de Djalma Marinho, ex-deputado federal, e filho de Valério Marinho (DEM-RN), segundo suplente do senador José Agripino Maia (DEM-RN).
<b>Walter Alves</b>	EMPRESÁRIO	RN	PMDB	Pertence a uma tradicional família política. É neto de Garibaldi Alves (PMDB-RN), ex-Vice-governador, ex-deputado estadual e primeiro suplente da Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN). É filho do senador licenciado e atual Ministro da Previdência Social, Garibaldi Filho (PMDB-RN). É sobrinho-neto do ex-governador e ex-ministro da Integração Regional Aluízio Alves (PMDB-RN). É primo do Deputado federal Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), candidato derrotado ao governo estadual nas eleições deste ano.
<b>Zenaide Maia</b>	MÉDICA	RN	PR	É irmã do Deputado federal João Maia (PR-RN) e esposa de Jaime Calado (PR-RN), atual prefeito de São Gonçalo do Amarante.
<b>Fábio Mitidieri</b>	EMPRESÁRIO	SE	PSD	É filho do deputado estadual reeleito Luiz Mitidieri (PSD-SE).
<b>Fábio Reis</b>	EMPRESÁRIO	SE	PMDB	É neto de Artur de Oliveira Reis, ex-prefeito de Lagarto (SE) e ex-deputado. É filho do também ex-prefeito de Lagarto e ex-deputado federal Jerônimo Reis. É ainda sobrinho da deputada estadual reeleita Goretti Reis (DEM-SE).
<b>Mendonça Prado</b>	EMPRESÁRIO	SE	DEM	É filho do ex-deputado estadual Luciano Andrade Prado (ex-PFL-SE)
<b>Valadares Filho</b>	ADMINISTRADOR DE EMPRESAS	SE	PSB	É filho do Filho do Senador e ex-governador do Estado, Antônio Carlos Valadares. Seu avô foi prefeito de Simão Dias (SE) e deputado estadual. Seus dois tios-avôs José Matos Valadares e

Pedro Valadares foram deputados estaduais.

**Fonte:** Dados compilados e organizados pelo autor, com base no banco de dados do Congresso em Foco/TSE (2016).

Os quadros 2 e 3 referem-se à “bancada de parentes” que representa o Nordeste atualmente (2015-2019) no Congresso Nacional. A bancada dos eleitos em seu duplo sentido: por terem sido eleitos para o pleito de (2015-2019 e 2015-2023) e os eleitos por terem “nascidos” em famílias cujas forças políticas remontam há décadas e algumas famílias há séculos de poder. Observa-se, na coluna de parentesco, que, de forma significativa, todos possuíram e/ou possuem vinculação com agentes políticos do universo familiar (pais, filhos, neto, irmão, tio, avô, sobrinho, dentre outros) que foram ou são senadores, governadores, deputados federais, deputados estaduais, prefeitos e/ou vereadores. São agentes que possuem um lastro de capital social considerado. São famílias que formam verdadeiras dinastias políticas que se instauram na região Nordeste. Muitas delas, como é o caso da família Maia, atuando em mais de um Estado da região e do país, bem como exercendo poder político há mais de um século. São famílias que se construíram numa relação umbilical com o Estado e que, dificilmente, viveriam sem ele.

Os quadros apresentam, ainda, que, mais de 41 deputados se declararam empresários. O que equivale a aproximadamente 50% da bancada. Este número, como destacado em tópico anterior, tende a ser bem maior, pois muitos que se declaram advogado, médico ou engenheiro, quase sempre, são possuidores de quantidade considerável de capital econômico. Assim, pertencer a essas famílias, acima mencionadas, é pertencer a uma seleta classe de agentes que recebem os melhores e mais bem pagos salários da República. Trata-se de um fenômeno de reprodução política e mais que isso: de ampliação e reprodução de “privilégios econômicos”. São famílias que em seus Estados controlam e atuam em diversas áreas e ramos.

Estas famílias políticas, conforme tratarei adiante, controlam e atuam no poder midiático e nos órgãos de controle do Estado como os Tribunais de Contas e nas Casas Legislativas estaduais. Vale salientar que muitos nomes que se encontram nos quadros 2 e 3 são herdeiros das antigas oligarquias na região; filhos da elite econômica e política, usineira e pecuarista, atualmente pertencentes à elite industrial do Nordeste brasileiro. Poderíamos aqui citar: Artur de Lira, filho do senador e usineiro Benedito Lira (PP-AL). Lúcio Vieira Lima (PMDB), pecuarista baiano filho de Afrísio Vieira Lima também pecuarista e irmão do ex-deputado federal e ex-ministro da Integração Nacional Geddel Vieira Lima. Sérgio Brito, empresário baiano, filho de Henrique Brito Filho, detentor de concessão de radiodifusão no Estado da Bahia. O empresário Arnon Bezerra, do Ceará, que tem uma ligação histórica de familiares na política. Somam-se a esses os mais conhecidos pela força política que as famílias tiveram para além da atuação em suas regiões ou campo de atuação, a exemplo de:

Sarney Filho, Mendonça Filho, Fernando Coelho Filho, Felipe Maia, Pedro Cunha Lima, Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto, entre outros, que são os novos herdeiros das velhas oligarquias.

Guardando as devidas exceções tem-se, também, agentes que não pertenciam às oligarquias, mas que, ao ascender ao cargo de governador ou senador, passaram a utilizar-se das estratégias de indicação dos parentes aos cargos eletivos de representação política, como exemplo, o atual governador do Maranhão, Wellington Dias (PT-PI) que potencializou e elegeu a sua esposa Rejane Dias (PT-PI) para assumir uma vaga na Câmara Federal.

Não estamos aqui afirmando que todos comungam as mesmas práticas políticas, esse não é objetivo desta tese, mas apresentar de que forma o uso dos “parentes” tem sido um recurso essencial à inserção das arenas de disputas. E, mais que isso, tem se constituído em uma prática comum de acumulação de riqueza e poder nas mãos dos “escolhidos” – os eleitos – que são aqueles que pertencem a poucas famílias. Agentes que, quase sempre, revezam-se no poder. São famílias que possuem (pai, mãe, filhos, netos e sobrinhos) ocupando esferas de representação política em todos os entes da federação. As Tabelas 3 e 4 mostram isso, ou seja, são famílias que passam a ter representantes políticos nos mais variados segmentos de representação política. Trata-se da constituição de uma rede de poder que se estabelece desde o município à união. Poderes que se retroalimentam.

O prefeito que precisa de liberação de recursos para obras ou outro tipo de ação específica e que passa a agilizar as demandas locais junto ao irmão, à esposa, ao pai, tio ou avô, na condição de possuir um destes na Câmara ou no Senado Federal. E estes possuindo o controle por meio dos parentes em vários municípios do Estado, melhor, potencializam suas campanhas por possuírem o que, na linhagem cotidiana da política, denomina-se de “base”. Ter “base” significa ter reduto e “controle” dos eleitores. Significa ter “domínio” sobre os votos. Isto não se faz sem uma rede articulada de agentes e sem inserção nos cargos estratégicos do Estado.

São nos municípios, de acordo com Pimentel (2014), que, por meio da inserção em cargos políticos (secretarias municipais) as famílias políticas se reproduzem e garantem suas bases. A estratégia básica é buscar a sua reprodução na administração pública ocupando as principais secretarias municipais e exercendo o controle sobre os recursos públicos. Este controle permite que as famílias políticas possam intermediar a relação entre a população e o poder público, objetivando a permanência destas famílias no sistema político ocupando e

construindo estratégias para ocupação de cargos eletivos, tais como: vereador, deputado estadual e até mandatos no plano nacional.

Esta estratégia é montada, quase sempre, pelos parentes e pertencentes à parentela, os quais passam a controlar a ordenação de despesas mantendo fluxos de controle sobre os maiores orçamentos municipais. Este controle de recursos públicos é o que, fundamentalmente, tem permitido a intermediação entre o político e a sociedade. Pesquisa realizada por Pimentel (2014) e defendida no doutorado em Ciência Política/UFPE, trabalhando com os bancos de dados do IBGE, TSE e STN, tendo um universo de 1798 municípios, no qual tenta desenvolver um Índice de Clanismo Municipal – ICM, o autor constata, com base em informações catalogadas junto à UNDIME, a CONASEMS e o SIGPBF do MDS, os nomes dos ocupantes das três secretarias principais (Saúde, Educação e Assistência Social) que mantêm parentesco com o cargo executivo em 1511. Para tanto, levou em consideração, os “sobrenomes” do prefeito e dos secretários, tendo em vista que a Súmula Vinculante de nº 13 permite parentes em cargos políticos como secretários.

A pesquisa realizada por Pimentel (2014) constatou que aproximadamente 50% dos secretários de tais pastas dos 1511 municípios possuem parentesco com o gestor. Os dados ainda revelaram que, quanto menor o porte dos municípios, maior a incidência de parentes e familiares. Os municípios de menor porte no Brasil são, em sua expressiva maioria, aqueles cuja economia depende amplamente do poder público municipal, o que configura no entendimento de que são poucas as alternativas de renda e de empregabilidade para além das prefeituras. Nesse sentido, o estudo realizado por Pimentel (2014) destaca que a Paraíba foi o segundo Estado da federação com o maior percentual de Secretários com vínculos familiares e de parentesco com o gestor municipal, ficando atrás apenas do Piauí que teve 71% dos secretários. O Estado da Paraíba apresentou percentual de 61%. Este percentual corresponde aos municípios com menos de 10 mil habitantes, o que na Paraíba é a maioria.

É interessante observar que Arreche (2004) destaca que a autonomia administrativa obtida pelos municípios foi acompanhada de uma maior participação na divisão do bolo tributários para os municípios considerados pelo IBGE micro, ou seja, os municípios com menos de 10 mil habitantes<sup>93</sup>. Isto implica que os municípios menores podem contar com até 10 vezes mais recursos *per capita*, oriundos do FPM, do que aqueles de maior porte, o que possibilita o aumento do *empregoismo* como forma de controle político e mais recursos sobre

---

<sup>93</sup> Ver: ARRECHE, 2004, p. 17-26; Ver também: PIMENTEL, 2014, p. 77-84.

o controle dos parentes e das famílias políticas<sup>94</sup>. Daí a sustentação pelo capital econômico destes agentes no poder local.

Ter familiares no comando das prefeituras, atuando nas assembleias legislativas e, conseqüentemente, na Câmara Federal, é ter um lastro de aberturas em diversas instituições públicas do Estado e em instituições privadas no mercado. É ter acesso e, muitas vezes, controlar um volume considerável de fluxo de recursos financeiros. As prefeituras e governos estaduais, bem como representações no legislativo, porém, muito mais nos cargos de representação do executivo, possuem poder de construir pela máquina administrativa uma verdadeira malha de serviços que garante e fortalece a prática do empreguismo. Desta feita, dominar essas instâncias é controlar volumes significativos de recursos econômicos. É envolver diversos agentes nas relações. E muitos agentes envolvidos é o que dá na capilaridade a formação da musculatura do capital social e, conseqüentemente, do capital político. Soma-se a isso o fato de que, se “a base” está constituída nos municípios, torna-se mais fácil angariar recursos – por meio das empresas que, muitas vezes, ganham as licitações – para custear as campanhas. Até porque estas também são beneficiadas. Não é por mero ato do acaso que os investimentos elevaram-se tanto nas campanhas.

Os agentes políticos perceberam – por meio do senso prático – que o recurso que elege um senador ou deputado federal pode, assim, ser maximizado, elegendo em uma só campanha dois ou três familiares. Daí que muitos dos candidatos a governador inserem seus filhos ou outro herdeiro político. O caso de Cássio Cunha Lima (PSDB) na Paraíba e seus familiares (filho, primos, por exemplo, que foram eleitos para Câmara Federal e para a Assembleia Estadual, respectivamente). Com o mesmo recurso que se investe na campanha para Deputado federal e na campanha para Governador, investe-se nos “escolhidos” da família para disputar outros cargos de representação estadual. Essa mesma lógica é válida para os municípios na relação prefeitos-vereadores.

Este fenômeno tem ocorrido de forma indistinta, em todos os Estados da federação. Na Paraíba, e reforçando a exemplificação, o deputado federal Damião Feliciano (PDT) manteve-se como candidato ao cargo de deputado federal e indicou sua esposa Lígia Feliciano

---

<sup>94</sup> Evidencia-se aqui a forma como se dá o processo de patronagem realizado pelas famílias políticas e pela via do parentesco no controle do volume de recursos oriundos do ente da união destinados aos municípios. Os recursos públicos, quase sempre, são destinados à geração de emprego nestes pequenos municípios, o que possibilita o controle político, e a construção das relações de dependências pautadas em favores e em carências materiais. Assim, há uma tendência de quanto menor o município maior a probabilidade de estarem propícios às práticas de patronagem devido o maior volume de recursos de estes entes estarem sob o controle de famílias políticas que historicamente os controlam tanto pela via eletiva como pelo acesso aos principais cargos de gerenciamento financeiro local.

para a vice-governadoria. A família Vital-Rêgo, representada, à época, no Senado por Vital do Rêgo Filho (PMDB) e na Câmara por sua mãe Nilda Gondim (PMDB), em acordo estabelecido no partido, o Senador aceitou ser candidato ao governo do Estado com a condição de indicar sua mãe para a primeira suplência ao Senado – Senador José Targino Maranhão (PMDB) eleição de 2014 – e seu irmão Veneziano Vital do Rêgo para a Câmara Federal na vacância deixada pela genitora.

**Quadro 3** – Bancada de Senadores do Nordeste/Estados com histórico de familiares em cargo eletivo e de representação política/ 55ª. Legislatura (2014-2023)

PARLAMENTAR	PROFISSÃO	ESTADO	PARTIDO	PARENTESCO
<b>Benedito de Lira</b>	ADVOGADO	AL	PP	É pai do deputado federal reeleito Artur Lira (PP-AL) e padraсто de Marcelo Palmeira (PP-AL), ex-vereador e atual vice-prefeito de Maceió.
<b>Fernando Collor</b>	EMPRESÁRIO	AL	PTB	É neto do ex-ministro Lindolfo Collor e filho de Arnon de Mello, ex-Governador de Alagoas. Também é pai de Fernando James (PTB-AL), ex-vereador de Rio Largo.
<b>Renan Calheiros</b>	ADVOGADO	AL	PMDB	É de família de políticos, entre eles o pai, o ex-prefeito e ex-vereador de Murici (AL) Olavo Calheiros Novais (PMDB), e o filho, o deputado federal Renan Calheiros Filho (PMDB, eleito governador em 2014). Também é irmão do deputado estadual Olavo Calheiros (PMDB), de Renildo Calheiros (PC do B), atual Prefeito de Olinda (PE), e de Remi Calheiros (PMDB), atual prefeito de Murici (AL).
<b>CEARÁ</b>				
<b>Eunício Oliveira</b>	EMPRESÁRIO	CE	PMDB	É irmão de Dena Oliveira (PMDB-CE), ex-prefeita de Lavras da Mangabeira, e genro do ex-deputado federal Paes de Andrade (PMDB-CE).
<b>Tasso Jereissati</b>	EMPRESÁRIO	CE	PSDB	É filho do ex-senador Carlos Jereissati (PTB-CE, morto em 1963).
<b>Lobão Filho (suplente que assumiu a vaga do pai licenciado)</b>	EMPRESÁRIO	MA	PMDB	É filho da deputada federal Nice Lobão (DEM-MA) e do Ministro de Minas e Energia, o senador licenciado Edison Lobão (PMDB- MA), do qual é primeiro-suplente na legislatura atual.

<b>Roberto Rocha</b>	ADMINISTRADOR	MA	PSB	É filho do ex-governador do Maranhão Luiz Rocha, ex-deputado federal e estadual. É irmão do atual prefeito de Balsas Luiz Rocha Filho (PSB-MA).
<b>Cássio Cunha Lima</b>	ADVOGADO	PB	PSDB	É filho do ex-deputado, ex-senador e ex-governador da Paraíba Ronaldo Cunha Lima (PSDB). É sobrinho do ex-deputado federal e ex-senador Ivandro Cunha Lima. É primo de Romero Rodrigues (PSDB-PB) e irmão do vice-prefeito, respectivamente da cidade de Campina Grande/PB. É pai de Pedro Cunha Lima (PSDB) e primo do ex-vereador Bruno Cunha Lima (PSDB), eleitos deputados federal e estadual, respectivamente, nas eleições de 2014.
<b>José Targino Maranhão</b>	EMPRESÁRIO	PB	PMDB	É irmão da prefeita de Araruna Wilma Maranhão (PMDB-PB). É tio do deputado federal reeleito Benjamin Maranhão (SD-PB) e da deputada Estadual Olenka Maranhão (PMDB-PB), eleita suplente de deputada Estadual nas eleições de 2014.
<b>Fernando Bezerra Coelho</b>	ADMINISTRADOR	PE	PSB	É pai de Fernando Filho (PSB-PE), deputado federal, e Miguel Coelho (PSB-PE), eleito deputado estadual. É sobrinho do ex-deputado estadual, ex-governador de Pernambuco e ex-senador Nilo Coelho e do ex-deputado federal Osvaldo Coelho. Também é irmão do ex-deputado Clementino Coelho.

<b>Ciro Nogueira</b>	EMPRESÁRIO	PI	PP	É esposo da deputada federal reeleita Iracema Portella (PP-PI), neto do ex-prefeito de Pedro II (PI) Manoel Nogueira Lima e filho de Ciro Nogueira Lima, ex-deputado federal.
<b>Garibaldi Alves Filho</b>	EMPRESÁRIO	RN	PMDB	É de família de políticos. É filho de Garibaldi Alves (PMDB), ex-deputado estadual e ex-vice-governador do Rio Grande do Norte, e irmão de Paulo Roberto Chaves Alves (conselheiro do Tribunal de Contas do Estado). Também é sobrinho do ex-governador Aluizio Alves e do ex-prefeito de Natal Agnelo Alves, e primo do deputado federal Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) e do ex-deputado e atual prefeito de Natal Carlos Eduardo Alves (PDT-RN). É pai do Deputado estadual Walter Pereira Alves.
<b>José Agripino</b>	EMPRESÁRIO	RN	DEM	É filho do ex-deputado e ex-governador Tarcísio Maia e sobrinho de João Agripino Maia Filho, ex-senador e ex-governador da Paraíba. É primo do ex-governador Lavoisier Maia e do ex-prefeito do Rio de Janeiro, César Maia (DEM), que é pai do deputado federal reeleito Rodrigo Maia (DEM-RJ). José Agripino também é pai do deputado federal reeleito Felipe Maia (DEM-RN).
<b>Antônio Carlos Valadares</b>	ADVOGADO	SE	PSB	É pai de do deputado federal Valadares Filho (PSB-SE) e filho de Josefa Matos Valadares e Pedro Almeida Valadares, ambos ex-prefeitos de Simão Dias (SE).
<b>Maria do Carmo Alves</b>	EMPRESÁRIA	SE	DEM	É esposa do atual prefeito de Aracaju e ex-governador de Sergipe, João Alves Filho (DEM-SE).

**Fonte:** Dados compilados e organizados pelo autor, com base no banco de dados do Congresso em Foco/TSE (2016).

Não se trata aqui apenas de pensar “nomes” e “sobrenomes” como distintivos simbólicos, tão somente, mas sim como os distintivos estão ancorados em poderio econômico e material dos grupos que se perpetuam no poder no Nordeste brasileiro. Ora, conforme mencionado acima, no espaço de uma só família, duas pessoas passaram a receber os melhores salários e as melhores gratificações da nossa República. Quando se observa a trajetória de muitos desses nomes que se encontram nos quadros 2 e 3 vê-se que não se trata de mandatos isolados. Trata-se de mandatos de mais de uma geração. São agentes que tiveram seus avós ocupando os melhores cargos da República e que, portanto, foram “herdados” por seus filhos, como se fosse uma transmissão genética que se dá naturalmente de pai pra filho.

É o caso do senador Fernando Collor (PTB-AL), que é neto do ex-ministro Lindolfo Collor e filho de Arnon de Mello, ex-governador de Alagoas. Soma-se a este, o exemplo de Garibaldi Alves Filho, ex-ministro da Previdência Social, filho de Garibaldi Alves (PMDB-RN), ex-deputado estadual e ex-vice-governador do Rio Grande do Norte, e irmão de Paulo Roberto Chaves Alves (Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado). Também é sobrinho do ex-governador Aluizio Alves e do ex-prefeito de Natal Agnelo Alves e primo do Deputado federal e Ministro do Turismo Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) e do ex-deputado estadual e atual prefeito de Natal Carlos Eduardo Alves (PDT-RN). É pai do Deputado estadual Walter Pereira Alves. Também pode ser citado José Agripino (DEM-RN), filho do ex-deputado e ex-governador Tarcísio Maia e sobrinho de João Agripino Maia Filho, ex-senador e ex-governador da Paraíba. É primo do ex-governador Lavoisier Maia e do ex-prefeito do Rio de Janeiro, César Maia (DEM), que é pai do deputado federal reeleito Rodrigo Maia (DEM-RJ). É pai do deputado federal reeleito Felipe Maia (DEM-RN). Arnon Bezerra (PTB-CE), neto de José Bezerra de Menezes, foi vereador em Juazeiro do Norte; seu pai, Leandro Bezerra, também é ex-vereador. Um de seus irmãos, Ivan Bezerra, é o atual vice-prefeito de Juazeiro; outro irmão, Sávio, é ex-vereador. Além deles, um tio, Aduino Bezerra, já foi Deputado estadual, governador, deputado federal e vice-governador; outro tio, Humberto Bezerra, foi prefeito, vice-governador e deputado federal; o tio Orlando Bezerra foi vereador, prefeito, deputado estadual e deputado federal; a tia Alacoque Bezerra foi senadora. O cunhado José Roberto Celestino ocupou o cargo de vice-prefeito, e o primo Jarbas Bezerra, o de deputado estadual. Diversos outros exemplos poderiam ser mencionados, porém, já se encontram nas tabelas supracitadas.

Nota-se que se trata de uma estrutura de poder político e, ao mesmo tempo, de poder econômico. São famílias que controlam recursos nos/dos Estados e ocupam os principais cargos da República por décadas e, algumas, séculos de poder. Famílias que têm acesso às informações mais sigilosas no que diz respeito às operações econômicas dos Estados. Mantêm contatos, estabelecem e criam relações com os agentes econômicos do Estado e do país. Além disso, possuem “sobrenomes” que as tornam reconhecidas em todo o território. Possuem “capital simbólico de notoriedade” que lhes permite acessar as mais diversas instituições existentes. Em uma palavra: são famílias influentes política e economicamente. Conforme se observa, atuam nos ambientes estratégicos de definições de políticas para o país. E em instâncias estratégicas de controle do Estado como são os Tribunais de Contas. Não se trata de um exemplo isolado, basta observar as tabelas 1 e 2 que se verá que são famílias políticas que estão representadas nas duas principais arenas políticas da “Nova República”. Trata-se de uma rede construída e que se perpetua no Brasil contemporâneo. São famílias que atuam indicando Conselheiros para os Tribunais de Contas, elegendo representantes para as Assembleias Legislativas e controlando cartórios e outras instituições públicas e privadas.

O “sobrenome” como um título – associado ao poderio econômico e político dessas famílias – tem sido um dos capitais simbólicos fundamentais à ocupação dos cargos eletivos na “Nova República”. Não é por um acaso ou mesmo fruto do mérito e de inspiração divina que dos 151 deputados que compõem a bancada do Nordeste, 95 pertencem às fileiras dessas famílias, o que corresponde a 63%. E, dos que representam os Estados no Senado, 16 dos 27, correspondem a, aproximadamente, 60%, conforme tabelas 3 e 4. Assim, capital econômico associa-se a *capital político-familiar*. O que permite que “as decisões políticas sejam tomadas por uma minoria fechada, via de regra mais rica e mais instruída, do que as cidadãs e os cidadãos comuns, e com forte tendência à hereditariedade”<sup>95</sup>.

Os herdeiros destas famílias, quase sempre, além de ser socializados no âmbito das famílias políticas, apreendendo o senso prático, o sentido do jogo político, as estratégias de atuação nesse campo por meio de processos de interiorização de valores pertencentes ao grupo social que está situado, também adquirem saberes que lhes são fornecidos pelo processo de escolarização. São saberes que potencializam o capital cultural que adquirem desde a família. Desenvolvem habilidades e competências que são fundamentais para a atuação na arena política. Saberes que são transmitidos culturalmente na praticidade das

---

<sup>95</sup> Cf. MIGUEL, 2014, p. 28

relações sociais. Saberes que são transmitidos pelas gerações e que a geração mais nova incorpora enquanto forma de percepção, mas também como matriz de orientação da ação desenvolvida no campo político.

O fenômeno da “reprodução” das famílias políticas no Nordeste brasileiro torna-se evidente. Para além dos nomes de família – como um dos tipos de capital simbólico – que permite o reconhecimento por parte dos cidadãos e cidadãs dos herdeiros como legítimo, encontra-se materializado no corpo e na mente desses agentes que se encontram no polo dominante, de forma naturalizada, a concepção de que a política se encontra no “sangue”. Os herdeiros herdaram não só o patrimônio material, mas, e fundamentalmente, a história da família e o patrimônio simbólico.

O que no discurso jornalístico, muitas vezes, superficializa como sendo renovação na política, trata-se sociologicamente de uma mudança de posição ou circulação dos agentes nos cargos eletivos da República. Ou seja, o pai que deixa de ser governador e elege-se senador, deixando como deputado federal seu filho. E a esposa prefeita de algum município do Estado. E, posteriormente, o revezamento nesses cargos. Mudam-se os “agentes” permanecem “os sobrenomes”. Muda-se na permanência dos herdeiros. As tabelas 3 e 4 sinalizam que “fazer política” requer toda uma ordem que orientará o *modus operandi político*. Ou seja, aprende-se por meio de todo um processo de socialização de saberes e valores apreendidos no contexto das famílias que vivem da/na política: desde o modo de falar e como falar. Desde o modo de agir e como agir. O herdeiro, por assim dizer, é aquele legítimo, conhecido e reconhecido, como o agente “natural” na condução, perpetuação e reprodução dos valores que constituem o grupo familiar. Habilidades e competências são apreendidas através do processo histórico de formação socializado e transmitido pela geração anterior.

A herança simbólica que essas famílias carregam no nome, nas instituições públicas, nos órgãos de Estados, no mercado empresarial, nos lugares de memória como um todo, possibilita ativar distintivos materiais, simbólicos que lhes permite atuar no campo de disputas, a partir de acúmulos de capitais como o capital econômico e o capital político-familiar, que se traduzem em capitais simbólicos os quais tornam diferentes dos outros agentes no espaço de competição. Os agentes, através do acúmulo desses capitais não representam indivíduos, como sugerem as teorias liberais da representação deliberativa e procedimental, mas grupos históricos familiares que pertencem às classes sociais que detêm maior acúmulo de capital (propriedades, fazendas, indústrias).

Esses agentes possuem um *plus* que lhes permite sair a frente na disputa, tornando-os competitivos. E, mais que isso, na condição de herdeiros de uma história de gerações que se materializam em seus corpos e em suas mentes, tornam-se espécies de “favoritos”. Isto num espaço estruturado de poder e disputas em que as empresas se tornam agentes econômicos financiadores de campanhas, na linguagem camuflada do direito, as empresas “doadoras” dos recursos. Com isso, a possibilidade desses investimentos serem atraídos para esses agentes é muito grande. Pois, diferentemente do agente “comum” que entra na disputa, dentro desse espaço estruturado, apenas com a “boa vontade discursiva da transformação”, desprovidos desses capitais, os agentes de famílias políticas adentram no espaço com distintivos simbólicos e materiais estruturados em corpos e mentes e materializados em toda uma história da geração.

Atrair “investimentos” empresariais para suas campanhas torna-se mais provável para agentes dessas “famílias” do que para alguém que entra nesse campo apenas com o discurso pautado em projetos para a sociedade. Esses agentes de “linhagens” atraem expressivos volumes de recursos das empresas para financiar suas campanhas, haja vista que possuem geralmente um capital social que constituem em verdadeiras redes de agentes que atuam em vários setores estratégicos da sociedade e exercem influências nos mais variados órgãos do Estado e do mercado.

Este é um dos motivos, muitas vezes, das “explosões de votos” dos herdeiros, pois, mesmo não possuindo nenhuma experiência em cargos públicos, ou mesmo em cargos de direção ou comando, possuem um capital que lhes é essencial à disputa – o *capital político-familiar* – capital este que permite ao eleitor reconhecê-lo como legítimo. E tendo em vista a rede de relações sociais – o capital social – construído pela família (pais, avós, tios, tias, irmão), torna-se mais fácil investimento econômico em sua campanha.

A constituição da “herança política” só ratifica a tese de que, para ser político, não necessita, tão somente, pertencer às fileiras dos partidos. Mais que isso, precisa ser reconhecido como legítimo. E um dos distintivos que possibilita tal legitimidade está no “nome de família”. O nome de família como tenho argumentado funciona como um *título conversível em crédito social*, pois permite adquirir a crédito, isto é, precocemente, antes da hora e antes dos outros, queimando as etapas e com a dispensa de respeitar as formas e os prazos usuais, os cargos e as honras, que se transformam em benefícios materiais e simbólicos que os demais deverão pagar à vista, isto é, ao cabo de todo o tempo que lhes será necessário

para construir o nome e visibilidade dentro do campo<sup>96</sup>. Este, claro, associado a outros tipos de capitais: econômico e cultural que se transformam nos principais distintivos da concorrência política aos cargos eletivos. Nesse sentido, a origem social torna-se um dos mais preponderantes fatores, tanto para o sucesso quanto para o fracasso na escolha da representação política. Nascer em famílias históricas da política, é herdar “nome” e “sobrenome”, *capital simbólico*, que é o *capital político-familiar*, reconhecido e legitimado no campo político.

No próximo capítulo irei demonstrar o processo de empresarização e o fluxo de capital econômico que foi destinado aos candidatos eleitos da bancada federal da Paraíba. Com base nos bancos de dados oficiais disponíveis abordo a relação crescente do fenômeno de empresarização e do domínio da forma-dinheiro sobre a constituição da representação política.

---

<sup>96</sup> Cf. BOURDIEU, 1974, p. 241.

### 3.2. EMPRESARIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA PARAÍBA

A representação política deve ser compreendida a partir do agente situado na concretude das relações sociais de poder e dentro do campo de lutas simbólicas. Não pode ser destituída dos determinantes econômicos e sociais, com vistas a não naturalizar mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação dos agentes que representam daqueles que são representados<sup>97</sup>. Os indivíduos representam interesses econômicos e políticos, interesses de classes. Problematizar e apresentar o perfil dos representantes da Paraíba no Congresso Nacional no período da redemocratização (1985-2015) parece-me oportuno. Pois, pretende-se estabelecer a relação entre a força do capital econômico e do capital político-familiar no que diz respeito à representação política do Estado no Congresso Nacional.

As famílias políticas construíram, a partir do Estado e com o apoio deste, mecanismos de dominação que possibilitaram serem inseridas na máquina estatal por meio de “privilégios” historicamente construídos por possuírem quantidades expressivas de capitais. Algo que não acontece com as classes populares. Tentarei demonstrar que os agentes “privilegiados” – herdeiros de nomes e sobrenomes no Estado – não só se inserem como se reproduzem no campo político, por meio da inserção de novas linhagens. O intento é demonstrar que o acesso à representação política, no período compreendido de 1985-2015, no Congresso Nacional, dá-se fundamentalmente àqueles indivíduos que possuem significativo patrimônio econômico e patrimônio político familiar. O capital econômico e/ou capital político-familiar funcionam como distintivos que permitem o acesso a esse campo de lutas simbólicas. Com tal afirmativa, não se quer aqui compreender as exceções, mas o padrão de representação que tem se constituído no Estado como regra.

Assim, levantar as questões que envolvem o *capital político-familiar* é levantar, em certa medida, as funções das relações de parentesco ou a força que as famílias políticas têm no campo político. Significa perceber que os usos do parentesco são reservados às situações oficiais nas quais desempenham uma função de ordenação do mundo social e de legitimação dessa ordem. As relações de parentesco e as redes de parentela, no campo político, exercem poder simbólico por meio dos categoremas, os quais podem ser pensados pelos “nomes próprios”, que, como emblemas que concentram todo *capital simbólico* de um grupo prestigioso, colocam em jogo uma intensa concorrência. Apropriar-se desses indícios da

---

<sup>97</sup>Cf. BOURDIEU, 2011, p. 163.

posição genealógica (fulano, filho de sicrano, filho de beltrano etc), é, de alguma forma, apropriar-se de um *título* que dá direito e privilégios sobre o patrimônio do grupo. É possuir um distintivo<sup>98</sup> a mais para a concorrência e disputa dentro do campo político<sup>99</sup>.

As relações de parentesco são algo que se faz e com as quais se faz algo. São utilizadas em referência às funções necessariamente práticas. Se tudo o que se refere à família

não estivesse cercado de denegações, não haveria necessidade de relembrar que as relações entre os próprios ascendentes e descendentes não existem e não subsistem senão mediante um trabalho incessante de manutenção e que existe uma *economia das trocas materiais e simbólicas entre as gerações* (BOURDIEU, 2009, p. 275).

Investigar quem foram/são os Congressistas que representaram/representam a Paraíba no período destacado é ir além do perfil. É estabelecer relações entre o agente representante e a “família política”. Estabelecer relação entre uma geração e outra. É situá-lo genealógicamente por meio de suas redes de parentesco. Tal exercício permite compreender a estrutura de poder e riqueza destes grupos. O “nome de família” é um simples símbolo, materializa histórias, gerações e dominação política. É um título nobiliário, como nos ensina Bourdieu (2011), que possibilita todas as espécies de ganhos simbólicos e ganho de bens que não seja possível adquirir diretamente com a moeda. Materializa práticas e visões de mundo exercidas pelas famílias políticas que historicamente têm ocupado e disputado os melhores cargos e espaços de poder na máquina estatal. A luta no campo político é também uma luta pela imposição de formas de classificação para o mundo social. O “nome de família” é uma destas formas que são inculcadas nos cérebros dos eleitores.

O Congresso Nacional está configurado como um subcampo de disputas de projetos políticos e ideológicos. Um campo de lutas simbólicas, constituído por forças de representação política de todos os Estados da federação. A Câmara dos Deputados e o Senado são as duas casas que formam o modelo bicameral da representação parlamentar no Brasil. A Câmara dos Deputados abriga os interesses de clivagens sociais que perpassam a sociedade nacional e se constitui por eleições proporcionais, com lista aberta.

Com base nos dados fornecidos pelo Departamento Intersindical de Assessoria parlamentar – (DIAP, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014) optei por selecionar as

---

<sup>98</sup> Trata-se aqui de perceber a distinção como uma diferença inscrita na própria estrutura do espaço social quando percebida segundo as categorias apropriadas a essa estrutura. O capital simbólico, por exemplo, outro nome da distinção não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio. Cf. BOURDIEU, 2011, p. 144-145.

<sup>99</sup> Ver: BOURDIEU, 2009.

profissões ou ocupações de acordo com a importância numérica. Aquelas que mais se repetiam, ou seja, as profissões e/ou ocupações mais expressivas numericamente, serviram para indicar os segmentos socioocupacionais de maior peso nas duas casas. As categorias selecionadas são arbitrárias, levando-se em consideração as mais expressivas numericamente no decorrer da série histórica compreendida de 1985 a 2015. Aquelas profissões<sup>100</sup> que se apresentavam numericamente baixas foram agrupadas e classificadas em “outros”.

Uma leitura simplória e ingênua da realidade política brasileira afirmaria, conforme os preceitos constitucionais do Estado Democrático de Direito, que as disputas nas unidades federativas e no território nacional como um todo se dão de forma equilibrada, respeitando as regras jurídicas do jogo democrático, sem abusos do poder econômico e sem desequilíbrios na competição político-eleitoral. Associado a esse tipo de interpretação, é comum ouvir afirmações do tipo “qualquer indivíduo dentro da democracia pode ser candidato a qualquer cargo, desde que tenha vontade”. Porém, sabe-se, e a Sociologia tem nos ensinado que a realidade não se constrói pelo princípio da vontade, mas e, fundamentalmente, pelo princípio da ação.

Para ser candidato precisa-se antes de tudo estar filiado a um partido político que, quase sempre no território da Paraíba e em quase todo o território da federação, como se verá em tópico específico, possui donos e são os que mais recebem recursos das empresas. Os “donos” dos partidos ou são empresários ou herdeiros das oligarquias, detentores de expressivo volume de capital econômico e/ou possuidor de *capital político-familiar*. Dificilmente o candidato sai vitorioso sem acessar estes dois tipos de capital na Paraíba. Esses são os capitais que permitem acessar cargos eletivos e de representação política no Estado<sup>101</sup>. Embora a democracia sinalize em sua etimologia governo do povo, esta, em seu sentido

---

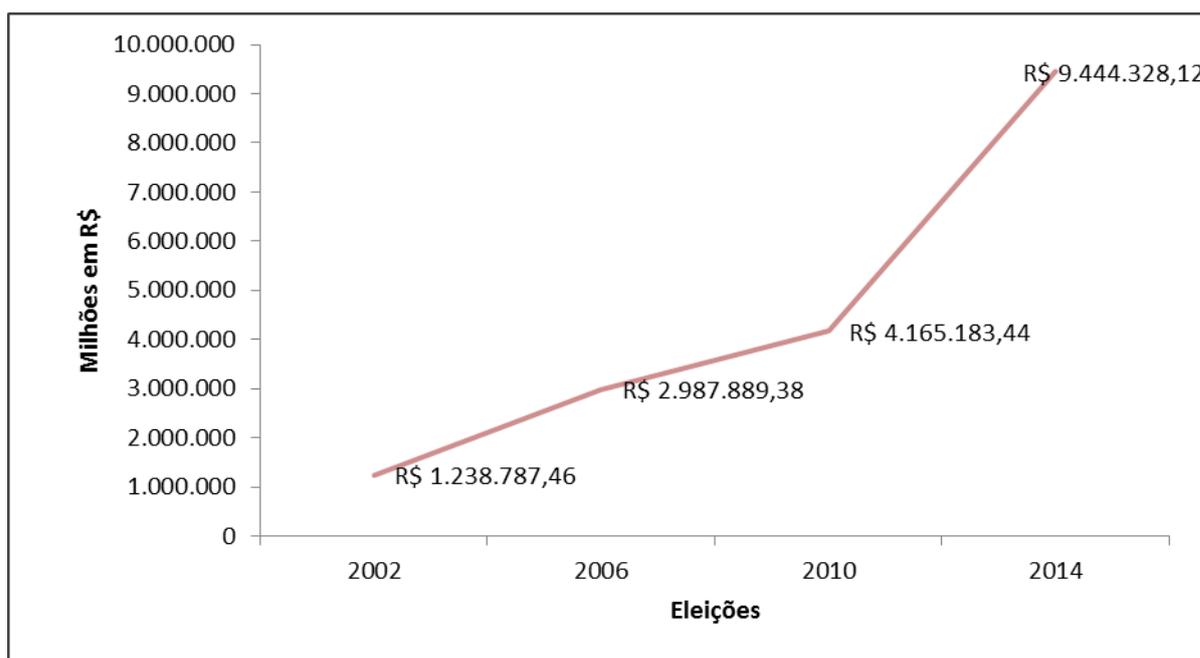
<sup>100</sup> As informações disponíveis sobre parlamentares eleitos acessíveis na base do TSE (2016) e do DIAP (2015) permitem lidar com quatro elementos para compor perfil social: sexo, grau de instrução, cor da pele e ocupação. Embora se possa combiná-los de várias formas ou testar o peso relativo de cada variável nas chances de sucesso eleitoral, a variável que elegemos para este trabalho foi ocupação declarada (ou “profissão”). Essa informação tem limites severos. Candidatos podem declarar, sem qualquer critério, qualquer coisa. Não se pede, por exemplo, para que se indique a ocupação *atual* nem, no caso de se exercer mais de uma atividade, aquela que é responsável pela maior fonte de renda. Não há nenhuma orientação para que se preencha a ficha de candidatura diferenciando a carreira na qual foi formado (“curso superior”) da ocupação que realmente pratica. Assim, não é raro constatar que um mesmo indivíduo, quando se recandidata, informe uma profissão completamente diferente daquela da eleição anterior. Além de tudo, o candidato pode optar por preencher a ficha indicando como profissão “outras”. Mesmo assim, ou apesar disso, é um índice utilizável que esse grupo de dados oferece para indicar perfil sócio profissional.

<sup>101</sup> Em levantamento realizado pelo DIAP (2014) e de acordo com estimativa realizada pelos institutos de pesquisa, “uma campanha para deputado federal não sai por menos de 2 milhões e para senador não sai por menos de R\$ 5 milhões”. Cf. DIAP, 2014, p.15.

liberal<sup>102</sup> “democracia representativa”, encerra-se numa contradição na qual a democracia, enquanto governo do povo, não é governada pelo povo, mas por uma minoria que é eleita pelos cidadãos, através do recrutamento partidário que seleciona. A questão que se coloca é: como se dá o processo de recrutamento dessa minoria que governa? Que mecanismos são utilizados para o processo de recrutamento? É necessário verificar empiricamente quem é esse “povo” que ocupa o espaço do Congresso Nacional e, portanto, representa legalmente os interesses da população.

Os dados fornecidos pelo SPCE/WEB (2002, 2006, 2010 e 2014), demonstraram o quanto têm sido inflacionadas as campanhas para deputados federais na Paraíba. Com base no banco de dados fornecido, tornou-se possível demonstrar o peso que o capital econômico tem exercido nos pleitos referentes às últimas quatro eleições no Estado da Paraíba (Ver: Gráfico 1).

**Gráfico 1** – Recursos gastos pelos candidatos eleitos ao cargo de deputado federal/Paraíba



**Fonte:** Dados compilados pelo autor, a partir do banco de dados fornecido pelo Sistema de Prestação de Contas Eleitorais – SPCE/WEB (2016).

<sup>102</sup> A perspectiva liberal compreende a representação política a partir de uma concepção atomizada. O indivíduo torna-se o foco principal da representação política. Os indivíduos, por assim dizer, representariam seus interesses e suas vontades. Esses são destituídos de suas realidades materiais. O problema nessa concepção está em não compreender que o representante, antes de representar interesses individuais, representa interesses de “grupos” que se constituem por aproximação de interesses no mundo social. Alguns grupos “controlam os recursos materiais e simbólicos que ampliam a capacidade de influência na produção das preferências alheias”. O que estamos sugerindo aqui é que não é possível avançar no sentido de uma teoria crítica da representação política sem que relacione indivíduos aos capitais que os tornam diferenciados dentro do campo de lutas políticas. Para um maior aprofundamento sobre essa problemática Ver: MIGUEL, 2014; BOURDIEU, 1981, 36-7, p.3-24.

Em 2002, os deputados federais que foram eleitos no Estado da Paraíba investiram em suas eleições um total de R\$ 1.238.787, 46 (hum milhão, duzentos e trinta e oito mil, setecentos e oitenta e sete reais e quarenta e seis centavos), o que equivale a uma média de R\$ 100.000,00 (cem mil reais por candidato), em doze anos – pouco mais de uma década – os gastos elevaram-se à ordem de R\$ 1.238.787, 46 (hum milhão, duzentos e trinta e oito mil, setecentos e oitenta e sete reais e quarenta e seis centavos) para R\$ 9. 444. 328, 12 (nove milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, trezentos e vinte oito reais e doze centavos), o que se pode afirmar que a eleição de um deputado federal passou a custar aproximadamente R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), ou seja, campanhas mais caras, voto inflacionado. Estes são valores declarados junto ao Sistema de Prestação de Contas Eleitorais. O que já se apresenta assustador em termos de uma eleição para deputado federal. De acordo com os dados da série histórica, as campanhas inflacionaram na ordem de 800%.

O que sinaliza a descrença do eleitor para com a política. A política passa a ser um campo em que sua ação passa a ser concretizada e movida por interesses econômicos. A consequência disso são votos mais caros, uma vez que os candidatos precisam cada vez mais investir em mídia e em outros tipos de divulgação para construir suas campanhas.

Isto se torna mais factível quando se observa as rubricas dos gastos de campanha. Ou seja, valores consideráveis são gastos com as empresas de comunicação e divulgação. O candidato, dentro desta lógica, torna-se um produto a ser vendido ao eleitor. O voto se torna a mercadoria mais disputada em época de eleições. A disputa assume força de lutas simbólicas. Luta-se para impor a imagem e conseqüentemente dominar as “cabeças” e os “corpos” dos eleitores. Para isso, as ciências sociais, a estatística, através dos institutos de pesquisa, bem como o *marketing*, têm ajudado a impor a visão daqueles que se encontram no campo dominante das disputas.

A representação política passa a ser constituída a partir de um lastro material e simbólico. A assunção ao cargo de deputado federal ou mesmo ao cargo de senador não decorre tão somente das vontades subjetivas dos agentes. Mais que isso, necessita de capitais. Ao analisar uma série histórica compreendida entre 1985-2015, com os perfis profissionais/ocupacionais dos representantes da Paraíba, na Câmara dos Deputados, constatou-se que, de forma significativa, a bancada empresarial<sup>103</sup> da Paraíba só vem

---

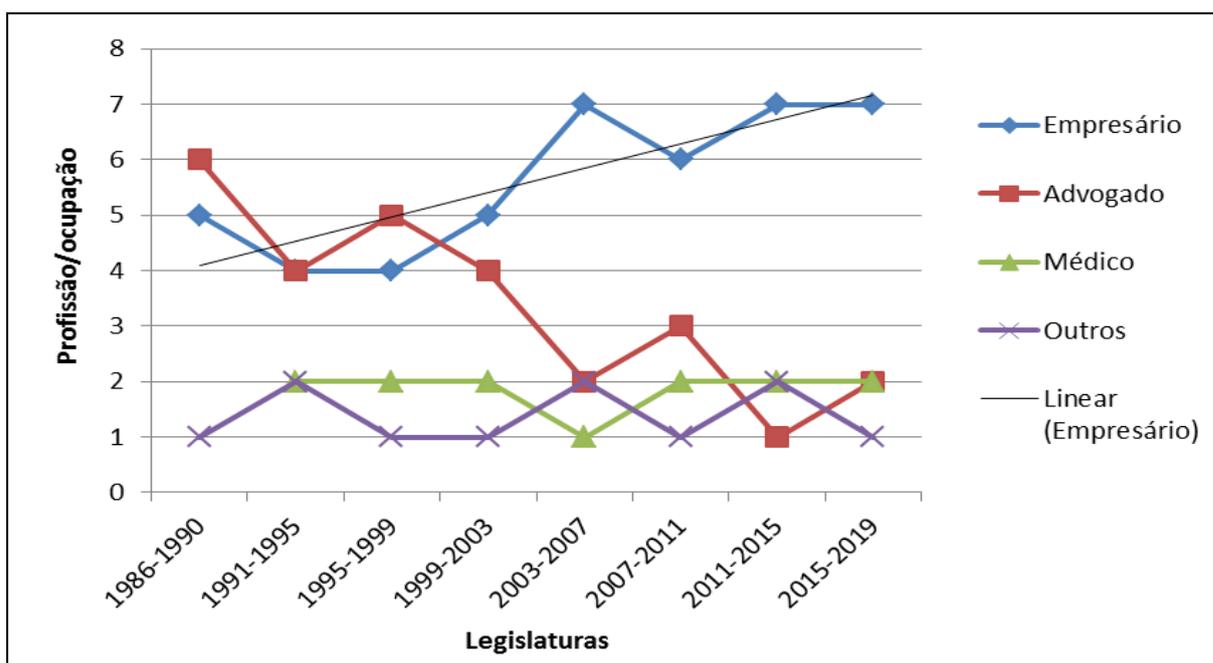
<sup>103</sup> O termo “empresário” deve ser entendido aqui no sentido amplo, pois se trata de homens de negócio, “proprietários, diretores e sócios de empresas (aí incluídos hospitais, estações de rádio e TV e estabelecimentos escolares), comerciantes, fazendeiros, enfim, todos que têm atividades ligadas ao mercado, não importando a dimensão do empreendimento”. Cf. RODRIGUES, 2006, p. 22.

umentando, seguindo, assim, a tendência regional e nacional. O gráfico 2, por sua vez, apresenta a série histórica das 8 (oito) legislaturas, referentes ao período de constituição da democracia brasileira, correspondente da 48<sup>a</sup> a 55<sup>a</sup>.

Verifica-se que a origem social dos agentes que formam a elite política do Estado mantém, no decorrer da série histórica, a tendência de representação das famílias políticas com o acréscimo do processo crescente da bancada empresarial. É possível perceber que há certa coesão nos interesses da elite política e empresarial do Estado. Os espaços nos quais esses agentes são socializados, quase sempre, apresentam aproximações no sentido de participarem de processos de escolarização semelhantes, de treinamentos e de carreiras parecidas, de ocupações similares e trajetórias compatíveis. Os indivíduos que representam a população do Estado na Câmara dos Deputados apresentam, no decorrer dos 30 anos, padrão de ocupação que se concentra entre empresários e profissionais liberais (advogados e médicos), conforme gráfico 2. De forma preponderante, a formação em cursos como Direito e Medicina continua sendo aquela que serve de fonte para o recrutamento da elite política paraibana<sup>104</sup>, embora tenha como tendência a diminuição desta em detrimento do aumento dos empresários, ou melhor, daqueles que, mesmos formados nestes cursos, passam a constituir e construir a identidade de empresários.

---

<sup>104</sup> Como se sabe, cursos como Direito e Medicina são aqueles que geralmente servem como fonte de recrutamento para a elite política no Brasil, como demonstrado por vários trabalhos. Ver: LOVE, 1982; CARVALHO, 2003.

**Gráfico 2** – Bancada da Paraíba na Câmara dos Deputados por profissão/ocupação (1985-

2015) **Fonte:** Dados compilados pelo autor, a partir do TSE/DIAP (2016)

Os números apresentam que dos 96 deputados federais que representaram a Paraíba, no decorrer dos 30 anos da nascente democracia, 45 se autodenominam empresários, 27 advogados e 13 médicos e 11 outros (incluindo engenheiro, professor, assistente social, economista, administrador, jornalista, servidor público, padre e pastor). Porém, quando se checa os nomes daqueles que se declaram advogados e/ou médicos (engenheiros, assistentes sociais que se encontram na categoria outros), vê-se que esta forma de classificação não corresponde à realidade. Muitos dos advogados, médicos e engenheiros são políticos históricos que se formaram nesses cursos, mas não chegaram a exercer a profissão. E, mesmo se exerceram, foi em curto espaço de tempo. Muitos são empresários, e tendo se formado em Direito, Medicina e/ou Engenharia, declaram o curso de formação. Este parece ser um erro em que o pesquisador, sem problematizar a informação que é fornecida ao DIAP/TSE ou sem checá-la na realidade empírica e histórica, poderá incorrer. Este parece ser um dos problemas para mensurar o número preciso de empresários da Paraíba que atuam na Câmara.

O dado numérico precisa, antes de tudo, ser entendido a partir da construção social do dado. A informação necessita ser constantemente checada e confrontada com a realidade. É preciso romper com o pré-construído<sup>105</sup>. Como exemplo ilustrativo desse problema, tem-se na

<sup>105</sup> Ver: BOURDIEU, 2011, p. 49.

51ª legislatura (1995-1999) deputados como Efraim Moraes classificado como engenheiro e Ricardo Rique como engenheiro/advogado. O primeiro, é empresário no setor da construção civil; e o segundo, é empresário, pertencente a uma família detentora de shoppings Centers, o seu pai, Newton Rique, foi proprietário de Banco em Campina Grande na década de 1950. Assim, quando agrupa os profissionais que se afirmam advogados, médicos e que, portanto, atuam no ramo empresarial, vê-se que a bancada empresarial aumenta significativamente, seguindo assim a tendência nacional<sup>106</sup>.

A ausência precisa dessa informação (ocupação ou profissão) só reforça a tese de que muitos dos profissionais liberais e, principalmente, advogados, engenheiros e médicos, são empresários. A linha de tendência no gráfico 2 sinaliza o crescente aumento da bancada empresarial na Câmara dos Deputados. Isto antes do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI/4650<sup>107</sup>, impetrada pela Ordem dos Advogados Brasileiros – OAB, que tornou inconstitucional a “doação” por pessoas jurídicas (empresas) para partidos ou candidatos. Isso permite perceber o quanto o campo político tem se constituído e operacionalizado por meio de categorias da ordem econômica. Não é por acaso que este se encontra permeado de formas de classificação do universo do mercado: concorrência, monopólio, oferta e procura, tornam-se comuns neste espaço de lutas. Estas se associam a outras formas de classificação que se encontram no universo familiar, tais como: “herdeiro”, “fulano é padrinho político de...” “sicrano é afilhado político...” “família tal é quem tem força política...”, dentre outras. O capital econômico e o *capital político-familiar*, nesse sentido, imbricam-se e passam a estruturar o campo político na Paraíba. De tal forma que a política tem se transformado em um negócio rentável para poucas famílias no Estado. São pais, filhos, netos, esposas, sobrinhos, irmãos de agentes políticos que se espalham pelo Estado e disputam no campo político a inserção em cargos de representação.

Empresários e herdeiros das famílias políticas se revezam na ocupação dos cargos eletivos e de representação política no Estado. A vantagem existente entre o empresário e o profissional liberal, em termos de atividade, é que a atividade empresarial é uma das poucas que não precisa ser abandonada com a entrada no campo da representação política. Algo que não acontece com os profissionais liberais e outras ocupações. Professores, médicos,

---

<sup>106</sup> Para verificar o aumento da bancada empresarial na Câmara em termos de representação nacional Ver: RODRIGUES, 2006, p. 39.

<sup>107</sup> Ver a petição inicial impetrada pela Ordem dos Advogados acerca da inconstitucionalidade do financiamento empresarial por pessoas jurídicas aos partidos e candidatos. <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1432694#0%20-%20Peti%E7%E3o%20inicial%20-%20Peti%E7%E3o%20Inicial>. Acesso em 21/01/2016.

advogados, funcionários públicos, por exemplo, não podem continuar a seguir a profissão de origem. Uma vez eleitos, encontram-se limitados pelo próprio tempo e pela incompatibilidade para desenvolver a profissão. A carreira política exercida “profissionalmente” é incompatível com outras que requerem presença assídua nos escritórios, consultórios médicos, estabelecimentos comerciais, fábricas, bancos, sala de aula, dentre outros. (RODRIGUES, 1996). Ao contrário dos donos e sócios de empresas que, dificilmente, deixam de ser empresários. Mantêm a propriedade passando a administração cotidiana para outros sem deixar de ser empresários. O gráfico 2 apresenta que, em termos de representação política, a Paraíba segue um padrão de recrutamento de bancadas empresariais expressivas, advindo das antigas e ressignificadas oligarquias.

O capital econômico que se apresenta politicamente pela bancada empresarial, atrelado ao poderio das famílias políticas – oligarquias – no Estado, torna-se definidor para o acesso ao parlamento brasileiro, bem como tem definido a ação política desses agentes. As regras do jogo político brasileiro reforçam a tendência de mercantilização do universo político, pois, cada vez mais, “homens de negócios” têm acessado esses espaços, na condição de representantes do “povo”. Agentes cujas principais finalidades são ampliar patrimônio do grupo e assegurar a rentabilidade das suas empresas<sup>108</sup>. A elite empresarial que tem constituído historicamente a bancada da Paraíba na Câmara Federal atesta a crença na “competência técnica” através da imposição de certos princípios de visão e divisão (direito, engenharia e medicina) entre o mundo burocrático e o mundo social. Porém, vê-se que é menor o desempenho posterior na função e maior a posse de recursos, no caso específico, recursos econômicos, que os agentes dispõem previamente à investidura no cargo. Elas (as elites) investem pesadamente na escola, porém, de uma forma mais descontraída – “laxista”, como diria Bourdieu – do que as classes médias.

O laxismo se deve, por um lado, ao fato de que o sucesso escolar no caso dessas famílias é tido como algo natural, que não depende de um grande esforço de mobilização familiar. As condições objetivas, posse de um volume expressivo de capitais econômicos,

---

<sup>108</sup> Este me parece ser um dos principais impedimentos para a realização de reformas no sentido de promover uma maior justiça fiscal em nosso país. Em artigo publicado em 03 de fevereiro de 2016, Grazielle Custódio David, especialista em Orçamento Público e assessora do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), destaca que a estrutura tributária do país está baseada em impostos indiretos que incidem sobre o consumo de bens e serviços, e não sobre a renda e a propriedade. O problema de ter uma grande taxa de consumo é que, proporcionalmente, quem acaba pagando mais são os mais pobres. Por exemplo, “se vai comprar arroz no supermercado, um pobre paga o mesmo imposto que um rico. Mas, quando se relaciona com o salário que aquela pessoa recebe, a proporção que o pobre paga é muito maior que a da pessoa rica. Isso configura uma situação de injustiça fiscal”. Cf. <http://cartacampinas.com.br/2016/02/super-ricos-no-brasil-sao-sustentados-pela-classe-media-e-pelos-pobres/> Acesso em 10/08/2015

sociais e culturais, tornariam o fracasso escolar bastante improvável. As elites estariam livres da luta pela ascensão social. Elas já ocupam as posições dominantes da sociedade, não dependendo, portanto, do sucesso escolar dos filhos para ascender socialmente<sup>109</sup>.

Porém, nunca é tarde lembrar a análise realizada por Bourdieu (2011) acerca da escola e do capital simbólico. O título, por exemplo, quer seja escolar, nobiliário ou profissional, funciona como um capital simbólico e social garantido. O “nobre” é conhecido e também reconhecido por uma instância oficial, por todos. Ou seja, o título escolar ou o nome de uma família tradicional não é apenas um título e um nome, é, sim, “uma espécie de regra jurídica de percepção social, um ser percebido que é garantido como um direito. É um capital simbólico institucionalizado, legal (e não apenas legítimo)”. (BOURDIEU, 2011, p. 148).

Tal constatação demonstra, atualmente, que a luta de classes se dá também pela via de imposição da dimensão simbólica, pelo acesso diferenciado de uma classe e de suas frações a bens culturais e econômicos escassos. Os gostos e as necessidades culturais estão em relação direta com a socialização familiar e o grau de escolarização dos indivíduos (BOURDIEU, 1979). O gosto é estruturado de forma objetiva, de acordo com o pertencimento dos indivíduos a determinadas classes sociais, sendo essas percepções pré-reflexivas que criam a base da solidariedade e do preconceito de classe nas sociedades modernas avançadas. O fato de o parlamento brasileiro se constituir por deputados e senadores com trajetórias familiares muito próximas, em termos de formação, de ocupação e profissão, muitos serem herdeiros das tradicionais famílias políticas em seus Estados de atuação e terem um padrão de formação um tanto quanto semelhante por meio dos cursos de Medicina e Direito, tendem a comungar da mesma percepção de valores e, assim, construir uma estética de classe ligada a uma visão dominante de mundo, de acordo com a posição que ocupam no espaço social.

O pertencimento a uma classe<sup>110</sup> determina, em grande medida, os limites e as possibilidades de seu desejo e o que é factível de se desejar. O que permite à construção simbólica da classe no tocante às percepções e visões de mundo típicas de uma determinada

---

<sup>109</sup> Maria Alice Nogueira e Claudio M. Nogueira, relendo Bourdieu, afirmam que o pensador francês contrasta, em relação às elites, as frações mais ricas em capital cultural com aquelas mais ricas em capital econômico. As primeiras seriam propensas a um investimento escolar mais intenso, visando o acesso às carreiras mais longas e prestigiosas do sistema de ensino. Já as frações mais ricas em capital econômico tenderiam a buscar na escola, principalmente, uma certificação que legitimaria o acesso às posições de controle já garantidas pelo capital econômico. Isto só ratifica o fato de muitos empresários se declararem advogados, médicos e/ou engenheiro e atuarem no ramo empresarial. É pelo capital econômico que esses agentes acessam o Estado. Ver: NOGUEIRA, & NOGUEIRA, 2009, p. 67-68.

<sup>110</sup> Ver: BOURDIEU, 2011, p. 133-161.

classe ou fração de classe. A classe é, assim, a determinação fundamental de toda a sociedade moderna que precisa camuflar a aparência de igualdade com uma desigualdade que se reproduz aquém da consciência dos agentes. A classe está vinculada a uma visão específica de mundo.

De acordo com a série histórica (gráfico 2) nota-se que a bancada de profissionais liberais como advogados e médicos, que em momentos anteriores permaneciam no topo, começam a ser substituídos pelos empresários. Na verdade, trata-se de parlamentares que, de acordo com o banco de dados do DIAP, afirmavam ser profissionais liberais e empresários, mas que, no mundo prático, assumem sua identidade profissional como empresário. Tal modificação não implica dizer que a elite econômica deixou de investir no capital cultural, apenas ratifica que muitos dos profissionais liberais passaram pelo processo de *empresarização* via inserção no campo político.

O fenômeno da *empresarização* consiste no processo por meio do qual as empresas, atuando no financiamento de candidaturas – financiamento empresarial – tornam-se os grandes agentes de atuação no interior do Congresso (Ver Tabela 4). As empresas passam a ter representantes – agentes políticos – dos mais variados Estados, defendendo seus interesses e transformando a ação política em ação econômica, com vistas ao constante aumento dos lucros, por meio de aprovação de projetos-lei que lhes beneficiem. Com isso, transformam o espaço da política em espaço operacionalizado pela forma dinheiro-mercadoria. A Tabela 4 apresenta os 12 deputados eleitos pela Paraíba e a origem dos recursos investidos em suas candidaturas no pleito de 2014<sup>111</sup>. Apresenta os principais “doadores”<sup>112</sup> em termos de pessoas jurídicas e pessoas físicas. Digo, principais, pelo fato de as pessoas jurídicas, leiam-se aqui empresas, destinarem recursos consideráveis aos candidatos.

Todos os candidatos abaixo receberam recursos de pessoas jurídicas e pessoas físicas. Os recursos se constituem em recursos “doados” para o Diretório Nacional do Partido, para o Diretório Estadual/distrital do partido ou “doação” direta para os candidatos. Aqui,

---

<sup>111</sup> Escolhi os dados referentes ao pleito de 2014, posto que se fosse expor as quatro tabelas referentes às “doações” desde 2002, ficariam muito extensas. Além disso, é interessante destacar que, embora esteja tratando de um período de 30 anos, não foi possível trabalhar com o banco de dados referente ao financiamento de campanhas anteriores a 2002. Pois, o TSE/SPCE (2016) só disponibiliza os valores recebidos e gastos em campanha a partir de 2002, ou seja, dados referentes aos últimos quatro pleitos. O que já possibilitou visualizar a tendência.

<sup>112</sup> As palavras “doadores” e “doação” aparecerão entre aspas pelo fato de que, no campo político, não é possível falar de doações, mas de investimentos, principalmente no que diz respeito às “doações” realizadas pelas pessoas jurídicas. Ou seja, numa sociedade em que as empresas agem por meio de mecanismos de maximização dos lucros é um tanto quanto “ilusório” acreditar que as empresas “doam” recursos aos parlamentares para realizarem suas campanhas sem nada em troca.

busca-se compreender os volumes de recursos destinados aos candidatos mantendo a relação com a origem do recurso. Por isso, vê-se na Tabela 4 que categorizei as “doações” das empresas a partir da origem do recurso, conforme sugere o banco de dados do TSE/SPCE (2016), ou seja, “Direção Estadual/Distrital/Nome da empresa doadora”; “Direção Nacional/Distrital/Nome da empresa doadora” e as “doações” realizadas por pessoas físicas. A classificação Estadual/Distrital/Nome da empresa “doadora” corresponde à ação de transferência/ou depósito de recurso que a empresa faz para a conta do diretório estadual do partido, e este por meio do seu presidente e/ou do Comitê Financeiro, fica com a responsabilidade de distribuir, de acordo com as regras de cada partido, os recursos que lhes foram transferidos. Na Paraíba, como os partidos possuem praticamente seus donos, os recursos quase sempre são destinados para os candidatos que possuem maior chance de ser eleitos, ou seja, geralmente os filhos e herdeiros das oligarquias são os que controlam essas instituições. Igualmente, ocorre com a classificação “Direção Nacional/Distrital/Nome da empresa doadora”, porém, com uma diferença, pois a empresa transfere o recurso para o Diretório Nacional e este transfere para os candidatos.

Observa-se na Tabela 4 que Aguinaldo Ribeiro Veloso Borges (PP), foi o segundo candidato a receber o maior volume de recursos de empresas privadas. Ficando atrás apenas de José Wellington Roberto (PR). Ambos receberam volumosos recursos JBS S/A<sup>113</sup> para suas campanhas. Aguinaldo Ribeiro (PP) recebeu da direção estadual do seu partido na Paraíba – que tem o seu pai Enivaldo Ribeiro como presidente – recursos na ordem de R\$ 419.100,00 (quatrocentos e dezenove mil e cem reais) e R\$ 100.000,00 (cem mil reais) via direção nacional do partido. Wellington Roberto (PR) recebeu, via direção nacional do PR, recursos na ordem de R\$ 1.100.000,00 (hum milhão e cem mil reais), sendo estes os volumes

---

<sup>113</sup> JBS S.A. é uma empresa brasileira de Goiás fundada em 1953. É a segunda maior indústria de alimentos do mundo. A companhia opera no processamento de carnes bovina, suína, ovina e de frango e no processamento de couros. Além disso, comercializa produtos de higiene e limpeza, colágeno, embalagens metálicas, biodiesel, entre outros. Seus negócios são divididos em três unidades: JBS MERCOSUL, JBS Foods e JBS USA, que inclui as operações de bovinos nos EUA, Austrália e Canadá, suínos e aves nos EUA, México e Porto Rico. A JBS foi uma das maiores doadoras de recursos para a campanha eleitoral das eleições no Brasil em 2014, num valor total de 391,8 milhões de reais declarados ao Tribunal Superior Eleitoral. A empresa doou recursos para a campanha de, pelo menos, 16 partidos políticos. Dentre os políticos que receberam esses recursos, foram eleitos a Presidente Dilma Rousseff, 12 senadores, 18 governadores e 190 deputados federais. Contudo, embora Aécio Neves (PSDB) e outros candidatos não tenham sido eleitos, também chegaram a receber doações em 2014. Foi a empresa que mais doou para a Presidente Dilma Rousseff (5 milhões de reais), a que mais doou para o Senador tucano Aécio Neves (também 5 milhões) e, ainda, a segunda da lista do candidato do PSB, Eduardo Campos (1 milhão de reais). Ver: **Três empresas bancam 65% da arrecadação de presidenciáveis**. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/08/1496943-tres-empresas-bancam-65-da-arrecadacao-de-presidenciaveis.shtml>. Acesso em 22/01/2016.

mais expressivos da JBS S/A para candidatos na Paraíba ao cargo de deputado federal. Porém, não foram apenas esses os candidatos que receberam recursos desta empresa.

**Tabela 4** – Principais “doadores” aos deputados eleitos pela Paraíba/Eleição 2014.

CANDIDATO	DOAÇÃO AO CANDIDATO	DESPESAS DO CANDIDATO	PRINCIPAIS DOADORES		
<b>Aguinaldo Ribeiro Velooso Borges</b>	R\$1.742.321, 25	R\$1.742.285, 55	<b>Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas</b>	<b>CNPJ ou CPF</b>	<b>Valor (R\$)</b>
			ANTARES EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	09.041.821/0001- 40	60.000,00
			COMPANHIA METALÚRGICA PRADA	56.993.900/0001- 31	75.000,00
			Direção Estadual/Distrital/ GALVÃO ENGENHARIA S/A	01.340.937/0001- 79	280.000,00
			Direção Estadual/Distrital/ FLORA PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA S.A	08.505.736/0001-23	74.570,00
			Direção Estadual/PULO DO GATO FILMES LTDA-ME	10.696.683/0001-17	50.000,00
			Direção Estadual/Distrital/JBS S/A	02.916.265/0001-60	419.100,00
			Direção Nacional/JBS S/A	02.916.265/0001-60	100.000,00
			Direção Estadual/BARE EMPREENHIMENTOS	10.424.256/0003-41	53.000,00

		IMOBILIÁRIOS LTDA			
<b>Benjamin Gomes Maranhão Neto</b>	R\$ 526.825,31	R\$ 526.102,36	Direção Estadual/EMCCAMP RESIDENCIAL S.A	19.403.252/0001-90	20.050,00
			Direção Estadual/ONIX EMPREENDEMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	10.221.375/0001-35	77.650,00
			Direção Estadual/MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A	08.343.492/0001-20	42.200,00
			Direção Estadual/CURY CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A	08.797.760/0001-83	54.000,00
			RIO CLARO AGROINDUSTRIAL S.A.	08.598.391/0001-08	30.000,00
			ITAÚ UNIBANCO S/A	60.701.190/0001- 04	100.000,00
			SALOBO METAIS S/A	33.931.478/0001- 94	200.000,00
			Direção Estadual/Distrital (JBS S/A)	19.349.685/0001- 04	100.700,00
			Direção Nacional/BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA	51.990.695/0001- 37	49.986,00

<b>Damião da Silva Feliciano</b>			S.A		
			VEÍCULOS LTDA	08.373.156/0001-20	49.986,00
			Direção Nacional/JBS S/A	02.916.265/0001-60	200.000,00
			SANDRO ANTÔNIO SCODRO	002.790.468-71	50.000,00
	R\$ 577.519,75	R\$ 575.713,02	ANA LÍGIA COSTA FELICIANO	379.758.544-68	80.000,00
			DAMIÃO FELICIANO DA SILVA	139.327.724-15	213.000,00
			Direção Nacional/JBS S/A	02.916.265/0001-60	250.000,00
<b>Efraim de Araújo Morais Filho</b>	R\$ 882.050,00	R\$ 881.912,76	Direção Estadual/Distrital	35.501.667/0001-52	30.000,00
			COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO NORTE/NORDESTE - UNICRED CENTRAL NORTE/NORDESTE	70.119.680/0001-42	39.500,00
			Direção Nacional/ JBS S.A	02.916.265/0001-60	200.000,00
			Direção Nacional/ PHILIP MORRIS BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	04.041.933/0001-88	30.000,00

<b>Hugo Mota Wanderley da Nóbrega</b>			Direção Nacional/CRBS S.A	56.228.356/0001-31	150.000,00
			Direção Nacional/ COSAN LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES S.A.	33.000.092/0001-69	50.000,00
			FORJAS TAURUS S.A.	92.781.335/0001-02.	50.000,00
			JAPUNGU AGROINDUSTRIAL S/A	09.357.997/0001-06	80.000,00
			VIA ENGENHARIA S/A	00.584.755/0001-80	200.000,00
	R\$ 742.259,17	R\$ 736.525,80	NABOR WANDERLEY DA NÓBREGA FILHO/ CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A.	20.571.984/0001-78	14.000,00
			FRANCISCA GOMES ARAÚJO MOTA	950.996.974-53	10.000,00
			VITAL DO REGO FILHO GOVERNADOR/BRADESCO SAÚDE	92.693.118/0001-60	17.000,00
			Direção Estadual/Distrital/ CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A.	17.262.213/0001-94	89.500,00

<b>Luis de Albuquerque Couto</b>			Direção Nacional/ CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A.	17.262.213/0001-94	100.000,00
			Direção Nacional/BRF S.A.	01.838.723/0001-27	50.000,00
			Direção Nacional/ CONSTRUTORA NOBERTO ODEBRECHT S.A.	15.102.288/0001-82	150.000,00
			ITAÚ UNIBANCO S.A.	60.701.190/0001-04	100.000,00
			SANDRO ANTONIO SCODRO	002.790.468-71	50.000,00
	R\$ 402.402,66	R\$ 402.255,83	LUIZ ALBUQUERQUE COUTO	020.430.334-68	34.500,00
			Direção Nacional/AMIL ASSITÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	29.309.127/0001-79.	95.000,00
			OPÇÃO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA – EPP	04.106.327/0001-01	15.000,00
			Várias doações de pessoas físicas com valor inferior a R\$ 10.000,00		230.000,00 aproximadamente.

<b>Manoel Júnior</b>	R\$ 1.091.562,32	R\$ 1.379.298,28	ARO EXPORTAÇÃO· IMPORTAÇÃO· INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	61.075.552/0001-53	75.000,00
			Direção Estadual/Distrital/CONST RUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A.	17.262.213/0001-94	89.500,00
			Direção Nacional/CRBS S/A	56.228.356/0001-31	50.000,00
			Direção Nacional/ BRADESCO SAÚDE S/A	92.693.118/0001-60	100.000,00
			Direção Nacional/BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA	49.475.833/0003-60	100.000,00
			Direção Nacional/VALE ENERGIA S.A	02.207.392/0001-90	100.000,00
			Direção Nacional/BANCO BTG PACTUAL S.A	30.306.294/0001-45	200.000,00
			Direção Nacional/EUROFARMA LABORATÓRIOS S/A	61.190.096/0001-92	150.000,00
			MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA/OAS	14.811.848/0001-05	100.000,00

		ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A		
<b>Pedro Oliveira Cunha Lima</b>			VITAL DO REGO FILHO GOVERNADOR/BRADESCO SAÚDE	92.693.118/0001-60 17.000,00
			MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA/ERAÍ MAGGI SCHEFFER	335.117.059-91 50.000,00
	R\$ 891.364,31	R\$ 891.070,46	Direção Estadual/Distrital/BRADESCO LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL	47.509.120/0001-82 141.000,00
			A P ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA – EPP	01.664.506/0001-68 25.000,00
			ONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A	33.146.648/0001-20 20.000,00
			Direção Estadual/Distrital ALPARGATAS S.A	61.079.117/0001-05 300.000,00
			Direção Estadual/Distrital/PSDB NACIONAL	03.653.474/0001-20 28.000,00
			GRÁFICA SANTA MARTA LTDA	09.098.419/0001-00 28.000,00

<b>Rômulo José de Gouveia</b>	R\$ 390.634,44	R\$ 390.268,34	PROJETEC - PROJETOS TÉCNICOS LTDA	12.285.441/0001-66	20.000,00
			QUANTIQU DISTRIBUIDORA LTDA	62.227.509/0001-29	30.000,00
			EDITORA LIBERTY LTDA	06.373.182/0001-22	70.000,00
			ITAÚ UNIBANCO S.A	60.701.190/0001-04	150.000,00
			Direção Estadual/Distrital/ALPAR GATAS S/A	61.079.117/0001-05	99.700,00
			ANDRADE GALVÃO ENGENHARIA LTDA	13.558.309/0001-43	15.000,00
			DIAS E GONZAGA REV.VEICS. P S LTDA	16.824.004/0001-24	12.000,00
			Direção Estadual/Distrital /ADAMA BRASIL S/A	02.290.510/0001-76.	60.226,40
			Direção Estadual/Distrital	14.804.182/0001-68	45.000,00
			SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA	72.820.822/0001-20	50.000,00
ROBSON JOSÉ DE GOUVEIA EPP	00.860.573/0001-95	58.950,00			

<b>Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto</b>	R\$ 1.088.197,33	R\$ 1.088.197,33	Familiares doaram até 15.000,00, por exemplo: LUCIENE DA NOBREGA GOUVEIA	424.513.884-04	
			AROSUCO AROMAS E SUCOS LTDA	03.134.910/0001-55	R\$ 1.000.000,00
			VITAL DO REGO FILHO/ BRADESCO SAUDE S/A, candidato a governador	20.571.611/0001-05	17.000,00
			VITAL DO REGO FILHO/ JBS S/A	02.916.265/0001-60	5.000,00
			VITAL DO REGO FILHO /AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL	29.309.127/0001-79	5.533,00
			VITAL DO REGO FILHO /MSC CRUZEIROS DO BRASIL LTDA	05.102.954/0001-29	15.050,00
			ANA CLÁUDIA OLIVEIRA DA NÓBREGA VITAL DO REGO, esposa de Veneziano	854.366.404-78	10.000,00
<b>José Wellington Roberto</b>	R\$ 2.246.134,00	R\$ 2.224.506,83	Direção Estadual/Distrital/GONZA GA INDÚSTRIA COM. E	40.956.286/0002-89	100.000,00

		REPRES. LTDA		
<b>José Wilson</b>		Direção Estadual/Distrital	15.102.288/0001-82	100.000,00
		CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A		
		Direção Nacional/ TORC	17.216.052/0001-00	25.000,00
		TERRAPLENAGEM OBRAS RODOVIÁRIAS E CONSTRUÇÕES LTDA		
		Direção	02.805.610/0001-9	200.000,00
		Nacional/EMBRAPORT EMPRESA BRASILEIRA DE TERMINAIS PORTUÁRIOS S/A		
		Direção Nacional/SEARA	02.914.460/0001-50	200.000,00
		ALIMENTOS LTDA		
	Direção	08.944.802/0001-61.	200.000,00	
	Nacional/CERÂMICA ELIZABETH SUL LTDA			
	Direção Nacional/JBS S/A	02.916.265/0001-60	1.100.000,00	
	SALOBO METAIS S/A	33.931.478/0001-94	100.000,00	
	JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO	021.472.791-29	25.000,00	
	R\$ 348.553,31	R\$ 348.477,11		

<b>Santiago Filho</b>		COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	57.494.031/0001-63	30.000,00
		D.M.G. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA - EPP	02.008.131/0001-40	28.000,00
		FIAÇÃO PATAMUTÉ LTDA	70.112.925/0001-00	100.000,00
		SANDRO ANTONIO SCODRO	002.790.468-71	30.000,00
		VIDIAS IND. E COM. DE CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA - EPP	12.678.132/0001-56	28.000,00
		TERRADRINA CONSTRUÇÕESLTDA	05.596.538/0001-24	80.000,00
	<b>TOTAL</b>	R\$ 9.187.502,60	R\$ 9.444.328,12	

Fonte: Dados compilados pelo autor, a partir do banco de dados fornecido pelo Sistema de Prestação de Contas Eleitorais – SPCE/WEB (2016)

Benjamin Gomes Maranhão Neto (SD), via diretório nacional do Partido Solidariedade recebeu R\$ 300.700,00 (trezentos mil e setecentos reais); Damião Feliciano (PDT), via direção nacional do partido, recebeu da JBS S/A R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); Efraim Filho, via diretório nacional, também recebeu R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) da JBS S/A. No total, a JBS S/A investiu na Paraíba nas campanhas dos deputados federais supracitados R\$ 2.369.700,00 (dois milhões, trezentos e sessenta e nove mil e setecentos reais). A JBS S/A investiu em 5 (cinco) candidatos a deputado federal, praticamente o dobro do que gastaram todos os candidatos na eleição de 2002 e mais da metade do que foi gasto na campanha de 2006 por todos os candidatos, conforme gráfico 1.

Além da JBS S/A, pessoa jurídica do ramo alimentício, empresas de diferentes ramos de atuação na economia também realizaram “doações”. As empresas vinculadas ao ramo da construção civil no país “doadores” de recursos para as campanhas de deputados federais na Paraíba que se destacam, são: Galvão Engenharia S/A, chegando a doar R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) ao ex-ministro das cidades e candidato a deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP). Além dessa, é possível identificar várias “doações” de recursos, acima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por empresas que atuam na construção civil para o ex-ministro das cidades. Igualmente, verifica-se “doações” expressivas oriundas da indústria farmacêutica para o deputado, com formação em Medicina, Manoel Júnior (PMDB).

No mínimo, é muita coincidência ex-ministro das Cidades – pasta que lida com obras estruturantes no país – receber recursos de “doação” das empresas que, por “coincidência”, atua no ramo da construção civil e das grandes obras. E, por outra coincidência, um médico que tem sua campanha financiada por empresas como: BRADESCO SAÚDE S/A, BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA, EUROFARMA LABORATÓRIOS S/A. Essas três empresas totalizaram investimento na ordem de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil) para o candidato Manoel Júnior (PMDB). Além delas, Manoel Júnior recebeu, via direção estadual do partido, pela CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A<sup>114</sup>, outra gigante empresa brasileira no ramo da construção civil. Empresa que na Paraíba investiu, doou aos

---

<sup>114</sup> O Grupo Andrade Gutierrez atua no segmento da construção civil, na área de engenharia e, fazem parte também dos seus negócios, as empresas Oi, CCR, Contax, Cemig, BRio, Santo Antônio Energia, TEN, Sanepar, Logimed, Hospital Novo Metropolitano e Veotex. Nestas últimas décadas, expandiu-se para mais de 40 países, na América Latina, na Europa, na África, na Ásia e no Oriente Médio. O Grupo Andrade Gutierrez é reconhecido como uma multinacional brasileira, global e diversificada em franca expansão de seu potencial de internacionalização. Ver: <http://www.andradegutierrez.com/QuemSomos.aspx#topo>. Acesso em 22/01/2016. Ver: História da Organização Odebrecht Site Oficial da Odebrecht. Acesso em 22/01/2016.

candidatos e partidos, R\$ 293.000,00 (duzentos e noventa e três mil reais), destes, R\$ 203.500,00 (duzentos e três mil e quinhentos reais) foram destinados à campanha de Hugo Mota. Além da Andrade Gutierrez S/A, a Construtora NOBERTO ODEBRECHT S.A.<sup>115</sup> também realizou doações ao candidato a deputado federal da família Mota, na ordem de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Os bancos também não ficaram de fora dos investimentos nas campanhas dos deputados federais. Bancos como Bradesco – Bradesco Vida e Previdência S.A, Bradesco Saúde, Bradesco Leasing S.A – vinculados aos planos privados de seguro, de saúde e de previdência, injetaram na campanha de deputado federal R\$ 341.986,00 (trezentos e quarenta e um mil, novecentos e oitenta e seis reais), destes recursos, o montante maior foi destinado ao candidato do PSDB, Pedro Cunha Lima, que recebeu do Bradesco Leasing S.A, R\$ 141.000,00 (cento e quarenta e um mil reais) e ao deputado Manoel Júnior – Bradesco Saúde – R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Itaú, Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Unicred Central Norte/Nordeste, todos juntos “doaram” R\$ 189.500,00 (cento e oitenta e nove mil e quinhentos reais). No ramo calçadista, a principal “doadora” foi a Alpargatas S.A, investindo R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), via direção partidária, para o candidato do PSDB – Pedro Cunha Lima. E R\$ 99.700,00 (noventa e nove mil e setecentos reais) destinados ao candidato Rômulo Gouveia, via direção estadual.

Tal evidência da atuação das empresas nas escolhas dos quadros para o parlamento – garantindo-lhes vultosos recursos econômicos – possibilita-nos entender que a representação e a luta política impõem determinantes econômicos que contribuem para pensar o campo político pela lógica da oferta e da procura. Trata-se de um espaço de lutas e de concorrência entre os agentes. O eleitor – na condição de consumidor – precisará fazer suas escolhas. Estas escolhas não são livres como sugere o pensamento liberal. São escolhas mediadas pelos condicionantes econômicos e sociais. Deve-se enfatizar também que, com base na Tabela 4, os candidatos envolvidos, em sua maioria, a essas grandes empresas, mais que “dever favor” aos grandes empresários tornam-se reféns e submissos ao poderio econômico das grandes empresas. Passam a ser agentes que atuam “em nome do povo” para o “povo que o financia sua campanha”.

---

<sup>115</sup> É a maior empresa na área de engenharia e indústria da construção na América Latina e a quinta maior empresa brasileira. A Odebrecht é uma das 25 maiores empresas de construção internacional. É dirigida pela terceira geração da família Odebrecht de Diretor-Geral Marcelo Odebrecht. Em 2009, a empresa foi dividida em seis empresas independentes.

O aumento significativo da bancada empresarial nas duas casas<sup>116</sup> se dá a partir da primeira eleição posterior à Ação Penal 470 - conhecida como mensalão – ação que, pela primeira vez na história da mídia brasileira, é concebida através de um processo de espetacularização midiática. Coincidência ou não, o aumento da bancada empresarial se dá num contexto em que os gastos em publicidade e *marketing* passam a ser cada vez mais crescentes<sup>117</sup>. O processo de midiáticação penal na sociedade brasileira, além de fragilizar o Estado Democrático de Direito, visto que transforma antecipadamente os indiciados em culpados, sem que antes seja respeitado o princípio constitucional da ampla defesa, da presunção de inocência e o princípio do devido processo legal, também reforçou, através da espetacularização da Ação Penal 470, a descrença dos cidadãos para com os agentes políticos, num verdadeiro processo de despolitização generalizando concepções estigmatizadas de que “todos os políticos são iguais”, “isso não muda nunca”, “Brasil, País da corrupção”.

Todas essas máximas produzidas de forma significativa pelo aparato midiático e arraigada no seio da população, ao invés de contribuir no processo de politização do cidadão, afasta-o da vida política fazendo agir de forma desinteressada para com suas decisões políticas. Isto repercute nas escolhas dos representantes políticos. Esvaziando-se o espaço da política, esvazia-se a ação política. Esta se torna, cada vez mais, submissa da ação dos interesses dos grandes grupos econômicos. O preenchimento se dará por escolhas políticas mediadas pelo dinheiro e pelo *marketing*. O político se torna um produto que pode ser consumido. Consomem-se imagens, rótulos.

O voto se torna a grande moeda de trocas numa sociedade recortada pelas desigualdades. O empresário-político se transforma no produto vendável numa sociedade em que o processo de despolitização é alimentado pelas grandes empresas que criam a necessidade de consumo. A força do capital econômico se atrela ao poder midiático e amplia o número de agentes políticos para atuar na arena de disputas do Congresso Nacional. Muda-se, assim, a configuração da representação no Congresso, ampliando-se a bancada empresarial e o processo de *empresarização* da política. A política se torna refém do reino da economia. As elites brasileiras oscilam de um ponto de vista subnacional, típico das oligarquias regionais, para um ponto de vista supranacional, típico dos setores articulados para fora, representados hoje, principalmente, pelo capital financeiro.

---

<sup>116</sup> Ver: dados do Departamento Intersindical de Assessoria parlamentar referente ao levantamento realizado junto ao TSE e ao Congresso em 2002, 2004, 2010 e 2014.

<sup>117</sup> Cf. As declarações contidas no banco de dados fornecido pelo Sistema de Prestação de Contas Eleitorais - SPCE/WEB (2016).

Assim, e com base nos dados apresentados, os custos das campanhas e o papel que o dinheiro tem desempenhado tem sido uma característica do fazer político na Paraíba. O que implica afirmar que o capital econômico tem se constituído em capital *preponderante* nas disputas. Digo preponderante, pois ele, por si só, não define o resultado dos pleitos, outros capitais, como veremos – a exemplo do *capital político-familiar* – tem se constituído tão importante quanto. São capitais que se imbricam formando e constituindo a estrutura de poder e dominação dos grupos.

As consequências desse crescente processo de *empresarização da política* são evidentes: (i) desigualdade: candidatos sem recursos financeiros relevantes têm poucas chances de se eleger, o que contribui para um ambiente político plutocrático (nem ao menos aristocrático); (ii) antirrepublicanismo: a agenda política se torna refém dos grandes interesses privados, sacrificando, muitas vezes, o verdadeiro interesse público; e (iii) corrupção: a necessidade de financiar campanhas milionárias e a ausência de disciplina legal adequada das relações entre empresas “doadoras” e agentes públicos eleitos estão por trás dos sucessivos casos de corrupção que têm abalado a política brasileira no passado recente<sup>118</sup>.

Ora, como destacado, os dados apontam que as duas principais instituições modernas – estado e mercado – aqui se imbricam, fortalecendo, como veremos, as antigas e viciadas “oligarquias”. As famílias políticas e o político-empresário são os que recebem recursos das grandes empresas. Estado e mercado – por meio desses agentes – concentram riqueza e distribuem desigualdades. É preciso ir além do discurso mesquinho da nossa elite intelectual liberal que concebe, por meio da ciência e da imprensa conservadora, o Estado como o reino de todos os vícios (ineficiência e corrupção<sup>119</sup>) e o mercado como reino das virtudes (competência, eficiência, razão técnica). Esta percepção encobre e legitima que 70% em

---

<sup>118</sup> Ver: BARROSO, Luiz Roberto. “**Reforma Política no Brasil: os consensos possíveis e o caminho do meio**” [Texto traduzido do painel Political Reforms: Towards a more representative democracy?, no Brazil Harvard Conference] – Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI219292,41046-Ministro+Barroso+palestra+em+Harvard+sobre+reforma+politica>  
<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI219292,41046-Ministro+Barroso+palestra+em+Harvard+sobre+reforma+politica>. Acesso em 17/04/ 2015.

<sup>119</sup> Na realidade, quase sempre que existe corrupção no Estado, há também corruptores no mercado. A corrupção - compreendida como vantagem ilegítima em um contexto de pretensa igualdade – é, aliás, dado constitutivo tanto do mercado quanto do Estado, em qualquer lugar do mundo. A fraude tem se constituído uma marca do funcionamento do mercado capitalista sempre que este não seja estritamente regulado. A última crise financeira apenas deixou isso claro como a luz do sol para todos. O mercado financeiro mundial sem regulamentação estatal usou títulos sem qualquer garantia, “maquiou” incontáveis balanços e empresas e até de países – como na recente crise da Grécia – e tem usado de qualquer expediente que possa garantir maior lucro. Mas a cantilena sobre o patrimonialismo – que a corrupção é somente do Estado – e a exaltação da “confiança” (um traço cultural pretensamente apenas norte-americano para muitos de nossos cientistas colonizados até o osso) somente do mercado continua sendo repetida à exaustão, ao arremedo da realidade. Cf. SOUZA, 2015, p. 92.

ganhos de capital (lucro e juro) beneficiam meia dúzia de banqueiros e industriais dos quais significativamente se encontram na rubrica do financiamento das campanhas. E que sobra apenas 30% para a massa salarial do restante dos outros 200 milhões de brasileiros<sup>120</sup>.

O processo crescente de *empresarização* possibilitou, diante das facilidades de acesso da elite política aos assuntos econômicos do Estado, que muitos dos representantes políticos da Paraíba migrassem para o setor empresarial de atuação, principalmente, para o segmento da construção civil, um dos setores mais lucrativos da economia. Cito aqui deputados como: Damião Feliciano, formado em Medicina e que passou a atuar como empresário no setor educacional e na construção civil. Rômulo Gouveia, servidor público estadual, atua como empresário na construção civil e empresas de transporte coletivo. Efraim Moraes Filho, advogado e atua como empresário na construção civil. Benjamin Maranhão, odontólogo, e atua como empresário na construção civil, dentre outros.

O fenômeno da *empresarização da política*, nesse sentido, transforma o voto na moeda de troca que operacionaliza as relações do político para com o eleitor. O empresário-político compra literalmente o produto vendável e consumível – que é voto – e sua eleição por meio de dinheiro investido pelas grandes empresas. Estas passam a atuar no Congresso Nacional por meio dos agentes políticos e no interior das principais empresas estatais, sendo beneficiadas pelas licitações das grandes obras e empreendimentos em todas as áreas que vão da construção civil, indústria farmacêutica, agronegócio, armamentista, dentre outras. Assim, passam a ditar as regras da economia e da ação política.

Tal processo de dominação, numa sociedade capitalista de regime democrático liberal, não se faz sem articulação com a grande mídia. É nesta e por esta, em grande sentido, que se constrói a “opinião pública”. Vários peritos (cientistas políticos, jornalistas, economistas, estatísticos, sociólogos, dentre outros) assumem no espaço da mídia os verdadeiros protagonistas legítimos das falas. A ciência como construtora do discurso racional e legítimo. São esses profissionais, portanto, que passam a crença da legitimidade do “discurso de verdade”, embasado em leituras dos dados produzidos pelos institutos de pesquisa. Assim, mídia e peritos das mais variadas áreas assumem papel importantíssimo na construção da “opinião pública”<sup>121</sup>.

A força do capital econômico (ver Tabela 2) se atrela ao poder midiático e amplia o número de empresário-político ou político-empresário para atuar na arena de disputas do

---

<sup>120</sup> Cf. SOUZA, 2015, p. 91.

<sup>121</sup> Ver: CHAMPAGNE, 1996.

Congresso Nacional. Grandes doadoras sempre direcionam seus financiamentos visando a obtenção de vantagens (contratos, projetos de lei, regulações favoráveis, empréstimos de bancos estatais etc.) Assim, na configuração da representação no Congresso, amplia-se a bancada empresarial e o processo de *empresarização da política*. A política torna-se refém do reino da economia. O crescimento da bancada empresarial da Paraíba na Câmara dos deputados (gráfico 2) sinaliza o peso que o capital econômico tem exercido no recrutamento da elite política do Estado (Tabela 4) e, por consequência, o quanto a representação política está atrelada à sustentação material e simbólica dos agentes.

No capítulo a seguir, será abordado como os partidos na Paraíba possuem “donos” e, desta feita, como o fluxo de recursos das grandes empresas, que financiam as campanhas, é perpassado para o Comitê Financeiro dos Partidos e este sendo controlado por parentes dos candidatos, quando não os próprios candidatos, o maior volume de recurso recebido, por agentes das famílias políticas e das novas famílias políticas são destinados para os seus herdeiros e para o próprio candidato que controla o partido.

### 3.3. PARTIDOS POLÍTICOS E CONTROLE FAMILIAR

Diversos estudos ganharam relevância na agenda da ciência política no Brasil, pós 1988, os quais abordaram a relação legislativo-executivo, o funcionamento dessas instituições, bem como o comportamento dos agentes nessas instituições (SANTOS 1997; LEONI, 2002; RODRIGUES, 2006; ABRANCHES, 2007 e outros). No entanto, poucos ainda são os estudos contemporâneos que enfatizam a família e suas extensões, através das relações de parentesco e sua ampliação por meio da parentela, como uma unidade política de controle dos partidos.

A presença significativa de agentes das famílias políticas e seus parentes, nos diversos partidos, sugere problematizar se os partidos são democráticos ou possuem “donos” os quais ditam as regras de funcionamento da instituição na Paraíba<sup>122</sup>. E, se são os principais – mas não os únicos – instrumentos de representação política das “democracias de massas”, quais as implicações dessa presença significativa de agentes de famílias políticas controlando-os, visto que, ao controlar partidos, podem também controlar os recursos do partido e consequentemente direcionar o maior volume para os familiares pertencentes ao pólo dominante dessas instâncias.

O fato é que atualmente não existem “democracias” que funcionem sem partidos políticos e sem representação. A institucionalização dos sistemas partidários ainda é um requisito fundamental para a institucionalização da própria democracia. É por meio dos partidos políticos que ocorre o processo de recrutamento da classe política como forma de representação política no parlamento e no executivo. Os partidos exercem, dentre outras finalidades, a função de selecionar a elite política, apresentando candidatos aos postos públicos. Acredita-se que uma das chaves de compreensão de recrutamento político está em entender quem controla os partidos e quais os recursos que estes recebem e para onde são destinados, ou seja, se há uma relação entre recursos doados pelas empresas e recursos adquiridos pelos que controlam ou mesmo são “donos” do partido no âmbito estadual.

Destaca-se que desde 1985 até 2015 famílias políticas se revezam e se alternam nos poderes representativos da República brasileira. A Paraíba presenciou as aberturas “oligárquicas” com a eleição de Ronaldo Cunha Lima ao cargo de prefeito de Campina Grande, segunda maior cidade do Estado. Passada uma década, presencia-se o seu filho Cássio Cunha Lima prefeito e o pai governador do Estado. Agora, após três décadas, o

---

<sup>122</sup> Ver: MIGUEL, 2015, p. 721-747.

herdeiro Pedro Cunha Lima se inicia na vida política, ocupando uma cadeira na Câmara dos Deputados. Em 1982, Ronaldo disputou a eleição do município de Campina Grande para o cargo executivo, tendo como opositor Antônio Vital do Rêgo. Passados pouco mais de vinte anos, a disputa para a prefeitura daquele município seria entre o herdeiro de Antônio Vital do Rêgo, seu filho Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto (PMDB) e no outro pólo o representante e pertencente à parentela da família Cunha Lima, Rômulo Gouveia (PSDB), tendo a frente do Estado, o filho de Ronaldo Cunha Lima, Cássio Cunha Lima (PSDB). Para o Senado elege-se Marcondes Gadelha (PDS) e Pedro Gondim (PMDB) ficou em segundo lugar. Os deputados federais, nesta eleição, foram: José Targino Maranhão, Carneiro Arnaud, dentre outros. Passados trinta anos, a história se repete.

Cada uma dessas famílias “elegeu” os seus herdeiros ou candidatos na última eleição de 2014: da família Vital elege-se Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto para a Câmara Federal; Nilda Gondim para 1ª suplente de senador e Vital do Rêgo Filho é agraciado com um cargo vitalício no Tribunal de Contas da União. Da família Cunha Lima, além de Cássio Cunha Lima já se encontrar como senador, elegeu seu filho Pedro Cunha Lima à Câmara Federal, além de outros pertencentes à família, como Bruno Cunha Lima, Tovar Cunha Lima e Artur Cunha Lima. Da família Maranhão, além de José Targino ao cargo de senador, Benjamin Gomes Maranhão Neto e Olenka Maranhão na suplência. Da família Carneiro, Ruy Carneiro disputou em 2014 a vaga de vice-governadoria na chapa encabeçada por Cássio Cunha Lima.

Uma das questões que se coloca é, como essas famílias conseguem se perpetuar no poder, por tanto tempo? Esta não parece ser uma questão para apenas uma resposta. Ou seja, vários podem ser os fatores, porém, um deles está no controle do Partido. Na apropriação desta instituição, enquanto instituição pertencente a um dono, ou a alguns poucos donos que controlam determinadas microrregiões do Estado, por meio do município mais expressivo, em termos eleitorais da região, ou mantém influência sobre vários municípios; isto associado ao volume de capitais que circulam sob as posses desses grupos.

Tais famílias políticas controlam, além de vários cargos e administrações, canais de comunicação e informação, a principal instituição que possibilita o recrutamento político: o partido. Ou seja, controlam as instituições que, primeiramente, selecionam os aptos a serem candidatos para as disputas. Na Paraíba, os partidos parecem possuir donos. Muitos “donos” são os herdeiros das famílias políticas. O território do Estado passa a ser dividido de acordo com as microrregiões e, nestas, as famílias políticas e as novas famílias políticas possuem

seus “latifúndios” ou “minifúndios” eleitorais. Quanto maior o volume do capital, maior o tamanho do “latifúndio eleitoral” e mais bem votado tende a ser o candidato que domina e controla politicamente a região. É sob o domínio dos territórios que as famílias políticas controlam e exercem o comando dos partidos. No discurso jornalístico e democrático liberal, as eleições funcionam como um espaço de disputas democráticas no qual todos os indivíduos podem se candidatar bastando tão somente querer e se filiar ao partido do qual seja simpatizante ou ideologicamente alinhado.

Ao observar a realidade à luz da sociologia política, o que se constata no Estado da Paraíba é algo adverso às análises de muitos cientistas e jornalistas vinculados às máquinas de construção de opinião pública. A tabela 5 apresenta não somente os recursos arrecadados por alguns partidos – aqueles cujos candidatos eleitos possuem familiares em mais de uma casa de representação (Câmara Federal, Assembleia Legislativa, vice-governadoria, suplência de senadores) – mas os recursos que estes receberam na eleição de 2014 do Comitê Financeiro Estadual e do Diretório Estadual<sup>123</sup>.

---

<sup>123</sup> O banco de dados do TSE/ SPCE/WEB (2016) apresenta-nos as doações realizadas aos partidos, bem como o doador. Não é nossa pretensão nesta tabela trazer a lista dos doadores, mas relacionar o dinheiro destinado aos diretórios e o destino destes recursos para os candidatos do partido.

**Tabela 5** – Recursos recebidos de empresas e/ou do diretório nacional pelos diretórios estaduais e destinados aos candidatos a deputado estadual e deputado federal na Paraíba (Eleição de 2014)

<b>ELEIÇÃO 2014</b>						
<b>PARTIDO</b>	<b>PRESIDENTE</b>	<b>DOAÇÃO COMITÊ FINANCEIRO/DIREÇÃO PARTIDÁRIA</b>	<b>CANDIDATO</b>	<b>AO CARGO</b>	<b>RECEITA DO CANDIDATO</b>	<b>DOAÇÃO DA DIREÇÃO ESTADUAL/DIST RITAL</b>
<b>PP</b>	Enivaldo Ribeiro	R\$ 4.130.000,00	Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro	Deputado Federal	R\$ 1.742.321,25	R\$ 543.750,00
			Daniella Velloso Borges Ribeiro	Deputada Estadual	R\$ 1.211.318,02	R\$ 623.815,00
			Fernando Borges	Deputado Federal	R\$ 156.543,31	R\$ 0,00
			Elenildo Gomes	Deputado Federal	R\$ 9.889,63	R\$ 0,00
			Nelma Mendonça	Deputado Federal	R\$ 780,00	R\$ 0,00
			Daniel Silva de Fontes	Deputada Estadual	R\$ 6.881,29	R\$ 6.881,29
			Jasi Severino de Souza	Deputada Estadual	R\$ 560.233,17	R\$ 269.688,80
			José Leonardo da Silva Santana	Deputada Estadual	R\$ 8.345,31	R\$ 0,00

			Marcelo da Silva Mendonça Júnior	Deputada Estadual	R\$ 8.339,21	350,00
			Maria do Socorro Barbosa	Deputada Estadual	R\$ 8.139,36	R\$ 715.936,00
			Reginaldo Pereira da Costa	Deputada Estadual	R\$ 76.929,31	R\$ 0,00
			Roberto Oliveira da Rocha	Deputada Estadual	R\$ 2.012,00	R\$ 0,00
			Rosa Maria de Almeida	Deputada Estadual	R\$ 16.810,00	R\$ 15.000,00
			Valdeni Gomes de Araújo	Deputada Estadual	R\$ 13.159,31	R\$ 0,00
			Vital da Costa Araújo	Deputada Estadual	R\$ 301.728,31	R\$ 223.387,00
<b>SD</b>	Benjamin Gomes Maranhão Neto	R\$ 51.700,00	Benjamin Gomes Maranhão Neto	Deputado Federal	R\$ 526.825,31	R\$ 100.700,00
			não haviam outros candidatos			

<b>PR</b>	José Wellington Roberto	200.000,00	José Wellington	Deputado Federal	R\$ 2.246.134,00	200.000,00
			Caio Figueiredo Roberto	Deputado Estadual	R\$ 295.190,50	Wellington repassa para seu filho da Seara Alimentos, da Gonzaga Indústria e da JBS S/A 170 mil reais aproximadamente de recursos que recebeu das doações de empresas como a JBS
			Alzeni Rodrigues dos Santos	Deputada Federal	R\$ 13.111,31	0
			Antônio Mendonça Monteiro Júnior	Deputado estadual	R\$ 160.695,00	Wellington repassa para este candidato 110 mil reais aproximadamente de recursos que recebeu das doações de empresas como a JBS
			Ivo Barbosa de Andrade Filho	Deputado Estadual	R\$ 12.274,31	Wellington repassa para este candidato 350 reais

<b>PDT</b>						aproximadamente de recursos que recebeu das doações de empresas como a JBS	
			Maria Galba Pedrosa	Deputada Estadual	R\$ 1.000,00	0	
		Damião Feliciano	R\$ 400,00	Damião Feliciano	Deputado Federal	R\$ 577.519,75	
				Paulo Roberto Agostinho Meireles	Deputado Federal	R\$ 20.449,25	
				Antônio Márcio de Araújo Silva	Deputado Estadual	R\$ 5.195,00	
				Raoni Barreto Mendes	Deputado Estadual	R\$ 487.753,80	Recebe recursos na ordem de 225 mil reais do Partido Progressista - PP do Diretório Estadual, este que recebeu por meio de doações das empresas (JBS S/A; UTC; Galvão Engenharia, dentre outras)

<b>DEM</b>			Sergio Francisco Máximo	Deputado Estadual	R\$ 3.699,00	
	Efraim Morais	R\$ 30.500,00	Efraim de Araújo Morais Filho	Deputado Federal	R\$ 882.050,00	30.000,00
			Benedita Siqueira de Oliveira	Deputado Federal	R\$ 500,00	0,00
<b>PMDB</b>	José Targino Maranhão	R\$ 2.700.000,00	José Targino Maranhão	Senador	R\$ 4.245.804,42	559.100,00
			Olenka Targino Maranhão Pedrosa	Deputada Estadual	R\$ 146.641,67	80.000,00
			Hugo Mota Wanderley da Nóbrega	Deputado Federal	R\$ 742.259,17	139.500,00
			Nabor Wanderley da Nóbrega	Deputado Estadual	R\$ 298.858,05	130.000,00
			Manoel Alves da Silva Júnior	Deputado Federal	R\$ 1.091.562,32	89.500,00
			Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto	Deputado Federal	R\$ 1.091.562,32	89.500,00
			Tatiana de Oliveira	Deputada Estadual	R\$ 138.037,12	100.000,00

## Medeiros

Olimpio Oliveira	Deputada Estadual	R\$ 117.261,67	80.000,00
André Augusto Castro do Amaral Filho	Deputado Federal	R\$ 104.000,64	0,00
Evisnaldo Cruz de Andrade	Deputado Federal	R\$ 18.866,67	0,00
Jacqueline Barbosa	Deputado Federal	R\$ 300,00	0,00
Maria Auxiliadora Santos	Deputado Federal	R\$ 600,00	0,00
Maria Carmem Silva Cavalcanti	Deputado Federal	R\$ 600,00	0,00
Alexina Bezerra Cavalcanti	Deputado Estadual	R\$ 150,00	0,00
Emília Marinho Cavalcanti Pinheiro	Deputado Estadual	R\$ 600,00	0,00
Gervásio Agripino Maia	Deputado Estadual	R\$ 297.911,06	80.000,00
Humberto Trocolli Junior	Deputado Estadual	R\$ 327.071,53	80.000,00
Israel Nicolau da	Deputado Estadual	R\$ 18.617,66	0,00

			Silva			
			José Maria Tavares de Melo Neto	Deputado Estadual	R\$ 100,00	0,00
			Roberto Raniery de Aquino Paulino	Deputado Estadual	R\$ 367.315,66	80.000,00
				Deputado Estadual		
<b>PSD</b>	Rômulo Gouveia	R\$ 205.700,00	Rômulo José de Gouveia	Deputado Federal	R\$ 390.634,44	R\$ 159.926,40
			Eva Eliana Ramos Gouveia	Deputada Estadual	R\$ 95.370,39	R\$ 0,00
			José Eráclito de Araújo Souza	Deputado Federal	R\$ 12.785,31	0,00
			Andréa Conceição Leopoldo	Deputado Estadual	R\$ 300,00	0,00
			Manoel Ludgério	Deputado Estadual	R\$ 164.196,96	0,00
<b>PTB</b>	Wilson Santiago	0,00	José Wilson Santiago	Senador	R\$ 1.964.065,00	0,00
			José Wilson Santiago Filho	Deputado Federal	R\$ 348.553,31	0,00

<b>PSDB</b>	Cássio Cunha Lima	R\$ 12.440.750,00	Pedro Cunha Lima	Deputado Federal	R\$ 891.364,31	R\$ 469.000,00
			Tovar Alves Correia Lima	Deputado Estadual	R\$ 248.242,91	R\$ 100.000,00
			Bruno Cunha Lima	Deputado Estadual	R\$ 306.027,31	De forma significativa os recursos advêm de doações de empresas que foram transferidas para os seus familiares e estes lhes passaram.
			Dinaldo Medeiros Wanderley Filho	Deputado Estadual	R\$ 220.557,31	Recebe transferências de recursos de Pedro Oliveira Cunha Lima, os quais foram de doações. Recebem também recursos da Alpargatas via Cássio na ordem de 100 mil reais.
			Edirce de Oliveira Silva	Deputado Federal	R\$ 1.004,00	R\$ 0,00

		Iraê Heusi de Lucena Nóbrega	Deputado Federal	R\$ 47.010,66	R\$ 10.000,00
		João Batista	Deputado Federal	R\$ 9.734,49	R\$ 0,00
		Arnon Muniz Medeiros Domiciano	Deputado Federal	R\$ 98.984,19	R\$ 0,00

**Fonte:** Dados compilados pelo autor, a partir do banco de dados fornecido pelo Sistema de Prestação de Contas Eleitorais - SPCE/WEB (2016).

A tabela 5 apresenta que o controle da instância partidária é, indiscutivelmente, uma das formas de obter recursos para financiamento de campanha, sendo o diretório estadual um dos destinatários dos recursos das empresas financiadoras das campanhas, visto que estas doam também diretamente para o candidato individualmente e para a Direção Nacional dos partidos. Tem-se, no Brasil, três formas institucionalizadas de recebimento de recursos via pessoas jurídicas: 1) o candidato que possui capital político consolidado – já foi eleito – e vai concorrer a outra eleição, este recebe recursos direto das empresas; 2) o partido, por via do diretório estadual e do Comitê Financeiro, recebe recurso direto para o controle da instância partidária, o que permite ao presidente do partido ou aos que fazem parte da executiva do diretório estadual distribuir esses recursos com os candidatos dos partidos. 3) o diretório estadual e/ou o candidato recebe(m) recursos direto que foram doados para a direção nacional do seu partido. No sistema político brasileiro, até então, não era impossível e, tampouco, proibido juridicamente um candidato do partido “A” receber doações do diretório do partido “B”. Tal possibilidade pode ser constatada na Tabela 5, acima, quando o candidato Raoni Barreto Mendes (PDT)<sup>124</sup>, recebera recursos da direção estadual do PP na ordem de aproximadamente de R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte cinco mil reais) do Partido Progressista PP, via Diretório Estadual. Recursos estes que a Direção Estadual do PP na Paraíba havia recebido de doações das empresas (JBS S/A; UTC; Galvão, dentre outras).

Estas formas de doação nos possibilitaram identificar quais os candidatos que mais receberam recursos no Estado, bem como por meio de uma pesquisa junto ao TSE saber quem eram os presidentes destes partidos, à época, e para onde os recursos foram destinados. Os partidos acima mencionados possuem uma característica – que é o que temos demonstrado em nosso trabalho – de ser controlado por um dos agentes das famílias políticas ou das novas famílias políticas no Estado. Famílias estas, como já demonstradas, que controlam diversos órgãos e instâncias deliberativas na Paraíba. Os dados evidenciam que uma das estratégias de manutenção e perpetuação no poder por essas famílias se dá sob o controle político e financeiro dos partidos, quando associado a outras estratégias já destacadas em tópico anterior.

Os recursos oriundos e “doados” pelas empresas e pela direção nacional do partido ao Diretório Estadual e ao Comitê Financeiro, quase sempre é administrado pelo parente do candidato (pai, irmão, filho, tio). No caso em tela, o Partido Progressista (PP), por exemplo,

---

<sup>124</sup> Raoni Barreto Mendes (PDT) foi um dos vereadores eleitos para a legislatura (2012-2016) na capital da Paraíba - João Pessoa com uma das maiores votações naquele município, totalizando 7.832 (sete mil, oitocentos e trinta e dois votos). Disponível em: <http://www.eleicoes2012.info/raoni-mendes/>. Acesso em 02/02/2016.

ao que parece, propriedade intransferível de Enivaldo Ribeiro, presente de Paulo Maluf desde priscas eras, tem apenas nos dois filhos do presidente, seus co-proprietários. Os deputados Agnaldo Ribeiro e Daniela Ribeiro se revezam, ocupando o tempo de TV da legenda, sem ingerência de outros próceres “progressistas”.

A tabela 5 apresenta-nos que foram doados ao comitê financeiro/direção partidária recursos na ordem de R\$ 4.130.000,00 (quatro milhões e cento e trinta mil reais), destes, o maior volume de recursos foram destinados para os herdeiros políticos do presidente do partido, ou seja, o maior volume de recursos foram destinados para membros da própria família. Os filhos de Enivaldo Ribeiro receberam apenas dos recursos que foram destinados ao Comitê Financeiro e à direção partidária estadual um volume de aproximadamente a R\$ 1.167.565,00 (hum milhão, cento e sessenta e sete mil e quinhentos e sessenta e cinco reais), o que corresponde a aproximadamente 30% dos recursos destinados à direção partidária estadual, ficando, desta forma, os 70% para que fossem divididos entre os demais candidatos da legenda e candidatos de outro partido, como o já referido candidato Raoni Barreto Mendes, vinculado ao PDT. Esta é uma das formas de “construção de base” eleitoral/densidade de votos para além das vinculadas aos quadros do partido. Observa-se que os que mais recebem recursos da direção partidária, posteriormente aos herdeiros, não se aproxima de um terço dos recursos por estes angariados. O que nos possibilita afirmar que o princípio que rege as “democracias liberais” do equilíbrio das disputas se torna um engodo discursivo e ideológico. Justificado, portanto, pelo abuso econômico desde o controle do partido.

O partido Solidariedade (SD)<sup>125</sup>, pertencente ao sobrinho de José Maranhão, antes cotista do PMDB, observando que os “Vitais” se fortaleceram dentro deste partido, tornou-se independente. E, hoje, o deputado Benjamin Maranhão é o “proprietário” do partido Solidariedade – (SD). Apenas ele, e tão somente ele, fora candidato em 2014, recebendo recursos da direção nacional e de familiares que somaram mais de meio milhão de reais. E os recursos que foram doados para a direção do partido, na qual ele é o próprio presidente, foram destinados para sua própria campanha, numa demonstração de que partido – enquanto instituição pública no Estado – é extremamente importante para fazer valer a vontade do particular.

Por outro lado, o Partido da República-PR<sup>126</sup>, desde seu nascedouro na Paraíba, nunca deixou o patrimônio eleitoral do deputado federal Wellington Roberto e seus filhos, um dos

---

<sup>125</sup> Disponível em: <http://www.solidariedade.org.br/liderancas/benjamin-maranhao/>. Acesso em 02/02/2016

<sup>126</sup> Disponível em: <http://www.partidodarepublica.org.br/partido/Estados/pb.html>. Acesso em 01/02/2016

quais, Caio Figueiredo Roberto, é deputado estadual e Bruno Figueiredo Roberto participou compondo a chapa de vice-prefeito da candidata da família “Vital”, Tatiana Medeiros (PMDB), à Prefeitura de Campina Grande (2012), na qual disputou com Romero Rodrigues (PSDB), atual prefeito de Campina Grande, primo do senador Cássio Rodrigues da Cunha Lima (PSDB). O Partido da República tem como presidente o Deputado federal Wellington Roberto. Utilizou-se na campanha de 2014 de uma receita na ordem de R\$ 2.246.134,00 (dois milhões, duzentos e quarenta e seis mil, cento e trinta e quatro reais). Deste volume de recursos, parte significativa adveio da direção nacional do Partido que havia recebido de doações de empresas e transferido para o candidato.

Soma-se a isso, também, parcela significativa de recursos que foram destinadas das grandes empresas diretamente para o candidato. Para a direção do partido no Estado, as empresas doaram R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)<sup>127</sup>. Este valor é destinado para a campanha do próprio candidato. Todavia, para o seu filho, Caio Figueiredo Roberto, candidato a deputado estadual, fora destinado, pelo seu pai e presidente do partido, recursos na ordem de 170 mil reais, aproximadamente, dos 295 mil reais recebidos por Caio Roberto. Os 170 mil reais são oriundos da Seara Alimentos, da Gonzaga Indústria e da JBS S/A, recursos repassados para o candidato Wellington Roberto da direção nacional do partido. Também é possível identificar que o presidente do PR repassou recursos na ordem de 110 mil reais para o candidato Antônio Mendonça Monteiro Júnior, recursos que recebeu das doações de empresas como a JBS.

O Partido Democrático Trabalhista (PDT) na Paraíba é controlado pelo deputado federal Damião Feliciano, cuja esposa, Ligia Feliciano (PDT), é vice-governadora do Estado. Neste partido é possível identificar apenas R\$ 400,00 (quatrocentos reais) destinados ao diretório. Por outro lado, o candidato Damião Feliciano recebe recursos da campanha do então e atual Governador Ricardo Vieira Coutinho (PSB), e, de forma expressiva de mais de meio milhão recebido, mais da metade advém da esposa e do próprio candidato, o que se soma aos R\$ 100 mil reais recebidos do Comitê Financeiro Nacional para Presidente da República que recebera da JBS/SA.

---

<sup>127</sup> GONZAGA INDÚSTRIA COM. E REPRESENTAÇÃO LTDA, CNPJ 40.956.286/0002-89 doou 100.000,00 e a CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A, CNPJ: 15.102.288/0001-82 doou mais 100.000,00. Disponível em: <http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2014/abrirTelaReceitasCandidato.action>. Acesso em 02/01/2016.

O Partido Democrata – DEM, aqui na Paraíba, há muito tempo é uma instituição comandada pelos Moraes, que têm como presidente o ex-senador Efraim Moraes, ex-secretário de Infraestrutura do Estado da Paraíba. O seu filho Efraim Filho é atualmente deputado federal. O partido é um tanto quanto observado como um *locus* de perpetuação no poder da própria família que o controla. Parece até que outros membros do partido não estiveram, até bem pouco tempo, a ocupar posições na estrutura administrativa do Estado, a não ser os familiares que controlam tal instituição. A família Moraes tem como base política o sertão da Paraíba, a microrregião de Patos<sup>128</sup>, situada na mesorregião do Sertão paraibano. Este partido recebeu, por meio da direção estadual, R\$ 30.500,00 (trinta mil e quinhentos reais). Aproximadamente toda a quantia fora destinada ao filho do presidente do partido, o atual representante do DEM da Paraíba, na bancada federal, Efraim Filho. O maior volume de recursos foi advindo da direção nacional do partido por meio de transferência direta para a conta do candidato, o que soma, aproximadamente, meio milhão de reais. Recursos estes doados pelas empresas à direção nacional do DEM<sup>129</sup>.

Da mesma forma, esta lógica de beneficiamento dos parentes e familiares segue no Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. Este que até bem pouco tempo era propriedade indissolúvel de José Targino Maranhão<sup>130</sup> e de seus sobrinhos, Olenka Maranhão e Benjamin Maranhão, hoje, esse pedaço do latifúndio partidário, é partilhado pela família “Vital-Rêgo”, mãe e filho, Nilda Gondim e Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto, ambos os herdeiros políticos que controlam o partido na região da Grande Borborema, na qual se encontra situado o segundo maior colégio eleitoral. Na região do litoral – região com maior densidade eleitoral do Estado – o partido fica sob o comando de José Maranhão e com uma fatia concedida pelo deputado federal Manoel Júnior. Na mesorregião do Sertão, além da família Mota, que controla o partido na microrregião de Patos, também tem a tradicional família Maia que controla, por meio do herdeiro Gervásio Agripino Maia, os municípios que compreendem a microrregião de Catolé do Rocha. Todos estes receberam recursos que foram destinados ao Comitê Financeiro e à direção partidária. A fatia maior ficou, portanto, para o

---

<sup>128</sup> A cidade de Patos é sede da 6ª Região Geo-administrativa do Estado da Paraíba, composta por 22 municípios, sendo eles: Areia de Baraúnas, Cacimba de Areia, Cacimbas, Catingueira, Desterro, Emas, Junco do Seridó, Mãe D'Água, Malta, Maturéia, Passagem, Patos, Quixaba, Salgadinho, Santa Luzia, Santa Terezinha, São José de Espinharas, São José do Bonfim, São José do Sabugi, São Mamede, Teixeira, Várzea. Além disso, Patos é sede da 14ª Vara Federal, que absorve 48 municípios e totaliza uma população de 462.662 habitantes.

<sup>129</sup>Disponível em: <http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2014/resumoReceitasByCandidato.action>. Acesso em 01/02/2016

<sup>130</sup> Disponível em: <http://www.pmdb-pb.org.br/index.php/component/k2/item/376-executi-va-estadual>. Acesso em 01/02/2016.

presidente do partido e, à época, candidato ao Senado José Targino Maranhão, abocanhando mais de meio milhão, dos R\$ 2.700.000,00 (dois milhões e setecentos mil reais) adquiridos junto às empresas.

A divisão dos recursos no PMDB-PB se dá de acordo com a densidade eleitoral e por aqueles que pertencem e compõem a executiva estadual. A família Mota recebeu recursos na ordem de R\$ 269.500,00 (duzentos e sessenta e nove mil e quinhentos reais). Pai e filho foram agraciados: Nabor Wanderley e Hugo Mota. O que se segue também com a família Vital-Rêgo e sua parentela que totalizaram recursos na ordem de R\$ 270 mil reais, aproximadamente. Outras famílias beneficiadas também com os recursos do diretório foram: a família Maia, representada por Gervásio Agripino Maia, herdeiro de João Agripino (III), que recebeu R\$ 80 mil reais, e Roberto Raniery de Aquino Paulino, filho do ex-governador e ex-vice de José Maranhão, Roberto Paulino, família que tem seu reduto eleitoral na região do Brejo paraibano. Volume de igual importância também fora recebido pelo então candidato a deputado Humberto Trocolli Júnior, este que é casado com Adriana Falcão do Rêgo, filha do ex-conselheiro do tribunal de Contas do Estado, José Braz do Rêgo, primo de Antônio Vital do Rêgo. Os demais, como é possível identificar na Tabela 5, que não estão no rol das famílias políticas, são candidatos(as) muito mais para completar o número de candidatos(as) da legenda. As mulheres que são candidatas servem para informar à justiça eleitoral que, no partido, tem mulheres concorrendo. Porém, na prática, elas são “invisíveis eleitorais”, política e economicamente.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que pertencera ao ex-deputado federal Armando Abílio, após este perder espaço na representação da Câmara Federal, não conseguindo mais se reeleger, a escritura foi transferida para o empresário Wilson Santiago<sup>131</sup>, ex-deputado federal, ex-senador e atual presidente da legenda<sup>132</sup>. Este que tem o seu filho homônimo atualmente deputado federal, ocupando a cadeira que, outrora, ocupara. O PTB estadual não recebeu nenhum recurso direto para o diretório. O maior volume de

---

<sup>131</sup> Eleito duas vezes deputado estadual PDT (1994) e PSDB (1998). Deputado federal pelo PMDB (2002; 2006) Candidato a senador pelo PMDB (2010) e obteve 820.653 votos, ficando em terceiro lugar na disputa. Contudo, acabou sendo diplomado senador devido ao fato de o primeiro colocado, o ex-governador da Paraíba Cássio Cunha Lima, que obteve mais de um milhão de votos, ter sido barrado pela Lei Ficha Limpa.

<sup>132</sup> Disponível em: <http://www.ptb.org.br/?page=ConteudoPage&cod=38>. Acesso em 01/02/2016

recursos foi destinado às candidaturas individuais de José Wilson Santiago e José Wilson Santiago Filho. Ambos receberam recursos de empresas, via diretório nacional<sup>133</sup>.

O PSDB, que já foi controlado por Cícero Lucena<sup>134</sup>, hoje quem exerce maior força é o Senador Cássio Rodrigues da Cunha Lima, porém, o atual presidente é o companheiro de partido, Ruy Carneiro, ex-deputado federal que deixou de concorrer à vaga de deputado em 2014, para sair vice-governador na chapa encabeçada pelo representante da família Cunha Lima. A sua vaga foi ocupada pelo mais novo herdeiro das fileiras do PSDB, Pedro Cunha Lima. A força política da família Cunha Lima no Estado pode ser observada pela quantidade de cargos eletivos ocupados em todos os estados da federação. No segundo maior município do Estado – Campina Grande – a família controla e está à frente da prefeitura por meio do primo do senador, Romero Rodrigues Veiga e do irmão do senador que traz o homônimo do seu pai, Ronaldo Cunha Lima Filho; no Estado – na Assembleia Legislativa – tem-se os familiares Bruno Cunha Lima, Tovar Correia Lima<sup>135</sup> e Artur Correia Lima. Já no âmbito federal, o já mencionado senador e o seu filho Pedro Cunha Lima.

Tal partido, tendo como candidato ao governo, o Senador Cássio Cunha Lima, recebeu recursos na ordem de aproximadamente R\$ 12.440.750,00 (doze milhões, quatrocentos e quarenta mil e setecentos e cinquenta reais)<sup>136</sup>, destinados ao Comitê Financeiro/Direção

---

133

Disponível

em:

<http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2014/resumoReceitasByCandidato.action>. Acesso em 02/02/2016

<sup>134</sup> Empresário da construção civil. Sobrinho do político paraibano Humberto Lucena. Iniciou sua carreira política em 1990 quando foi escolhido para concorrer como vice-governador do PMDB na chapa encabeçada por Ronaldo Cunha Lima. A chapa venceu a eleição no segundo turno. Em 1994, com o afastamento de Cunha Lima para candidatar-se ao Senado, Cícero Lucena assume o governo do Estado para o restante do mandato. Com 37 anos de idade, tornou-se o governador mais jovem a assumir o governo da Paraíba. Em 1995 chefiou a Secretaria Especial de Políticas Regionais, então órgão do Ministério do Planejamento. Em 1996, disputou a Prefeitura de João Pessoa, logrando êxito no segundo turno. Reelegeu-se em 2000. Em 2001 acompanhou Ronaldo Cunha Lima, que se desfilou do PMDB, e ingressaram no PSDB. Na campanha eleitoral de 2002, sua esposa, Lauremília Lucena, concorreu a vice-governadora na chapa liderada por Cássio Cunha Lima, que obteve a vitória no segundo turno sobre Roberto Paulino, do PMDB.

<sup>135</sup> Casado com uma prima do atual Senador Cássio Cunha Lima (PSDB), a filha do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – Fernando Rodrigues Catão.

<sup>136</sup> O Partido do atual governo (PSB) que concorreu com Cássio Cunha Lima (PSDB) recebeu, por parte do diretório, aproximadamente, R\$ 801.000,00 (oitocentos e um mil reais), porém, quando se observa as doações diretas ao governador, enquanto candidato, vê-se que os recursos foram superiores aos recursos destinados ao candidato individualmente Cássio Cunha Lima (PSDB). Ou seja, Ricardo Vieira Coutinho (PSB) recebeu das empresas e doações de uma forma geral R\$ 13.028.775,59 (treze milhões vinte e oito mil reais setecentos e setenta e cinco e cinquenta e nove reais). Enquanto Cássio Cunha Lima, individualmente, recebeu para a sua candidatura, doações na ordem de três milhões, o que os dados não deixam tão claro. Porém, deduz-se que Cunha Lima (PSDB) recebeu, aproximadamente, dois milhões a mais que Ricardo Vieira Coutinho, em termos de doações para a campanha de governador. Tais cifras correspondem apenas aos recursos doados aos candidatos ao governo e aos comitês financeiro-diretórios dos partidos. Não se encontram aqui contabilizados as doações destinadas aos candidatos individualmente aos cargos de deputado estadual, federal, senadores, dentre outros.

Disponível

em:

partidária. A maioria das doações para os três principais candidatos<sup>137</sup> ao governo foi das grandes empresas nacionais<sup>138</sup>, multinacionais e de bancos privados<sup>139</sup>. O presidente da legenda do PSDB da Paraíba destinou dos recursos que foram transferidos, por meio de “doações”, para o Comitê Financeiro/diretório estadual, aproximadamente meio milhão para o seu filho candidato à época atualmente deputado federal pela Paraíba. De forma semelhante também foram passados recursos do diretório estadual para mais dois familiares que foram eleitos: Bruno Cunha Lima e Tovar Correia Lima. É possível observar que os demais que recebem recursos do Comitê Financeiro estadual são vias repasses e transferência dos familiares do presidente da legenda, este que já receberam os recursos ou do Comitê Financeiro estadual ou do diretório nacional, que por sua vez receberam das grandes empresas<sup>140</sup>.

O Partido da Mobilização Nacional - PMN desde há muito pertence à Lúcia Moura e Bala Barbosa. Outros líderes partidários, não dividem nem com parentes o partido que lhes coube. Maria da Luz tem o domínio sobre o Partido Republicano Progressista PRP. Os deputados Jutahy Menezes, Tião Gomes e Genival Matias, reinam no comando do Partido Republicano Brasileiro - PRB, Partido Social Liberal - PSL e Partido Trabalhista do Brasil - PT do B, respectivamente. A família Gadelha domina e controla o PSC<sup>141</sup>, pois percebeu que os partidos mais expressivos da recente República já possuem donos na Paraíba, o que torna

---

<http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2014/resumoReceitasByCandidato.action>. Acesso em 02/01/2016.

<sup>137</sup> Vale destacar que Vital do Rêgo Filho também foi candidato pelo PMDB nesta eleição de 2014. Vital do Rêgo recebeu recursos na ordem de R\$ 9.689.313,32 (Nove milhões seiscentos e oitenta e nove reais trezentos e treze e trinta e dois centavos). Grande parte dos recursos originários de doações de empresas nacionais, multinacionais e bancos privados. Este recurso foi transferido para a conta de campanha do candidato. Quando somado ao valor que fora destinado para o diretório do partido, conforme exposto acima, equivale aproximadamente 13 milhões arrecadados pelo PMDB no Estado. Somando apenas os recursos doados ao candidato ao governo e ao Comitê financeiro/Diretório do partido.

<sup>138</sup> A Alpargatas, empresa que atua no setor calçadista e esportivo, uma das maiores empresas nesse ramo, do país e da América Latina, situada no município de Campina Grande, foi a empresa que mais injetou recursos nas três candidaturas ao governo do Estado. Disponível em: <http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2014/abrirTelaReceitaComite.action>. Acesso em 02/02/2012.

<sup>139</sup> Para conhecimento das empresas nacionais e multinacionais, bem como dos bancos privados que “doaram” para as campanhas ver Disponível em: <http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2014/abrirTelaReceitaComite.action>. Acesso em 02/02/2012. Ver também o site de “As Claras”: Disponível em <http://www.asclaras.org.br/arvores/cinco.html>. Acesso em 02/02/2016.

<sup>140</sup> Ver, a título de ilustração, Camila Araújo Toscano de Moraes (PSDB), candidata ao cargo de deputada estadual, que recebe recursos transferidos de Pedro Oliveira Cunha Lima, dentre outros. Disponível em: <http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2014/abrirTelaReceitasCandidato.action>. Acesso em 02/02/2016.

<sup>141</sup> Disponível em: <http://www.psc.org.br/site/diret%C3%B3rios/diretorios-regionais.html>. Acesso em 01/02/2016.

difícil obter uma vaga para disputar algum cargo eletivo. Assim, preferiram possuir uma legenda em que pudessem exercer o controle. Quase todos os partidos na Paraíba têm sido controlados com essa lógica, bem como os recursos são destinados para os mais próximos.

Vê-se, assim, que não há uma separação entre a *res* pública e a *res* privado. Aqueles que detêm o maior quantum de capital político e familiar dominam e/ou controlam os partidos e, conseqüentemente, têm acesso aos maiores volumes de recursos econômicos. Geralmente os partidos são controlados por familiares, o que facilita e, ao mesmo tempo, permite que os “filhos”, “irmãos”, “sobrinhos” ou “netos” tenham acesso aos recursos que, para o Comitê Financeiro fora destinado. Assim, os demais candidatos – se não for empresários e consigam patrocinadores por fora, ou mesmo banquem suas candidaturas, dificilmente lograrão êxito, ou seja, dificilmente será eleito. O recrutamento parlamentar e o acesso a cargos eletivos no contexto da nova República, até o presente, não tem se constituído por meio de disputas que privilegiem minimamente a concorrência equitativa e equilibrada entre os agentes. Dentre tantos outros fatores que contribuem para a eleição de um candidato, sustento que o capital econômico e o capital político-familiar, ainda, constituem-se como mecanismos de distinção fundamental ao acesso destas arenas de representação política.

Tenho demonstrado de que forma os agentes das famílias políticas e das novas famílias políticas são aqueles que seus familiares ou eles próprios controlam partidos e o maior fluxo de recursos econômicos das empresas, conseqüentemente são também aqueles que possuem um patrimônio considerável declarado, mesmo observando defasem nas declarações no que diz respeito aos bens declarados e sua relação com o valor venal de mercado. Nesse sentido, no próximo capítulo, estabeleço a relação entre o capital econômico e o *capital político familiar*. O patrimônio declarado dessas famílias e a herança política dos agentes que atualmente dominam as principais posições no campo político da Paraíba.

### **3.4. A FORÇA DO CAPITAL ECONÔMICO E DO CAPITAL POLÍTICO-FAMILIAR**

A inserção no campo de representação política da Paraíba tem se constituído por meio de dois tipos de capitais: econômico e político-familiar. A ausência de tais capitais, se não impossibilita, torna-se pouco provável, mais difícil o acesso dos agentes desprovidos de tais capitais ao poder representativo no Estado e aos cargos de melhores salários fornecidos por esta instituição. Os ‘nomes’ e ‘sobrenomes’ de famílias políticas funcionam como capital simbólico do grupo que, para além de um símbolo, funciona como um título que materializa histórias e gerações.

De forma significativa esses capitais têm garantido – quando associado ao capital cultural – o acesso às instituições do Estado. Por meio deles, encobre-se a gênese histórica dos processos de dominação, fazendo-se crer que os “privilégios injustos” de determinados agentes justificam-se pelo “mérito pessoal”, ou seja, que os indivíduos que ocupam as melhores posições dentro do campo político “nasceram” capazes e com “dons” que lhes permitem ocupar tais cargos. Esquecem, portanto, que “os privilegiados” necessitam distorcer, falsear o mundo social pela ideologia do mérito, para se manterem na posição que historicamente assumiram. A reprodução de tal lógica de dominação só é possível graças a um intenso processo de violência simbólica perpetrado com o consentimento, muitas vezes, mudo, dos excluídos. É por conta disso que os privilegiados são detentores de cartórios, rádios, partidos, empresas, do que se decide nos tribunais e nas casas de representação política. Quase sempre os melhores e mais bem pagos salários públicos e aposentadorias pertencem a esses agentes.

Quanto mais o agente tiver vinculado e/ou pertencente ao núcleo dessas famílias políticas, maior será a chance de exercer cargo de comando nos postos superiores da administração pública. Pautadas na “ideologia do mérito” e das “competências”, as famílias políticas justificam a ocupação em cargos, por parte dos seus herdeiros e/ou parentes, nos melhores postos de representação e cargos de comando. Assim, camuflam um dos modos de reprodução social essencial desses grupos que é a transmissão direta de capitais entre as gerações. Capitais esses objetivados através das transferências de “títulos” de propriedades e na transferência de título “nome de família”, este como símbolo fundante da política na Paraíba. Em quadro anterior descrevi que apenas poucas famílias, menos de 20, desde o

processo de redemocratização, revezam-se no poder. Mais que isso, há famílias que ocupam os melhores cargos do Estado e os mais bem pagos, desde o início da formação da República, e algumas remontam ao período do império. Muitos carregam consigo, além do “sobrenome”, o patronímico diz-se de nome antropônimo formado do nome do pai ou de nome de ascendente. Na Paraíba, isto é mais que “natural” entre os que disputam os espaços de representação e poder político utilizar e fazer referência aos seus ascendentes políticos. São sobrinhos, filhos e netos que trazem como herdeiros o “nome e sobrenome”, cita-se aqui: Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto, Benjamin Gomes Maranhão Neto, Efraim de Araújo Morais Filho, Vital do Rêgo Filho, Ruy Carneiro, dentre outros.

O quadro 4, ainda apresenta o patrimônio declarado<sup>142</sup> pelas 20 (vinte) famílias que, aproximadamente, dominam a política da Paraíba, desde o processo de democratização, e que ocupam cargos de representação política nos poderes legislativo, federal e/ou estadual, nas duas últimas legislaturas que tiveram “familiares” e “parentes” inseridos nessas arenas de disputa e/ou governando o Estado desde o processo de redemocratização. São famílias políticas e as novas famílias políticas que adentraram no campo político por meio do capital econômico e/ou do capital político-familiar. Trata-se de duas classificações: 1) famílias políticas – são aquelas que ocupam cargos públicos eletivos e de representação, bem como cargos de comando, há mais de meio século no Estado, algumas remontam ao império, como é o caso da família Maia-Mariz e Maranhão. 2) as novas famílias políticas são as que adentraram no campo político, no período de redemocratização, sob a força do capital econômico e passaram a construir quadros por meio do *parentismo político* para os cargos eletivos e de representação política municipal e estadual, estas podem ser exemplificadas pelas famílias: Gouveia, Santiago, Roberto, Feliciano, dentre outras.

Os dados fornecidos pelo TSE (2016) apresentam certos limites no que diz respeito ao patrimônio declarado por estas famílias. O candidato informa os bens móveis e imóveis, além de capital investido em contas correntes e/ou poupança, títulos de investimento e capitalização, dentre outros<sup>143</sup>. Os bens imóveis (apartamentos, casas, terrenos, lotes,

<sup>142</sup> Ver declaração do patrimônio de cada candidato. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2014/sistema-de-divulgacao-de-candidaturas>. Acesso em 25/02/2016.

<sup>143</sup> Os dados fornecidos pelo TSE (2016) nos possibilita pensar sobre as questões relacionadas à tributação no país. Tendo em vista o “discurso hegemônico e falacioso”, em parte, de que “pagamos muitos impostos”, a pesquisadora Grazielle Custódio David, aponta-nos em um de seus artigos publicados, que a injustiça fiscal no país deve-se ao nosso modelo de tributação em que as rendas do trabalho são submetidas à cobrança de imposto de acordo com uma tabela progressiva com quatro tipos de alíquotas (7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%), enquanto nas *rendas do capital* a tributação é mínima, na ordem de 6%. As rendas decorrentes da distribuição de lucros e dividendos são isentas de Imposto de Renda e os ganhos financeiros ou de capital possuem alíquotas

fazendas, sítios, loteamentos, quadras, dentre outros), em sua maioria, referem-se ao preço que foi adquirido, o que impossibilita saber o valor venal de mercado do bem atualmente<sup>144</sup>, ou seja, são declarações que, de longe, aproximam-se dos valores reais em patrimônio que estas famílias possuem.

A título de ilustração: Aguinaldo Ribeiro Veloso Borges declara possuir lotes 03, 04 e 05 QD. L loteamento Itararé, no bairro do Catolé, Campina Grande, R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), 05 (cinco) apartamentos - Europa Flat Residencial nº(s) 103s, 207n, 203s, 3011/s e 4021/n Av. Cajazeiras, 349, Manaíra, João Pessoa – PB, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais cada). José Targino Maranhão declara que possui: 01 casa na Av. Epitácio Pessoa, 165, Araruna-PB, no valor de R\$ 6.939,72 (seis mil, novecentos e trinta e nove reais e setenta e dois centavos); 01 casa no Parque Sólon de Lucena, 671, Centro, João Pessoa-PB, no valor de R\$ 55.517,82 (cinquenta e cinco mil, quinhentos e dezessete e oitenta e dois centavos). Rômulo Gouveia: um apartamento localizado na Rua Vigário Calixto s/n Bloco-B, n.104, no valor de R\$ 35.281,30 (trinta e cinco mil, duzentos e oitenta e um reais e trinta centavos). Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto: 01 Apto nº 1201 no Edifício Villa Blanca Residence, na Rua Desembargador Trindade, Campina Grande - PB no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais)<sup>145</sup>.

---

exclusivamente inferiores àquelas cobradas sobre a renda do trabalho. O Brasil está entre os países que têm um dos mais baixos impostos sobre patrimônio. A arrecadação com impostos sobre patrimônio, atualmente, está na faixa de 3%. A média mundial é entre 8 e 12. Ou seja, faz-se necessário um estudo entre a nossa classe política e a relação com o dispêndio que esta tem para com a carga tributária. O fato de pertencerem a famílias políticas que historicamente detêm volumosos recursos econômicos e atuam em sua grande maioria no ramo empresarial acredita-se que este seja um dos elementos que dificulta reformas substantivas que possibilitem maior distribuição do bolo tributário. Estes agentes, em sua grande maioria, representantes de empresas, conforme visto, apenas ratificam no Congresso Nacional os interesses familiares e os interesses dos agentes econômicos que representam. Sobre injustiça fiscal no país ver: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2016/fevereiro/impostos-o-leao-que-mia-para-os-super-ricos>. Acesso em 20/12/2015

<sup>144</sup> Esta é uma prática comum dos declarantes em todo o território do Brasil. Algo que precisa de pesquisa e aprofundamento, ou seja, necessita ser estudado e analisado, pois, se, por um lado, declaram possuir bens imóveis, por outro, estas declarações distanciam-se, quase sempre, do valor venal do mercado de bens de imóvel. Para tal prática, tenho duas hipóteses: 1) que o “valor real” do imóvel incide, dentre várias outras variáveis, sobre o bem e, conseqüentemente, para o proprietário um valor mais elevado, consiste em uma elevação do valor pago em impostos, em imóveis (casas, apartamentos etc) tenderia a pagar um valor mais elevado do IPTU; 2) É que o valor abaixo do mercado declarado pelos proprietários no ordenamento jurídico brasileiro é possível, pois aceita-se a auto declaração, sem necessariamente checar a declaração, esta é regida pelo princípio da boa fé-objetiva. O que induz a afirmação de que, ao vender o bem, o proprietário, de toda forma, “terá” que declarar o preço real vendido aos órgãos de controle do Estado. Ou seja, terá que pagar o imposto sobre ganho de capital. Porém, e a 3) hipótese: dificilmente estas famílias se desfazem do patrimônio adquirido. Pelo contrário, os altos salários, regalias e “privilégios” adquiridos no Estado, quase sempre, permitem uma maior acumulação de patrimônios. Isto significa que os bens serão transmitidos, porém, pela via da herança. E a herança, na maioria dos Estados da federação, não é um imposto regulamentado. Da mesma forma que o Congresso Nacional ainda não regulamentou o imposto sobre grandes fortunas, embora esteja escrito no texto constitucional.

<sup>145</sup> Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2014/sistema-de-divulgacao-de-candidaturas>. Acesso em 28/01/2016.

Tais declarações, junto ao TSE, referindo-se ao patrimônio adquirido por estes agentes, sinalizam apenas o que eles possuem enquanto bens, porém, não permitem avaliar monetariamente os valores reais dos mesmos. O valor apresentado, como mencionado, distancia-se muito do real valor de mercado. São bens que valeriam, no mínimo, 08 ou 10 vezes mais que o valor apresentado, o que nos leva a induzir que o patrimônio dessas famílias são superiores aos valores declarados. Assim, o patrimônio declarado ao TSE, em 2014, por Aguinaldo Veloso Borges, referente a um patrimônio na ordem de R\$ 5.890.360,73 (cinco milhões, oitocentos e noventa mil, trezentos e sessenta reais e setenta e três centavos), se calculados seus bens de acordo com o valor atual de mercado, pode-se chegar à ordem de trinta ou quarenta milhões de reais. Esta projeção pode ser feita em relação ao patrimônio declarado de todos os demais agentes políticos da “Nova República”. Ou seja, atualmente é muito pouco provável que alguém se desfaça de um lote no bairro do Itararé, Campina Grande, por R\$ 8.000,00 (oito mil reais), principalmente por ser um dos bairros mais valorizados do município em que o metro quadrado de área construída varia de R\$ 3,7 (três mil e setecentos reais) a R\$ 5,7 (cinco mil e setecentos reais)<sup>146</sup>.

Convém acrescentar que o quadro 4 nos informa a herança política desses agentes, bem como o patrimônio declarado dos membros do grupo familiar que ocupam cargos públicos eletivos e representativos, não apresentando, portanto, a inserção de outros familiares em instâncias estratégicas de poder e de altos salários em instituições como Tribunais de Contas<sup>147</sup> e Cartórios<sup>148</sup>. O cargo de conselheiro de Tribunal de Contas é aquinhado com

---

<sup>146</sup> Ver: Instituto Brasileiro de Estudos Financeiros e Imobiliários. Metro quadrado do imóvel em Campina Grande Custa até R\$ 5,7 mil. Disponível em: <http://www.ibrafi.org.br/2015/09/metro-quadrado-do-imovel-em-campina-grande-custa-ate-r-57-mil/>. Acesso em 29/01/2016.

<sup>147</sup> Nos termos do art. 71, II, da Constituição da República, o Tribunal de Contas tem a função de julgar as contas dos gestores responsáveis pelo ordenamento de despesa, em parâmetros técnicos, conforme disposição de normas constitucionais e legais. Os Tribunais de Contas, enquanto órgãos de controle, são constituídos por conselheiros que, muitas vezes, são ex-políticos ou parentes de políticos. Em levantamento realizado pela Transparência Brasil e divulgado em relatório revela que dos 238 integrantes/conselheiros dos 34 Tribunais de Contas do país (incluindo aqui os Tribunais de Contas da União, Estados e Municípios como Bahia, Ceará, Goiás e Pará, e os dois Tribunais de Contas de capitais estaduais: Rio de Janeiro e São Paulo) 230 conselheiros foram políticos ou agentes públicos que trabalharam na condição de secretários de Estado ou de município (deputado estadual, secretário estadual, vereador, prefeito, secretário municipal, deputado federal, senador, vice-prefeito, vice-governador). Isto só confirma que o *capital político-familiar* importa. Observa-se que participar enquanto agente da vida política, através de cargos eletivos, configura-se em uma estratégia fundamental à ocupação e acesso de cargo nos Tribunais. Embora, em termos normativos, a assunção ao cargo de conselheiro seja disciplinado através dos Art. 71-75 da Constituição Federal pelas pré-qualificações formais, tais como “idoneidade moral”, “reputação ilibada” e “notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública”, na dimensão fática constata-se que todas essas pré-qualificações se subordinam as ingerências políticas. “A indicação política torna-se a regra na escolha dos conselheiros, o que faz com que as votações nas assembleias, nas Câmaras e no Congresso sejam, quase sempre, jogos de cartas marcadas”. Ver: BRASIL. Constituição (1998). Seção IX. Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária. In: **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, Senado, 1988. Cf. TRANSPARÊNCIA

vantagens consideráveis. Além do salário, tem-se também as gratificações, auxílio-alimentação, prerrogativa de nomear funcionários comissionados e vitalidade no cargo (com aposentadoria compulsória aos 70 anos). No Tribunal de Contas da União – TCU – os conselheiros são designados Ministros e têm o mesmo status dos integrantes do Superior Tribunal de Justiça. Atualmente um conselheiro do TCE-PB recebe remuneração de R\$ 30.471,10 (trinta mil reais quatrocentos e setenta e um e dez centavos) somando-se às gratificações e ao abono permanência, tem um salário bruto na ordem de R\$38.393,59 (trinta e oito mil reais, trezentos e noventa e três e cinquenta e nove reais) e líquido R\$26.269,29 (vinte e seis mil reais duzentos e sessenta e nove e vinte nove centavos)<sup>149</sup>.

O mapeamento acerca dos conselheiros do TCE-PB e do controle dos Cartórios demonstraria, ainda mais, o peso e a estrutura de poder político e econômico montado por estas famílias no Estado. É possível identificar o quanto essas instituições são controladas por familiares pertencentes à elite política historicamente dominante no Estado. Sem querer aqui fazer uma investigação aprofundada do Tribunal de Contas do Estado e dos Cartórios, vê-se que da família Cunha Lima apresentam-se dois representantes no TCE-PB: Fernando Rodrigues Catão<sup>150</sup> e Arthur Paredes Cunha Lima<sup>151</sup>. Soma-se a isso, o fato de que essas famílias também controlam outras instituições de altos salários. Um dos principais e maiores cartórios do município de Campina Grande está sob o controle desta família<sup>152</sup>.

Em Guarabira, no Brejo paraibano, os cartórios estão também sob o controle de famílias políticas: Toscano<sup>153</sup> e Paulino<sup>154</sup>. Em Patos, município no qual a família Mota-

BRASIL. PAIVA, Natália & SAKAI, Juliana. **Quem são os conselheiros dos Tribunais de Contas**. Abril, 2014, p. 02.

<sup>148</sup> Para visualizar a relação dos proprietários de cartórios no Estado da Paraíba consultar o site do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Disponível em: [http://www.cnj.jus.br/corregedoria/justica\\_aberta/bibliotecas/mpdf/includes/out.php](http://www.cnj.jus.br/corregedoria/justica_aberta/bibliotecas/mpdf/includes/out.php). Acesso em 29/01/2016.

<sup>149</sup> Disponível em: [http://portal.tce.pb.gov.br/aceso\\_a\\_informacao/folha-de-pagamento/](http://portal.tce.pb.gov.br/aceso_a_informacao/folha-de-pagamento/). Acesso em 29/02/2016.

<sup>150</sup> Nomeado pelo seu sobrinho, atual senador, à época governador do Estado, Cássio Rodrigues da Cunha Lima (PSDB).

<sup>151</sup> Arthur Cunha Lima foi escrevente do cartório de Notas, Registros e Escrituras Ivandro Cunha Lima de 1968 a 1970. Quando seu primo Ronaldo José da Cunha Lima esteve à frente do governo do Estado, Arthur foi secretário de Administração (1991 a 1994). Antes de assumir o cargo de conselheiro do TCE-PB, foi deputado estadual por três legislaturas consecutivas, eleito nos anos de 1998, 2002 e 2006; Presidente da Assembleia Legislativa para o biênio 2007/2009. Nesse período, chegou a ocupar o cargo de governador.

<sup>152</sup> Trata-se do Cartório 1º Tabelionato de Notas e Anexos. Nome Fantasia: SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL IVANDRO CUNHA LIMA, com CNPJ: 09.365.529/0001-83, CNS: 07.154-8. Nome do Titular: Ivandro Moura Cunha Lima. Nome do Substituto suas herdeiras: IVANA BORBOREMA CUNHA LIMA / MARTA CUNHA LIMA DE OLIVEIRA. Data Instalação: 31/3/1828. Data Atualização: 19/11/2008. Atribuições e atividade: Notas, Protesto de Títulos, Registro de Imóveis. Ed. Nenzinha Cunha Lima, Centro, Campina Grande. Disponível em: <http://cartorionobrasil.com.br/cartorio-na-paraiba/cartorio-em-campina-grande-paraiba-1-notas-e-anexos/>. Acesso em 29/01/2016.

<sup>153</sup> Nome Oficial: 2º Tabelionato de Notas e Anexos. Nome Fantasia: Cartório TOSCANO DE SALES. CNPJ: 09.321.415/0001-3. CNS: 07.220-7. Nome do Titular: WARDÍRIA TOSCANO DE SALES. Nome do

Wanderley controla os cargos políticos e se reveza no poder, além de controlar as rádios e os diversos cargos do município, também está presente no que diz respeito aos cartórios. É possível identificar que o 2º Tabelionato de Notas e Anexos está sob o comando do titular Dinaldo Medeiros Wanderley e o substituto Gustavo Guedes Wanderley<sup>155</sup>. Um cartório que abrange, além de Patos, diversos outros municípios da região. Em Sousa, município da Paraíba, controlado pela família Gadelha-Pires, também não fica de fora da regra, ou seja, familiares de políticos serem “proprietários” de cartórios. O 1ª Tabelionato de Notas e Anexos tem como titular Terezinha Gadelha Abrantes e como herdeiros os substitutos Maurício Abrantes Soares e Vitor Gadelha Abrantes<sup>156</sup>. Poderíamos aqui listar a relação dos cartórios e os familiares de agentes políticos nos 223 municípios do Estado. Porém, não é este o nosso objetivo.

Os dados fornecidos pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, contidos no relatório de arrecadação dos cartórios destaca que o somatório da arrecadação bruta referente ao segundo semestre de 2015, informados pelas serventias, foi de R\$ 70.146.598, 08 (setenta milhões cento e quarenta e seis mil quinhentos e noventa e oito reais e oito centavos) no Estado da Paraíba<sup>157</sup>. Vale destacar que até bem pouco tempo o Supremo Tribunal estava para julgar se o teto constitucional, aos quais todos os servidores públicos estão submetidos, é aplicável à remuneração de substitutos (interinos) designados para o exercício de função

---

Substituto: GARIBALDI CORREIA DE SALES FILHO. Data Instalação: 23/4/1958. Data Atualização: 1/12/2008. Disponível em: <http://cartorionobrasil.com.br/cartorio-na-paraiba/cartorio-em-guarabira-paraiba-2-notas-e-anexos/>. Acesso em 29/01/2016.

<sup>154</sup> Nome Oficial: 3º Tabelionato de Notas. Nome Fantasia: CARTÓRIO FÁTIMA PAULINO. CNPJ: 08.583.882/0001-77. CNS: 06.918-7. Nome do Titular: MARIA DE FÁTIMA DE AQUINO PAULINO. Nome do Substituto: ROBERTA DE AQUINO PAULINO. Data Instalação: 10/3/1988. Data Atualização: 6/11/2008. Área de abrangência: Município de Guarabira. Atribuições e atividade: Notas. Disponível em: <http://cartorionobrasil.com.br/cartorio-na-paraiba/cartorio-em-guarabira-paraiba-3-tabelionato-de-notas/>. Acesso em 29/01/2016.

<sup>155</sup> Nome Oficial: 2º Tabelionato de Notas e Anexos. Nome Fantasia: Cartório DINAMÉRICO WANDERLEY. CNPJ: 09.308.966/0001-65. CNS: 07.247-0. Nome do Titular: DINALDO MEDEIROS WANDERLEY. Nome do Substituto: GUSTAVO GUEDES WANDERLEY. Data Instalação: 26/12/1985. Data Atualização: 3/12/2008. Área de abrangência: Municípios de Patos, Areia de Baraúnas, Cacimba de Areia, Passagem, Quixaba, Santa Terezinha, Salgadinho, São José do Bonfim e São José de Espinharas. Disponível em: <http://cartorionobrasil.com.br/cartorio-na-paraiba/cartorio-em-patos-paraiba-2-notas-e-anexos/>. Acesso em 29/01/2016.

<sup>156</sup> Nome Oficial: 1º tabelionato de notas e anexos. Nome Fantasia: CARTÓRIO FRANCISCO PEREIRA GADELHA. CNPJ: 09.318.809/0001-30. CNS: 07.332-0. Nome do Titular: TEREZINHA DE LISIEUX GADELHA ABRANTES. Nome Substituto: MAURÍCIO ABRANTES SOARES E VÍTOR GADELHA ABRANTES. Data Instalação: 26/5/1814. Data Atualização: 6/11/2008. Área de abrangência: Município de Sousa. Atribuições e atividade: Notas Registro de Imóveis. Registro de Títulos e Documentos. Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Disponível em: <http://cartorionobrasil.com.br/cartorio-na-paraiba/cartorio-em-sousa-paraiba-1-notas-e-anexos/>. Acesso em 29/01/2016.

<sup>157</sup> Ver os valores de arrecadação realizado pelos cartórios do Estado da Paraíba e fornecidos pelo Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: [http://www.cnj.jus.br/corregedoria/justica\\_aberta/](http://www.cnj.jus.br/corregedoria/justica_aberta/)?. Acesso em 29/01/2016.

notarial e registral. Os salários dos titulares de cartórios e substitutos equivalem aos salários de ministros e de governadores de Estado. Principalmente nos cartórios dos principais municípios do Estado onde a arrecadação é bem superior às arrecadações dos cartórios dos municípios de pequeno porte.

**Quadro 4** – Família, patrimônio e parentesco no Estado da Paraíba.

<b>NOMES</b>	<b>CARGO</b>	<b>BENS /PATRIMÔNIO DECLARADO (TSE)</b>	<b>ANO DA DECLARAÇÃO</b>	<b>PARENTESCO</b>
<b>FAMÍLIA RIBEIRO</b>				
<b>AGUINALDO RIBEIRO VELOSO BORGES</b>	Deputado federal	R\$ 5.890.360,73	2014	De tradicional família política, Aguinaldo Ribeiro Veloso Borges e Daniella Velloso Borges Ribeiro são bisnetos de Ermelinda Ribeiro irmã de Cel. Salvino Figueiredo. Salvino é o pai de Argemiro Figueiredo e de Vicentina Figueiredo. Esta casada com Major Veneziano Vital do Rêgo, portanto, avós do Atual deputado federal Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto e do atual Ministro do Tribunal de Contas da Paraíba Vital do Rêgo Filho. Os avós paternos de Aguinaldo Ribeiro e de Daniella Ribeiro são: Pedro Vaz Ribeiro conhecido como Sindô Ribeiro e Áurea Moura Ribeiro. Seu pai Aguinaldo Ribeiro foi deputado estadual (1975-1977), Prefeito de Campina Grande (1977-1983); Deputado estadual Constituinte (1987-1991), deputado federal (1995-1999; 1999-2003; 2003-200) É de uma tradicional família que atuou na região de Campina Grande no comércio do Algodão. Enivaldo Ribeiro, seu pai, foi prefeito de Campina Grande e deputado federal, por três mandatos. Sua mãe Virgínia Veloso Borges é atualmente prefeita de Pilar-PB. Virgínia é filha do usineiro, latifundiário e ex-deputado estadual Aguinaldo Veloso Borges, de quem o atual deputado é herdeiro político herda o patronímico. Aguinaldo Ribeiro e Daniella são sobrinhos-netos de Virgínio Veloso Borges. Este primo de José Américo de Almeida. Virgínio Veloso Borges foi um dos fundadores da Fábrica de Tecidos de Tibiri, proprietário da Fábrica de Tecidos Deodoro no Rio de Janeiro. Diretor do Sindicato das Indústrias e Tecelagem do Estado do Rio e membro do Conselho do Comércio e Indústria do Brasil no Exterior. Com o apoio de seu primo José Américo, Virgínio Veloso Borges foi eleito senador e o outro primo de José Américo – Gratuliano Brito - eleito deputado federal e para a Interventoria o Partido elege, sob a indicação de José Américo, Argemiro de Figueiredo. Cel. Salvino Figueiredo é irmão da bisavó de Aguinaldo Veloso Borges e de Daniella Ribeiro. Cf. ZENAIDE, Hélio Nóbrega. A maçonaria na Paraíba. In: <b>Anais dos Ciclos de Debate sobre a Paraíba na</b>
<b>DANIELLA VELLOSO BORGES RIBEIRO</b>	Deputada Estadual	R\$ 125.000,00	2014	
<b>VIRGINIA MARIA PEIXOTO VELOSO BORGES</b>	Prefeita de Pilar	R\$ 217.389,29	2012	

**Participação dos 500 anos do Brasil.** João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura do Estado, 2000, p. 311.

### FAMÍLIA MARANHÃO

<b>JOSE TARGINO MARANHÃO</b>	Senador	R\$ 8.830.629,26	2014	<p>Tradicional Família política. Maranhão é um nome, um tronco familiar que participa da vida da Paraíba e do Nordeste desde a era colonial com forte presença de Jerônimo Albuquerque, cujo sobrenome vem da terra que conquistou e governou. Logo após a expulsão dos holandeses, aparece um Albuquerque Maranhão à frente da capitania, empenhado no esforço de restauração da economia e da administração. Governa o Estado de 1657 a 1663. Durante a monarquia eles constituem presença frequente na lista de governadores, mudando de João para André, para Afonso, nomes que, com o tempo, alternam-se da crônica política para as atividades produtivas da Paraíba, em Pernambuco ou Rio Grande do Norte. [...] No registro do historiador José Octávio de Arruda Mello, escrevendo para o suplemento especial, dedicado pelo centenário A União à posse de Antônio Mariz e José Targino Maranhão no governo do Estado, afirma Mello <i>Apud</i> Rodrigues e Castro (2006) que elementos de sobrenome Maranhão Targino e Pereira da Costa já aparecem nos fatos políticos e sociais de Araruna ao longo do Império (...). “O proprietário e negociante Targino Pereira da Costa figura entre os subscritores do documento que, em 1871, pleiteava a criação de uma vila na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Povoação de Araruna, antigo termo e Comarca de Bananeiras.” José Targino Maranhão é um desses políticos pertencentes e herdeiros das propriedades de sisal. José Maranhão é filho de Benjamin Maranhão, conhecido por Beja Maranhão, proprietário que enriquecera com a comercialização da fibra do sisal, além da dedicação à pecuária. José Maranhão é herdeiro de Benjamim Gomes Maranhão, ou simplesmente, Beja Maranhão (ex-prefeito de Araruna, ex-deputado estadual e grande proprietário de terra e produtor de sisal) e de Benedita Targino Maranhão (Dona YaYá), esta irmã de José Targino. José Targino, foi Governador do Estado, ocupando a vaga de Oswaldo Trigueiro. Este que fora eleito em 1947 ficando no cargo até 1950, quando renunciou para se candidatar a Deputado federal, deixando o Estado sob o comando de José Targino. Este fora político de família tradicional de Araruna, udenista, que pertencia e seguia as orientações políticas na década de 1940 de Argemiro de Figueiredo. Benjamin Gomes Maranhão Neto tem o nome patronímico em referência ao avô. José Targino Maranhão foi deputado estadual, deputado federal, senador, vice-governador e governador do Estado da Paraíba em três ocasiões. Atualmente é senador da República pelo PMDB (2015-2023), foi eleito com apoio da família Vital-Rêgo, herdeiros político de Pedro Gondim e de Argemiro de Figueiredo, tendo como suplente a filha de Pedro Gondim – Nilda Gondim, mãe de Veneziano Vital do Rêgo Segundo</p>
<b>BENJAMIN GOMES MARANHÃO NETO</b>	Deputado federal	R\$ 1.419.508,69	2014	
<b>OLENKA TARGINO MARANHÃO PEDROSA</b>	Deputada Estadual (Suplente)	R\$ 832.684,24	2014	
<b>WILMA TARGINO MARANHÃO</b>	Prefeita de Araruna	R\$ 1.119.946,74	2012	

Neto e de Vital do Rêgo Filho. Ver: RODRIGUES, Gonzaga e CASTRO, Ângela Bezerra de. **José Maranhão: uma vida de coerência.** São Paulo, Paz e Terra, 2006, p. 21.

#### FAMÍLIA FELICIANO

<b>ANA LÍGIA COSTA FELICIANO</b>	Vice-governadora	R\$ 3.195.406,67	2014	A família Feliciano, embora não sendo como as demais, uma família política tradicional, inseriu-se no campo político, assim como a família Santiago, por meio do expressivo volume de capital econômico que possui. Esse fenômeno pode ser estendido até certo ponto para a família Roberto. O que difere da família Gouveia que está atrelada historicamente ao grupo Cunha Lima, pertencente à parentela desta.
<b>DAMIÃO FELICIANO DA SILVA</b>	Deputado federal	R\$ 1.235.988,27	2014	

#### FAMÍLIA MORAIS

<b>EFRAIM DE ARAÚJO MORAIS</b>	Candidato ao Senado 2010	R\$ 2.550.576,00	2010	Filho de Inácio Bento de Moraes e Joana de Araújo Moraes. Efraim de Araújo Moraes é casado com Ângela Ventura Moraes. Efraim foi deputado estadual por dois mandatos. Deputado federal por dois mandatos e senador pelo Estado da Paraíba. O filho traz no nome o patronímico em referência ao pai. É também neto, pelo lado materno, do ex-deputado estadual João Feitosa, irmão de Inácio Feitosa, sogro do empresário campinense Newton Rique. João Feitosa teve suas raízes fincadas em Monteiro, no cariri ocidental paraibano. Seu avô por parte de pai, Inácio Bento de Moraes, também ex-deputado estadual e cidadão de Santa Luzia. Em 2006 foi eleito deputado federal pelo PFL, atual DEM e reeleito quatro anos depois.
<b>EFRAIM DE ARAÚJO MORAIS FILHO</b>	Deputado federal	R\$ 893.609,42	2014	
<b>JOSE ADEMIR PEREIRA DE MORAIS</b>	Prefeito de Santa Luzia	R\$ 220.213,17	2012	

**FAMÍLIA MOTA**

<b>HUGO MOTA WANDERLEY DA NOBREGA</b>	Deputado federal	R\$ 498.458,05	2014	Em Patos, o deputado federal Hugo Mota Wanderley da Nóbrega é herdeiro do avô paterno, o ex-prefeito de Patos, Nabor Wanderley (pai do ex-prefeito e atual deputado estadual Nabor Wanderley Filho), do avô materno, o ex-deputado federal Edvaldo Fernandes Mota e da avó materna, a Ex-deputada, por cinco mandatos, e atual prefeita de Patos Francisca Mota. A família Mota e Nóbrega são herdeiras dos Satyro e Sousa. Cf. FERNANDES, Flávio Sátyro. Ernani Sátyro: sementes de uma vida pública. In: MELLO, José Octávio de Arruda (Org.) <b>História &amp; debate na Assembleia da Paraíba</b> . João Pessoa-PB, Editora União, 1996, p. 375-431. (Coleção Perfis Parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba – VOLUME I)
<b>DINALDO MEDEIROS WANDERLEY FILHO</b>	Deputado estadual	R\$ 395.719,95	2014	
<b>NABOR WANDERLEY DA NOBREGA FILHO</b>	Deputado estadual	R\$ 203.080,37	2014	
<b>FRANCISCA GOMES ARAUJO MOTA</b>	Prefeita de Patos	R\$ 1.988.421,67	2012	

**FAMÍLIA CUNHA LIMA**

<b>Senador da República CASSIO RODRIGUES DA CUNHA</b>	Candidato a Governador	R\$ 874.430,46	2014	Herdeiros de João da Cunha Lima e Maria José da Cunha. João da Cunha Lima foi funcionário público e deputado estadual. Desta união nasceu Demóstenes da Cunha Lima que se casaria com Francisca Bandeira da Cunha Lima. Ambos da cidade de Guarabira, município situado no Brejo do Estado. Esta filha de Floro Pereira de Mouro e Alcira Bandeira de Moura. A família de Francisca Bandeira era detentora de engenho em Guarabira. Demóstenes seu pai foi Prefeito
---	------------------------	----------------	------	---

<b>LIMA</b>				Municipal, por designação, em dezembro de 1937, do então Interventor do Estado, Argemiro de Figueiredo. Este acolheu a indicação do Cônego Francisco Bandeira Pequeno, tio de Francisca Bandeira, também vigário de Araruna, entre 1919-1940, e prefeito de Guarabira, de 1935-1937. Em 1940, substituído o interventor Argemiro de Figueiredo por Rui Carneiro, os prefeitos municipais foram todos mudados, em razão do que Demóstenes transferiu a família de Araruna para Campina Grande. Da união de Demóstenes e Francisca Bandeira da Cunha Lima, nasceram 11 filhos: Aloísio Cunha Lima, Ivandro Cunha Lima, Lúcio Cunha Lima, Zélia Cunha Lima, Fernando Cunha Lima, Roberto Cunha Lima, Marta Cunha Lima, Maria José Cunha Lima, Terezinha Cunha Lima, Renato Cunha Lima e Ronaldo José da Cunha Lima. Demóstenes é irmão de João da Cunha Lima, com a morte daquele este é quem passa ajudar nas despesas. Dos filhos de Demóstenes, três se destacariam no campo político: Fernando Cunha Lima, Ivandro Cunha Lima e Ronaldo José da Cunha Lima. O primeiro se tornaria um dos homens mais rico do Estado à época. Fernando Cunha Lima candidatou-se a deputado federal na década de 1970 recebendo o apoio do seu amigo ex-deputado federal, Abelardo Jurema, porém, não chega até o fim da eleição, pois foi assassinado no Rio de Janeiro. Ronaldo José Cunha Lima se tornará o grande nome político da família Cunha Lima ao lado de seu irmão Ivandro Cunha Lima, proprietário de cartório no município. Ronaldo é inserido na política com o apoio de Newton Rique – empresário campinense – quando se elege vereador; posteriormente pelo PTB, como apoio de Argemiro de Figueiredo, é eleito Deputado estadual (1962). Nesta eleição Ronaldo disputa os votos com os herdeiros sanguíneos de Argemiro: Petrônio Figueiredo e Manoel Figueiredo e Salvino Figueiredo. E da família Rêgo, o filho de Ernesto Heráclio do Rêgo, José Braz do Rêgo, representava a família; o seu primo, Antônio Vital do Rêgo, representava a família Vital na Câmara Federal, na condição de vice-líder da UDN. E Aguinaldo Veloso Borges, avô de Aguinaldo Ribeiro, também foi eleito deputado estadual. Dos Gadelha: Antônio de Paiva Gadelha. A família Maranhão também estava representada por José Targino Maranhão, eleito Presidente da Assembleia Estadual. O Governador do Estado era nessa legislatura o pai de Ozanilda Gondim, Pedro Gondim. Ronaldo Cunha Lima foi vereador de Campina Grande (1959-1963); Deputado estadual(1967-1967; 1967-1969); Prefeito de Campina Grande (1969; 1983-1999); Governador (1991-1994); Senador (1995-2003); Deputado federal (2003-2007). Ivandro Cunha Lima também será outro nome da família na política. Ivandro Cunha Lima casou-se com Walniza Borborema Cunha Lima. Desta união nasceram cinco filhos: Ivana Borborema Cunha Lima; Ivandro Moura Cunha Lima Filho; Anneliese Borborema Cunha Lima; Ivanhoé Borborema
<b>IVANDRO MOURA CUNHA LIMA</b>	2º Suplente de Senador	R\$ 3.456.485,01	2010	
<b>PEDRO OLIVEIRA CUNHA LIMA</b>	Deputado federal	R\$ 125.673,96	2014	
<b>ARTUR PAREDES CUNHA LIMA FILHO</b>	Deputado estadual	R\$ 140.000,00	2014	
<b>BRUNO CUNHA LIMA BRANCO</b>	Deputado estadual	R\$ 70.000,00	2014	
<b>TOVAR ALVES CORREIA LIMA</b>	Deputado estadual	R\$ 117.976,82	2014	
<b>ROMERO RODRIGUES VEIGA</b>	Prefeito de Campina Grande	R\$ 435.481,51	2012	

Cunha Lima e André Borborema Cunha Lima. Sua carreira política se deu na década de 1970, quando em 1974 foi eleito suplente de Senador juntamente com Rui Carneiro, assumindo o mandato em 1977 por decorrência da morte do titular. Foi deputado federal (1990-1994; 1994-1998) e presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, por indicação à época, de Tancredo Neves. Ronaldo José da Cunha Lima casa-se com Glória Rodrigues, filha de proprietário do proprietário de terras José Rodrigues. Desta união nascem: Ronaldo Cunha Lima Filho, atual vice-prefeito de Campina Grande, compôs a chapa do grupo com o sobrinho de Glória, Romero Rodrigues de quem é primo. Cássio Cunha Lima foi deputado federal por duas vezes (1986; 1994); Prefeito de Campina Grande, por três vezes (1988-1992; 1996-2000; 2000-2002); Superintendente da Sudene (1992-1994); Renuncia, em 2002, ao cargo de prefeito para concorrer ao governo do Estado. É eleito governador por duas vezes (2003-2009), quando afasta-se do cargo por abuso econômico. É cassado. Senador em 2010, mas só assume em 2011, devido ao trâmite processual da Lei Ficha Limpa. Em 2014 é candidato novamente ao governo do Estado quando perde a eleição para o atual governador Ricardo Coutinho. Atualmente ocupa uma vaga no Senado. Cássio Cunha Lima foi casado com a neta de Argemiro Figueiredo, com quem tem três filhos Diogo Cunha Lima, Marcela Cunha Lima e Pedro Oliveira Cunha Lima. Estes bisnetos de Argemiro Figueiredo.

#### FAMÍLIA VITAL-RÊGO

<b>VENEZIANO VITAL DO RÊGO SEGUNDO NETO</b>	Deputado federal	R\$ 287.955,90	2014	A família Vital-Rêgo é herdeira de uma tradicional família de latifundiários que se expandiram de Pernambuco a Paraíba. João Heráclio do Rêgo e Ana Rita de Araújo Pereira formam o casal fundador (1867). Destes nascem Ernesto Seridião de Araújo Rego e João Heráclio do Rêgo Filho. O primeiro casa-se com Antônia Umbelina de Albuquerque, prima do arcebispo de Olinda e Recife, dom frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira. O casal teve dez filhos, um dos quais recebeu o nome de José Vital do Rêgo, em homenagem ao primo arcebispo. Os demais filhos receberam o sobrenome Ernesto do Rêgo, à exceção de Ernesto Pompílio de Albuquerque Rêgo: Antônio Ernesto do Rêgo, Francisco Ernesto do Rêgo, Sebastião Ernesto do Rêgo, José Ernesto do Rêgo, Antônia Ernesto do Rêgo, Manuel Ernesto do Rêgo, Rita Ernesto do Rêgo e João Ernesto do Rêgo. João Heráclio do Rêgo Filho casa-se com Josefa Erundina Duarte, também conhecida por Josefa Erundina de Souza Vianna, originária de uma família de plantadores de café da então vila
<b>Senador da República VITAL DO RÊGO FILHO</b>	Candidato a Governador  (Atual Ministro do Tribunal de	R\$ 976.556,45	2014	

	Contas da União)			bonito, em Pernambuco. O casal teve ao menos doze filhos. Otaviano Basílio do Rêgo, Maria, José, Isaura, Dorotéia, Antônio, Francisco, Jerônimo, Josefina, Anália, Josefa e uma outra Maria: todos, à exceção do primeiro, portam o sobrenome Heráclio do Rêgo. Dos dez filhos de Ernesto Seridião e de Antônia Umbelina, José Vital do Rêgo e João Ernesto do Rêgo, desposaram suas primas, filhas de João Heráclio do Rêgo e Josefa Erundina, Maria Heráclio do Rêgo e Josefa Heráclio do Rêgo. O maior índice de endogamia foi dos filhos de Ernesto Seridião, pelo menos, quatro, de um total de dez, casaram-se com primos. Essa tendência foi, aliás, mais longe: dois outros filhos: Antônio Ernesto do Rêgo e Francisco Ernesto do Rêgo casaram-se na família Cavalcanti (esta é a família pertencente os Pessoa: João Pessoa e Epitácio Pessoa) e outros dois, Ernesto Pompílio e José, com duas irmãs oriundas de uma família de senhores de engenho de Nazaré da Mata, os Coutinho (família do mesmo tronco dos Ribeiro Coutinho de Santa Rita). De um total de dez, portanto, ao menos, oito filhos realizaram matrimônios cruzados. Observa-se, assim, a tendência, de um lado, a consolidar laços familiares e o patrimônio já existente e, de outro, a desenvolvê-los por alianças com outras famílias. No caso dos descendentes do segundo João Heráclio do Rêgo duas filhas casaram-se com primos; um filho, Otaviano Basílio, com um membro da família Albuquerque, a mesma da sua tia Antonina e da segunda esposa do seu avô, Blandina; outro, Francisco, casou-se com uma representante da família Moraes, proprietárias de engenhos em Nazaré da Mata; um terceiro Jerônimo, desposou uma jovem da família Lucena, originária do agreste de Pernambuco e dos Cariris Velhos da Paraíba. A figura que se destaca na segunda geração da família é João Heráclio do Rêgo, o filho. Um dos maiores proprietários de terra da fronteira entre Pernambuco e Paraíba. Na época, possuía mais de duas dezenas de fazendas, situadas em dois Estados e em várias localidades distintas, o que era uma forma de facilitar a gestão da terra e do gado e de reduzir os efeitos da seca. Observa-se que, mesmo hoje em dia, grande parte do patrimônio territorial da família é originário das propriedades por ele possuída e que foram desmembradas. João Heráclio do Rêgo morou durante muito tempo na Salinas, à época pertencente ao município de Cabaceiras, em 1875. João Heráclio do Rêgo era grande proprietário de Algodão, quando adquiriu as fazendas Vertentes, Espinho Preto, Varjão, Pau do Ronco, Gado Bravo, Serra Verde, Pirauá e Bengalas. Todas contíguas e englobadas posteriormente sob a denominação geral de Vertentes do Heráclio. Foi nomeado, em 29 de maio de 1891, Capitão do quarto esquadrão do décimo segundo corpo de Cavalaria da Guarda Nacional da Comarca de Bom Jardim. E na primeira década do século XX, passou a ser tratado de Coronel. Em 1898 comprou a fazenda Lagoa do Negro, em bom Jardim. Em 1903, foi a vez das
<b>OZANILDA GONDIM VITAL DO REGO</b>	1ª Suplente do senador José Targino Maranhão	R\$ 716.420,60	2014	

propriedades Poço Doce em Cabaceiras, e Cumbe, em Limoeiro. Em 1913 comprou as fazendas: Bento, Moita, e Pedra Branca em Cabaceiras/PB, Gangunco, Caiá e Barra da Onça, em bom Jardim. Em 1920, comprou as propriedades Castanho e Riacho do Meio e, em 1928, a Fazenda Campo de Boi, todas situadas em Campina Grande. Sua última aquisição foi a fazenda Bodopitá, também em Campina Grande. Fontes familiares indicam que o Coronel sempre estava a buscar e a comprar fazendas. Privilegiava dois métodos de aquisição: ou comprava a propriedade integralmente, como foi o caso das fazendas Cumbe, Castanho, Rio do Meio e Campo de Boi ou, como na maioria dos casos optava por adquirir, pouco a pouco, fazendas de tamanho médio ou pequeno, para reuni-las em uma só unidade: é o caso, por exemplo, da Fazenda Lagoa de Negro, adquirida em 1898, à qual se acrescentaram, em 1913, as propriedades Caiá, Barra de Onça e Estaca. O coronel João Heráclio do Rêgo, impossibilitado de gerir pessoalmente todas as suas propriedades, designava administradores para tanto. Escolheu os genros, à medida que as filhas foram casando, e os dois de seus filhos Otaviano Basílio do Rêgo e Jerônimo Heráclio do Rêgo. Foi o caso de seus sobrinhos e genros José Vital do Rêgo e João Ernesto do Rêgo. O primeiro, fundador do Ramo Vital do Rêgo, casado com sua prima Maria Heráclio do Rêgo e o segundo João Ernesto do Rêgo, do Ramo Ernesto do Rêgo, casado com sua prima Josefina Heráclio do Rêgo. João Heráclio do Rêgo, naquela época, investia na educação dos filhos. Seus filhos eram encaminhados ao Recife, ao Rio de Janeiro e mesmo a França. Antônio Heráclio do Rêgo e José Heráclio do Rêgo seguiram, assim, estudos de Medicina, no Rio de Janeiro (Antônio fez estudos de especialização França). Jerônimo Heráclio do Rêgo e Francisco Heráclio do Rêgo não se dispuseram a estudar e passaram a tomar conta das propriedades paternas. O patrimônio ampliou-se também quando seu sobrinho genro José Vital do Rêgo, que desposou sua prima Maria Heráclio, comprou as Fazendas Jardim e Caridade (esta última com a ajuda do seu sogro – João Heráclio do Rêgo Filho) em Campina Grande e em seguida herdou do sogro a fazenda Campo de Boi. Estabeleceu-se, assim, nesse município, onde assumiu os encargos de chefe político. Seu irmão Ernesto Pompílio, adotou estratégia distinta: casou-se com uma filha de senhor de engenho de Nazaré da Mata, em Pernambuco. Em 1900 adquiriu de uma tradicional família na cultura da cana-de-açúcar, os Dourado, o Engenho Cordeiro, uma das melhores propriedades da região. Na década de 1920 possuía quatro engenhos (São Francisco, Cordeiro, Limeira e Serraria) e uma fazenda (Guia), todos situados em Nazaré da Mata. Adquiriu também terras em Cabaceiras e em Salinas. Transformou seu prestígio econômico em prestígio político e em 1928, com a influência que tinha, conseguiu emancipar o distrito de Floresta dos Leões, do qual foi eleito o primeiro

prefeito. João Ernesto do Rêgo, também casado com uma prima, Josefa Heráclio do Rêgo (Josefina), comprou a fazenda Bom Jejum em Limoeiro a seu cunhado e primo Jerônimo Heráclio do Rêgo. E em vertentes comprou a propriedade Riacho da Topada. Francisco Heráclio do Rêgo foi outro grande formador do patrimônio da família. Não se identificando com as letras, passou a ajudar o seu pai na administração das propriedades. Comprava gado Mago, engordava na Fazenda Vertentes, e vendia por um preço bem superior. Francisco Heráclio do Rêgo casou-se com Virginia Xavier de Moraes, filha de Antônio Xavier de Moraes, proprietário do engenho Paji, em Nazaré da Mata, e de uma fazenda na Paraíba, vizinha de uma das propriedades de seu tio Ernesto Seridião. Virgínia era sobrinha do governador de Pernambuco, Herculano Bandeira. Em 1916, Francisco Heráclio do Rêgo adquire a fazenda Campo Grande, época em que é nomeado Tenente-coronel da Guarda Nacional. Em 1924, comprou os engenhos São Roque e Santa Cruz, em Bom Jardim, e sua fazenda mais importante, Varjadas – era apelidado o Leão das Varjadas – em Limoeiro. O último formador do Patrimônio pertencente a esta geração foi Jerônimo Heráclio do Rêgo, nascido em 1888, e casado com Josefa Pereira de Lucena, filha do comerciante, fazendeiro e chefe político do então distrito de Santa Maria do Cambucá, o coronel José Braz Pereira de Lucena. Instalou-se, posteriormente, em Limoeiro, onde com o auxílio de Francisco Heráclio do Rêgo passou a dirigir seu comércio, bem como contou com o apoio do primo Ernesto Pompílio e foi contemplado com a empreitada para construir uma parte da estrada de rodagem entre Limoeiro e o Recife. Ganhou quantia considerável de dinheiro e investiu na compra de uma fazenda naquele município. Passou a possuir também, em 1920, terras em Taquaritinga do Norte. A quarta geração da família deu continuidade à combinação de estratégias endogâmicas e exogâmicas características da geração precedente. O Ramo Vital do Rêgo, originários da união dos primos José Viltal do Rêgo e Maria Heráclio do Rêgo. Dois dos filhos desse casal, Veneziano Vital do Rêgo e Isolina Vital do Rêgo, contraíram núpcias com dois membros, uma irmã e um irmão, da família Figueiredo, de Campina Grande: Veneziano Vital do Rêgo casa-se com Vicentina Figueiredo e Isolina Vital do Rêgo com João Figueiredo. Trata-se, talvez, do ponto de vista político, da estratégia mais bem sucedida dessa geração, pois a família se aliou com Argemiro de Figueiredo (deputado estadual; Ex-governador/Interventor; deputado federal e senador pela Paraíba) – cunhado de Veneziano e Isolina – Governador e Interventor da Paraíba. Duas de suas outras filhas casaram-se em famílias de proprietários de terra de Campina Grande e a terceira conservou-se no celibatário. No Estado de Pernambuco, a família ocupou diversos cargos de representação política, a partir da década de 1920. O Cel. Francisco Heráclio do Rêgo

(prefeito de Limoeiro 1920-122). José Heráclio do Rêgo (Vereador e Prefeito em Limoeiro 1925-1928) Ernesto Pompílio de Albuquerque Rêgo (prefeito em Floresta dos Leões 1925-1928). Antônio Heráclio do Rêgo e José (Vereador em Iguarassu). José Braz Pereira de Lucena (Interventor em Limoeiro em 1933). Do Ramo de Otaviano Basílio do Rego – O Ramo Heráclio Duarte – Josefa Heráclio do Rêgo casou-se com Manoel Maximiano Duarte. Desta união, nasceu Otaviano Heráclio Duarte casou-se com Heráclio Duarte. Desta união, nasceu Maria do Carmo Heráclio Duarte casou-se com Marcos Vinícius Vilaça, Ministro do Tribunal de Constas da União e membro da Academia Brasileira de Letras. Taciana Cecília Duarte Vilaça, sua filha, é casada com José Mendonça Filho, deputado estadual e deputado federal e foi também vice-governador do Estado de Pernambuco. Os filhos do Cel. Francisco Heráclio do Rêgo, Heráclio Moraes do Rêgo foi deputado estadual e Federal por Pernambuco. O bisneto de Heráclio Moraes do Rêgo, Francisco Ricardo Heráclio do Rêgo foi deputado federal por Pernambuco. Além desses, vários outros se tornaram herdeiros políticos do Cel. Francisco Heráclio do Rêgo. Na Paraíba, a união das famílias do Cel. Vital do Rêgo e do Cel. Salvino Figueiredo, por meio do casamento entre os filhos destes coronéis, melhoraria a situação política graças, sobretudo ao apoio de Argemiro de Figueiredo. Veneziano Vital do Rêgo foi deputado por duas legislaturas em Pernambuco. Ernesto Heráclio do Rêgo, primo de Veneziano Vital do Rêgo, deputado estadual e prefeito de Cabaceiras e Boqueirão. José Braz do Rêgo, primo segundo de Veneziano Vital do Rêgo, filho de Ernesto Heráclio do Rêgo foi Deputado por três vezes e Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, nomeado por João Agripino (III). Antônio Vital do Rêgo filho de Veneziano Vital do Rêgo e de Vicentina Figueiredo, neto do Cel. José Vital do Rêgo, pela linha paterna e do Cel. Salvino Figueiredo pela linha materna, sobrinho de Argemiro de Figueiredo, foi deputado estadual e deputado federal pela Paraíba. Casado com Ozanilda Gondim, filha do ex-governador, ex-deputado federal da Paraíba Pedro Moreno Gondim. Atualmente a família se encontra representada na Câmara Federal por Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto, no Senado por Ozanilda Gondim, primeira suplente de Senador e no Tribunal de Contas da União – TCU pelo herdeiro Vital do Rêgo Filho, ex-deputado estadual, ex-deputado federal e ex-Senador pela Paraíba. **Sintetizando:** Argemiro era tio de Vital do Rego (o pai), este filho de Vicentina Figueiredo Vital do Rêgo (irmã de Argemiro). Os irmãos Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto e Vital do Rêgo Filho são netos de Major Veneziano e de Vicentina Figueiredo e também sobrinhos-netos de Argemiro Figueiredo. Os dois não herdaram o sobrenome, mas são netos do ex-governador Pedro Moreno Gondim, pai de Ozanilda Gondim. Ver: MONTEIRO, José

Marciano. **Família, poder local e dominação: um estudo sobre os processos de disputas políticas entre a(s) família(s) Ernesto-Rêgo em Queimadas/Paraíba.** Dissertação de Mestrado, PPGCS: Campina Grande, 2009. (168p.) e RÊGO, André Heráclio do. **Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder.** São Paulo, Girafa Editora, 2008.

#### FAMÍLIA ROBERTO

<b>JOSÉ WELLINGTON ROBERTO</b>	Deputado federal	R\$ 2.450.196,15	2014	Filho de Eptácio Roberto Dantas e Maria Roberto Sobrinho. Wellington Roberto é casado com Débora Figueiredo. Wellington é empresário do ramo sucroalcooleiro e de corretagem de veículos, filiou-se ao PMDB e foi eleito suplente do Senador Humberto Lucena em 1994, sendo efetivado após a morte do titular em abril de 1998. Eleito deputado federal em 2002 (pelo PTB) e em 2006 (pelo PL). Atualmente está filiado ao Partido da República. A quarta geração da família de Argemiro Figueiredo também está representada, hoje, na política, pelo filho de Wellington, o deputado estadual Caio Roberto. Débora Figueiredo, sua esposa, é filha do ex-secretário de Estado, Newton Figueiredo, sobrinho de Argemiro. Newton Figueiredo (avô de Caio) é filho de João Figueiredo (irmão de Argemiro). João Figueiredo foi casado com Isolina Figueiredo Vital do Rêgo. Esta é filha da união dos primos José Vital do Rêgo e Maria Heráclio do Rêgo. (Ver: família Vital-Rêgo). O ex-deputado estadual, ex-governador, e ex-senador, Argemiro de Figueiredo é tio-bisavô de Caio Roberto. Vicentina Figueiredo (irmã de Argemiro) era avó de Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto e de Vital do Rêgo Filho e tia avô de Caio Roberto. Bem como tia-avó de Guilherme Almeida, ex-deputado estadual, neto de Argemiro de Figueiredo. Ainda se verifica que Pedro Oliveira Cunha Lima, filho de Cássio Cunha Lima e Sílvia Cunha Lima, esta é neta de Argemiro de Figueiredo. Logo, Pedro Cunha Lima é bisneto de Argemiro de Figueiredo.
<b>CAIO FIGUEIREDO ROBERTO</b>	Deputado estadual	R\$ 1.078.298,83	2014	

#### FAMÍLIA SANTIAGO

<b>JOSÉ WILSON SANTIAGO</b>	Candidato ao Senado	R\$ 715.666,46	2014	A família Santiago, embora não sendo como as demais, uma família política tradicional se inseriu no campo político, assim como a família Feliciano por meio do volume de capital que possuem. Esse fenômeno pode ser estendido até certo ponto para a família Roberto. O que difere da família Gouveia que está atrelada historicamente ao grupo Cunha Lima, pertencente à parentela desta e que se inseriu a partir do apoio desta família. José Wilson Santiago foi eleito duas vezes deputado estadual (1995-1999; 1999-2003), duas vezes deputado federal (2003-2007; 2006-2011).
<b>JOSE WILSON SANTIAGO FILHO</b>	Deputado federal	R\$ 5.611.270,23	2014	

### FAMÍLIA CARNEIRO

<b>RUY MANUEL CARNEIRO BARBOSA DE ACA BELCHIOR</b>	Candidato a Vice-governador	R\$ 477.052,57	2014	Ruy Manuel Carneiro Barbosa de Aça Belchior foi vereador de João Pessoa por dois mandatos (1992-1998), deputado estadual (1998), e deputado federal por dois mandatos (2002 /2006). Herdeiros de uma tradicional família política que antes mesmo de 1930 atuavam em Pombal Paraíba. Seus trisavôs João Vieira Carneiro e Maria Carvalho Carneiro – proprietário de rural e latifundiário em Pombal – tiveram vários filhos dos quais se destacaram na política: José Janduhy Carneiro e Ruy Carneiro. O primeiro foi Prefeito de Pombal de 1930-1934, por oito vezes deputado federal (Constituinte de 1946-1951). Deputado federal 1946-1951; 1951-1955; 1955-1959; 1959-1963; 1963-1967; 1967-1971; 1971-1975; 1975. Ruy Carneiro, seu irmão, engajou-se na década de 1930 na campanha da aliança liberal sendo ajudante de ordens de Juaréz Távora e Juraci Magalhães. No pós-30 tornou-se oficial de gabinete dos ministros José Américo e João Marques dos Reis, ambos da pasta da Viação e Obras Públicas. Em seguida, foi eleito deputado federal pela Paraíba, cargo que ocupava por ocasião do Estado Novo. Foi ainda Secretário de João Marques dos Reis, no Banco do Brasil. Os cargos ocupados do Rio de Janeiro permitiram-lhe criar um amplo círculo de relações – capital social – tendo ele tornado-se, inclusive, grande amigo de Getúlio Vargas. Ruy Carneiro foi deputado federal (1935- 1937), Governador (1940-1945); Deputado estadual (1946- 1946); Senador (1951-1959; 1959-1967; 1967-1974; 1975-1977). José Janduhy Carneiro e Ruy Carneiro são sobrinhos de Daniel Vieira Carneiro, deputado federal pelo Ceará (1921-1923) e pela Paraíba (1927-1929). Um dos seus primos Alcides Vieira Carneiro foi deputado federal e Ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Antônio Carneiro Arnaud, sobrinho de Ruy Carneiro, foi deputado federal por duas legislaturas (1978-1982; e 1982 a1984) quando se afasta para disputar a prefeitura de João Pessoa, tornando-se Prefeito (1986- 1989). O ex-deputado federal e o candidato a governador na chapa de Cássio Rodrigues da Cunha Lima em
<b>JANDUHY CARNEIRO SOBRINHO</b>	Deputado estadual	R\$ 311.812,31	2014	

2014, é sobrinho-neto do ex-senador Ruy Carneiro e do ex-federal Janduhy Carneiro. Já o atual Deputado estadual Janduhy Carneiro é sobrinho do ex-deputado federal e do ex-senador paraibano. Cf. CARNEIRO, Ruy. **Ruy Carneiro (Depoimento)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: CPDOC, 1977. Ver também: Disponível em: [http://www.senado.gov.br/senadores/senadores\\_biografia.asp?codparl=2228&li=43&lcab=1967-1970&lf=43](http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=2228&li=43&lcab=1967-1970&lf=43). Acesso em 27/01/2016. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/Paraiba-Janduhy-Carneiro.pdf>. Acesso em 27/01/2016.

#### FAMÍLIA GADELHA/PIRES

<b>MARCONDES IRAN BENEVIDES GADELHA</b>	Deputado federal	R\$ 1.014.450,00	2014	Herdeiros do Capitão Manoel Gadelha, primeiro líder político na região. Marcondes Gadelha é filho de José de Paiva Gadelha e Miriam Benevides Gadelha. José Gadelha era irmão de André Avelino de Paiva Gadelha (Zabilo Gadelha), ex-vice-governador da Paraíba. Marcondes Gadelha foi deputado federal por seis legislaturas (1971- 1975; 1975-1979; 1979-1983; 1999- 2003; 2003-2007; 2007-2011). Também exerceu o cargo de Senador da República (1983-1991). Em 2010 candidatou-se a primeiro suplente de senador na chapa de Wilson Santiago. Pertencente a uma das famílias tradicionais da política paraibana, tendo como reduto eleitoral o Sertão paraibano. Seu irmão Salomão Benevides Gadelha foi Prefeito de Sousa. Renato Benevides Gadelha, ex-secretário estadual de infraestrutura, representante da família atualmente na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba (2015-2019). Leonardo Gadelha é um dos herdeiros político da nova geração. Este já foi deputado estadual em 2006 e suplente de deputado federal pela Paraíba em 2010. Soma-se a Leonardo, André Gadelha, atual Prefeito de Sousa e José Lafayette Pires Benevides Gadelha, atual vereador em Sousa. Gadelha e Pires pertencem ao mesmo tronco. Os Pires disputam as eleições e o espaço político da região, porém, trata-se de uma disputa dentro da mesma família. Zabilo Gadelha (irmão de Zé Gadelha) é pai de Fátima Pires. Esta, por sua vez, mãe de Lindolfo Pires. Este é pelo lado paterno neto de Lindolfo Pires Ferreira Júnior (Nozinho) que foi deputado por três vezes. Zabilo Gadelha era tio do ex-senador Marcondes Gadelha e do ex-prefeito de Sousa, Salomão Gadelha, ambos filhos de José de Paiva Gadelha, ex-chefe político da cidade de Sousa. O ex-deputado Leonardo Gadelha (filho de Marcondes) e o estudante Lafayette Gadelha (filho de Salomão) são sobrinhos-netos de Zabilo. André Gadelha e Lindolfo Pires Neto, agentes que disputaram em 2012, a Prefeitura de Sousa, são “adversários ferrenhos”,
<b>RENATO BENEVIDES GADELHA</b>	Deputado estadual	R\$ 697.271,39	2014	
<b>LINDOLFO PIRES NETO</b>	Deputado estadual	R\$ 1.860.712,73	2014	
<b>ANDRE AVELINO DE PAIVA GADELHA NETO</b>	Prefeito de Sousa	R\$ 107.600,00	2014	
<b>JOSE</b>	Vereador	R\$ 20.000,00	2014	

**LAFAYETTE  
PIRES  
BENEVIDES  
GADELHA**

mas carrega nas veias o mesmo sangue. André Gadelha é neto do ex-vice-governador da Paraíba, Zabilo Gadelha, também avô do deputado Lindolfo Pires. A mãe de Lindolfo, Fátima Pires, é filha de Zabilo Gadelha. Cf. **Jornal Correio da Paraíba**, 29/04/2007.

#### FAMÍLIA MAIA/MARIZ

**GERVÁSIO  
AGRIPINO  
MAIA** Deputado estadual R\$ 2.722.915,88 2014

**LEOMAR  
BENICIO  
MAIA** Prefeito de Catolé do Rocha R\$ 960.241,26 2012

**JOSÉ ODÍVIO  
LOBO MAIA** Prefeito de Brejo do Cruz Paraíba R\$ 190.000,00 2008

As origens dos Maia – “família política” – na Paraíba, remontam à segunda metade do século 18, com a chegada à região de Antônio Ferreira Maia, casado com a prima, Quitéria Nogueira Leitão. O casal instalou-se onde hoje é o município de Catolé do Rocha, tomando posse das terras pertencentes ao avô comum, o capitão Bento de Araújo Barreto. A partir daí, tem-se a criação do clã com fortes características endogâmicas que se torna não só uma das mais tradicionais famílias na Paraíba, como também uma das mais poderosas e influentes na política municipal e estadual, com irradiações desse poderio para o Estado vizinho do Rio Grande do Norte. O primeiro João Agripino Vasconcelos Maia (avô, portanto, de João Agripino Filho (III)) era filho dos primos Francisco Severino Maia de Vasconcelos e Maria Olímpia Ferreira Maia, neta, por sua vez de Manoel Alves Ferreira Maia, um dos revolucionários de 1824. João Agripino primeiro foi chefe político no município de Brejo do Cruz, além de participar da política de Catolé do Rocha. Exerceu os cargos de prefeito e deputado em uma das últimas Assembleias Provinciais do Império (a 24ª legislatura, de 1882/1883). Compunha ao seu lado o coronel Francisco Hermenegildo Maia Vasconcelos, conhecido como o coronel Maia, seu tio e sócio que, com o advento da República, tornou-se chefe político da região em razão dos vínculos mantidos com Venâncio Neiva, juiz de Direito em Catolé do Rocha e primeiro presidente do Estado. O coronel Francisco Hermenegildo Maia Vasconcelos era filho de Manoel Antônio Alves Maia e de Maria Olímpia do Amor Divino, filha, por sua vez, do revolucionário Manoel Alves Ferreira Maia. Assim, ele era tio materno do primeiro João Agripino. O sobrinho neto de Francisco Hermenegildo Maia, filho de Américo Hermenegildo Maia de Vasconcelos e Maria Idalina Maia de Vasconcelos, Américo Maia de Vasconcelos, casado com Silvia Mariz Maia, filha de João Agripino (III), participou do governo de Argemiro de Figueiredo na década de 1930, quando este fora interventor. Foi prefeito de Catolé do Rocha (1930-1934) e deputado estadual (1935-1937). Com o advento do regime ditatorial de 1937 e consequente dissolução do poder legislativo, foi

---

nomeado Diretor do Abrigo de Menores Jesus de Nazaré pelo então interventor Argemiro de Figueiredo, permanecendo no cargo até 1940. Cel. João Agripino Maia de Vasconcelos casou-se com Idalina Francisca Maia. Desta união nasceu João Agripino de Vasconcelos Maia que se casou com Maria Angelina Mariz Maia (tronco que se relaciona com os Mariz). Esta filha de Antônio Marques da Silva Mariz e Carolina Leopoldina de Araújo Mariz. João Agripino II casa-se com Maria Angelina Mariz. Do casal nasceram, ao todo, 12 filhos, o primeiro dos quais uma mulher, batizada com o nome de Sílvia Mariz Maia. Agripino foi o segundo registrado como João Mariz Maia. O terceiro foi Tarcísio de Vasconcelos Maia (já não consta o Mariz o sobrenome da mãe), seguindo-se Antônio Marques Mariz Maia, Fábio Mariz Maia e Otávio Mariz Maia – Mariz da mãe e Maia do pai. [...]. “Seu pai era próspero proprietário rural, dono de fazenda em Brejo do Cruz e um engenho em Catolé do Rocha e chefe político de Brejo do Cruz e Catolé do Rocha”. João Agripino (III), um dos filhos, casa-se com Maria de Lourdes Bonavides Maia (tronco que se relaciona com os GADELHAS), desta união nasceram Gervásio Bonavides Mariz Maia e Tarcísio Otávio Bonavides Mariz Maia. João Agripino Maia (III) foi deputado federal de 1946 a 1961, quando se licencia para assumir o Ministério de Minas e Energia, no governo de Jânio Quadros, ficando até 1961, quando retorna a Câmara Federal. Foi Senador (1962) e Governador do Estado da Paraíba (1966-1971), seu antecessor foi Pedro Moreno Gondim, e seu sucessor foi Ernani Sátiro. Além disso, foi Ministro e Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU. O seu irmão Tarcísio de Vasconcelos Maia, pai de Oto Agripino Maia e José Agripino Maia, foi Secretário de Educação no Rio Grande do Norte no governo Dinarte Mariz (1955-1960), elegendando-se Deputado federal pela UDN (1959-1963). Em 1975 foi designado governador do Rio Grande do Norte pela ARENA com o apoio de Dinarte Mariz. Foi sucedido em 1979, por seu primo Lavoisier Maia e, em 1983, seu filho José Agripino Maia passaria a ocupar o governo. José Agripino foi eleito por indicação do seu primo Lavoisier Maia prefeito biônico de Natal em 1964, com o apoio dos militares. Foi prefeito de Natal (1979-1972), governador do Estado (1983-1986; 1991-1994); Senador (1987-1991; 1995-2003; 2003-2011; 2011-). É proprietário de estações de rádio e da TV Tropical, afiliada da Rede Record em Natal Seu irmão, Oto Agripino Maia, é diplomata e foi embaixador na África do Sul, Santa Sé e Suécia. Seu filho Felipe Catalão Maia é atualmente deputado federal, constando, em termos de declaração de bens e patrimônio, do TSE, como um dos políticos mais ricos do país com um patrimônio na ordem de R\$ 15.488.385,08 (quinze milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, trezentos e oitenta e cinco reais e oito centavos). Outro do mesmo tronco dos Maia é Antônio Marques da Silva Mariz, irmão de José

---

---

Mariz e primo legítimo de João Agripino (III). Antônio Marques da Silva Mariz foi Prefeito de Sousa (1963-1969) e Secretário de Educação (1969-1970) no governo do seu primo João Agripino III; deputado federal pela Paraíba por quatro mandatos (1970-1974; 1974-1978 e 1978-1986). Senador (1991-1994) e governador da Paraíba (1995 até 16 de setembro de 1995, quando veio a falecer) assumindo o seu vice José Targino Maranhão. Ver: LISBOA, Cláudia (Org). Perfis Parlamentares - Antônio Mariz. Edições Câmara. Brasília, 2006. RAMOS, Severino. **Agripino: o mago de Catolé**. João Pessoa. A União, 1992, p. 23). Sua trajetória política e pessoal foi o tema do trabalho de Tese, que se transformou em livro, de Monique Cittadino. Ver: CITTADINO, Monique. Poder local e ditadura militar: o governo João Agripino (III) – (Paraíba (1965-1971). Bauru, SP: Edusc, 2006. Ver também: TERUYA, Marisa Tayra. **Trajectoria sertaneja: um século de poder e dispersão familiar na Paraíba (1870-1970)**. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, São Paulo, 2002.

---

**Fonte:** Elaboração do próprio autor, com base em genealogias e no banco de dados fornecido pelo Sistema de Prestação de Contas Eleitorais – SPCE/WEB (2016)

Tais evidências ratificam a estrutura de poder político e econômico que estas famílias possuem. Observando apenas os valores referentes ao patrimônio declarado ao TSE, e sabendo que os valores estão muito aquém dos determinados pelo mercado de bens imóveis, vê-se que apenas três pessoas da família Ribeiro Borges possui um patrimônio de R\$ 6.232.750,02 (seis milhões duzentos e trinta e dois mil e setecentos e cinquenta reais). A família Maranhão declarou um patrimônio de R\$ 12.202.768,93 (doze milhões, duzentos e dois mil, setecentos e sessenta e oito reais e noventa e três centavos), correspondem à declaração de quatro pessoas desta família. A família Moraes com três pessoas declarou R\$ 3.664.398,59 (três milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, trezentos e noventa e oito reais e cinquenta e nove centavos) e a família Mota com quatro representantes políticos declarou um patrimônio na ordem de R\$ 3.085.680,04 (três milhões, oitenta e cinco mil, seiscentos e oitenta mil e quatro centavos). A família Cunha Lima com sete pessoas que exercem cargos públicos declarou ao TSE um patrimônio que chega a R\$ 5.220.047,76 (cinco milhões, duzentos e vinte mil, quarenta e sete reais e setenta e seis centavos). A família Vital-Rêgo com aproximadamente R\$ 1.980.932,95 (hum milhão, novecentos e oitenta mil, novecentos e trinta e dois reais e noventa e cinco centavos) aproximadamente dois milhões.

A família Paulino com R\$ 2.274.171,26 (dois milhões, duzentos e setenta e quatro mil, cento e setenta e um reais e vinte e seis centavos). A família Gadelha-Pires com R\$ 3.700.034,12 (três milhões e setecentos mil, trinta e quatro reais e doze centavos), tendo cinco pessoas eleitas nos cargos de vereador, prefeito, deputado estadual e deputado federal. A família Maia-Mariz, com três representantes no campo político, declarou R\$ 3.873.157,14 (três milhões, oitocentos e setenta e três mil, cento e cinquenta e sete reais e quatorze centavos). A única das famílias políticas que declarou possuir patrimônio inferior foi à família Rui Carneiro. Esta declarou R\$ 788.864,88 (setecentos e oitenta e oito mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e oitenta e oito centavos). As denominadas novas famílias políticas: Feliciano, Roberto e Santiago. Estas, no total, declaram possuir um patrimônio na ordem de R\$ 14.286.826,60 (quatorze milhões, duzentos e oitenta e seis mil, oitocentos e vinte seis reais e sessenta centavos).

Essas treze famílias declaram patrimônio na ordem de R\$ 57.309.632,30 (cinquenta e sete milhões, trezentos e nove mil, seiscentos e trinta e dois reais e trinta centavos), somando-se ao patrimônio declarado de Raimundo Lira<sup>158</sup> e de José Gonzaga Sobrinho<sup>159</sup>, dois

---

<sup>158</sup> Raimundo Lira é casado com Gitana Maria Figueirêdo Lira. Está entre os homens mais ricos do Estado. Raimundo Lira ocupou vários cargos de Representação Empresarial na Paraíba e no Brasil. Entre eles, Presidente

empresários do Estado, suplentes de senador, os valores destas famílias ultrapassam a ordem dos 110.000.000,00 (cento e dez milhões de reais)<sup>160</sup>. De acordo com as declarações fornecidas por Raimundo Lira ao TSE em 2010 seu patrimônio estava na ordem de R\$ 54.343.693,03 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e quarenta e três mil, seiscentos e noventa e três reais e três centavos). José Gonzaga Sobrinho declarou, na mesma época, possuir um patrimônio de R\$ 3.434.390,00 (três milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, trezentos e noventa reais), aproximadamente, três milhões e meio.

Utilizando-me das informações contidas junto aos portais de transparências e observando os nomes pertencentes à família Cunha Lima que ocupa cargos de representação política, em Cartórios e em Tribunal de Contas, constata-se que, por mês, uma família recebe de salários e aposentadorias (incluindo aqui aposentadorias de Governador e Senador) dos cofres públicos do Estado, aproximadamente, R\$ 271.718,85 (duzentos e setenta e um mil setecentos e dezoito reais e oitenta e cinco centavos). Anualmente, o Estado retira dos seus cofres aproximadamente R\$ 3.260.626,20 (três milhões, duzentos e sessenta mil, seiscentos e vinte e seis reais e vinte centavos). Em quatro anos, destinam-se aproximadamente R\$ 13.042.504,80 (treze milhões, quarenta e dois mil, quinhentos e quatro reais e oitenta

---

do Clube de Diretores Lojistas de Campina Grande, Vice-Presidente da ABRACAF (Associação Brasileira dos Concessionários FIAT) e Primeiro Vice-Presidente da FENABRAVE (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores). Foi senador pela Paraíba em 1986. Em 2010 foi eleito primeiro suplente de Vital do Rego Filho, sendo efetivado em 22 de dezembro de 2014 após o titular assumir o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União.

<sup>159</sup> José Gonzaga Sobrinho, conhecido como Deca é proprietário de uma das maiores redes atacadistas do país. Em ranking elaborado pela Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (ABAD), o Atacadão Rio do Peixe ficou entre as dez as maiores redes de atacado do Brasil em 2013. O seu faturamento atingiu R\$ 809,1 milhões. O Atacadão Rio do Peixe se destacou como sendo o maior atacadista do Nordeste, já que nenhuma das redes a frente no ranking é da região. José Gonzaga foi eleito em 2010 primeiro suplente do senador Cássio Cunha Lima. Disponível em: <http://www.blogdogordinho.com.br/atacaado-rio-do-peixe-esta-entre-os-dez-maiores-atacadistas-do-brasil/>. Acesso em 29/01/2016.

<sup>160</sup> De acordo com Gobetti (2015) e Orair (2015), em artigo escrito para o jornal valor econômico, os extremamente ricos apresentam elevadíssima proporção de rendimentos isentos de imposto de renda. Da renda desse estrato, apenas 34,2% são tributados (incluindo aqueles rendimentos tributados exclusivamente na fonte) e os outros dois terços - R\$ 196 bilhões com média individual de R\$ 2,7 milhões - são isentos de imposto pela nossa legislação. Este percentual de isenção, em relação à renda, é de 23,8% para os demais declarantes e de apenas 8,3% para a imensa maioria, aqueles que receberam abaixo de cinco salários mínimos mensais (ou R\$ 40,7 mil anuais) em 2013. Os dados divulgados pela Receita federal (2015) apresentam-nos que os agentes que estão no topo da pirâmide social paga menos imposto, proporcionalmente à sua renda, do que os estratos intermediários. Em média, o declarante do estrato extremamente rico paga 2,6% de imposto sobre sua renda total (ou 6,4% com estimativa de retenção exclusiva na fonte), enquanto o estrato intermediário com rendimentos anuais entre R\$ 162.720 e R\$ 325.440 (20 a 40 salários mínimos) paga 10,2% (11,7% com retenção exclusiva na fonte), salienta Gobetti (2015) e Orair (2015).

centavos). Aqui, incluindo os cargos eletivos de representação política, os salários dos cartórios e os cargos vitalícios<sup>161</sup>.

Se transpuser a análise, estendo-a às últimas três décadas de ocupação de cargos públicos de altos salários por esta família – tendo como base de cálculo os salários atualmente pagos pelo Estado – vê-se que aos cofres públicos custou um dispêndio de aproximadamente R\$ 97.818.786,00 (noventa e sete milhões, oitocentos e dezoito mil e setecentos e oitenta e seis reais) para pagamento de salários ao grupo familiar. O que, em muito, distancia-se dos valores referentes ao patrimônio declarado junto ao TSE. Esta base de cálculo refere-se a aproximadamente 15 pessoas desta família observando apenas os salários. Este raciocínio pode ser estendido pra todos os demais agentes políticos e familiares (parentes) que ocupam cargos de altos salários na “Nova República” brasileira, incluindo aqui os cargos eletivos de representação, bem como cargos em Tribunais, Cartórios, dentre outros. Não se trata de um fenômeno isolado, mas algo que reflete a estrutura de poder econômico das famílias políticas que perduram há mais de três décadas inserindo agentes nos cargos de alto salário da “Nova República”.

O cálculo acima realizado não inclui os “privilégios” que tem a elite política, tais como auxílio moradia para os senadores e deputados que se aproximam de R\$ 4,2 mil reais mensais. O plano de saúde dos senadores, cônjuges ou dependentes de até 21 anos (ou 24, quando universitários), que têm despesas médicas reembolsáveis, com um limite para despesas odontológicas e psicoterápicas de R\$ 25,9 mil reais/mês; não inclui as cotas parlamentares na ordem de aproximadamente R\$ 15 mil reais/mês (paga despesas com funcionários, aluguel de escritório de apoio, material de consumo, combustíveis, consultoria, entre outras). Despesas extras como custos com gráficas e telefonia fixa chegam à ordem de R\$ 9 mil/mês a média; despesas com telefone celular são ilimitadas.

Os deputados têm cota de R\$ 30,2 mil a R\$ 44,9 mil, que pode ser usada para pagar passagens, telefone, correios, fretamento de aeronaves, entre outras despesas, estes recursos variam de acordo com o Estado do parlamentar. Deputados podem comprar passagens com a verba de gabinete e, a partir de 2015, as mulheres dos deputados também poderão ter passagens pagas pela Câmara. Passagens: senadores têm disponíveis cinco trechos de

---

<sup>161</sup> Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/02/os-salarios-dos-deputados-senadores-ministros-do-stf-e-da-presidente.html>. Acesso em 29/02/2016. Disponível em: [http://portal.tce.pb.gov.br/aceso\\_a\\_informacao/folha-de-pagamento/](http://portal.tce.pb.gov.br/aceso_a_informacao/folha-de-pagamento/). Acesso em 29/02/2016. Disponível: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/governador+cassado+recebe+pensao+vitalicia+da+paraiba/n1237971463943.html>. Acesso em 29/02/2016.

passagens aéreas por mês entre a capital do Estado e Brasília. Os senadores podem nomear funcionários em Brasília ou em seus escritórios regionais desde que dentro do limite imposto pela cota parlamentar que é de R\$ 15 mil por mês. Os deputados têm direito a nomear, com verba de gabinete, até 25 funcionários cujos salários somados não podem ultrapassar R\$ 92 mil reais. Cássio Cunha Lima (PSDB) utilizou destes recursos, que lhes são oferecidos por direito, no ano de 2015, R\$ 455.481,52 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e um reais e cinquenta e dois centavos)<sup>162</sup>.

Estes “privilégios” – regalias – ou “direitos” fornecidos pelo Estado brasileiro não ficam restritos apenas aos agentes desta família. Todos que ocupam cargos de representação política na Câmara ou no Senado têm direito a acessar tais recursos. Da mesma forma também é disponibilizado aos representantes políticos das Assembleias Estaduais, ou seja, além dos salários, os deputados estaduais da Paraíba também possuem seus “privilégios” e regalias. De acordo com matéria circulada no Jornal da Paraíba, a partir de 2014, os deputados estaduais passaram a ganhar verba indenizatória que estava fixada em 35 mil reais. Em 2015, teve-se um reajuste de 14,2% que elevou esta verba, fixando-a em 40 mil reais/mês por parlamentar<sup>163</sup>.

Com estes dados, torna-se mais visível a força do capital econômico que estas famílias possuem. Apenas 20 famílias na Paraíba, aproximadamente, concentram um patrimônio que ultrapassam os 110 milhões de reais, por outro lado, tem-se, de acordo com os últimos dados divulgados pelo IBGE (2014), referentes à renda, que a renda mensal per capita dos paraibanos é a sétima pior do país. A Paraíba apresentou um rendimento nominal médio de R\$ 682, 5,8%, ficando, assim, abaixo do valor do salário mínimo vigente. Tal disparidade só evidencia o argumento de que a concentração de renda e poder, nas mãos de poucas famílias, reforça o processo de distribuição de desigualdade no Estado. E o espaço da política se constitui, cada vez mais, num negócio de família (OLIVEIRA, 2012), cujo principal objetivo é acumular capital econômico.

---

<sup>162</sup>Disponível: [http://www6g.senado.gov.br/transparencia/sen/5197/?ano=2013#conteudo\\_transparencia](http://www6g.senado.gov.br/transparencia/sen/5197/?ano=2013#conteudo_transparencia). Acesso em 29/01/2016.

<sup>163</sup> O pagamento de verba indenizatória parlamentar é garantido pela Resolução 1.635/2014. O benefício foi instituído com a finalidade de custear, exclusivamente, os gastos dos deputados estaduais no exercício dos seus mandatos na Assembleia Legislativa. Entre os vários itens que podem ser ressarcidos, constam a contratação de consultorias e assessoramento jurídico-contábil, pagamento de TV a cabo, além de pagamento de IPTU, contas de telefone fixo e móvel, internet, água e energia elétrica. Disponível em: [http://www.jornaldaparaiba.com.br/politica/noticia/147323\\_deputados-estaduais-da-paraiba-receberam-1-1-mi-em-verba-indenizatoria](http://www.jornaldaparaiba.com.br/politica/noticia/147323_deputados-estaduais-da-paraiba-receberam-1-1-mi-em-verba-indenizatoria). Acesso em 29/01/2015.

A representação política passa a perpassar fundamentalmente pelos dois capitais. Sem um deles, dificilmente acessa cargos eletivos e de representação política no Estado. As empresas como têm demonstrado, tornaram-se fundamentais nessa lógica mercantil do campo político, pois financiam os empresários e os detentores de *capital político-familiar*. O Senado, de forma ainda mais forte, tem demonstrado esse padrão de recrutamento de nossas elites políticas. Não se acessa a Câmara alta sem que o agente possua um desses capitais. Quase sempre, o candidato ao Senado, é detentor de patrimônio político familiar e o seu suplente é detentor de expressivo volume de capital econômico. O contrário também é verdadeiro. Parece-me que, diante de tal evidência, o sentido do jogo político na Paraíba não se dá sem o acesso a esses dois distintivos. Joga-se com o nome de família, mas, também, com o dinheiro como mecanismos simbólicos da dominação política no Estado.

Este padrão de representação – forma de dominação – pode ser bem ilustrado quando Wellington Roberto (PR)<sup>164</sup>, empresário de um dos ramos industriais mais lucrativos do Estado (sucroalcooleiro e de corretagem de veículos) aceita disputar o cargo eletivo e de representação política na condição de suplente de senador de Humberto Lucena<sup>165</sup>. Humberto Lucena foi o político que detinha o peso do patrimônio político familiar. Por outro lado, atrela-se a Wellington Roberto, este é quem detém capital econômico e forte capital social entre a classe empresarial usineira da Paraíba e do Nordeste. Com tal afirmação, não se pretende aqui afastar a hipótese de que aqueles que detêm o patrimônio político familiar não possuem *capital econômico*. Muitos possuem os dois. O que potencializa ainda mais o sucesso aos cargos eletivos e de representação, bem como o acesso ao Estado.

No caso em tela, Wellington Roberto não possui *capital político-familiar*, mas detém expressivo volume de capital econômico e forte capital social junto aos empresários da Paraíba e, conseqüentemente, da região Nordeste, o que lhe permitiu potencializar a campanha de Humberto Lucena ao Senado. Com a morte deste, Wellington Roberto, inserido no campo político, pode agora converter o *capital econômico* em *capital político*, bem como iniciar o processo de construção do *capital político-familiar*, inserindo seus herdeiros no campo de disputa, que é o que fez nas legislaturas, por meio dos filhos Caio Roberto e Bruno Roberto, ambos os sobrinhos bisnetos de Argemiro de Figueiredo. É possível, assim,

---

<sup>164</sup> Wellington Roberto não havia entrado ainda no campo político para disputar cargos eletivos de representação quando foi convidado por Humberto Lucena para ser o 1º suplente de senador em 1994.

<sup>165</sup> Humberto Lucena é neto e herdeiro político de Solon de Lucena, ex-presidente da Paraíba em 1919. Humberto Lucena fora Deputado federal por quatro legislaturas (1959-1963; 1963-1967; 1967-1971; 1975- 1979) e senador da República por três legislaturas (1979 a 1987; 1987-1995 e 1998 até sua morte), além de deputado estadual por duas vezes.

converter um capital em outro. E, mais que isso, por meio de um potencializar o outro. O peso desses dois capitais – *político familiar* e econômico – tem sido decisivo à representação. Se Wellington Roberto, por meio do peso do capital econômico, foi o primeiro mais votado para a Câmara dos Deputados na 54ª legislatura, o segundo mais votado foi Ruy Carneiro (PSDB), com 108.644 (cento e oito mil e seiscentos e quarenta e quatro votos). Este último, herdeiro do patrimônio político do seu tio-avô Ruy Carneiro. Tal expressão de voto não resulta tão somente do seu esforço particular ou mesmo do seu trabalho desenvolvido. Mas e, fundamentalmente, do peso que também exerce o *capital político-familiar* associado a outros processos de materialização das práticas políticas.

Nesta legislatura, além de Ruy Carneiro, outros nomes eleitos eram vinculados às famílias políticas. É nesta eleição que Enivaldo Ribeiro (PP) transfere sua herança política para o filho Aguinaldo Ribeiro (PP), que se encontrava até então como deputado estadual. Benjamin Maranhão também será outro que se constrói por meio do acesso que a família historicamente tem no Estado com a política. Hugo Mota chegou à Câmara como o deputado mais novo do país, nessa eleição, seu pai, à época, Nabor Wanderley, prefeito do município de Patos, tendo ainda sua avó Francisca Mota no quinto mandato legislativo estadual. Aos olhos de muitos, a representação política foi renovada. Os novos nomes surgem no campo como as “novas lideranças”. Na realidade, trata-se, muitas vezes, de herdeiros que só pelo sobrenome não é possível identificar a que “família política” pertence. É o caso de Romero Rodrigues<sup>166</sup> que se apresenta, aos olhos de um pesquisador desatento, como um agente “novo” no parlamento e sinônimo de renovação. Sem que, antes, declare-se herdeiro e representante do grupo familiar Cunha Lima.

Em 2010, como mencionado acima, Cássio Cunha Lima (PSDB) disputou uma das vagas ao Senado<sup>167</sup>, tendo como suplente um dos homens mais ricos do Estado, José Gonzaga Sobrinho. Esta mesma estratégia foi realizada pela família Vital-Rêgo. A família escolheu como suplente de Vital do Rêgo Filho (PMDB) o empresário do ramo automobilístico e da construção civil Raymundo Lira (PMDB) como suplente. O empresário Wilson Santiago<sup>168</sup>,

---

<sup>166</sup> Romero Rodrigues é sobrinho de Glória Rodrigues Cunha Lima, mãe de Cássio Cunha Lima. Romero havia sido “secretário de Interiorização e secretário-chefe da Casa Civil do seu primo quando governador.” (DIAP, 2010).

<sup>167</sup> O ex-governador Cássio Cunha Lima disputou o pleito *subjudice* em razão de ter sido considerado inelegível. Ele foi barrado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PB), com base na Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10). (DIAP, 2010, p. 77).

<sup>168</sup> Em 19 de outubro de 2011 o Tribunal Superior Eleitoral comunicou à Justiça Eleitoral da Paraíba sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal, que determinou a posse imediata de Cássio Cunha Lima (PSDB) no

também disputando uma vaga ao Senado, teve na primeira suplência Marcondes Gadelha. Em 2014, José Targino Maranhão teve como primeira suplente Nilda Gondim. O que só confirma a força do capital econômico e do capital político-familiar no jogo político da Paraíba.

No capítulo subsequente, estabeleço a relação entre o poder político e o poder midiático do Estado. Demonstrarei que os agentes das famílias que, historicamente, dominam e atuam no campo político, controlando os principais cargos de representação da “Nova República”, são também aqueles que controlam as rádios e outras instâncias de difusão da informação. Construo uma cartografia do poder político-midiático do Estado. Ao tempo em que também demonstra como os *“lugares de memória”* funcionam como espaços públicos demarcados pelos “nomes” daqueles que controlam, historicamente, o aparelho de Estado. Os *“lugares de memória”* funcionando, assim, com espaços de perpetuação simbólica da elite política do Estado.

---

mandato de senador da República, fazendo com que perdesse o cargo de senador que ocupava provisoriamente até uma decisão da justiça.

### 3.5. CARTOGRAFIA DO PODER POLÍTICO-MIDIÁTICO, LUGARES DE MEMÓRIA E DOMINAÇÃO SIMBÓLICA (1985-2015)

#### a) Cartografia do poder político-midiático

Instrumento de comunicação, de poder e de dominação, o aparato midiático no Brasil se constitui por meio do instituto jurídico de concessões e autorizações. As concessões sendo apenas possíveis por meio de votação no Congresso. As autorizações por meio da vontade do presidente através do ministro das comunicações. O aparato midiático<sup>169</sup> concedido ou autorizado tem servido como moeda de troca entre o governo federal e determinados agentes situados no setor privado com especial destaque os políticos. Entre 1985 e 1998 o presidente da República José Sarney<sup>170</sup> concedeu inúmeras licenças de emissoras de rádios e TV para empresas ligadas a parlamentares federais. Com Fernando Henrique Cardoso, até setembro de 1996, foram autorizadas 1.848 licenças de RTV<sup>171</sup>, repetidoras de televisão, sendo que 268 para entidades e/ou empresas controladas por 87 políticos, todos favoráveis à emenda da reeleição<sup>172</sup>.

Estudos recentes acerca do campo midiático têm destacado que o poder da mídia extrapola a órbita da comunicação. Insere-se na lógica da imposição de visões e percepções de mundo, na lógica da dominação. Poder midiático e poder político imbricam-se. Sendo um dos mecanismos fundamentais a produção da “opinião pública”. A mídia se torna o grande instrumento moderno e estratégico de docilização dos corpos e das mentes, através de valores pertencentes às classes dominantes. É sempre bom lembrar que “os dominados são dominados também em seu cérebro”.<sup>173</sup> As famílias que, historicamente, dominam política e/ou economicamente as micro e mesorregiões do Estado da Paraíba, controlam, também, em grande medida, os meios de difusão e distribuição das informações.

---

<sup>169</sup> Consultar: LOPES & LIMA, 2007.

<sup>170</sup> A grande mídia brasileira e, conforme nosso foco, a mídia paraibana está fortemente submetida aos interesses privados e hegemonicamente vinculada às elites políticas conservadoras. Mais do que detentores de mandatos políticos, a parcela que não detém as concessões é, em sua maioria, composta por grandes agropecuaristas do Estado, usineiros e empresários, que se dividem entre atividades partidárias e empresariais. A tônica das políticas de comunicação clientelistas de diversas gestões presidenciais acentua o caráter concentrado da estrutura midiática brasileira, mas uma gestão do executivo, em especial, potencializou a situação, beneficiando, sobretudo, os políticos, o governo Sarney, tendo Antônio Carlos Magalhães como Ministro das Comunicações. Nessa gestão, ocorreu verdadeira “fábrica de concessões”. Os critérios de distribuição, que eram políticos e claramente clientelistas, perpetuaram-se ao longo da vida política brasileira.

<sup>171</sup> Ver: LOPES, & LIMA, 2007.

<sup>172</sup> Cf. STADNIK, 1991. Ver também: BAYAMA, 2001.

<sup>173</sup> Cf. BORDIEU, 1997, p. 57.

O Estado da Paraíba torna-se essencial para se pensar a forma como o poder político se estrutura por meio de redes que perpassam as principais instituições da máquina estatal, e se utiliza dessas para garantir-lhes as concessões e autorizações de Rádio e Televisão. Como reflexo dessa realidade, vários políticos ou parentes destes detêm, em seus nomes, concessões de radiodifusão no Estado. Agentes políticos (empresários e/ou famílias políticas) foram e/ou são privilegiados pelas outorgas de autorização e de permissão para executar o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Se computarmos nessa conta os políticos sem mandato, seus filhos ou parentes, a lista praticamente coincidiria com aquela disponibilizada no portal do Ministério das Comunicações. O que só atesta a força do *capital político-familiar* e do capital econômico exercida pelos grupos que, historicamente, representam a “população” e atuam na máquina do Estado.

Ao investigar o campo político da Paraíba e os agentes que, ao longo da história, ocuparam e ocupam cargos eletivos e de representação no Estado e nos municípios, ver-se-á que muitos controlam o aparato da mídia, por meio dos parentes ou alguém que se encontra na parentela<sup>174</sup>. A democracia liberal possibilita que o subalterno e as classes populares falem, mas, muitas vezes, com a linguagem e o código dos dominantes. O que consiste afirmar que a fala do subalterno permanece subalterna. Submetida a dilemas que as falas dominantes – e principalmente daqueles que controlam o aparato midiático – não precisam enfrentar<sup>175</sup>. Pode-se afirmar que a concentração do capital político, própria dos regimes representativos nos quais o poder de participar efetivamente das discussões e de tomar as decisões fica monopolizado por um grupo restrito de indivíduos, é, em si mesma, geradora de desigualdade.

Na Paraíba os agentes políticos, pós-redemocratização, e, ainda, no período de transição, apropriaram-se – por meio do Estado – das concessões e autorizações de outorgas para executar o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Pode-se constar no Estado uma cartografia do poder político e do poder midiático. De tal forma que os agentes que, historicamente, atuam na política detêm, em certo sentido, controle dos seus territórios de atuação política. Uma das dimensões desse controle se dá por meio de mecanismos de

---

<sup>174</sup> A mídia, assim, passa a funcionar como instrumento de comunicação e de dominação. Uma forma de controle sobre os cérebros. Principalmente, daqueles que, historicamente, são desprovidos de capital econômico e cultural. Os quais se tornam, muitas vezes, reféns das concepções de mundo produzidas pelas elites. Aos grupos dominados resta, quase sempre, a opção entre insistir em sua dicção própria – gerando um discurso com pouca legitimidade no campo, portanto, potencialmente menos efetivo – ou mimetizar os modos dominantes, traindo a experiência vivida que se deseja expressar, e contribuindo para a reprodução das estruturas que excluem a eles próprios. Ver: BOURDIEU, 1979, p. 538.

<sup>175</sup> Ver: Idem, 1979. Ver também: SPIVAK *Apud* MIGUEL, 2014.

comunicação que permitem circular informações que os promovam. Por outro lado, o não pertencer ao grupo político, muitas vezes, tem sua voz limitada.

Realizando uma cartografia<sup>176</sup> do poder político e do controle dos serviços de radiodifusão no Estado, vê-se que o deputado federal Damião Feliciano (PDT), esposo da atual Vice-governadora, Lígia Feliciano (PDT), é sócio da Rádio Santa Rita e da Rádio Panorâmica. Rádios estas situadas no maior município do interior da Paraíba – Campina Grande – e que tem uma abrangência sobre a região da Borborema onde está localizado o município. Damião Feliciano é também proprietário da União de Ensino Superior de Campina Grande (UNESC)<sup>177</sup>.

No município de Patos, um dos mais populosos do sertão paraibano, o controle político da comunicação e das informações se confunde com a árvore genealógica da família, cujo tempo de administração da cidade é de 35 anos. A atual prefeita é sócia da rádio Itatiunga, ao lado do seu ex-genro, o ex-prefeito da cidade Nabor Wanderley Filho (PMDB). O mandato do Deputado federal Hugo Mota (PMDB) também é um legado da família. Hugo Mota (PMDB) é neto de Francisca Mota (PMDB) atual prefeita e de Edvaldo Fernandes Mota, ex-deputado federal, também sócio da rádio, e de Nabor Wanderley, ex-prefeito, atualmente Deputado estadual. Hugo é filho de Nabor Wanderley Filho, também ex-prefeito e atual Deputado estadual.

Os Wanderley ainda têm representação familiar na Assembleia do Estado através de Dinaldo Medeiros Wanderley Filho (PSDB), ou Dinaldinho. Filho dos ex-deputados Dinaldo Medeiros Wanderley<sup>178</sup> e Edna Wanderley, disputou o cargo de prefeito de Patos antes das eleições de 2014, onde conquistou uma cadeira na Casa de Epiácio Pessoa. O pai de

<sup>176</sup> Cartografia aqui apresentada não se refere a territórios, mas a campos de forças e relações; diz mais respeito a movimentos do que propriamente a posições fixas; desdobra-se no tempo, mas também no espaço.

<sup>177</sup> A União de Ensino Superior de Campina Grande - UNESC, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no MF sob o N° CNPJ n° 03.890.380/0001-75, é uma sociedade civil com fins educacionais, mantenedora da FACULDADE DE CAMPINA GRANDE - FAC - CG. A Faculdade de Campina Grande - FAC - CG é um estabelecimento particular de ensino superior, credenciada conforme a Portaria MEC n.º 2.000, de 22 de julho de 2003, com autorização para oferecer 2 (dois) cursos: o de graduação em Administração, com Habilitação em Gestão de Pequenas e Médias Empresas e Ciências Contábeis. Em 2004, mais 6 (seis) cursos foram autorizados a funcionar: Ciência da Computação, Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia e Direito. No final de 2008, a instituição teve mais dois cursos autorizados pelo MEC: Curso Superior Tecnológico em Gestão Comercial e o Curso Superior Tecnológico em Marketing. <http://www.unescfaculdade.com.br/historico.php> Acesso em 10/11/2015.

<sup>178</sup> Nascido em Patos, em 20 de junho de 1950. É formado em Economia, em 20 de dezembro de 1975, pela Fundação Francisco Mascarenhas, de Patos, e em Direito, em 25 de julho de 1980, pela Universidade Federal da Paraíba, Campus de Sousa - UFPB/Sousa. Foi nomeado, em 1981, Titular do Cartório do 2º Ofício de Serviço Notarial e Registral de Patos. Casou, em junho de 1973, com Édina Guedes Wanderley, sua conterrânea, nascida a 12 de dezembro de 1950, filha de Evaristo Medeiros Guedes e Francisca Pereira Guedes. Ela formou-se em Economia, em 1977, e em História, em 1980, pela Fundação Francisco Mascarenhas, de Patos. O casal tem quatro filhos, entre eles, Dinaldo Medeiros Wanderley Filho, nascido em 1977.

Dinaldinho foi prefeito de Patos por dois mandatos de 1996 a 2000 e reeleito de 2000 a 2004. Trata-se de agentes políticos familiares que disputam o controle do município no interior do grupo familiar. Disputas que se realizam entre agentes do mesmo tronco familiar. Wanderley, Sátiro, Ayres, Nóbrega, Medeiros e Gayoso, segundo o historiador José Octávio (1996), descendem do Major Miguel Sátiro e Sousa e Capitulina Ayres Sátiro e Sousa, pais do ex-governador Ernani Sátiro e Sousa, que comandou a política de Patos durante décadas, desde o início do século XX.

Próximo a Patos se encontra o município de Santa Luzia que está localizado na região do Seridó Ocidental Paraibano e integrante da Região Metropolitana de Patos. Efraim Morais<sup>179</sup> (DEM), ex-deputado estadual, ex-deputado federal e ex-senador e Secretário de Infraestrutura do Estado, pai do deputado federal Efraim Filho (DEM), é sócio da Rádio Vale do Sabugi, em Santa Luzia, cidade natal, onde seus parentes exercem o domínio político local. O atual prefeito de Santa Luzia é o primo de Efraim (DEM), Ademir Morais (DEM). Este foi deputado estadual por quatro mandatos. Ademir Morais é filho de Arlindo Bento de Morais e Luzia Maria de Medeiros Morais. Arlindo Bento é irmão de Inácio Bento de Morais, pai de Efraim Morais (DEM), ex-senador pelo Estado da Paraíba. Inácio Bento foi Prefeito da cidade nas décadas de 1940 e 1960.

Cajazeiras, município pertencente à Mesorregião do Estado, situado no alto sertão da Paraíba, e sétimo em número populacional do Estado, é abrangido pela Rádio Progresso de Sousa FM. Tal veículo de transmissão, de inculcação de valores e formas de percepção de mundo, tem como sócio João Virgínio de Sousa, o João Cazé, ex-vereador do município; Homero de Sá Pires, ex-prefeito da cidade de Santa Cruz, na década de 1960, esposo de Fátima Pires<sup>180</sup> e pai do deputado Lindolfo Pires Neto, este está no quinto mandato de deputado estadual. Lindolfo Pires é neto de Zabilo Gadelha, irmão de Zé Gadelha e neto de

---

<sup>179</sup> No final de seu mandato como primeiro secretário do Senado, Efraim (DEM) autorizou o pagamento de horas extras a 3.883 funcionários durante o recesso, uma despesa que atingiu 6,2 milhões de reais. Os funcionários não assinavam ponto, sendo impossível apurar quem efetivamente trabalhou. Além disso, foi o responsável pela proposta de criação de 97 cargos no Senado sem concurso, com remuneração próxima de 10 mil reais, proposta abortada com a divulgação do caso na imprensa. Também foi um dos campeões de nepotismo no Senado, tendo empregado em seu gabinete, antes da edição da súmula vinculante de nº 13 do STF que proibiu a prática nos Três Poderes, pelo menos, sete familiares, além de seis parentes de aliados políticos. E a política segue circulando nas veias da família, o seu filho Efraim Filho (DEM) é atualmente deputado federal e foi candidato a vice-prefeito da capital do Estado em 2012. Cf. Revista IstoÉ, 18 de março de 2009, p. 57

<sup>180</sup> Fátima Pires é filha de Zabino Gadelha, sobrinha de Zé Gadelha, e neta de Manoel Gadelha, prima legítima do deputado estadual Renato Gadelha e do deputado federal Marcondes Gadelha. Prima, em segundo grau, do atual prefeito de Sousa, André Gadelha, e mãe do deputado estadual Lindolfo Pires Neto. Cf. CORREIO DA PARAÍBA, 29/04/2007, em artigo “**Coronéis já projetam até a quinta geração política na Paraíba**”, escrito por Adelson Barbosa dos Santos.

Lindolfo Pires Ferreira Júnior (Nozinho), que foi deputado por três vezes. São famílias de políticos tradicionais no município de Sousa. José Marques Mariz é outro sócio da Rádio Progresso de Sousa FM. Este é neto de José Marques da Silva Mariz<sup>181</sup>. Atualmente a família tem como representante na Assembleia o deputado estadual Gervásio Agripino Maia (PMDB).

A Rádio “Alto Piranhas”, em Cajazeiras, é uma sociedade de Maria Antonieta de Albuquerque, José Antônio de Albuquerque, filho de Francisco Arcanjo Albuquerque, que, apesar de falecido, ainda figura como sócio da rádio para o Ministério das Comunicações. Zé Antônio, atualmente é professor universitário e foi cotado a vice-prefeito da cidade em 2012, mas não se candidatou, apesar de filiar-se ao PSD. Já a Rádio Oeste, de Cajazeiras, é propriedade de José Nello Rodrigues, conhecido como Zerinho, que foi prefeito da cidade durante o período de 1993 a 1997. Seu filho, José Arlan Silva Rodrigues, também é sócio e foi Secretário de Pesca e Agricultura, do município de Cabedelo no litoral da Paraíba.

Em Pombal, a posse dos meios de comunicação também coincide com a política. São os Pereira Lima que detêm o controle da concessão da Rádio Maringá, desde 1982. Na lista atualizada em janeiro de 2013 pelo Ministério das Comunicações, o deputado federal Aauto Pereira Lima, já falecido, permanece como sócio da Rádio Maringá de Pombal, ao lado do seu irmão Aécio Pereira, também falecido. Aauto foi deputado federal de 1983 até 2003, quando morreu. O pai deles foi prefeito da cidade por três mandatos. Já Aécio foi deputado de 1975 a 1983.

Em artigo escrito por Janaine Aires (2013)<sup>182</sup>, dez membros da família Gadelha dividem a sociedade das duas importantes rádios do município de Sousa. A Rádio Jornal de Sousa e o Sistema Regional de Comunicação, cujo nome fantasia é “Rádio Líder FM”. A família não controla apenas as rádios, mas também o poder político local. Trata-se de uma

---

<sup>181</sup> José Marques da Silva Mariz foi interventor federal na Paraíba, no período de 27 de dezembro de 1934 a 21 de janeiro de 1935, precedido por Gratuliano da Costa Brita e sucedido por Argemiro de Figueiredo. Pertence à tradicional família do ex-governador da Paraíba Antônio Mariz (PMDB). José Marques da Silva Mariz é irmão Angelina Mariz Maia, esta esposa de João Agripino de Vasconcelos Maia (II). José Marques da Silva Mariz é tio de João Agripino (III). João Agripino (III) foi deputado federal, senador, governador do Estado da Paraíba, Ministro do Tribunal de Contas da União, além de ter sido o primeiro titular do Ministério de Minas e Energia no governo Jânio Quadros. Além de João Agripino III, o casal teve 11 filhos, o primeiro dos quais uma mulher, batizada com o nome de Sílvia Mariz Maia. Agripino foi o segundo registrado como João Mariz Maia. O terceiro foi Tarcísio de Vasconcelos Maia (já não consta o Mariz no sobrenome da mãe), seguindo-se, Antônio Marques Mariz Maia, Fábio Mariz Maia e Otávio Mariz Maia – **Mariz** da mãe e **Maia** do pai. [...]. Seu pai era próspero proprietário rural, dono de fazenda em Brejo do Cruz e um engenho em Catolé do Rocha e chefe político de Brejo do Cruz e Catolé do Rocha”. Ver: RAMOS, 1992, p. 23. Consultar também: CITTADINO, 2006.

<sup>182</sup> Ver: OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. “Política no ar e no sangue”, de Janaina Aires, publicado em 26/03/2013.

tradicionalíssima família, herdeira de patrimônio político familiar e de grandes extensões de terras na região. Detentores de enorme volume de capital econômico e político, a família teve vários representantes políticos. A estratégia da família sempre foi fazer quadros para o controle político do município de Sousa. E inserção – a partir do poderio construído na região de atuação política – nos órgãos estratégicos de representação política estadual e federal, leia-se Assembleia Legislativa e Câmara dos Deputados.

Salomão Gadelha<sup>183</sup>, um dos herdeiros, já falecido, foi prefeito da cidade. Atualmente é o seu parente André Gadelha (PMDB). Lafayette Gadelha, filho de Salomão Gadelha, foi eleito vereador em Sousa e atualmente está na condição de Secretário de Ação Social do município. Lafayette Gadelha ao lado de sua irmã Myriam Gadelha administra a Rádio Líder<sup>184</sup>. Assumem também as principais secretarias no município, Noemia Rachel de Araújo Gadelha (Secretaria de Saúde), Antônio Nóbrega Gadelha Queiroga (Secretaria de Planejamento Social) e Renan Gadelha Xavier (Controladoria). Dois membros da família: Renato Gadelha (PSC) se encontra como representante da família na Assembleia Estadual e Marcondes Gadelha (PSC)<sup>185</sup>, primeiro suplente, que assumiu a vaga do deputado federal Pedro Cunha Lima, na Câmara Federal. Dalton Gadelha – médico e empresário – atua no

---

<sup>183</sup> Neto de Capitão Manoel Gadelha, primeiro líder político na região. Salomão Gadelha é filho de José de Paiva Gadelha e Miriam Benevides Gadelha. José Gadelha era irmão de André Avelino de Paiva Gadelha (Zabilo Gadelha), ex-vice-governador da Paraíba. Pertencente a uma das famílias tradicionais da política paraibana, tendo como reduto eleitoral o Sertão paraibano. É irmão de Marcondes Gadelha, Dalton Roberto Benevides Gadelha, Francisco de Assis Benevides Gadelha (Buega Gadelha). Francisco de Assis é presidente da Federação da Indústria do Estado da Paraíba – FIEP, por mais de quatro mandatos, foi reeleito pela elite empresarial paraibana, mais um mandato para o exercício de 2015 a 2019. Irmão de Salomão Benevides Gadelha ex-prefeito, por dois mandatos, do município de Sousa Paraíba. Irmão de Renato Benevides Gadelha, médico, ex-secretário estadual de infraestrutura, representante da família, atualmente na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba (2015-2019). Irmão de Petrônio Gadelha ex-presidente do “Treze Futebol Clube” entre 2005 e 2008. Marcondes é pai de Leonardo Gadelha, deputado estadual em 2006 e suplente de deputado federal pela Paraíba em 2010 e do atual prefeito de Sousa, André Gadelha. Da família Gadelha também se construiu outra linhagem de políticos que estão vinculadas ao Pires. Zabilo Gadelha (irmão de Zé Gadelha) é pai de Fátima Pires. Esta, por sua vez, mãe de Lindolfo Pires. Este é, pelo lado paterno, neto de Lindolfo Pires Ferreira Júnior (Nozinho) que foi deputado por três vezes. Cf. **Jornal Correio da Paraíba**, 29/04/2007.

<sup>184</sup> A rádio Líder FM teve sua programação temporariamente suspensa durante a disputa eleitoral de 2012. A justiça constatou que a emissora dedicou mais de 50% do tempo de diversos programas da grade beneficiando o candidato a prefeito André Gadelha (PMDB), em detrimento dos outros candidatos. Cf. OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. “**Política no ar e no sangue**”, de Janaina Aires, publicado em 26/03/2013

<sup>185</sup> Marcondes Gadelha nasceu em Sousa, localizada no sertão paraibano, formou-se em Medicina pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e iniciou a carreira política no final dos anos 60. Ao longo das décadas seguintes exerceu diversos cargos. Eleito deputado federal por seis legislaturas, nos períodos de 1971 a 1975, 1975 a 1979, 1979 a 1983, 1999 a 2003, 2003 a 2007 e 2007 a 2011. Também exerceu o cargo de senador da República no período de 1983 a 1991. Em 2010 candidatou-se a primeiro suplente de senador na chapa de Wilson Santiago. Atualmente é deputado federal e presidente estadual do PSC no Estado. Seu filho Leonardo Gadelha (PSC), ex-deputado federal, foi em 2014 candidato a vice-presidente da República na composição com o candidato a Presidente da República, Pastor Everaldo (PSC).

ramo da educação no município de Campina Grande. Dalton Gadelha compartilha sociedade da rádio Cidade de Esperança FM<sup>186</sup> com o ex-deputado federal Armando Abílio.

Os Gadelha, como assim são conhecidos na região, expandiram seu arco de atuação para o maior município do interior do Estado – Campina Grande. Neste, Dalton Gadelha domina e controla o sistema de transmissão televisivo afiliada da Rede Cultura – a TV Itararé. Esta está vinculada a uma das maiores instituições de ensino privado do Estado da Paraíba – o CESED<sup>187</sup>, que é composto pela Faculdade de Ciências Médicas (FCM), Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FACISA) e Escola Superior de Aviação Civil (ESAC), que tem como presidente Danton Benevides Gadelha, médico e irmão de Marcondes Gadelha. Além disso, outro irmão, Francisco de Assis Benevides Gadelha, conhecido como Buega Gadelha, foi reconduzido pela classe empresarial paraibana à presidência da Federação da Indústria do Estado da Paraíba – FIEP<sup>188</sup>.

Ainda no sertão, no município de Piancó, Wilson Braga, ex-deputado estadual, ex-deputado federal e ex-governador da Paraíba, é sócio da Rádio Cidade de Piancó, ao lado de sua irmã Nice Braga. Nice Braga é irmã de Vani Braga, ex-prefeita da cidade Conceição, e mãe de Alexandre Braga Pegado, ex-prefeito da mesma cidade, e de Francisca Leomar, conhecida como Lola, candidata derrotada à prefeitura em 2012, é sócia da rádio Conceição FM, ao lado da cunhada. A família comandou a cidade por mais de 50 anos, tendo Wilson Braga como a maior liderança do grupo familiar.

A cidade de Princesa Isabel também não escapa. O filho e o neto do Coronel José Pereira Lima, que deflagrou a Revolução de Princesa<sup>189</sup>, Aloysio Pereira Lima e José Pereira

---

<sup>186</sup> Ver: OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. “Política no ar e no sangue”, de Janaina Aires, publicado em 26/03/2013.

<sup>187</sup> O Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento (CESED) foi fundado no ano de 1997 em Campina Grande. O CESED criou, em 1999, a Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas (FACISA), sua primeira Instituição de Ensino Superior. Mediante o fortalecimento e o crescimento da FACISA, o CESED, na qualidade de mantenedora, fundou mais duas instituições: a Faculdade de Ciências Médicas de Campina Grande — FCM e a Escola Superior de Aviação Civil — ESAC, fundada em 2008. A instituição, em menos de duas décadas, e tendo em vista a política do governo federal através do FIES, construiu, com empréstimos oriundos de financiamento dos bancos estatais e de desenvolvimento, um patrimônio compreendido por treze cursos, além da infraestrutura de alto nível. Dentre os cursos oferecidos pela instituição encontram-se: Administração. Arquitetura e Urbanismo. Biomedicina. Ciências Aeronáuticas. Direito. Engenharia Civil. Enfermagem. Fisioterapia. Medicina. Nutrição. Sistema de Informação. Construção de Edifícios e Jogos Digitais. [http://www.cesed.br/portal/?page\\_id=21432](http://www.cesed.br/portal/?page_id=21432)

<sup>188</sup> Cf. [http://www.fiepb.com.br/noticias/2015/09/28/empresarios\\_reconduzem\\_buega\\_gadelha\\_a\\_presidencia\\_da\\_fiepb#sthash.QbqbWsE3.dpuf](http://www.fiepb.com.br/noticias/2015/09/28/empresarios_reconduzem_buega_gadelha_a_presidencia_da_fiepb#sthash.QbqbWsE3.dpuf). Acesso em 28/12/2015.

<sup>189</sup> A Revolta de Princesa trata-se de um evento histórico ocorrido na Paraíba, meses antes da Revolução de 1930. Pode ser entendida como uma reação das elites do Estado ao governo de João Pessoa, que procurava diminuir o poder local dos coronéis. O governo instituiu impostos que taxavam o comércio entre os municípios do interior e o porto de Recife. Ato que desagradou as elites paraibanas. A revolta teve início em 24 de fevereiro de 1930, na cidade de Princesa Isabel, a rebelião foi liderada por José Pereira de Lima, fazendeiro, comerciante,

Lima Neto, até bem pouco tempo, administram a rádio da cidade. A rádio Princesa é administrada por Aloysio Pereira Lima. Aloísio foi deputado por seis mandatos. Além do filho, Aloysio divide sociedade com o já falecido ex-prefeito da cidade Luiz Gonzaga de Sousa, conhecido como Gonzaga Bento, que é avô do ex-prefeito da cidade, Thiago Pereira de Sousa Soares. A família Pereira domina setores da administração da cidade desde o início do século XX.

Na região do Cariri paraibano ocidental, o herdeiro político da tradicional família Gaudêncio, Álvaro Gaudêncio Neto<sup>190</sup>, partilha a sociedade da rádio. Ex-deputado estadual e ex-deputado federal, Álvaro Gaudêncio é herdeiro de um patrimônio político familiar que remonta ao final do século XIX. É filho do ex-deputado federal e ex-prefeito de Serra Branca, Álvaro Gaudêncio Filho. Atualmente o município está sendo administrado por Eduardo Torreão, um dos herdeiros locais dos Gaudêncio. A rádio Serra Branca FM tem como sócio o empresário e ex-deputado estadual Manoel Alceu Gaudêncio e Marcos Torreão Mota. Ainda no cariri, o irmão do ex-deputado estadual Carlos Batinga (PSB), por exemplo, Alberto Jorge Batinga Chaves, é sócio-diretor da Rádio Cidade AM de Sumé, na ponta sul da Paraíba, região de atuação política do deputado. Ele também é sócio de uma rádio com o mesmo nome em Cuité, cidade localizada no extremo norte do Estado.

Na região do Brejo paraibano, mais especificamente no município de Guarabira, José Rafael Aguiar, segundo suplente do ex-senador Cícero Lucena (PSDB), é sócio diretor da Rádio Cultura do município. Além dele, outros parentes também são sócios da Rádio Guarabira FM. Em Guarabira, Léa Toscano (PSDB), ex-deputada estadual, ex-prefeita e esposa do atual prefeito do município Zenóbio Toscano (PSDB) e mãe da deputada estadual Camila Toscano (PSDB), é sócia da Rádio Constelação. O deputado estadual Ranieriy

---

Deputado estadual e uma das lideranças do Partido Republicano da Paraíba, opositor ao Governador João Pessoa João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. O deputado declarou apoio a Júlio Prestes, candidato à Presidência da República apoiado pelo presidente Washington Luis. Em represália às atitudes do adversário, João Pessoa ordenou a retirada dos funcionários estaduais de Princesa e destituiu o prefeito e o vice-prefeito da cidade, aliados de Pereira Lima. Esse fato provocou o início da Revolta. Para conter a rebelião, o Governador enviou um grande contingente de soldados para a região de Princesa e ameaçou bombardear a cidade. Após quatro meses de revolta, em 9 de junho de 1930, Pereira de Lima declarou Princesa um território independente da Paraíba e subordinada diretamente ao governo federal. No mês seguinte, João Pessoa foi assassinado por João Dantas, seu inimigo político e aliado de Pereira de Lima. O acontecimento pôs fim à revolta. Em agosto do mesmo ano, milícias paraibanas entraram em Princesa e prenderam os envolvidos na rebelião. Em setembro, o território voltou a fazer parte da Paraíba. Disponível em: <http://elisonaldohistoria.blogspot.com.br/2013/07/a-revolta-da-princesa.html>. Acesso em 26/01/2016. Ver também: RODRIGUES, 1978.

<sup>190</sup> As famílias de maior prestígio político do Cariri eram descendentes diretos da união entre o Capitão-mor Domingos de Farias castro e Isabel Rodrigues de Oliveira, que viveram em Cabaceiras/PB, durante o século XVII. Destacam-se entre as famílias os Farias Castro, Castro Farias, Farias Cavalcante, Brandão (tronco que originou os Maracajá), Barros Leira, Romeu, Costa Ramos, Correia de Queiroz (tronco que originou os Brito e os Gaudêncio) e Sousa Varjão. Ver: MOREIRA, 2012; MEDEIROS, 1989.

Paulino<sup>191</sup> (PMDB), filho do ex-deputado federal e ex-governador Roberto Paulino (PMDB), família que disputa com os Toscano o poder político local. É sócio da Rádio Guarabira FM. Ainda no Brejo, Armando Abílio ex-deputado federal e ex-presidente do PTB, é sócio da Rádio Cidade Esperança, no município de Esperança, situado no Brejo paraibano.

Ainda na região do Brejo – em Bananeiras – Clóvis Bezerra Cavalcanti, já falecido, mas que ainda consta como sócio na lista do Ministério das Comunicações foi governador do Estado por um ano (1982-1983), vice-governador em dois mandatos, prefeito da cidade de Bananeiras e deputado de meados da década de 1940-1980. É sócio da Rádio Integração do Brejo – na cidade de Bananeiras – ao lado de Mozart Bezerra Cavalcanti e Afrânio Ataíde Bezerra Cavalcanti. O primeiro foi prefeito do município vizinho, D. Inês, e o segundo, deputado estadual. A família permanece disputando e atuando na política. Herdeiros desta família são: Augusto Bezerra Cavalcanti Neto e Antônio Hervásio Bezerra Cavalcanti<sup>192</sup>, que atualmente se encontra como deputado estadual. Porém, vale salientar que, desde 1992, a rádio passou a ser administrada pela diocese de Guarabira.

Em Guarabira, município situado na região do Brejo paraibano, como já mencionado, a sociedade da Rádio Guarabira FM, é dividida entre o deputado estadual Raniery Paulino (PMDB), da família que disputa a política na região e que fora oposição ao governador Ricardo Coutinho (PSB), e oposição ao grupo político local liderado por Zenóbio Toscano. Todavia, o Sistema Correio de Comunicação historicamente no Estado tem se posicionado e apoiado os candidatos do PMDB, embora não declare tal posição. Com a chegada de Ricardo Coutinho (PSB) ao governo do Estado, em 2011, no final do seu primeiro mandato, em 2013, o Sistema Correio de Comunicação passou a estar na órbita do governo estadual.

Entrevistando o prefeito da cidade, Zenóbio Toscano, jornalistas da Rádio Correio em João Pessoa insinuaram, ao vivo, que a entrevista pudesse não ser retransmitida na rádio Guarabira FM, em virtude de romper com os interesses do grupo político dos Paulino. O

---

<sup>191</sup> O deputado estadual Raniery Paulino (PMDB), está na quarta geração de políticos da família originária em Guarabira. A tradição política familiar, segundo ele, vem desde o ex-deputado e ex-prefeito de Guarabira, Osmar Aquino. Osmar Aquino é primo de sua mãe, Fátima Paulino, ex-prefeita da cidade, e do seu avô, Antônio Paulino. O pai de Roberto Paulino é ex-prefeito de Guarabira e ex-governador do Estado da Paraíba. Cf. CORREIO DA PARAÍBA, 29/04/2007, em artigo “**Coronéis já projetam até a quinta geração política na Paraíba**”, escrito por Adelson Barbosa dos Santos.

<sup>192</sup> É do mesmo tronco de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Este ex-presidente do Estado da Paraíba em 1930. Sobrinho do presidente Eptácio Pessoa. João Pessoa casou-se com Maria Luisa de Sousa Leão, filha do ex-governador de Pernambuco, Segismundo Gonçalves. João Pessoa foi Auditor Fiscal no governo federal. Na presidência do seu tio Eptácio Pessoa foi escolhido para o cargo de juiz do Superior Tribunal Militar, a mais alta corte da justiça militar no país, cargo que exerceu até assumir o governo da Paraíba. Cf. LEWIN, 1993, p. 320-321.

diretor de radiojornalismo do sistema Correio, o jornalista, que também é dono do portal *PoliticaPB*, da revista *Politika* e, à época, pré-candidato a deputado estadual, Fabiano Gomes, foi enfático e declarou que, se isso acontecesse, o sócio deveria “pegar o seu boné”, isto é, acabar com a sociedade, já que os interesses políticos do Sistema de Comunicação na região agora são outros.

Diante de tal configuração, vê-se que o poder político encontra-se entrelaçado com outros poderes. Tornando-se, na prática, quase impossível dissociar os interesses dos agentes políticos dos interesses das instituições, visto que estas agem de acordo com os agentes e são construídas pelos valores que lhes imprimem. As disputas políticas no estado não só dividem os grupos, mas também se refletem na divisão dos meios de comunicação, os quais são controlados pelos grupos locais e estaduais que se revezam no poder. O campo político<sup>193</sup>, como já mencionado, é um campo também e, fundamentalmente, de lutas simbólicas por meio de imposição de princípios de di-visão. O que está em jogo, muitas vezes, é o poder de impor uma visão do mundo social através do princípio de di-visão que, quando se impõe ao conjunto do grupo, realiza o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo<sup>194</sup>.

Em Santa Rita – município situado na região metropolitana de João Pessoa, Capital da Paraíba, – a continuidade e imbricamento entre os meios de comunicação e os agentes políticos permanecem. Severino Maroja, conhecido como o eterno prefeito de Santa Rita<sup>195</sup>, é dono da Rádio Santa Rita. É esposo da ex-deputada estadual, por quatro mandatos, Estefânia Pedrosa Maroja. Severino Maroja é pai de Rachel Maroja, com quem divide a administração da rádio e o gosto pelos cargos públicos. Raquel foi candidata a uma vaga na Assembleia Legislativa em 2010. A relação entre poder político e controle da mídia não se trata de um

---

<sup>193</sup> O pai de Raniery Paulino (PMDB), Roberto Paulino (PMDB), foi prefeito da cidade entre 1977 e 1982, sucedido por Zenóbio Toscano 1983-1988 (PSDB). Roberto Paulino retoma o poder em 1989 a 1992 e foi sucedido por Jáder Soares Pimentel, 1993 a 1996; quando assume Léa Toscano (PSDB) por dois mandatos de 1997 a 2004; sucedida por Maria de Fátima Paulino (PMDB), por dois mandatos 2005 a 2012; até que Zenóbio retoma o poder para o mandato de 2013-2017.

<sup>194</sup> Cf. BOURDIEU, 2011, p. 113.

<sup>195</sup> Severino Maroja foi prefeito por três mandatos (1982-1988; 1996-2000; 2000-2004) em Santa Rita. Sua esposa Estefânia Pedrosa Maroja foi deputada estadual por quatro mandatos e seu irmão Zé Luís Maroja foi eleito deputado estadual por mais um mandato. Raquel Maroja, filha de Severino Maroja e de Estefânia Maroja é empresária. Filha da tradicional família de políticos santaritenses, Raquel em todas as administrações do seu Pai Severino Maroja, como prefeito de Santa Rita, foi peça fundamental, no exercício da administração. Raquel também atuou assessorando sua mãe Estefânia Maroja nas quatro vezes em que foi deputada estadual. Raquel atualmente está na direção da Rádio 100.5 a FM Líder em audiência na região. Há mais de 15 anos, a frente da rádio, a empresária colocou a 100.5 FM, entre as mais ouvidas da grande João Pessoa. Ver: <http://www.jornal1005noticias.com.br/2011/08/diretora-da-radio-1005-raquel-maroja.html>. Acesso em 20/01/2016.

fenômeno das regiões e dos municípios situados no sertão ou no cariri. É um fenômeno que se estende por todo o território do Estado, tendo como controladores as elites política e econômica locais.

Em Santa Rita, os interesses também se dão em torno do poder político familiar. Aos olhos de muitos, o poder local se reveza entre duas famílias. Seriam duas famílias que disputariam o poder local. Mas, ao fazer uso da genealogia, vê-se que a família Maroja é do mesmo tronco familiar dos Ribeiro Coutinho<sup>196</sup>. Trata-se de forças políticas e econômicas que controlam e dominam o poder público local há mais de meio século. Famílias que têm se perpetuado por meio dos seus herdeiros, ocupando cadeira na Assembleia Legislativa do Estado. A título de reforço argumentativo, depois de 30 anos de disputas no município de Santa Rita, entre Ribeiro Coutinho e Maroja, em 2014 caminharam unidos para a disputa das eleições municipais daquele ano<sup>197</sup>.

Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, ex-prefeito de Santa Rita (1978; 1988; 2004; 2008) e ex-deputado estadual, tornou-se adversário político de Severino e Estefânia Maroja (marido

---

<sup>196</sup> Flaviano Quinto Ribeiro Coutinho (PMDB) é filho do ex-prefeito de Santa Rita e ex-deputado estadual Marcus Odilon Ribeiro Coutinho. Marcus Odilon é irmão de Flaviano Ribeiro Coutinho Filho – conhecido como Flavianinho – ex-deputado estadual e ex-deputado federal. Ambos são filhos de Flaviano Ribeiro Coutinho. Este irmão de Flávio Ribeiro Coutinho. Filho de João Ribeiro da Silva Coutinho e Ana Ferreira de Castro Ribeiro Coutinho. Flávio Ribeiro Coutinho teve onze irmãos. Flávio Ribeiro Coutinho nasceu a 20 de julho de 1882, na fazenda Chaves, localizada no distrito Gurinhém, que posteriormente se emanciparia do município de Pilar. Após seus estudos de primeiras letras, Flávio Ribeiro Coutinho foi levado ao internato no Instituto Bananeirense, sob a direção de Sizenando de Miranda Henriques, onde concluiu o primário. Em seguida, cursou o secundário no Colégio Diocesano Pio X, na capital da Paraíba. Em 1901, desembarcou no cais do porto de Salvador, capital da Bahia, onde se matriculou na faculdade de Medicina. Seu tio materno, que também se chamava Flávio, seguiu o mesmo roteiro na década de 1880, no século XIX. Casou com Berenice Mindêllo, com quem teve seis filhos: Francisco Leocádio, Ana Rita, Berenice Maria, Francisca Ninosa, José Painho e João Crisóstomo Ribeiro Coutinho. Em 1922, Flávio Ribeiro Coutinho associou-se aos irmãos na compra da Usina S. João, integrando a firma “João Úrsulo & Irmãos”, e posteriormente adquiriu por conta própria a Usina Cumbe, a que deu o nome de Santa Rita. De firma individual passou a Sociedade Anônima a 27 de março de 1933. Fundou e instalou a 29 de março de 1947, o Banco Comércio e Indústria da Paraíba S/A, cuja primeira diretoria fora constituída: Presidente: Flávio Ribeiro Coutinho; Vice-Presidente: Odilon Maroja Ribeiro Coutinho; Secretário: Flaviano Ribeiro Coutinho. A relevância desta casa bancária em favor da Paraíba, ressaltava, principalmente, do princípio de que, maior parte de seus capitais seriam empregados em prol das iniciativas locais. Começando o banco com um capital de cinco milhões de cruzeiros em 1947, teve-o aumentado para dez milhões e, por fim, em 1955, já o era da ordem de vinte e cinco milhões. Líder político em Itabaiana, Flávio elegeu-se deputado estadual para a legislatura de 1924/1927, sendo reconduzido em 1947, quando presidiu a Assembleia Legislativa em pleno Processo Constituinte estadual. Foi vice-governador do Estado, deputado federal eleito em 1930, presidente efetivo da UDN na Paraíba em 1945, 1946, 1950 e 1953, e governador eleito do Estado da Paraíba em 1956. As exacerbações do processo eleitoral anterior não poderiam se repetir. As principais correntes oligárquicas do Estado partiram para um acordo e lançou-se um candidato de consenso: Flávio Ribeiro Coutinho (UDN). O pequeno PST, contra o acerto dos grandes latifundiários e empresários do Estado, indicou um candidato de protesto, Renato Teixeira. Flávio teve 90,3% dos votos: 180.228 contra 19.251 de Renato. Ausentou-se do cargo em dezembro de 1957 para tratar da saúde no Rio de Janeiro, aonde viria a falecer em maio de 1963. Cf. MAIA, 1977.

<sup>197</sup><http://www.parlamentopb.com.br/Noticias/?traicoes-e-acordos-marcam-pre-campanha-na-paraiba-12.02.2012>. Acesso em 06/11/2015. Ver também: Idem, 1977.

e esposa) em 1982. Desde esse período, o controle do poder político local passou a ser revezado entre o comando dos Maroja e dos Ribeiro Coutinho. Com auxílio da genealogia, percebe-se que se tratou de estratégia utilizada pelo grupo familiar o que objetivou ainda mais acúmulo de poder político em uma só família. Marcus Odilon e Severino Maroja são primos, portanto, originários do mesmo tronco. Em 2014, Marcus Odilon propôs uma chapa encabeçada pelo atual vice-prefeito, Gilvandro dos Anjos (que não é da família) para prefeito, tendo o ex-prefeito Severino Maroja como vice. A composição foi aceita em comum acordo com Ana Lúcia (primeira dama) e Flaviano Quinto Ribeiro Coutinho (ex-deputado estadual), pelo lado dos Ribeiro Coutinho, e Estefânia e Raquel (mãe e filha) pelo ramo dos Maroja<sup>198</sup>.

A relação entre o poder político e o poder midiático não se resume ao controle das rádios locais. Outras instâncias de poder também são ocupadas pelos agentes políticos e empresários. É a informação como uma mercadoria de alto valor numa sociedade em que a cultura do espetáculo torna-se central. Além do controle sobre as rádios locais, controlam-se os mecanismos de comunicação e de dominação simbólica, que possuem uma *abrangência* em todo o território do Estado da Paraíba. Na Paraíba, os dois principais sistemas de comunicação se encontram sobre o controle de empresários que atuaram na política. Trata-se da Rede Paraíba e o Sistema Correio de Comunicação. O controle sobre estes sistemas de comunicação só demonstra a força que esses agentes têm na esfera estatal. E a forma como mantêm relações estreitas com o os mais altos cargos ocupados na burocracia estatal.

A Rede Paraíba de comunicação, afiliada da Rede Globo, formada pelo *Jornal da Paraíba*, a TV Paraíba e a TV Cabo Branco, as rádios CBN e Cabo Branco e o portal G1, é administrada pelo grupo São Braz. Grupo este pertencente à família Silva, que tem José Carlos da Silva Júnior como sócio. Silva Júnior, empresário, foi vice-governador da Paraíba de 1983 a 1986, na gestão Wilson Braga (PSD). Posteriormente, foi suplente de senador de Ronaldo Cunha Lima (PMDB), assumindo o cargo, em virtude do afastamento do titular, em 1996, 1997 e 1999.

Em matéria<sup>199</sup> circulada na imprensa em 15/05/2011 destacava que

no dia 17 de junho de 2010, um fiscal da *Receita Estadual multou a São Braz SA Indústria e Comércio de Alimentos em R\$ 5.074.432,58, por uma dívida acumulada pelo não pagamento do ICMS no valor de R\$ 2.537,216,29, relativa aos anos de 2005, 2006 e 2007. Passados quatro meses deste auto de infração, no dia 20 de outubro de 2010, não só a multa*

<sup>198</sup> <http://www.parlamentopb.com.br/Noticias/?traicoes-e-acordos-marcam-pre-campanha-na-paraiba-12.02.2012>

<sup>199</sup> Cf. <https://paraibahoje.wordpress.com/2011/05/15/empresario-jose-carlos-convoca-uma-reuniao-de-emergencia-para-discutir-o-escandalo-da-sao-braz/> Acesso em 10/11/2015.

*foi cancelada e a dívida extinta, como todo o processo foi apagado como num passe de mágica do sistema centralizado na Secretaria da Receita do Estado. O autor desta façanha fiscal e tributária foi o então secretário da Receita, Nailton Rodrigues Ramalho, que em uma canetada só, sem consultar o Conselho Fiscal da Secretaria, que está acima do titular do cargo, e, muito menos, a Procuradoria do Estado, resolveu avocar para si a decisão de perdoar uma dívida de um poderoso grupo empresarial e subtrair R\$ 7,5 milhões dos combalidos cofres estaduais. À época, o que circulava na mídia estadual, era se Nailton recebeu ou não autorização do ex-governador e hoje atual senador José Maranhão (PMDB). Em sua justificativa, o secretário Nailton Ramalho desconheceu o trabalho do fiscal da Receita e a existência da dívida, argumentando que “a direção superior desta secretaria não foi devidamente comunicada sobre o procedimento adotado para que se procedesse a re-fiscalização de trabalhos, anteriormente, realizados por Auditor fiscal Tributário”. Já o fiscal da Receita Newton Arnaud Sobrinho, que lavrou o auto de infração, ao contrário do secretário, identificou 21 faltas de recolhimento do imposto estadual, entre o período de 1 de outubro de 2005 e 31 de outubro de 2007. Outro fato que chama bastante atenção, além do perdão de dívida milionária e a conseqüente extinção do débito e do processo como um todo, foi a celeridade da tramitação na Receita do Estado. Apenas cinco dias após o secretário Nailton Ramalho dar a canetada em prol do grupo São Braz, o Gerente Executivo de Fiscalização, Luiz Mário de Brito Marinho, no dia 25 de outubro de 2010, encaminhou a determinação do secretário para a Gerência de Tecnologia de Informação da Receita para o cancelamento da infração N 93300008.09.00000246/2010-07 e, conseqüentemente, do processo em geral, perdendo assim uma dívida de R\$ 7,5 milhões, antecipando para o mês de outubro de 2010 o Natal do grupo São Braz. (grifo meu)*

O texto transcrito trata de um escândalo anunciado na Paraíba, em 2011, que envolve o ex-senador e empresário dono da Rede Paraíba de Comunicações. Trata-se de um dos homens mais ricos do Estado. Tal matéria demonstra o quanto as redes de relações e de poder se estendem às decisões e aos órgãos vinculados ao Estado. Observa-se que um perito de um órgão responsável pela fiscalização da arrecadação de impostos do Estado, devido à ausência de pagamentos de impostos à referida instituição, impetrou uma ação através da qual multou a empresa São Braz SA Indústria e Comércio de Alimentos, em R\$ 5.074.432,58, por ausência de pagamento de ICMS, no decorrer de três anos.

A matéria destaca que, “passados quatro meses deste auto de infração, no dia 20 de outubro de 2010, não só a multa foi cancelada e a dívida extinta, como todo o processo foi apagado como num passe de mágica do sistema centralizado na Secretaria da Receita do Estado”. O texto sinaliza para as relações espúrias que, muitas vezes, existem entre as elites econômicas e as elites empresárias. Trata-se de relações que, quase sempre, estabelecem-se entre instituições públicas e agentes do mercado. Conforme temos demonstrado, quanto maior o volume do capital econômico e do *capital político-familiar* maior a probabilidade de acesso

e de influência sobre as instâncias burocráticas da administração. O que possibilitou inclusive, no exemplo supracitado, que o sistema de controle da receita “cancelasse e apagasse” a multa gerada<sup>200</sup>.

Mas este não é um caso isolado. Roberto Cavalcanti, empresário e ex-senador, que controla o Sistema Correio na Paraíba, afiliada da Rede Record, também foi envolvido em escândalos milionários<sup>201</sup>. O Sistema Correio de Comunicação é administrado pela família de Roberto Cavalcanti. O sistema reúne as TVs Correio e RCTV, o jornal *Correio da Paraíba* e o *Paraíba Já*, o portal Correio e várias rádios. A maior parte das concessões está nos nomes de Beatriz Albuquerque Ribeiro, Maria Alice Albuquerque Ribeiro e Martha Albuquerque Ribeiro<sup>202</sup>. Outras estão registradas no nome de Roberto Cavalcanti Filho, todos parentes de Roberto Cavalcanti, que também detém concessões em seu nome. Roberto Cavalcanti foi suplente do senador José Maranhão (PMDB) e chegou a assumir o cargo em 2006 e de 2009 a 2011, depois de executar, através de seus veículos, uma intensa campanha pela cassação do governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima (PSDB). Assim como a política, a mídia também tem se constituído em um negócio de família. A quantidade de políticos que possuem concessionárias é considerável. Muitos são beneficiados pelas concessões sem solicitá-las em seu próprio nome.

---

<sup>200</sup> Em um Estado regido e operacionalizado por uma gramática fundamentada no universalismo de procedimentos, caberia ao empresário entrar com uma ação na esfera cabível e de competência para provar que o agente da receita estadual estava equivocado. O simples recibo de pagamento e/ou as notas referentes à arrecadação do imposto pelo Estado, o conduziria a declarar sua idoneidade tributária junto ao Estado da Paraíba. Porém, a narrativa acima, nos traz indícios de que as relações foram construídas por meio do acesso que o empresário tem para com agentes da alta burocracia estatal. Isto só ratifica o peso que exerce o capital econômico nas redes de relações construídas. O acesso não se deve meramente por questões pessoais, mas, e fundamentalmente, pelo capital pessoal econômico.

<sup>201</sup> Em matéria publicada em 21/11/2008 no site do Congresso em Foco apresentou o perfil do candidato que assumiu a vaga do senador José Maranhão. Trata-se do “empresário paraibano Roberto Cavalcanti Ribeiro, o suplente que assumirá a vaga do senador José Maranhão (PMDB) por conta da cassação do governador Cássio Cunha Lima (PSDB)”. Roberto Cavalcanti respondia à época a um processo na Justiça Federal por corrupção ativa, estelionato, formação de quadrilha, uso de documentos falsos e crimes contra a paz pública. O caso tramita desde 2004 na 3ª Vara da Justiça Federal da Paraíba e é conhecido no Estado como o “escândalo da Fazenda Nacional”. Ele foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) por ser um dos ex-diretores da Indústria e Comércio de Materiais Plásticos (Polyutil), depois transformada em Associação de Participação e Gestão Compartilhada (Plastfort). As duas empresas, segundo a denúncia do MPF, deixaram de pagar um financiamento de R\$ 18,8 milhões junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Ainda de acordo com os procuradores da República na Paraíba, o esquema foi feito por meio de operações fraudulentas realizadas por uma quadrilha de ex-servidores da Procuradoria da Fazenda Nacional (PNF). A quadrilha conseguia extinguir débitos tributários inscritos na Dívida Ativa da União para emitir certidões negativas. A Polyutil, presidida por Roberto Cavalcanti, que, em seguida, trocou de nome para Plastfort, foi uma das maiores beneficiadas. Cf. <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/suplente-de-maranhao-responde-a-processo-por-corrupcao/> Acesso em 18/02/2016.

<sup>202</sup> Cf. Artigo publicado no Observatório da Imprensa intitulado “**Política no ar e no sangue**” de Janaina Aires, publicado em 26/03/2013, p. 02

A família “Cunha Lima” e a família “Maranhão”. Duas famílias que, nas últimas décadas, disputaram as melhores posições no campo político da Paraíba. A primeira, construída em torno de Ronaldo José da Cunha Lima e, a segunda, em torno de José Targino Maranhão. Ambos figuram entre os ex-governadores que detêm parentes com concessionários de radiodifusão. A rede Tamandaré, da cidade de Picuí, é uma sociedade de Savigny Rodrigues da Cunha Lima e Silvana Medeiros da Cunha Lima. Além disso, o suplente de senador, à época, de Ronaldo Cunha Lima, foi o empresário e proprietário da Rede Paraíba, que contou com a suplência de Silva Júnior, dono da Rede Paraíba de Comunicações, afiliada da Rede Globo. O ex-governador e atual senador, não fugindo da regra, em Araruna, cidade natal, sua irmã Wilma Targino Maranhão é sócia, ao lado de Magda Maranhão, da Rádio Serrana. A família domina e participa das disputas políticas na região, por mais de meio século de poder. Wilma é prefeita da cidade, seu filho, Benjamin Maranhão, é deputado federal e Olenka Maranhão é deputada estadual. Como senador, em 2003, José Targino Maranhão, ainda contou com a suplência de Roberto Cavalcanti, proprietário do Sistema Correio de Comunicação, conforme mencionado acima.

Depreende-se que na órbita do poder político, algumas concessões estão em nomes de terceiros ou de parentes de políticos influentes, como é o caso do Deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP), ex-ministro das cidades, irmão da deputada estadual Daniela Ribeiro (PP). Herdeiros políticos de Enivaldo Ribeiro (PP) e da prefeita do município de Pilar-PB, Virgínia Veloso Borges (PP). Segundo dados do Observatório do Direito à Comunicação e da Folha de São Paulo, o ex-ministro controla através de terceiros, as concessões das rádios Cariri AM e PB FM<sup>203</sup>.

A cartografia do poder, nesse sentido, permite perceber essa complexa rede de famílias e de poder, em patrimônios, cargos e insígnias simbólicas. Permite, ainda, estabelecer as conexões entre as estruturas de parentesco e as estruturas de poder. (OLIVEIRA, 2012) Sem o recurso à genealogia, dificilmente se consegue visualizar a teia que forma a rede de poder político na Paraíba. Assim, a genealogia, associada à investigação histórica e à produção simbólica e material desses grupos, fornece uma metodologia de pesquisa fundamental para a investigação acerca da construção social da riqueza e da pobreza em nosso país. Permite desvendar as estratégias utilizadas, em períodos de longa duração, pelos ricos e poderosos. (OLIVEIRA, 2012)

---

<sup>203</sup> Cf. Artigo publicado no Observatório da Imprensa intitulado “**Política no ar e no sangue**” de Janaina Aires, publicado em 26/03/2013, p. 02.

Tal constatação reforça o argumento de que o capital econômico e o capital político-familiar possibilitam acesso ao Estado, o que permite através das redes de relações e privilégios dessas “famílias” o acesso às concessões e autorização das rádios. A concessão ou autorização fornecida pelo Estado brasileiro (através de aprovação no Congresso ou por meio da autorização do Ministro das Comunicações) tem como critério o peso político dos agentes. As rádios, nesse sentido, passam a ter “donos”. Na prática, o Estado transfere algo que é de sua competência para as famílias políticas. Tornou-se emblemática a resposta do ex-senador Atilio Fontana (1963-1971), eleito pelo PSD, à época, ao ser entrevistado por repórter da Rádio Rural do município de Concórdia, em que o entrevistador afirma: “senador, o microfone é todo seu. O senador não perde tempo e responde: Não só o microfone, meu rapaz, mas a rádio toda”. (LIMA & LOPES, 2007, p.08) Esse simples recorte discursivo, embora pareça uma anedota folclórica, simboliza a relação entre os agentes políticos e controle que estes mantêm para com o aparato midiático local.

Não se trata apenas de um recorte discursivo, mas de uma forma de um *modus operandi* que demonstra a força política dos agentes dentro do campo. Estes não só controlam as rádios – enquanto estrutura de comunicação – controlam os conteúdos e as informações que são e devem ser divulgadas e/ou transmitidas. Se antes, os agentes políticos das tradicionais linhagens, possuíam poder político e econômico que permitiam a dominação por meio da gramática do clientelismo, agora, com a modernização do aparelho de Estado, para além de dominar os corpos dos despossuídos historicamente de capital cultural e capital econômico, exercem domínio, também, sobre os cérebros dos sujeitos. É o Estado brasileiro garantindo, por meio das concessões públicas e de autorizações, o fortalecimento do poder privado das históricas famílias políticas do Estado. Famílias que se perpetuam no poder.

O exposto nos permite perceber uma verdadeira rede política que se constitui no Estado. Rede na qual as famílias políticas formam elos que permitem acessar diversas outras instituições. São famílias que controlam os setores da educação superior, melhores aposentadorias públicas, as melhores remunerações de juros e lucros, as conexões com os melhores cargos no aparelho de Estado e as conexões entre as melhores posições e melhores [redes] de capitais sociais<sup>204</sup>. As famílias políticas mencionadas, em sua grande maioria, famílias tradicionais, no século XIX e segunda metade do século XX, detinham o controle sobre a propriedade da terra.

---

<sup>204</sup> Cf. OLIVEIRA, 2012, p.54.

Com o processo de industrialização no século XX e o paradigma tecno-informacional no século XXI, estes agentes latifundiários ampliaram seus patrimônios, por meio das redes de parentesco e atuação dos familiares, no âmbito do aparelho de Estado. Além de controlar a propriedade da terra, muitas delas passaram a atuar em outros setores da economia. Muitos migraram para o setor empresarial: construção civil, ensino superior particular.

Esse processo se deu, mais uma vez, com o apoio do Estado brasileiro por meio de empréstimos realizados por esses grupos – a fundo perdido – e com baixas taxas de juros junto aos bancos públicos para financiar os empreendimentos no espaço urbano. Se na década de 1930, 1950 e 1960, as políticas de combate às secas na região possibilitaram o aumento do patrimônio de muitas dessas famílias<sup>205</sup>, no século XXI, as políticas de financiamento do ensino superior – junto às faculdades particulares – através de programas como o Fundo de Financiamento Estudantil – FIES e Programa Universidade Para Todos – PROUNI, configura-se na continuidade das políticas que, se por um lado, dar acesso aos sujeitos ao ensino que historicamente foram excluídos em nosso país, por outro, fortalece “as famílias dos políticos”. Parece-nos ser uma tendência deputados federais, senadores ou parentes destes serem proprietários de Faculdades ou Centros de Ensino particulares, bem como atuarem no ramo da construção civil. Além do controle dos meios de comunicação, como esboçado.

Não é por mero acaso, destino ou providência divina que, desde 1930, muitas destas famílias se perpetuam no poder e continuam – por meio dos herdeiros – controlando e ditando as regras da política na Paraíba. Embora tenham ocorrido transformações significativas nos últimos 14 anos, estas ainda não foram capazes de modificar e transformar o padrão de representação e dominação política no Estado. É possível identificar – por meio da genealogia – que, desde o processo de instauração do regime democrático liberal, aproximadamente 20 famílias dominam os principais cargos e assumem os postos dos melhores salários públicos no Estado, além de se revezarem no poder.

---

<sup>205</sup> Para uma melhor compreensão acerca das políticas desenvolvidas pelo Estado brasileiro na região Nordeste no período militar. E a intervenção planejada na economia regional sugere-se a leitura do Capítulo 3 – O Papel do Sistema Institucional de Crédito. Cf. BURSZTYN, 2008.p. 53-74.

## **b) Lugares de memória e dominação simbólica**

A política é, antes de tudo, uma luta simbólica. É com esta afirmação que inicio este tópico. Esta luta acontece em variados lugares. É possível identificar as marcas simbólicas das famílias políticas em diversos lugares de nosso Estado. Ruas, avenidas, praças, clubes, escolas, centros de convenções, tribunais de justiça, auditórios e mais uma variedade de lugares públicos são perpassados pelas insígnias dos nomes de agentes pertencentes às famílias políticas. Dificilmente, no Estado, existe algum município que não possua algum equipamento público com o nome do ex-presidente do Estado – “João Pessoa” ou Presidente “Epitácio Pessoa”. Os equipamentos públicos são recortados por processos de materialização simbólica das famílias que controlam o espaço da política. Estas não só controlam, quando vivas, os principais postos de trabalhos, mas, ao morrerem, são lembradas por seus nomes em muitos dos lugares. “Embora se distanciem dos vivos, após a morte material, por meio dos seus “nomes” e ritual” se materializam simbolicamente e se aproximam destes.

Assim os herdeiros não herdam apenas o nome, herdam, também, o patrimônio material e simbólico do grupo familiar e ritualizam a memória dos seus antepassados, permanentemente. Ritualizam o “nome de família”, isto é, o capital simbólico – reconhecimento institucionalizado, espécie de eficácia mágica, constantemente. Ritualizam de tal forma que os tornam, quase sempre, presentes nas memórias das pessoas. Assim são por meio de rituais – velório, pronunciamentos fúnebres, aniversário de morte, discurso em plenários, missas, construções de avenidas, praças e ruas, inauguração de prédios com os nomes “dos mortos” – que estas famílias políticas potencializam o capital simbólico dos vivos.

Esta nos parece ser uma das formas de manter os mortos vivos. É pela memória que a história acontece. Quando da morte de Antônio Vital do Rêgo, em 02 de fevereiro de 2010, diversas foram as instituições no Estado da Paraíba que decretaram luto oficial por até três dias: Assembleia Legislativa, Prefeituras e Câmaras Municipais, Ordem dos Advogados-PB, diversas autoridades (parlamentares, advogados, promotores, juízes), prestaram discursos de homenagem à sua memória. Na Assembleia Legislativa, por exemplo, Wilson Braga, ex-governador e deputado estadual, à época, fez uso da tribuna rememorou e destacando:

Político de vocação, herdara a liderança do pai, o Major Veneziano Vital do Rego, que foi deputado estadual, e de um tio ilustre, o ex-governador Argemiro de Figueiredo, que se elegera para as duas Casas deste Congresso

Nacional, sempre sobressaindo nos grandes debates e discussões de interesse da Nação e, em particular, da Paraíba. E essa vocação se manifesta, cada vez mais latente, à medida em que o tempo passa, bastando saber-se que Vital do Rego era pai do (hoje) deputado federal Vital do Rego Filho, nosso querido Vitalzinho, e do prefeito de Campina Grande, Veneziano Vital do Rego; sua única filha, Rachel Vital do Rego, não enveredou pela política, mas ocupa lugar de destaque na medicina humana, com especialidade na pediatria. Essas queridas criaturas, elas mesmas, Vital do Rego as gerou com uma das mais ilustres senhoras da minha terra, d. Ozanilda Gondim, filha do saudoso ex-governador Pedro Moreno Gondim<sup>206</sup>.

Observa-se que Wilson Braga, tendo acesso legítimo à Assembleia Legislativa, refere-se, em seu discurso performativo, à memória de “Antônio Vital do Rêgo” como o “político de vocação” e que, portando, herdara o processo de herança política – do seu pai “Major Veneziano” e do seu tio “Argemiro de Figueiredo”. A homenagem estende-se para além do morto, estende-se à família, já confirmando os sucessores e o prolongamento da “vocação”. A transmissão, como se natural fosse, do capital político.

Da mesma forma, ocorreu com Antônio Mariz, João Agripino Maia, Ronaldo Cunha Lima e diversos outros agentes públicos. Passado o *tempo do velório*, é possível identificar que a memória desses agentes continua viva entre os paraibanos, algumas com mais ênfase, outras com menos. E continuam também os “rituais” em torno de seus nomes como forma de mantê-los vivos nas representações sociais.

Passados, por exemplo, 20 anos da morte<sup>207</sup> do ex-governador Antônio Mariz é possível identificar em lugares públicos como a Assembleia, Senado, Tribunais de Contas e diversos parlamentares e homens públicos proferirem discursos em sua homenagem<sup>208</sup>. As homenagens vão desde discursos à nomeação de avenidas, vias públicas, praças com o “nome do agente público”<sup>209</sup>.

Mariz foi uma figura espetacular, um grande exemplo de homem público, um vulto digno e probo. Fui seu auxiliar durante seu breve mandato de governador quando tivemos oportunidade de ficar a sós. Um simples olhar dele já denotava honradez, determinação e seriedade, comentou o presidente do TCE-PB Artur Cunha Lima. O presidente Arthur Cunha Lima determinou que as manifestações dos membros do TCE fossem levadas ao conhecimento

<sup>206</sup> Disponível em: <http://www.wscom.com.br/noticias/paraiba/WILSON+BRAGA+USA+TRIBUNA+DA-1935>. Acesso em 23/02/2016.

<sup>207</sup> Antônio Mariz faleceu em 16 de setembro de 1995 e foi sucedido por José Targino Maranhão.

<sup>208</sup> Disponível em: <http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20150912102136&cat=politica&keys=20-anos-homenagem-antonio-mariz-tera-sessoes-mppb-assembleia-senado>. Acesso em 30/01/2015.

<sup>209</sup> É a constituição do que Pierre Nora (1993) denominou de lugares de memória. Os lugares de memória, afirma Nora (1993), nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. Cf. NORA, 1993, p. 13.

do conselheiro aposentado José Mariz, irmão do homenageado e também referido, na ocasião, pela estatura e dignidade pessoais<sup>210</sup>.

É a construção social da memória. A memória não é um dado natural. Para mantê-la viva faz-se necessário ritualizá-la e construí-la socialmente. Observa-se que o princípio da magia dos enunciados performativos reside no mistério dos ministérios<sup>211</sup>, ou seja, nas condições sociais da instituição do ministério que constitui o mandatário legítimo como sendo capaz de agir através das palavras. No caso específico, o mandatário é Artur Cunha Lima que tece diversos elogios, signos e insígnias (figura espetacular, exemplo de homem público, digno e probo (...), honradez, serenidade) demonstrando, assim, que não age em nome pessoal, mas de sua própria autoridade, legitimada pela instituição do TCE-PB. Ao mesmo tempo estabelece e deixa claro que se trata de uma homenagem à família do homenageado, ao referir-se que as “manifestações dos membros do TCE-PB fossem levadas ao conhecimento do conselheiro aposentado José Mariz, irmão do homenageado”. Os lugares de memória são, também, formas de materializar os usos sociais e simbólicos do parentesco.

No Senado também se seguiram as homenagens. Estas foram solicitadas pelo senador José Maranhão (PMDB-PB), que foi vice na chapa de Antônio Mariz em 1994. Prestaram também homenagens nesta solenidade os senadores Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Raimundo Lira (PMDB-PB), todos destacaram as qualidades e teceram elogios ao homenageado com insígnias: “homem a frente do seu tempo”, “homem de postura progressista”<sup>212</sup>. Recortes discursivos que se remetem a elogios fúnebres que permitem a atualização da memória. Veja que são elogios proferidos por agentes das mesmas famílias que disputam, controlam e dominam o campo político da Paraíba há várias décadas.

Quando da morte física de Ronaldo Cunha Lima<sup>213</sup>, outros *lugares de memória* foram acionados para além dos elogios fúnebres. Um dos principais foi a Pirâmide do Parque do Povo<sup>214</sup>. Esta que fora construída e inaugurada na administração em que esteve à frente do

---

<sup>210</sup>Disponível em: <http://portalcorreio.uol.com.br/politica/politica/mais-politica/2015/09/16/NWS,266121,7,416,POLITICA,2193-TRIBUNAL-CONTAS-LEMBRA-ANOS-MORTE-ANTONIO-MARIZ.aspx>. Acesso em 30/02/2012.

<sup>211</sup> Cf. BOURDIEU, 1998, p.63.

<sup>212</sup>Disponível em: <http://www.clickpb.com.br/politica/senado-relembra-20-anos-da-morte-de-antonio-mariz-191883.html>. Acesso em 30/01/2016.

<sup>213</sup> Ronaldo Cunha Lima (PSDB) falece em 7 de julho de 2012 vitimado de um câncer no pulmão.

<sup>214</sup> O Parque do Povo, situado em Campina Grande - PB, é uma área descoberta com a função de sediar alguns eventos da cidade. É conhecida por sediar a festa junina de Campina Grande desde 1983. Campina Grande é destacada pelo Maior São João do Mundo porque os turistas privilegiam essa comemoração. As festividades juninas são feitas e comemoradas no parque do povo. Os três santos são: Santo Antônio, São Pedro e São João. Para um aprofundamento acerca da construção social e simbólica deste espaço aconselho a leitura. Cf. LIMA, 2010.

município de Campina Grande na década de 80. A morte de Ronaldo simbolizou a construção de um mito político<sup>215</sup>. Vários jornais noticiaram sua morte<sup>216</sup>. Repercussão para além do Estado da Paraíba. Parlamentares de outros Estados da Federação teceram homenagens e lamentaram sua morte.<sup>217</sup> A pirâmide do Parque do Povo simboliza uma simbiose entre espaço público e a imagem construída em torno de Ronaldo Cunha Lima. De tal forma, que o poeta, o político, o boêmio e o agente público se misturam neste lugar de memória<sup>218</sup>. Com a morte de Ronaldo, este lugar tornou-se apropriado para o fortalecimento e construção do mito político. Lima (2013, p. 11) salienta que

O último adeus a Ronaldo, não sem coincidência, ocorreu na Pirâmide do Parque do Povo. (...) para o último adeus, sela-se uma espécie de “fidelidade eterna” para com “o poeta”, de tal sorte que sua memória e sentimento de gratidão por parte dos eleitores campinenses, muito possivelmente, ajudaram nas vitórias dos candidatos a prefeito, Romero Rodrigues, sobrinho de sua mulher, Glória Cunha Lima, e a vice-prefeito de seu filho, Ronaldo José da Cunha Lima Filho, a prefeitura da cidade de Campina Grande, nas eleições de 2012, desbancando as candidaturas de dois fortes grupos políticos representados pelas famílias Vital-Rêgo e Ribeiro.

Tal *lugar de memória* reforça a memória da família Cunha Lima, por meio do ritual fúnebre e, ao mesmo tempo, exclui a memória de outros grupos e agentes políticos da cidade. Funcionam como lugares de construção de projetos e de identidade do grupo político. Mais do que um simples “velório” viu-se a constituição do mito político e a espetacularização do político. São lugares que, pela família, são reapropriados em discursos e em cerimônias. Não por acaso, que passados o *tempo do velório*, o *tempo da política* e chegado o *tempo da festa*<sup>219</sup> o prefeito em exercício de Campina Grande Ronaldo Cunha Lima Filho encerra a edição de 2013 do “Maior São João do Mundo” afirmando que

A data marca um ano do falecimento do poeta Ronaldo Cunha Lima. Estou tomado por uma forte emoção por estar neste palco encerrando o São João criado pelo meu pai, o poeta Ronaldo Cunha Lima. Faz um ano que ele

<sup>215</sup> Para melhor entendimento acerca de processos sociais de mitificação de agentes políticos ver o trabalho de Luciano Aires no qual realiza uma investigação sobre a mitificação do ex-presidente da Paraíba João Pessoa. Ver: AIRES, 2013.

<sup>216</sup> Jornal da Paraíba, Jornal da Correio, Uol, Folha de São Paulo. Estadão, dentre outros veículos de comunicação local e nacional repercutem a morte de Ronaldo Cunha Lima. Disponível em: <http://www.clickpb.com.br/politica/folha-de-spaulo-e-estadao-repercutem-morte-de-ronaldo-cunha-lima-147907.html> . Acesso em 30/02/2016.

<sup>217</sup> Ver: <http://joseagripino.com.br/noticias/agripino-lamenta-morte-de-ronaldo-cunha-lima/>. Acesso em 30/01/2016.

<sup>218</sup>Ver: LIMA, 2013, p. 9-33.

<sup>219</sup> A “festa pública”, como é o São João de Campina Grande, serve, dentre outras funções, para exaltar os poderes. As festas públicas são forças que pesam muito nos equilíbrios e hierarquias, elementos decisivos para forjar ou conservar reputações. Cf. HEERS, 1987, 18; LIMA, 2013, p. 13.

partiu, mas recebeu o carinho do povo na Pirâmide que ele construiu. As palavras dele marcaram aquele momento: “pra que este meu gesto marque o nascer de um tempo novo, o povo pediu o parque e eu fiz o Parque pro povo” – finalizou Ronaldinho<sup>220</sup>.

A citação acima ilustra que, mesmo passado um ano de falecimento, o Parque do Povo continua a ser atualizado enquanto *lugar de memória* do político<sup>221</sup> e da família. O uso simbólico do nome daquele que foi o principal agente político da família continua sendo reapropriado, principalmente em lugar estratégico como o espaço da festa. São formas, maneiras que os agentes encontram pra permanecer e construir a memória para as novas gerações. São estratégias que potencializam o *capital simbólico* do grupo familiar. Estas memórias são, quase sempre, reforçadas pelos herdeiros ou pelas famílias políticas. São elas que ocupam os espaços das instituições de representação do Estado e de diversas outras instituições estratégicas, como Tribunal de Contas, Ministério Público, Ordem dos Advogados, dentre outras. Logo, são elas que ritualizam e ativam por meio de cerimônias e celebrações póstumas àqueles que, historicamente, dominaram o campo político no Estado.

Em 2013, um ano após a morte de Ronaldo Cunha Lima, também em um ato simbólico no Senado federal, Pedro Cunha Lima, neto de Ronaldo, herdeiro político da família, profere o seu primeiro discurso nesta casa. O discurso tem como pano de fundo a reatualização da memória do avô. Mas, ao mesmo tempo, trata-se de um ritual de consagração da inserção do herdeiro no campo político. Ritual que reforça a força política do grupo familiar. Os jornais da época circulavam matérias transcrevendo o discurso e destacando características do jovem assemelhando-as às características do avô como “o ser poeta” como um “dom herdado”. Numa demarcação clara de que na política não se joga apenas os agentes, mas, os símbolos e o simbólico. E, mais que isso, joga-se também com os parentes, mesmo depois de mortos, os quais são reapropriados por meio da memória<sup>222</sup> e de estratégias discursivas, a matéria circulada em vários jornais da Paraíba trazia a seguinte manchete: “Herdeiro de Cássio Cunha Lima, surpreende senadores em discurso de homenagem ao avô”<sup>223</sup>. Também no lançamento da sua candidatura ao cargo de Deputado federal, o uso

<sup>220</sup> Idem, 2013, p. 12.

<sup>221</sup> Os lugares de memória, para Pierre Nora (1993), se configuram em três sentidos: material, simbólico e funcional simultaneamente somente em graus diversos.

<sup>222</sup> O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade e nos lembrar. Cf. NORA, 1993, p.9

<sup>223</sup> Disponível

em: <http://www.liberdadepb.com.br/noticia/herdeiro-de+cassio+cunha+lima+surpreende+senadores+em+discurso+de+homenagem+ao+avo-8813>. Acesso em 30/01/2012.

simbólico do parentesco também fora evidenciado, associando-o à memória do avô. Pedro Cunha Lima abre seu discurso por meio de uma crítica – em forma de poesia – ao concorrente de seu pai, no campo político, Ricardo Vieira Coutinho – afirmando

A Paraíba é atenta.  
O governo não contenta.  
E a confiança já foi-se.  
É disso que me desfaço,  
para reconstruir o laço.  
É melhor beijo e abraço  
do que está levando coice.<sup>224</sup>

Numa forma de demarcar sua posição no campo político da Paraíba, Pedro Cunha Lima, discursivamente, encosta-se ao capital simbólico do avô, fazendo uso do discurso poético. Permite que o sentimento de continuidade torne-se vinculado a este local de memória que, ao discursar, cria-se<sup>225</sup>, ao mesmo tempo em que, por meio de um discurso performático, afirma:

Jamais irei repetir o poeta Ronaldo, pois gênios não se repetem. Jamais irei repetir o meu pai Cássio Cunha Lima. Ninguém é igual a ninguém. Não conseguiremos repetir meu bisavô Elpídio de Almeida. Com toda sinceridade e certeza, darei o meu melhor para honrar essa história. Mas honrar primeiramente o povo. E que haja espaço para mais um passo", discursou o candidato a deputado federal pelo PSDB, que saudou especial e inicialmente sua avó Glória Cunha Lima, sua mãe Sílvia Cunha Lima e seu tio-avô Ivandro Cunha Lima<sup>226</sup>.

Não só a memória referente a Ronaldo é articulada como também é, mais uma vez, referenciada como os familiares políticos de quem herda o *capital político-familiar*. Além da memória a seu avô, que vem a tona, também o seu bisavô materno e *capital político-familiar* ex-prefeito Elpídio de Almeida de quem ainda é parente de José Américo de Almeida, é referenciada. Neste mesmo *lugar de memória*, o senador Cássio Cunha Lima (PSDB), então candidato ao governo do Estado, contando ainda com a presença do primo e prefeito de Campina Grande, Romero Rodrigues, e do irmão Ronaldo Cunha Lima Filho, além de liderança de todo o Estado da Paraíba, também faz referência ao pai, ao mesmo tempo em que sinaliza para a importância da “renovação política” no país,

Numa época em que a política do Brasil apodreceu em vários aspectos, nós não podemos deixar de acreditar nela para que as coisas melhorem. E essa

<sup>224</sup> Disponível em: <http://inga-cidadao.com/politica/inspirado-avo-pedro-cunha-lima-lanca-candidatura-deputado-federal>. Acesso em 30/01/2012.

<sup>225</sup> Idem, 1993, p.7.

<sup>226</sup> Disponível em: <http://inga-cidadao.com/politica/inspirado-avo-pedro-cunha-lima-lanca-candidatura-deputado-federal>. Acesso em 30/01/2012.

expressão em desuso, espírito público, nós encontramos nesse jovem de 25 anos, que sempre quis se formar, estudar e se qualificar. Pedro, desde muito novo, tem senso de justiça, como Ronaldo ainda em vida percebeu. Nós acreditamos na sua capacidade<sup>227</sup>

O recorte discursivo acima traz elementos de uma formação discursiva cujos princípios e ideais republicanos são centrais. Porém, o que se observa é que não se trata de um neófito que está entrando em jogo no campo político desprovido de qualquer tipo de capital. Trata-se de alguém que, embora jovem, traz consigo materializado em seus corpos e em sua mente, visões de mundo e percepções vinculadas à posição que ocupa no campo. É um herdeiro de uma das oligarquias que se encontra no poder há aproximadamente 70 anos. É como, sugere Bourdieu (1998a, p. 101), um herdeiro designado, reconhecido e tratado como tal por todo o grupo, a começar pela família.

Ao afirmar que a noção de “espírito público” está em desuso, promove no campo um efeito de sentido que permite aos que assistem, escutam e leem o seu discurso como se o espaço da política no Estado e no país precisasse de pessoas com práticas republicanas e que o seu filho é um representante legítimo desse tipo de prática. Todavia, não é muito republicano famílias se perpetuarem no poder por mais de décadas. Além disso, é muito provável que esses agentes políticos tenham como objetivo primeiro os seus valores de comportamento, a defesa de sua família, de seu grupo e, conseqüentemente, de sua facção como valores norteadores da ação política.

É bem verdade que, para além destes *lugares de memórias*, outros também são acionados. Livros geralmente são escritos exaltando o que Pierre Nora (1993) classifica por atas notariais, ou seja, atas que narram e materializa os acontecimentos. Os livros biográficos, por exemplo, são outros lugares de memórias. Após a morte de Ronaldo Cunha Lima é possível identificar duas biografias escritas e lançadas em 2015. Tratam-se das biografias escrita pelo historiador José Octávio de Arruda Melo “*Ronaldo Cunha Lima, a trajetória de um vencedor (1936-2007)*” e pelo seu primo, Diógenes da Cunha Lima, intitulada “Ronaldo Cunha Lima: um nordestino de todo Canto”. A primeira foi lançada no sebo cultural em João Pessoa. E a segunda foi lançada em Campina Grande e na biblioteca do Senado federal. Na solenidade, em Brasília, estiveram presentes, além do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), diversos outros agentes políticos do Estado e de outras regiões do país, dentre eles: o

---

<sup>227</sup> Disponível em: <http://inga-cidadao.com/politica/inspirado-avo-pedro-cunha-lima-lanca-candidatura-deputado-federal>. Acesso em 30/01/2012.

senador mineiro Aécio Neves (PSDB), o senador paulistano José Serra (PSDB)<sup>228</sup>, o senador paraibano Raimundo Lira (PMDB), dentre outros. O lançamento destes livros biográficos sobre a vida de Ronaldo Cunha Lima, mais que uma simples celebração, consistiu num rito de consagração<sup>229</sup> que permitiu entre os pares legitimar ainda mais o homenageado. Enquanto lugar de memória torna-se arquivos

Além dos *lugares de memórias*, as famílias políticas ampliam suas formas de dominação estendendo-as e materializando seus “nomes” em instituições e obras físicas. Como forma de “homenagear” os antepassados, as elites políticas do Estado estendem aos prédios, equipamentos sociais e vias públicas, os nomes daqueles que são herdeiros. Fazem dos “nomes” dos antepassados instrumentos de classificações e orientação do espaço físico. De acordo com o peso do capital e a importância política que o agente representou, este será homenageado com o seu cravado em algum bem público. A quantidade de poder e/ou força política, bem como a relação de parentesco com agentes da classe política, possibilitarão o registro do seu “nome” em equipamentos públicos. Esta parece ser uma das formas de extensão simbólica e material do poder político destas famílias. Basta observar as principais ruas ou os principais equipamentos públicos (praças, hospitais, escolas, estádios de futebol, aeroportos, rodoviárias, conjuntos habitacionais, dentre outros) dos municípios que estes receberão o nome proporcional ao peso político do agente.

As praças e as vias públicas centrais recebem, quase sempre, o nome dos ex-governadores, ex-senadores e/ou ex-prefeito. Em João Pessoa, por exemplo, capital da Paraíba, recebeu este nome em homenagem a um dos herdeiros da oligarquia Pessoa, que, ao ser assassinado, transforma-se – por meio de um processo de construção social – em mito político<sup>230</sup>. Na capital do Estado da Paraíba as duas principais e centrais avenidas remetem a dois tradicionais agentes políticos: Epitácio Pessoa e Ruy Carneiro. A lagoa, um dos cartões postais da capital, recebe o nome de Parque Sólon de Lucena. Em Campina Grande, o aeroporto recebe o nome do ex-governador João Suassuna; o estádio de futebol recebe o nome do ex-governador Ernani Sátiro; a rodoviária recebe o nome de Argemiro de Figueiredo, ex-

---

<sup>228</sup>Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/11/sera-lancada-nesta-quarta-feira-na-biblioteca-do-senado-a-biografia-de-cunha-lima>. Acesso em 30/02/2016. Ver também: <https://www.youtube.com/watch?v=6M-zx5-twSw>. Acesso em 30/02/2016.

<sup>229</sup> Rito de consagração, rito de legitimação ou rito de instituição que consiste em consagrar, ou seja, sancionar e santificar um Estado de coisas, uma ordem estabelecida, a exemplo precisamente do que faz uma constituição no sentido jurídico-político do termo. Esses ritos possibilitam santificar diferenças, fazendo conhecer e reconhecer, fazendo-a existir enquanto diferença social, conhecida e reconhecida pelos agentes envolvidos. Cf. BOURDIEU, 1998, p.99.

<sup>230</sup> Cf. RIBEIRO, 2012.

governador; a maternidade pública e um dos cartões postais do município – o viaduto – recebe o nome do ex-prefeito Elpídio de Almeida, avô materno do atual deputado federal Pedro Cunha Lima; o fórum de justiça de Campina Grande, situado no Centro Jurídico, no bairro da liberdade, recebe o nome de Afonso Campos, ex-senador. Em Patos, cidade situada no sertão paraibano, a principal praça no Centro da Cidade, o Rodoshopping, recebe o nome de Edvaldo Mota, ex-prefeito de Patos, avô do atual deputado federal Hugo Mota (PMDB). Estes são apenas exemplos que nos permite demonstrar como os nomes das famílias políticas são estendidos aos equipamentos e vias públicas. É possível identificar nomes de vários outros presidentes, governadores e senadores.

É a extensão simbólica da dominação patrimonial de nossas elites. Não se trata de mero resultado do acaso, mas de uma das formas de registrar e tornar um arquivo público dos nomes dos seus antepassados. Perpetua-se, assim, por meio da memória de uma coletividade, a história política destas famílias materializadas em lugares físicos e simbólicos. Isso nos possibilita a realização de uma cartografia simbólica dos equipamentos sociais dos municípios por meio dos nomes de famílias políticas.

De forma significativa, as famílias políticas constroem *lugares de memórias* que funcionam como afirmação material e simbólica do poderio que o grupo familiar detém. Estes lugares nascem da vontade de memória. Como forma de reforço argumentativo e demonstração que não se trata de um caso específico do Estado da Paraíba, mas de uma prática instaurada em nosso País, vê-se, por exemplo, no texto abaixo, o poderio da família Sarney, no Estado do Maranhão, materializado nos equipamentos públicos:

“É incrível, mas tudo no Maranhão é controlado por essa poderosa família. Rádios, jornais, escolas, hospitais. Para nascer, Maternidade Marly Sarney. Para morar, escolha uma das vilas: Sarney, Sarney Filho, Kiola Sarney ou Roseana Sarney. Para estudar, há as seguintes opções de escolas: Sarney Neto, Roseana Sarney, Fernando Sarney, Marly Sarney e José Sarney. Para pesquisar, apanhe um táxi no Posto de Saúde Marly Sarney e vá até a Biblioteca José Sarney, que fica na maior universidade particular do Estado do Maranhão, que o povo jura que pertence a tal José Sarney. Para inteirar-se das notícias, leia o jornal ‘O Estado do Maranhão’, ou ligue a TV na TV Mirante, ou, se preferir ouvir rádio, sintonize as Rádios Mirante AM e FM, todas do tal José Sarney. Se estiver no interior do Estado ligue para uma das 35 emissoras de rádio ou 13 repetidoras da TV Mirante, todas do mesmo proprietário, do tal José Sarney. Para saber sobre as contas públicas, vá ao Tribunal de Contas Roseana Murad Sarney (recém-batizado com esse nome, coisa proibida pela Constituição, lei que no Estado do Maranhão não tem nenhum valor). Para entrar ou sair da cidade, atravesse a Ponte José Sarney, pegue a Avenida José Sarney, vá até a Rodoviária Kiola Sarney. Lá, se quiser, pegue um ônibus caindo aos pedaços, ande algumas horas pelas ‘maravilhosas’ rodovias maranhenses e aporte no município José Sarney. Não

gostou de nada disso? Então quer reclamar? Vá, então, ao Fórum José Sarney, procure a Sala de Imprensa Marly Sarney, informe-se e dirija-se à Sala de Defensoria Pública Kiola Sarney”<sup>231</sup>

O texto acima ratifica o que temos sustentado que estas famílias não dominam apenas os espaços de atuação política, estende sua dominação para os equipamentos públicos da sociedade. É uma forma de manter viva a memória, bem como ser lembrada. A personalidade se estende às instituições públicas e aos equipamentos sociais. É uma das formas de visibilidade e modo de perpetuação material e simbólica destas famílias, ou seja, “os *lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais*” (NORRA, 1993, p. 13). Geralmente, os agentes políticos, quando estão nestes equipamentos públicos que recebem o nome de seus antepassados ou familiares, ao discursarem relembram aos presentes e demarcam que são herdeiros e que o nome do equipamento foi em homenagem ao “avô, pai, mãe, irmão”. É uma das formas de reatualização da memória.

A necessidade de memória é uma necessidade da história<sup>232</sup>. A memória se constitui por meio do estoque material daquilo que é impossível, muitas vezes, lembrar. Os indivíduos sentem-se obrigados a acumular “religiosamente” vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do acontecido. Principalmente no campo político, espaço de disputas simbólicas e materiais, os agentes ao materializarem seus familiares em instituições, estabelecimentos e equipamentos sociais, constroem elementos que permitem se diferenciarem dos outros agentes. Os equipamentos sociais referendados pelos nomes das históricas famílias políticas se transformam em documentos; se transformam em elementos que referendam a lembrança. Quanto mais equipamentos, estabelecimentos e instituições públicas que materializem os nomes dos familiares, maior a importância que foi ou é exercida por essas famílias. Nomear algo é só atribuir nome. Trata-se de reconhecer, entre os pares, o agente que está sendo nomeado. É legitimar, reconhecer, consagrar para a história. É transformar a memória em história viva. É dar visibilidade ao que poderia cair no esquecimento. É trazer o passado ao presente para que seja ressignificado.

Cada Município e Estado da Federação mantêm, através das famílias, *lugares de memória* que imprimem processos de diferenciação em relação às famílias e agentes que não

<sup>231</sup> Consultar: <http://www.plox.com.br/caderno/pol%C3%ADtica-e-economia/o-poder-da-fam%C3%ADlia-sarney-no-Estado-do-maranh%C3%A3o>. Acesso em 05/03/2016.

<sup>232</sup> Cf. NORA, 1993, p.15.

se encontram no pólo dominante do campo político e/ou econômico. Aqueles que se encontram, historicamente, no pólo dominante do campo político, geralmente, ao construir equipamento público em sua administração e/ou gestão, celebram os seus antepassados “nomeando” o estabelecimento e realizando celebrações referentes aos familiares. Este tem sido o modo de operacionalizar dos grupos que herdam o patrimônio político através das linhagens políticas históricas. Torna-se, inclusive, quase que uma regra prática, estender os “nomes de famílias” aos estabelecimentos públicos.

Os *lugares de memórias* construídos por estas famílias tendem, quase sempre, a potencializar o *capital político-familiar*. Como todos os *lugares de memória*, na perspectiva da história, por mais que sejam monumentos, são também documentos e, como tal, desafiam leituras e interpretações. Os *lugares de memória* tendem a funcionar como instrumentos eficazes que ativam a memória dos indivíduos e permitem processos de associação entre a ação pública e a família e/ou o agente político.

Depois de demonstrada a força do *capital econômico e do capital político-familiar*, bem como as diversas instituições e espaços que são controlados por estas famílias que, historicamente, dominam o jogo político do Estado, apresento, no próximo capítulo, uma síntese genealógica do poder político. O objetivo é demonstrar, por meio da genealogia, como estas famílias, por meio de seus agentes, tendo ocupado as principais instâncias de poder, transformam a política em um negócio de família.

### **3.6. SÍNTESE GENEALÓGICA DO PODER POLÍTICO NO ESTADO: A POLÍTICA COMO NEGÓCIO DE FAMÍLIA**

A investigação por meio da genealogia nos possibilita entender e demonstrar empiricamente como no Estado da Paraíba aproximadamente 20 (vinte) famílias políticas se revezam, dominam e controlam desde 1930 o aparelho de Estado. E são, em sua maioria, os herdeiros destas famílias que se encontram atualmente representando o Estado na Câmara Federal, bem como são delas os agentes que ocuparam/ocupam os principais cargos eletivos e de representação política na “Nova República”. Por meio da genealogia, tornou-se possível mapear e identificar os agentes que ocuparam os principais postos de representação, bem como perceber a estrutura de poder construída historicamente por estes grupos. Os diagramas/heredogramas de parentesco político permitem visualizar os principais cargos que os agentes dessas famílias ocuparam no aparelho de Estado, bem como identificar as famílias detentoras e possuidoras das fazendas e das melhores terras do Estado. Vê-se que algumas famílias atuaram e mantiveram forte relação parental e política com os estados vizinhos de Pernambuco e do Rio Grande do Norte.

Os diagramas/heredogramas de parentesco político permitem visualizar a rede, os entroncamentos entre as famílias e os “nomes”. Permitem, assim, visualizar a estrutura de poder político e econômico construído pelas famílias políticas no Estado da Paraíba, para além da delimitação proposta em nossa pesquisa. Com eles, vê-se que se trata de uma estrutura de poder político que remonta, por parte de algumas famílias, ao período imperial. Esta estrutura de poder, de acordo com os diagramas, foi montada na cumplicidade relacional dos agentes e o aparelho de Estado, visto que se revelam os cargos ocupados por estes indivíduos ao longo do período.

Vê-se a ocupação nos melhores cargos e, conseqüentemente, os melhores salários, transformando-se, assim, tais agentes em “verdadeiros nobres” no contexto republicano atual. Reproduzindo na “Nova República” (que constitucionalmente resguarda o princípio da igualdade como fundamental às disputas) aquilo que foi transmitido pela herança simbólica e material do grupo, ou seja, processos e práticas de dominação que se exercem por meio de acúmulo de capitais herdado em grande parte do próprio Estado. O que tem permitido historicamente a dominação de poucos agentes pertencentes às “famílias nobres” do Estado por meio de privilégios, historicamente, materializados e concebidos pela própria instituição estatal. Tal configuração não seria possível sem o constante e histórico processo de acúmulo

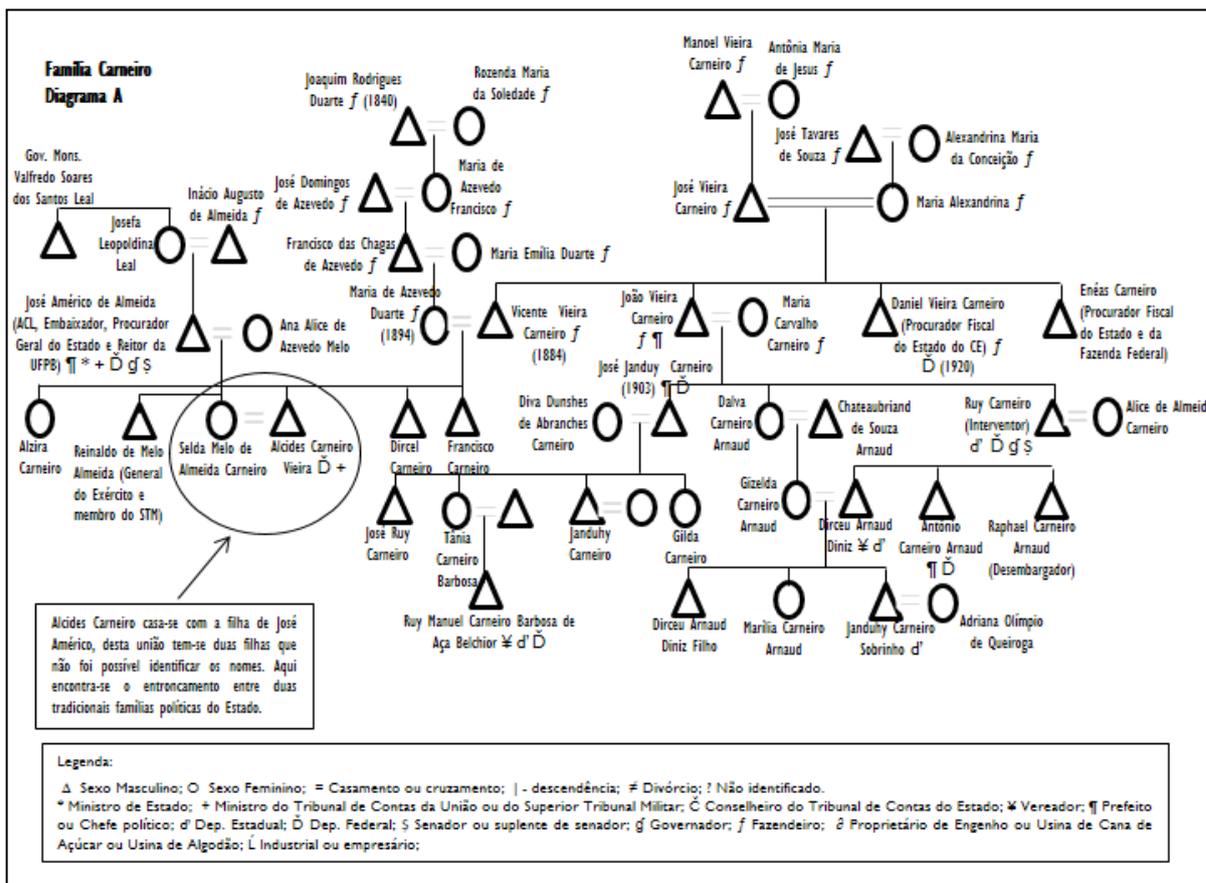
de capitais e, conseqüentemente, dominação política pautada em profundo processo de violência simbólica de nossas elites para com aqueles desprovidos de todo e qualquer tipo de capital.

Foi possível identificar, utilizando-me da genealogia, a estrutura de poder político e econômica constituída pelas famílias: Carneiro, Cunha Lima, Gadelha, Maranhão, Mariz-Maia, Moraes, Mota-Wanderley, Ribeiro Coutinho-Maroja, Vital-Rêgo, Ribeiro, Lucena. Famílias que dominam e controlam os principais postos de representação e que se entroncam com outras famílias, como a família Figueiredo, Campos, Almeida, dentre outras, constituindo a classe dominante no Estado desde 1930. Estas famílias se revezam nas mais variadas instâncias de poder do Estado. Perpassam pelos três poderes: judiciário, legislativo e executivo, bem como pelo Ministério Público e Tribunal de Contas. Os diagramas de parentesco ainda nos possibilitam visualizar de forma indistinta que todas estas famílias tiveram representação por meio de seus agentes em Ministério e no Senado Federal.

A família Carneiro, conforme figura 1 – diagrama “A”, durante, aproximadamente, um século de poder, atua na política e ocupa os principais cargos da República, tendo assim nos agentes Ruy Carneiro e Jandhuy Carneiro, os principais representantes, quando somados ao seu primo Alcides Carneiro. Família esta que, por meio do casamento de Alcides Carneiro com Selda Melo Almeida Carneiro, manteve fortes relações política e parental com a família Almeida. A família Carneiro teve representante nas principais instâncias de poder e nos diversos poderes da República. Jandhuy Carneiro foi, por várias vezes, deputado federal. O seu irmão, Ruy Carneiro, além de deputado estadual foi também interventor, governador e senador. A figura 1, diagrama “A”, ainda nos informa que a estrutura de poder desta família fora montada por meio do controle da terra e do acesso aos principais cargos do Estado e da República, tendo um dos representantes do grupo familiar chegado ao mais alto tribunal militar do País.

O peso do capital econômico e do *capital político-familiar* desta família pode ser observado na atualidade por meio dos herdeiros que, mesmo não tendo a força política dos supracitados agentes, ainda são cotados para os altos cargos eletivos do Estado. Na eleição de 2014, por exemplo, o vice-governador da chapa de Cássio Rodrigues da Cunha Lima, foi o então deputado federal Ruy Manoel Carneiro Barbosa de Aça Belchior, sobrinho-neto de Jandhuy Carneiro e de Ruy Carneiro.

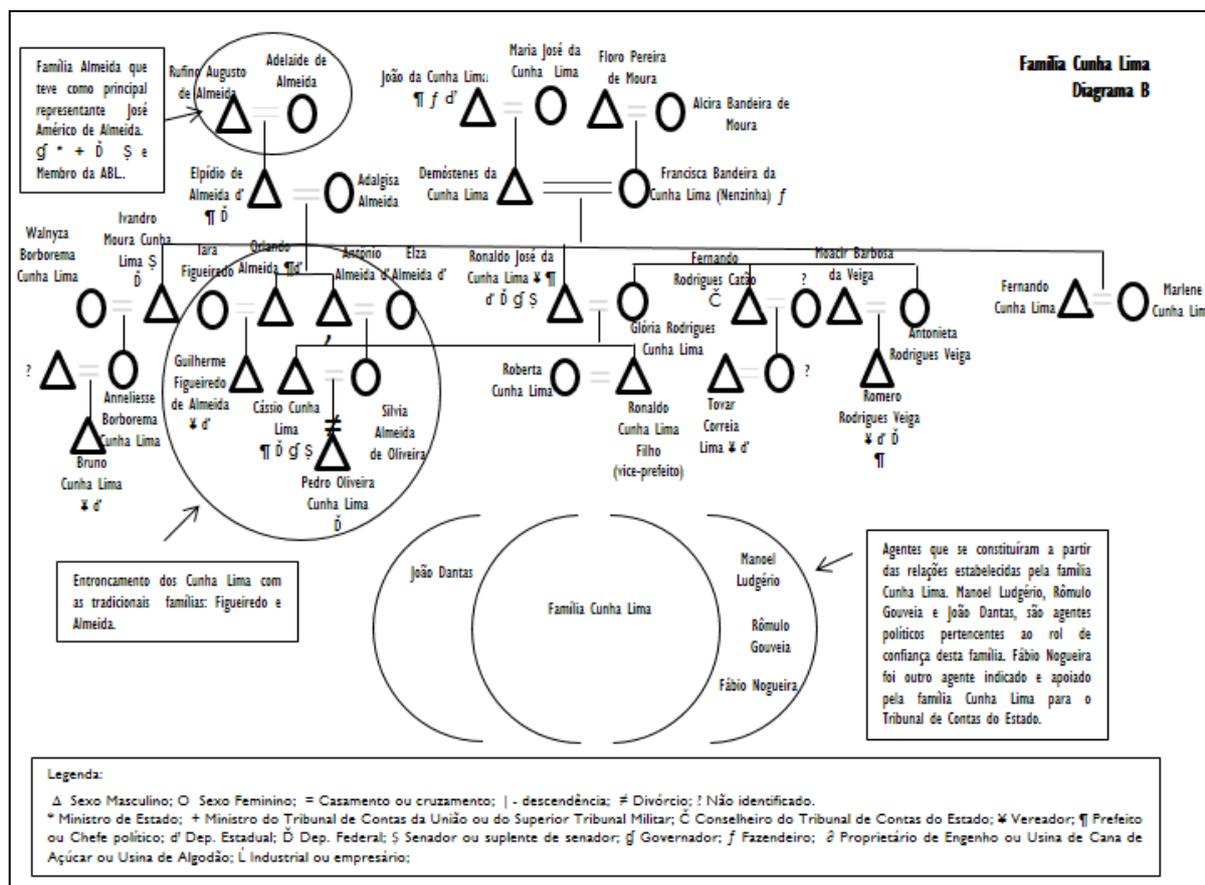
**Figura 1:** Diagrama “A” da Família Carneiro (1840-2015)



**Fonte:** Construída pelo autor, a partir de entrevistas disponibilizadas pelo CPDOC e em pesquisa realizada junto aos blogs, 2015.

Tais inserções no aparelho de Estado não se restringem apenas à família Carneiro. A família Cunha Lima (Figura 2, diagrama B), embora não tão antiga quanto a família Maia-Mariz (Figuras: 5, 6, 7 e 8; correspondente aos diagramas E, E1, E2, E3), Vital-Rêgo (Figuras: 13 e 14; diagrama I, I1), Ribeiro (Figura 12; diagrama L) também construiu, ao longo dos últimos setenta anos, estrutura de poder político, por meio da rede de parentes e parentela, que tem permitido não só se manter como controlar diversas instâncias estratégicas da ação política no Estado. O controle na década de 1980, por meio do agente político Ronaldo Cunha Lima, do principal município do Estado – Campina Grande – e a representação no Senado do seu irmão Ivandro Cunha Lima, possibilitou o fortalecimento do grupo familiar que, desde 1935, possuía relações políticas no Estado e controle sobre alguns municípios na região do Brejo e do Curimataú.

**Figura 2:** Diagrama “B” da Família Cunha Lima (1870-2015)



**Fonte:** Construída pelo autor, a partir de biografias, entrevistas e pesquisa junto aos *blogs*, 2015.

A estrutura de poder montada pelo grupo Cunha Lima na prefeitura do segundo maior colégio eleitoral e no executivo estadual, quando, à época, teve pai e filho, respectivamente, a frente destes poderes, possibilitou construir uma rede de agentes vinculados ao grupo familiar que vai do Legislativo Municipal à Câmara Federal e ao Senado, perpassando pelos principais órgãos de controle do Estado como o Tribunal de Contas, no qual a família tem dois representantes Fernando Rodrigues Catão e Artur Paredes da Cunha Lima. O primeiro, tio do atual senador da República Cássio Cunha Lima (PSDB) e, o segundo, primo legítimo de seu pai Ronaldo Cunha Lima. Além desses, foi nomeado também pela família Cunha Lima, o Fábio Túlio Figueiras Nogueira.

A família Cunha Lima também possui um entroncamento com as tradicionais famílias que administraram o município de Campina Grande. O senador Ivandro Cunha Lima casou-se com Walnyza Borborema Cunha Lima, pertencente à família do ex-prefeito Vergniaud Borborema Wanderley que governou Campina Grande de 1935-1938 e de 1940-1945. O atual deputado federal Pedro Cunha Lima (PSDB) é filho de Silvia Cunha Lima. Sua mãe é neta do ex-prefeito de Campina Grande Elpídio de Almeida (1947-1951; 1955-1959), pertencente à

tradicional família de José Américo de Almeida, ex-governador, ex-ministro de Estado e ex-senador. O tio de Silvia Cunha Lima, Orlando Almeida, pai do ex-deputado estadual, Guilherme Almeida, foi o vice-prefeito de Ronaldo Cunha Lima, em 1969, quando este foi cassado. Orlando Almeida, por sua vez, casou-se com Iara Figueiredo, filha do ex-governador e ex-senador da Paraíba Argemiro de Figueiredo.

A figura 2, por meio do diagrama B, mostra-nos que, atualmente, a família Cunha Lima se apresenta como uma das mais poderosas famílias do Estado, em termos de inserção de agentes na máquina pública, ocupando cargos estratégicos. Além do atual senador Cássio Cunha Lima, a família também administra e controla os recursos do segundo maior colégio eleitoral do Estado, bem como apresenta dois familiares na Assembleia Legislativa Estadual e um na Câmara Federal. Soma-se a isso o fato de ter constituído agentes que, historicamente, estão alinhados ao grupo por meio da parentela, que são os agentes Tovar Correia Lima, deputado estadual, casado com a filha de um dos Conselheiros do Tribunal de Contas, Fernando Rodrigues Catão. Ainda é possível identificar agentes que se constituíram politicamente no seio da família Cunha Lima: Rômulo Gouveia, Manoel Ludgério, João Dantas e Fábio Nogueira. Agentes estes que estão em cargos de representação municipal, estadual e nacional, bem como em órgãos de controle, o que só amplia o poder de influência desta família.

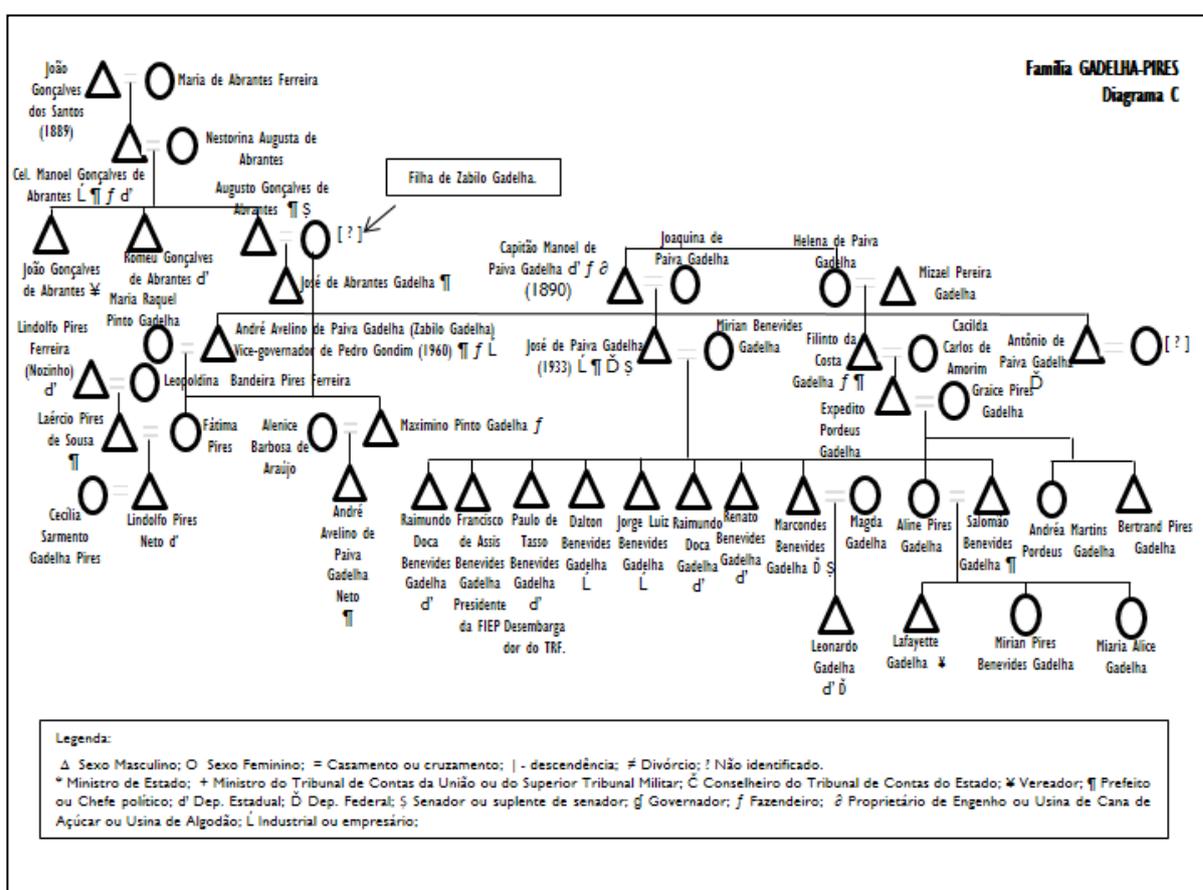
Da mesma forma é possível perceber essa estrutura de poder montada pela família Maranhão (Figura 3; diagrama D). Família esta que remonta ao século XVI, descendente do tronco dos Albuquerque Maranhão, colonizadores do Estado vizinho Pernambuco. A família Maranhão na Paraíba tem como principal representante José Targino Maranhão. Este foi deputado estadual, federal, governador, por mais de uma vez, senador por duas vezes. Estando agora em seu segundo mandato. Além dele, sua irmã é prefeita do reduto eleitoral em que seu pai, nos anos 1940, foi prefeito – município de Araruna – na região Curimataú do Estado. Os seus dois filhos, Olenka Maranhão e Benjamin Maranhão, são deputados estadual e federal, respectivamente.

Esta família estabelece entroncamento com uma das famílias tradicionais do Brejo paraibano, a família Bezerra Cavalcanti. Família esta que, da mesma forma que a família Maranhão, já teve a frente do comando do poder executivo estadual dois representantes políticos: Odon Bezerra Cavalcanti (1946) e Clovis Bezerra Cavalcanti (1982), além de inúmeros parentes políticos inseridos nas prefeituras e nas câmaras de vereadores do Brejo



dos herdeiros de Zé Gadelha e de Zabilo Gadelha perpassou por instâncias de representação, nos poderes local, estadual e nacional. O principal agente político, em termos de visibilidade nacional, é o ex-senador e, por diversas vezes, deputado federal, o atual deputado federal Marcondes Gadelha. Porém, um dos agentes que, por várias vezes, foi prefeito do município de Sousa foi Salomão Gadelha. A família Gadelha atualmente possui representação nas três esferas, algo que já ocorreu várias vezes.

**Figura 4:** Diagrama “C” da Família Gadelha-Pires e o entroncamento com a família Abrantes (1890-2015)



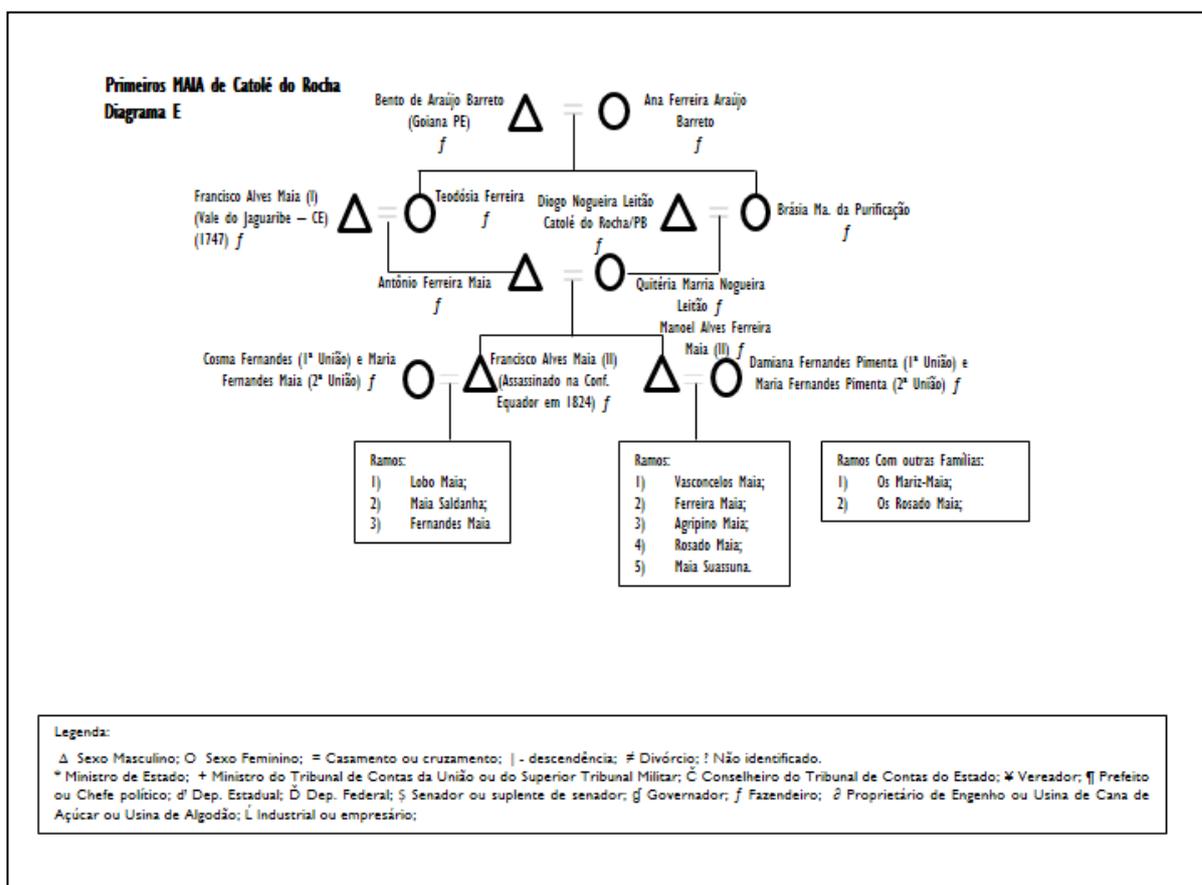
**Fonte:** Construída pelo autor a partir de biografias, entrevistas e pesquisa junto aos blogs, 2015.

Na esfera municipal, André Gadelha; na Assembleia Estadual, Renato Gadelha; e, no âmbito nacional, o já mencionado, Marcondes Gadelha. Esta família, além de exercer forte influência nas decisões políticas do Estado, também atua em setores estratégicos como faculdades e em outros ramos empresariais. Os Pires, família que disputa localmente o poder executivo do município de Sousa com os Gadelha, são herdeiros desta mesma família. Lindolfo Pires, filho de Fátima Pires, e André Avelino de Paiva Gadelha Neto, filho de

Maximiano Pinto Gadelha, ambos são netos de Zabilo Gadelha. Este que, em 1960, foi vice-governador de Pedro Moreno Gondim (Figura 13; diagrama “I”). A família Gadelha ainda tem entroncamento com a tradicional família Abrantes (Figura 4; diagrama “C”)

Com tal configuração de poder no Estado, pode-se mapear a Paraíba, situando as famílias que dominam cada microrregião. Esta dominação se dá de acordo e proporcional ao peso do capital econômico, do capital político-familiar e do capital social, construído historicamente. O Sertão paraibano, por exemplo, pode ser analisado politicamente pelas inserções destas famílias no controle das principais instâncias de ação política e econômica.

**Figura 5:** Diagrama “E” da família Maia. Os diversos ramos da Família. (1710-1820)

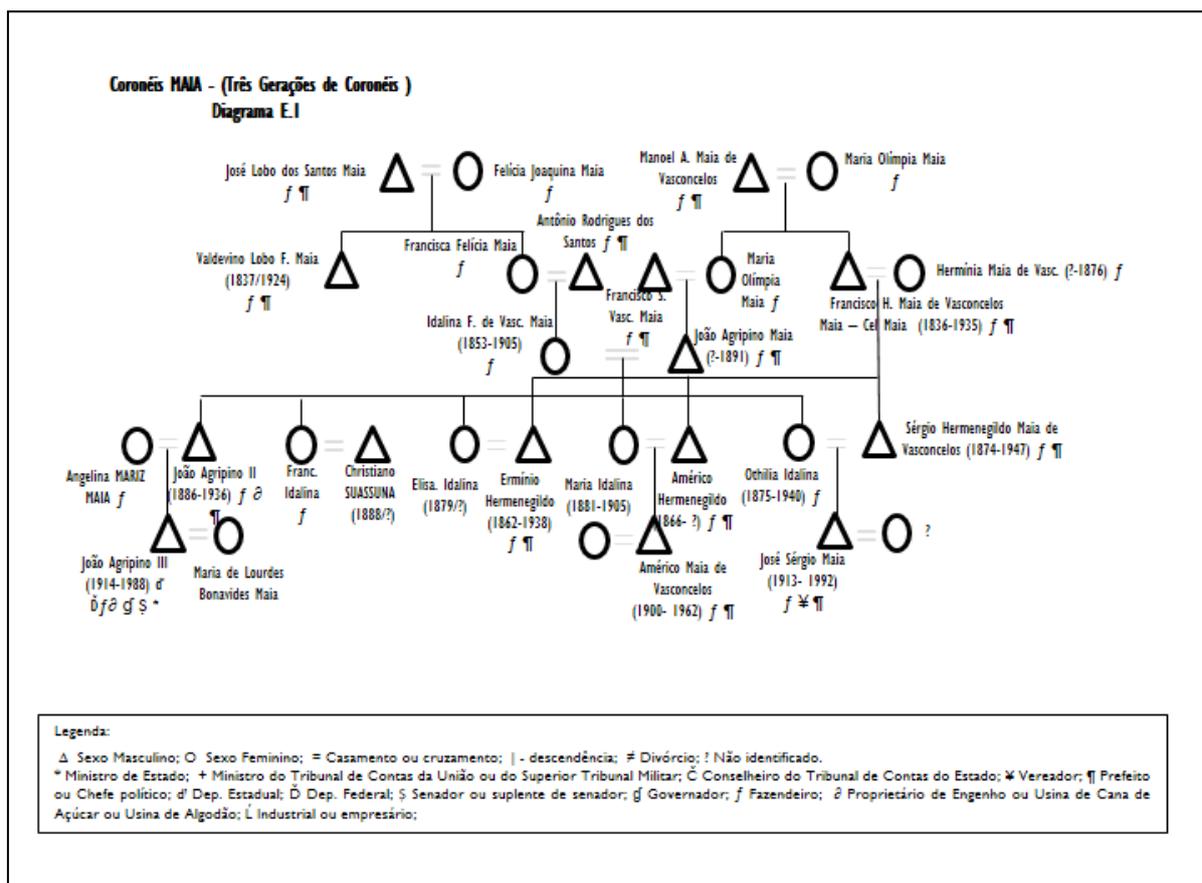


Fonte: TERUYA, 2002.

Assim, pode-se cartografar que a família Gadelha-Pires (Figura 4; diagrama C) controla a microrregião de Sousa; a família Maia-Mariz (Figura 5, 6, 7 e 8; diagrama E, E1, E2 e E3), a microrregião de Catolé do Rocha; a família Mota-Wanderley (Figura 9; diagrama G), a microrregião de Patos e a família Moraes (Figura 10; diagrama F) a microrregião de Santa Luzia.

A figura 5, diagrama “E”, representa o poderio e o tempo de dominação da família Maia. Está se constituindo em uma das maiores oligarquias da região Nordeste. Oligarquia que ultrapassou as fronteiras do Estado da Paraíba, por meio dos mais variados ramos parentais. Teruya (2002), em sua tese, destaca o poderio desta família no decorrer de um século, bem como por meio de uma pesquisa minuciosa, demonstra como a herança foi transmitida de geração a geração aos seus agentes.

**Figura 6:** Diagrama “E1” da família Maia. Três gerações de coronéis. (1830-1940)



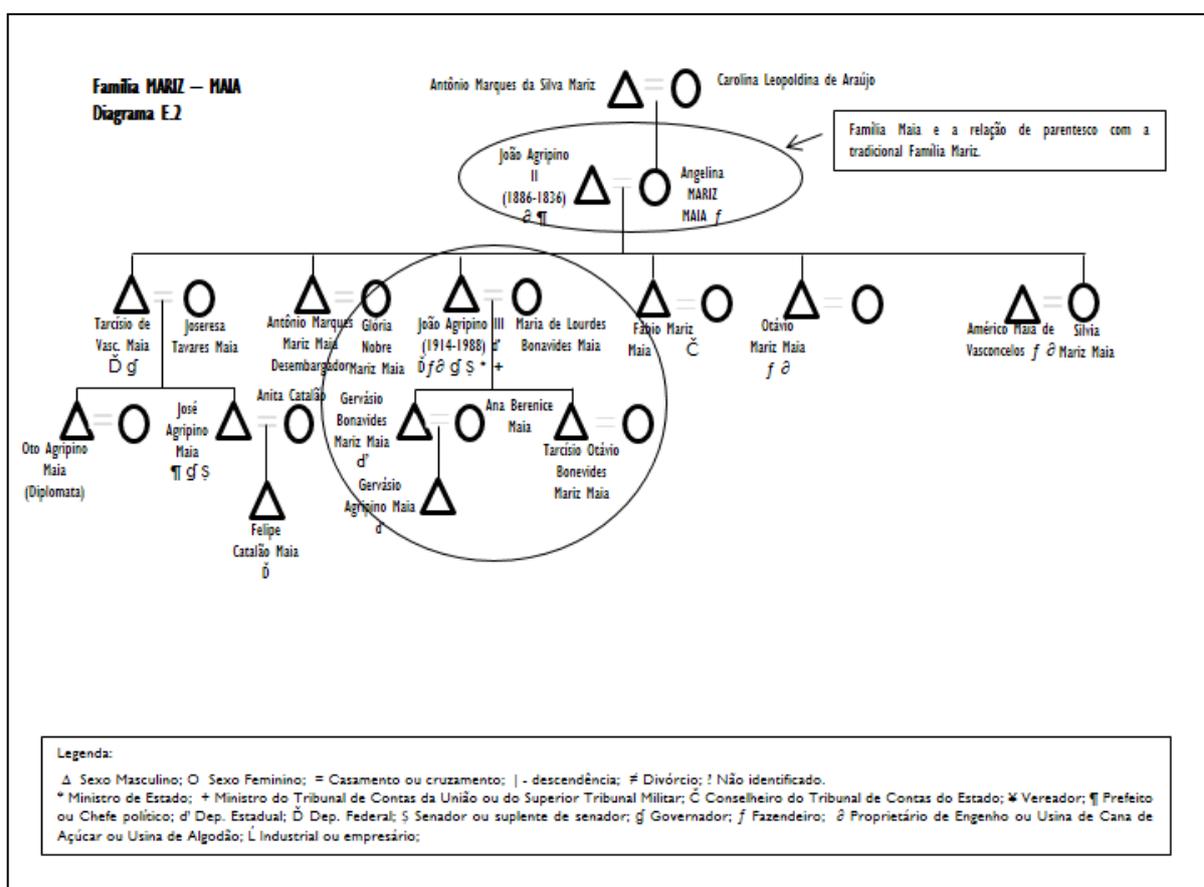
**Fonte:** TERUYA, 2002.

Trata-se uma família que tem ocupado as instâncias de poder de vários Estados da federação, com destaque para os Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro. Estados que tiveram a frente do executivo, herdeiros dos coronéis que controlavam e dominavam as terras da Paraíba.

É dessa geração dos coronéis que emergiram dois herdeiros que se tornaram governadores nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, bem como do Rio de Janeiro: João Agripino III, o seu irmão Américo Maia e o seu primo César Maia. A estrutura de poder

montada por esta família, herdeira dos coronéis, ultrapassou as fronteiras do Estado da Paraíba e continua até a atualidade inserindo agentes nas principais casas legislativas da República. Embora, na Paraíba, esta família tenha perdido espaço, vê-se que em Estados como Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro ainda continuam “representando a população” nas duas casas de maior poder e representação da República.

**Figura 7:** Diagrama “E2” entroncamento da família Mariz-Maia. (1890-2015)



**Fonte:** Construída pelo autor, tendo como base a pesquisa de Teruya (2002), pesquisa em *blogs*, biografias e as entrevistas do banco de dados do CPDOC.

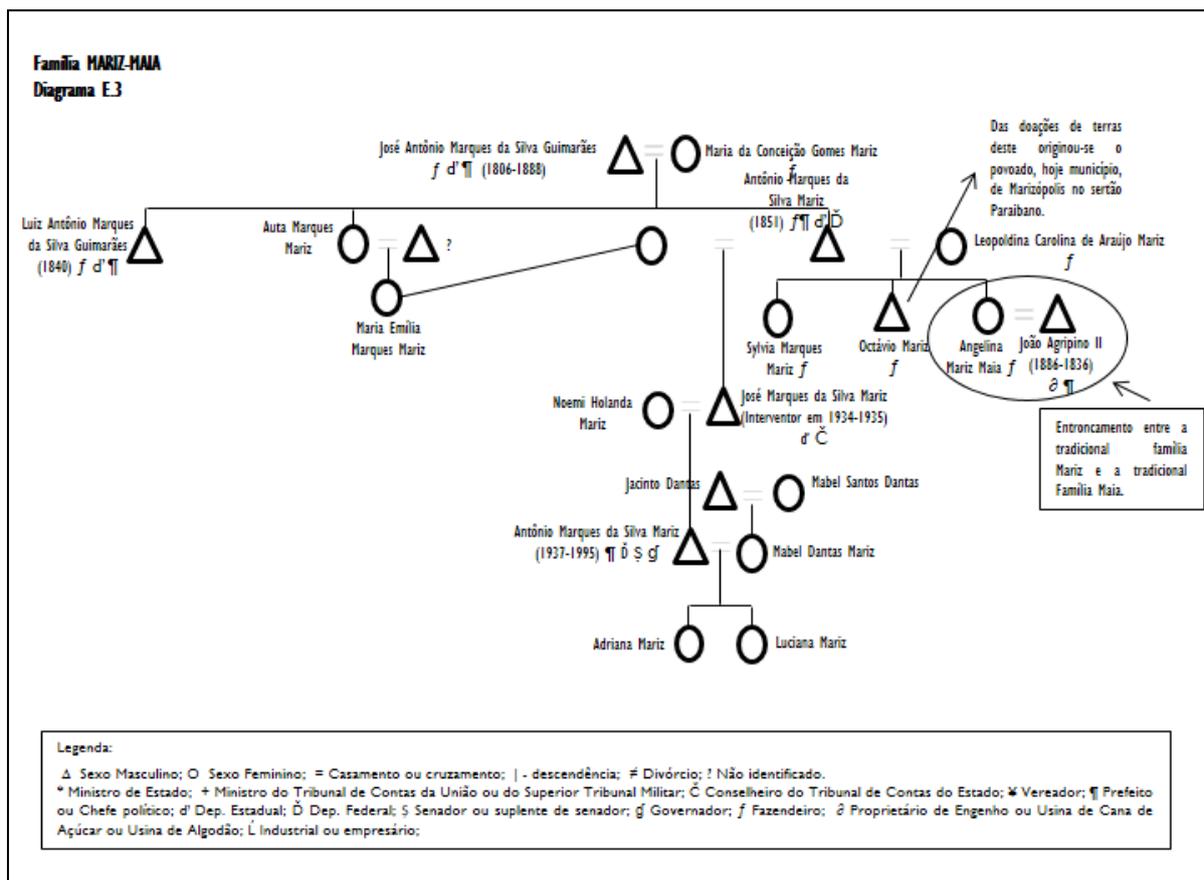
José Agripino Maia e Felipe Maia, pai e filho, senador e deputado federal, respectivamente, são exemplos da força do capital econômico e político familiar desta família. Uma família que, historicamente, se construiu através da relação umbilical com o Estado, ocupou os principais cargos da máquina pública e recebeu os melhores salários e “privilégios” por ela proporcionados. Uma família que se reproduz politicamente há mais de séculos de poder e que se relacionou – constituindo uma rede duradoura de poder e dominação – no entrelaçamento e por meio de casamentos entre agentes de outras famílias históricas e

tradicionais. A família Maia, na Paraíba, tem como herdeiro o atual deputado estadual, Gervásio Agripino Maia, neto do ex-governador João Agripino III e bisneto de João Agripino II e Angelina Mariz Maia.

Se por um lado, Gervásio Agripino Maia é herdeiro da família Maia, por outro, pode-se afirmar que herda também o patrimônio da tradicional família Mariz. Na verdade, trata-se da mesma família. Ou seja, família que, desde João Agripino II, tem se estabelecido por meio do casamento deste com Angelina Mariz, o entroncamento entre as duas famílias. Nestes termos, constata-se que, em oitenta anos, só no Estado da Paraíba, esta família teve três governadores: José Marques da Silva Mariz, em 1935, na condição de Interventor; três décadas após, em 1966, seu primo João Agripino III; e, em 1995, Antônio Marques da Silva Mariz.

A estrutura de poder montada por esta família pode ser percebida através das instâncias de poder que os agentes ocuparam e ocupam. José Marques da Silva Mariz, além de interventor foi deputado estadual e conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. João Agripino III foi deputado federal, governador, senador, ministro de estado e ministro do Tribunal de Contas da União. Antônio Mariz, além de prefeito de Sousa e Secretário de Educação no governo de João Agripino III, também foi deputado federal, senador e Governador do Estado. Outra “família política” que controla e domina espaços políticos e diversas outras instâncias de poder no sertão da Paraíba é a família Wanderley. Esta tem entroncamento com as famílias Medeiros, Nóbrega e Mota. São famílias políticas que controlam rádios, cartórios e disputam o espaço político do município de Patos.

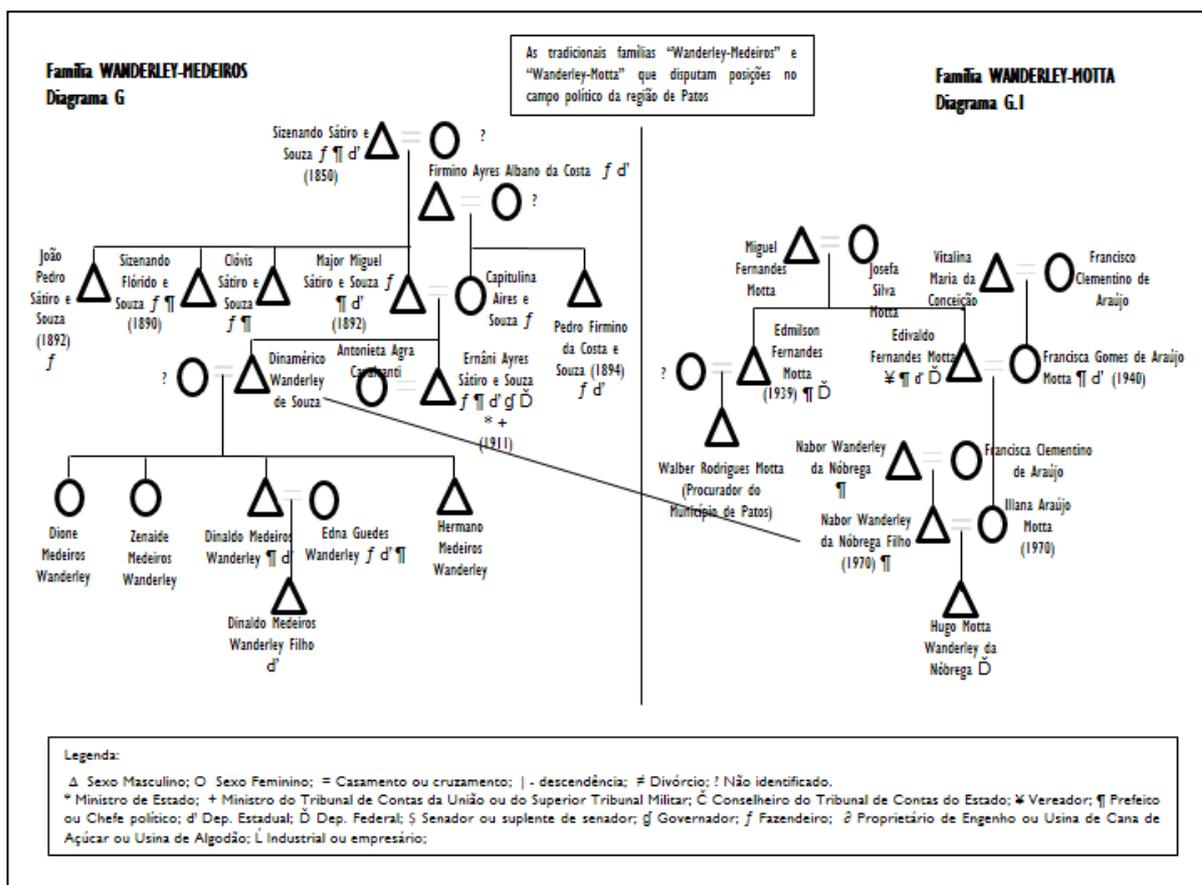
**Figura 8:** Diagrama “E3” entroncamento da família Mariz-Maia. (1806-1995)



**Fonte:** Construída pelo autor, tendo como base a pesquisa de Teruya (2002), pesquisa em *blogs*, biografias e as entrevistas do banco de dados do CPDOC.

A família Wanderley-Medeiro e a família Wanderley-Mota disputam o campo político e se revezam no poder do município de Patos desde a década de 1960, tendo alguns nomes que remetem ao período de 1930. Dinamérico Wanderley de Souza, pai do ex-prefeito de Patos, Dinaldo Medeiros Wandereley e avô do atual deputado Dinaldo Wanderley Filho, é primo-irmão do ex-governador, ex-deputado federal, ex-ministro de Estado e ex-ministro do Superior Tribunal Militar, Ernani Ayres Sátiro e Souza. A família Mota também construiu uma estrutura de poder que perpassa os trinta anos de dominação e exercício do poder político.

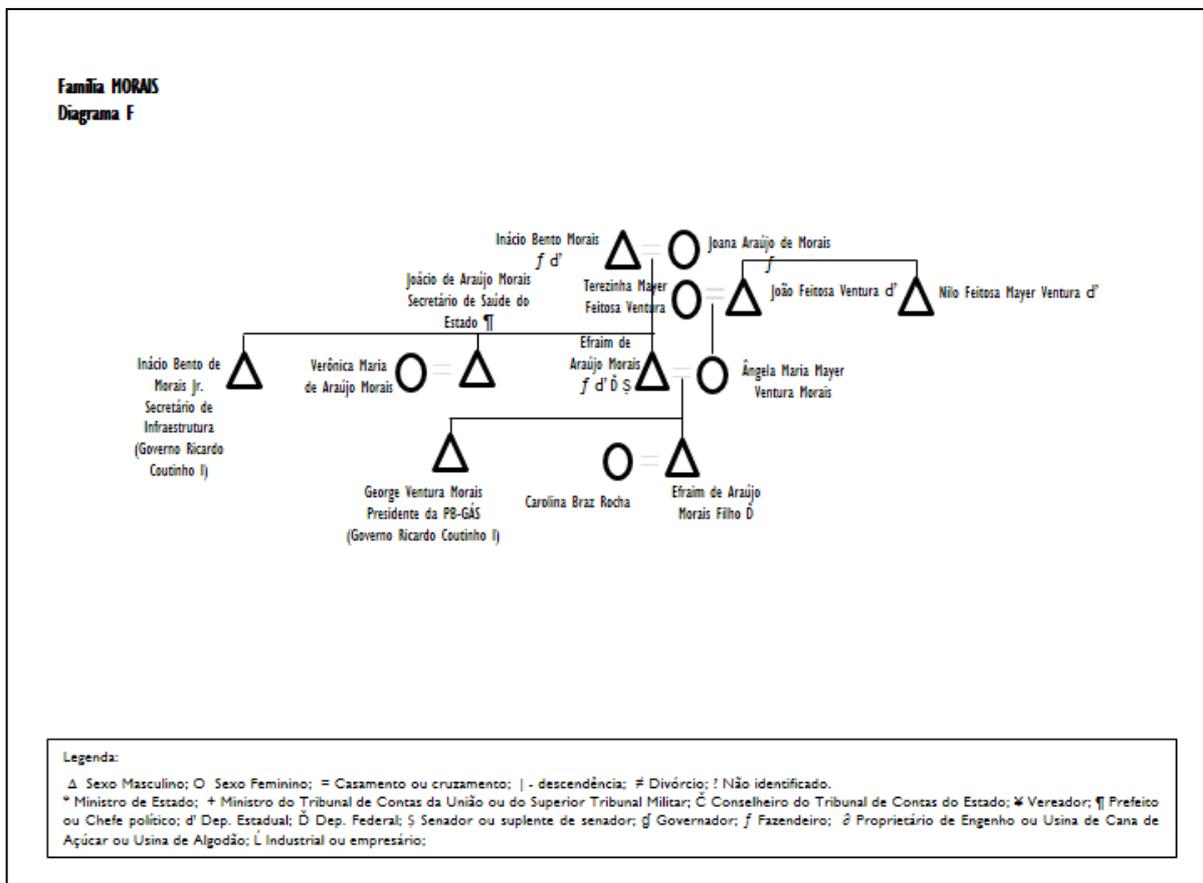
**Figura 9:** Diagrama “G” entroncamento da família Wanderley-Medeiros e Wanderley Mota. (1850-2015)



**Fonte:** Construída pelo autor, a partir de biografias e pesquisa junto aos *blogs*, 2015.

Nesta família, destaca-se atualmente no cenário nacional o herdeiro mais novo da família – Hugo Mota Wanderley da Nóbrega. Na Assembleia Legislativa, a família Mota ainda tem o pai de Hugo Mota, Nabor Wanderley da Nóbrega Filho, ex-prefeito de Patos. Antes que ocupava uma cadeira na Assembleia do Estado, era avó materna de Hugo Mota, Francisca Mota, esposa do ex-deputado federal Edvaldo Mota. Bem próximo ao município de Patos, encontra-se a região de Santa Luzia, outro município que é controlado por uma das famílias tradicionais, e que o poder se transmite de pai para filho e para os irmãos.

**Figura 10:** Diagrama “F” entroncamento da família Morais com a família Feitosa Ventura



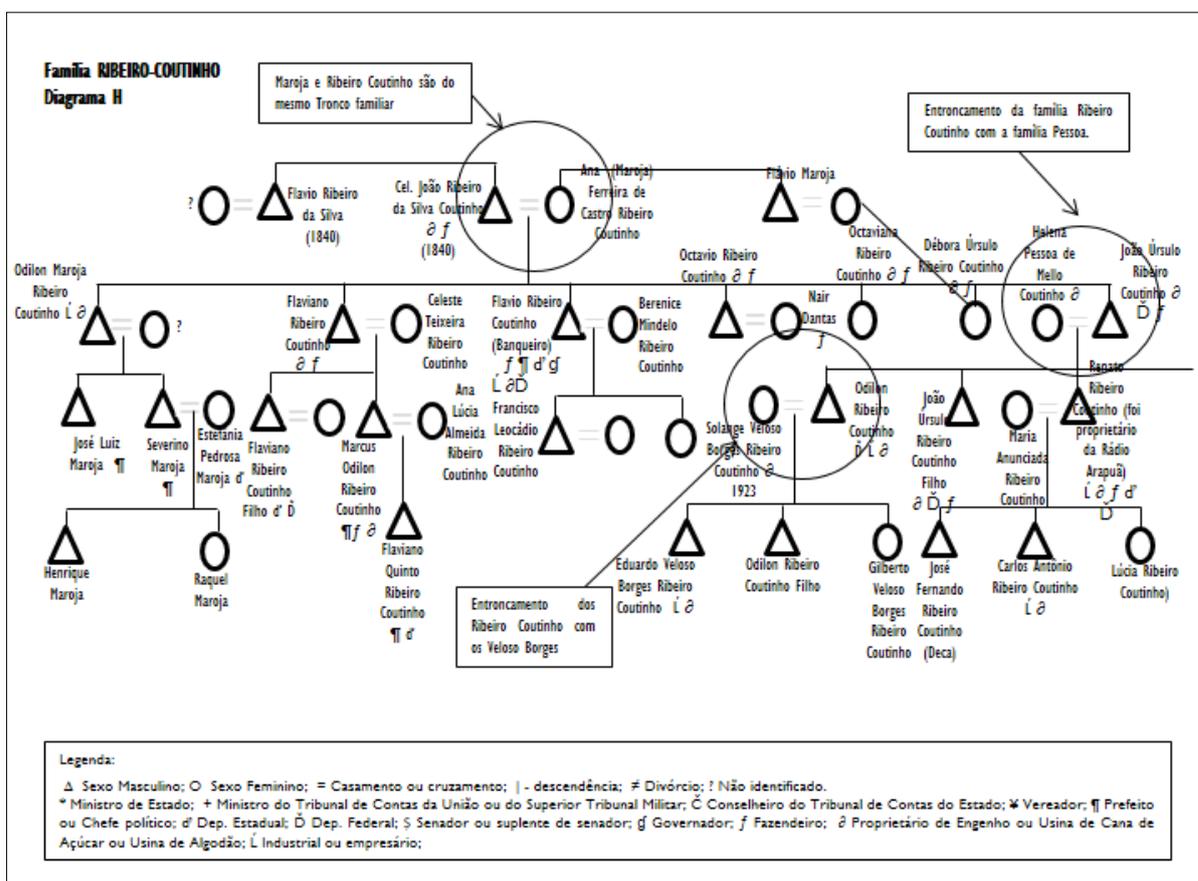
**Fonte:** Construída pelo autor a partir de biografias e pesquisa junto aos *blogs*, 2015.

A família Morais, conforme se apresenta no diagrama “F”, também possui entroncamento com outras famílias políticas que atuaram no Estado, a família Feitosa Ventura, pertencente à região do Cariri Ocidental da Paraíba e que atuou na microrregião de Monteiro. Esta família teve como representante na Assembleia do Estado o avô, João Feitosa Ventura, e o tio-avô, Nilo Feitosa Mayer Ventura, do atual deputado federal Efraim Morais. Este filho do ex-deputado estadual, ex-deputado federal e ex-senador, Efraim Morais e neto pela linhagem paterna do deputado estadual e latifundiário Inácio Bento Morais.

Na região da Borborema, onde se localiza o município de Campina Grande, além da família Cunha Lima, o espaço político é disputado por duas outras tradicionais famílias que estão no Estado há anos. Famílias que mantêm forte relação de parentesco com o ex-governador Argemiro de Figueiredo, além de ter tido outros governadores oriundos do seio familiar. São herdeiros dos latifundiários, usineiros (cana de açúcar e algodão) que atuavam

tanto em Pernambuco como na Paraíba. Trata-se da família Vital-Rêgo, descendentes dos Heráclio (do famoso Cel. Francisco Heráclio de Pernambuco) e a família Ribeiro.

**Figura 11:** Diagrama “H” Família Ribeiro Coutinho-Maroja e o entroncamento com as tradicionais famílias Pessoa e Velloso Borges.



**Fonte:** Construída pelo autor, a partir de biografias e pesquisa junto aos *blogs*, 2015.

Na família Ribeiro, convergem duas forças econômicas do Estado referentes à década de 1950: o poderio da força econômica do algodão, típica da região do Cariri, Borborema e Sertão; e a força econômica do litoral esboçada nas usinas de cana de açúcar. A primeira força representava-se na região da Borborema pelos irmãos da família Ribeiro – Pedro Vaz Ribeiro (avô paterno do atual deputado federal e ex-ministro das Cidades Aguiinaldo Velloso Borges Ribeiro), César Ribeiro e Hidelbrando Ribeiro – como um dos principais comerciantes de algodão da região e um dos primeiros grupos familiares a instalar uma usina de algodão no município de Campina Grande<sup>233</sup>. A família Velloso Borges, por outro lado, constituíram-se

<sup>233</sup> Ver: <https://www.campinagrande.pb.leg.br/parque-da-liberdade-tera-o-nome-de-pedro-vaz-ribeiro-sindo-ribeiro/>. Acesso em 20/02/2016.

como grandes latifundiários e usineiros produtores de açúcar do Estado, formando, assim, o famoso grupo da Várzea<sup>234</sup>, com a família Ribeiro Coutinho. A família Ribeiro Coutinho, além de, na época, ser uma das famílias mais ricas do Estado, pertencente à elite econômica, também passou a se inserir no campo político, por meio dos irmãos – industriais latifundiários e donos das usinas de açúcar – Flávio Ribeiro Coutinho, João Úrsulo Ribeiro Coutinho e Flaviano Ribeiro Coutinho. (Figura 11; diagrama “H”).

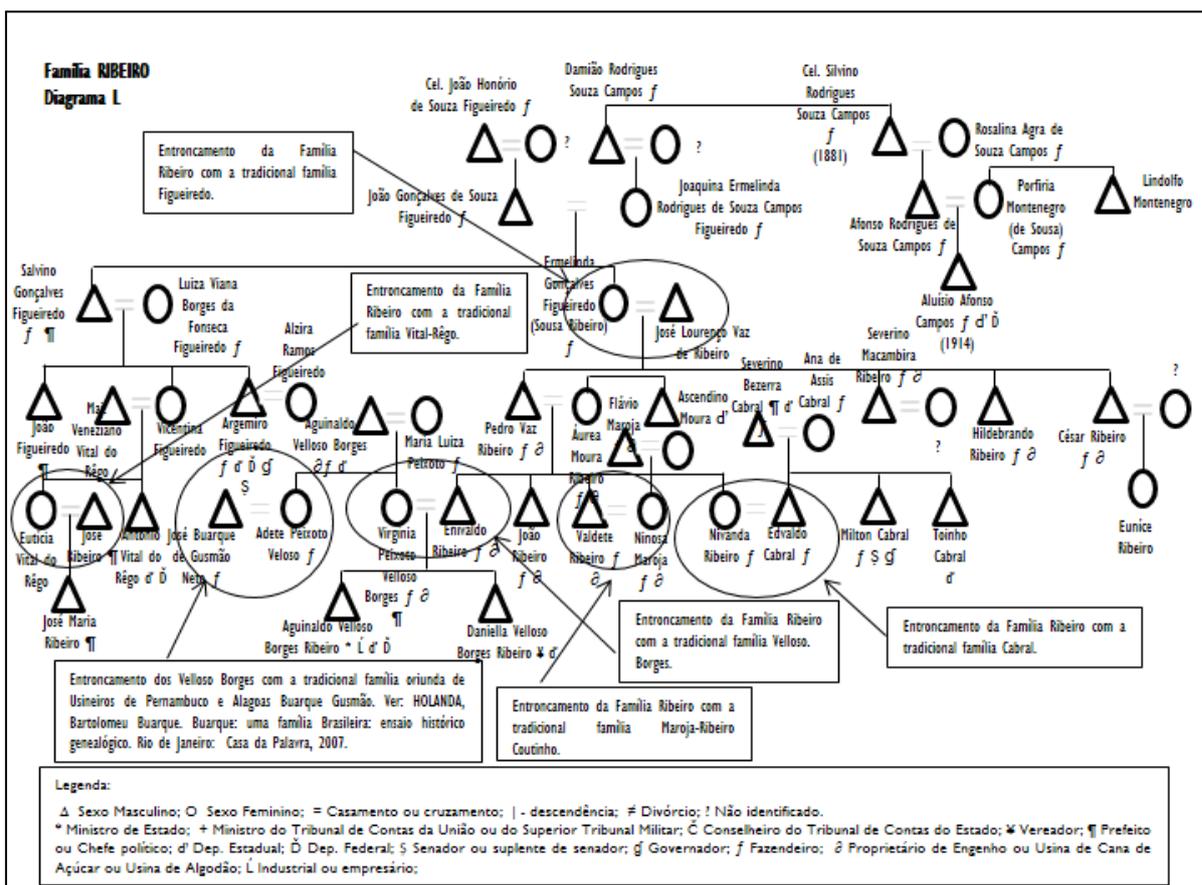
Desta poderosa família, saíram, além de governador de Estado, inúmeros agentes para o cargo de deputado federal. Ainda hoje é possível perceber a força deste grupo familiar quando se observa que, desde a década de 1950, os agentes políticos que disputam a prefeitura do município litorâneo de Santa Rita são herdeiros do Cel. João Ribeiro da Silva Coutinho e Ana (Maroja) Ferreira de Castro Ribeiro Coutinho. É deste tronco que descendem Severino Maroja, prefeito de Santa Rita, por mais de três vezes, e Marcus Odilon Ribeiro Coutinho também ex-prefeito de Santa Rita, tendo sido eleito por duas vezes. Estes dois agentes pertencentes a mesma família controlam os recursos daquele município por, aproximadamente, cinco décadas.

Além disso, também têm seus familiares atuando na Assembleia Legislativa e se revezando nesta casa. Flaviano Quinto Ribeiro Coutinho, Henrique Maroja e Raquel Maroja são os mais novos herdeiros desta família, tendo já ocupado, na condição de herdeiros e futuros sucessores ao “trono”, cargos de representação e/ou de direção nas instâncias municipal e estadual. O entroncamento da família Ribeiro Coutinho-Maroja com a família Ribeiro deve-se ao casamento entre o filho de Pedro Vaz Ribeiro, Valdete Ribeiro e a filha de Flávio Maroja, Ninosa Maroja. Entroncamento pelo lado paterno do atual deputado federal Aginaldo Velloso Borges Ribeiro e da deputada estadual Daniella Ribeiro. Ou seja, o seu tio paterno é casado com a filha do usineiro Flávio Maroja. Pelo lado materno, a sua tia, irmã da sua mãe, Solange Velloso Borges casou-se com Odilon Ribeiro Coutinho, ex-deputado federal, latifundiário e industrial do ramo sucroalcooleiro no Estado.

---

<sup>234</sup> Grupo da Várzea ficou conhecido nacionalmente como um grupo constituído por fazendeiros, latifundiários e proprietários de engenho situados na várzea do Rio Paraíba. Eram grandes produtores e exportadores de Açúcar. De acordo, com CARNEIRO & CIOCCARI (2010), foi deste grupo que saíram às ordens para assassinar os dois maiores símbolos das lutas camponesas no Brasil: João Pedro Teixeira e Margarida Maria Alves.

**Figura 12:** Diagrama “L” da família Ribeiro. Entroncamento desta família com a família Argemiro, Cabral, Ribeiro Coutinho-Maroja.



**Fonte:** Construída pelo autor, a partir de biografias e pesquisa junto aos *blogs*, 2015.

Assim, do entroncamento destas tradicionais famílias que se posicionam no campo político do Estado, os herdeiros de Enivaldo Ribeiro – Aguiinaldo Ribeiro e Daniella Ribeiro, deputado federal e deputada estadual, respectivamente. Aguiinaldo Ribeiro, além de deputado federal, encontra-se como o herdeiro desta família que chegou a ocupar o posto de Ministro das Cidades, pasta responsável pelas obras estruturantes no país. A força política do grupo familiar evidencia-se nos espaços ocupados pelo filho, a filha e pela sua mãe. Ou seja, do local ao nacional, a família possui representantes. Tal como a família Cunha Lima, Mota, Maranhão, Gadelha, além de controlar os recursos dos municípios, estão inseridos na Assembleia Legislativa do Estado e na Câmara Federal.

As famílias Ribeiro, além das demais famílias que foram apresentadas, montaram, no decorrer do século passado, e no início deste, uma estrutura de poder político e econômico que permite a inserção nas mais variadas instituições de representação política. Por meio das redes de parentesco, do capital político-familiar e do capital econômico sustentam uma rede

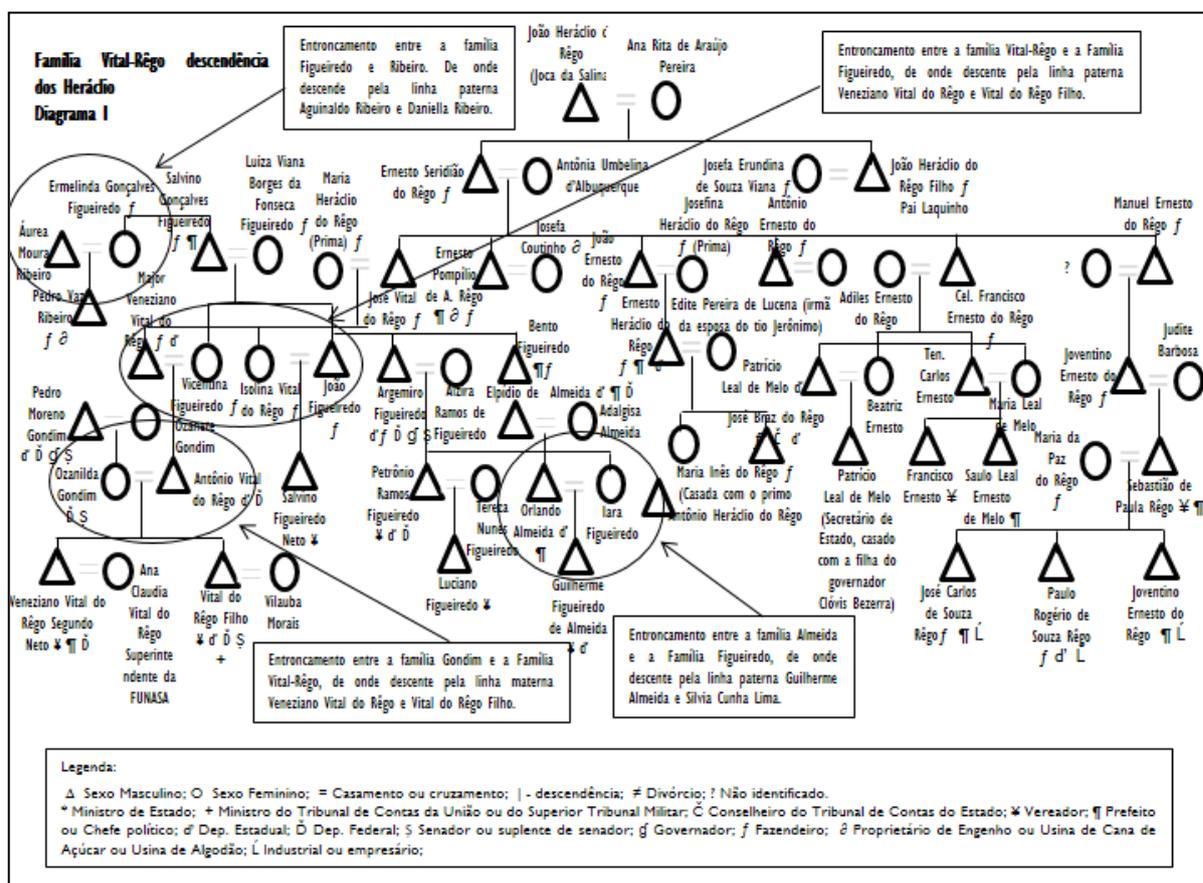
de prefeitos e vereadores com apoios das emendas parlamentares e do acesso privilegiado às instâncias e aos recursos do Estado.

Como é possível visualizar na figura 12, representada no diagrama “L”, a família Ribeiro mantém vínculo de parentesco com as tradicionais famílias de usineiros da Várzea do Paraíba e com as tradicionais famílias políticas que, historicamente, controlaram as receitas do município de Campina Grande. Ou seja, além dos usineiros do açúcar e do algodão, são herdeiros também da família Figueiredo, visto que a bisavó do atual deputado, Ermelinda Gonçalves Figueiredo, é tia do ex-governador e ex-senador da Paraíba Argemiro de Figueiredo. É nesse sentido que se estabelece o parentesco entre a tradicional família Ribeiro e a tradicional família Vital-Rêgo. O bisavô do ex-prefeito de Campina Grande e deputado federal Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto e do ex-senador e atual Ministro do TCU, Vital do Rêgo Filho, é irmão da bisavó do Ex-Ministro das Cidades e atual deputado federal Aguinaldo Ribeiro e da deputada estadual Daniella Ribeiro.

A família Ribeiro, ainda, possui entroncamento com a tradicional família Cabral. Esta que teve um dos prefeitos mais populistas da história de Campina Grande, Severino Cabral e o ex-governador e ex-senador Milton Cabral, pai e filho, respectivamente. O parentesco se estabelece por meio da tia do deputado Aguinaldo Ribeiro, Nivanda Ribeiro, casada com Edvaldo Cabral, filho do ex-prefeito e irmã do ex-governador e ex-senador. A figura 12, por meio do diagrama “L”, mostra-nos o quanto esta família construiu sua dominação política, tendo como base o controle da terra, de engenhos e de usinas, além da inserção no aparelho de Estado pelos seus mais variados agentes familiares.

Tal estrutura também se estabelece na família Vital-Rêgo (Figura 13 e 14; diagrama “I”, “II”). Família originária do Estado de Pernambuco que estendeu seu domínio para a Paraíba por meio do controle das terras da região do Cariri e das terras do território da Borborema, nos atuais municípios de Queimadas, Fagundes e Campina Grande (REGO, 2008). A figura 13, diagrama “I”, apresenta-nos o poderio construído por essa família ao longo do tempo. Trata-se de uma das famílias que tem entroncamento no Estado da Paraíba com as tradicionais famílias dos dois ex-governadores do Estado: Argemiro de Figueiredo e Pedro Gondim. Família que, historicamente, manteve sob o seu domínio diversos municípios na região do Cariri, com destaque para os municípios de Queimadas, Boqueirão e Fagundes. Elegendo prefeitos e vereadores nesses municípios e controlando os orçamentos destes.

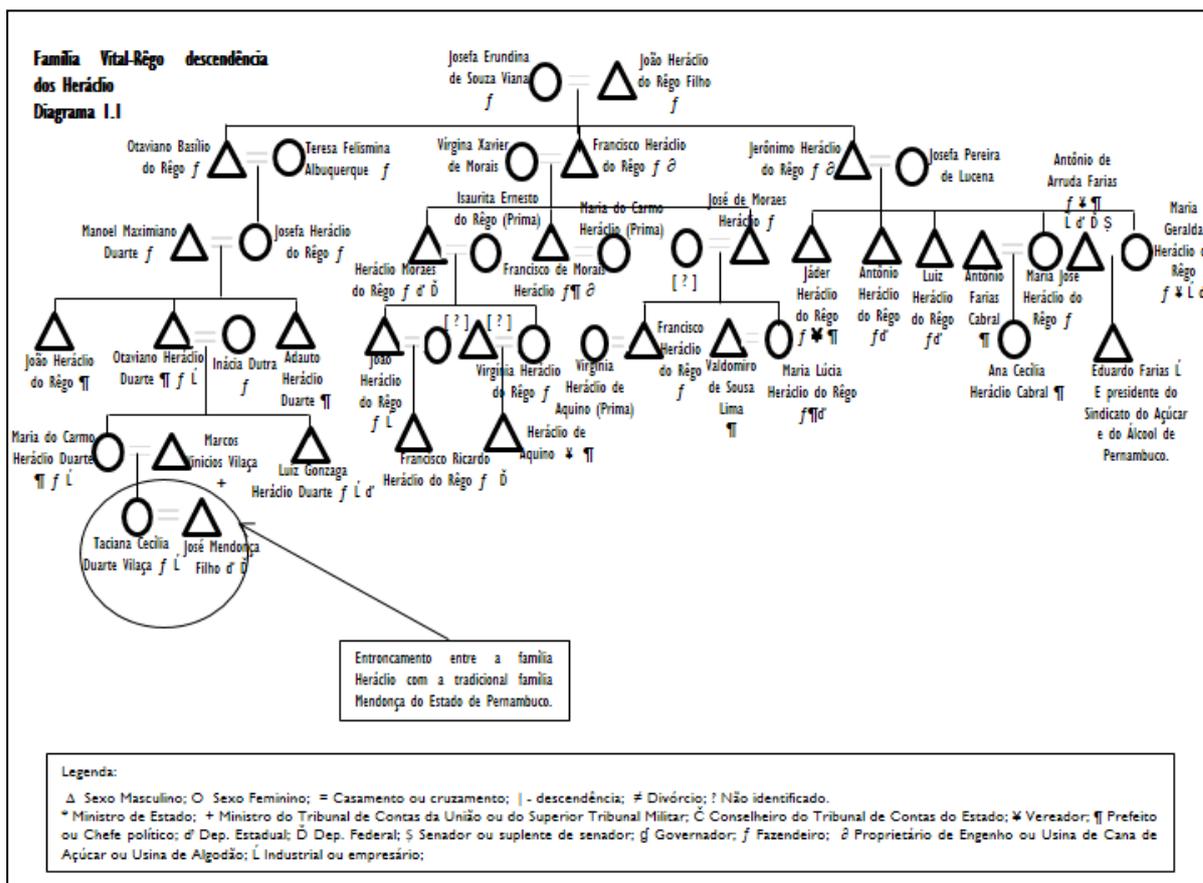
**Figura 13:** Diagrama “I” da família Vital-Rêgo descendência dos Heráclio e o entroncamento com a tradicional família Figueiredo e com a família Gondim.



**Fonte:** Construída pelo autor, a partir de biografias, entrevistas, pesquisa junto a *blogs*, tendo como base as árvores genealógicas elaboradas por Rego (2008).

O diagrama “I”, representado na figura 13, apresenta a descendência da família Vital-Rêgo e a estrutura de poder, construída por esta família, em seis gerações. Mostra-nos, ainda, o entroncamento entre esta família e duas famílias tradicionais no Estado da Paraíba. Por meio do casamento dos filhos de dois coronéis, filha do Cel. Salvano Figueiredo, Vicentina Figueiredo, com o filho do Cel. José Vital do Rêgo, Veneziano Vital do Rêgo, e de João Figueiredo com Isolina Vital Rêgo, tornou-se possível o estreitamento e o fortalecimento da família Vital-Rêgo no Estado da Paraíba, visto que seu poderio já se encontrava no Estado vizinho, Pernambuco. Trata-se de uma família tradicional de latifundiários e de agentes que, historicamente, controlavam orçamentos de vários municípios do agreste pernambucano.

**Figura 14:** Diagrama “I1” descendência dos Heráclio no Estado vizinho Pernambuco



**Fonte:** Construída pelo autor, a partir de biografias, entrevistas, pesquisa junto a *blogs*, tendo como base as árvores genealógicas elaboradas por Rego (2008).

Esta família se fortalece no Estado quando passa a ter seus herdeiros inseridos nos mais altos postos da Administração pública. O que lhes garante fortalecer a rede de dominação política por meio do capital econômico e do capital político-familiar acumulado historicamente pelo grupo. São inúmeras as prefeituras no Estado de Pernambuco que esta família passa a controlar no período entre as décadas de 1950 e 1960, principalmente através da força política do Cel. Francisco Heráclio do Rêgo, na região de Limoeiro, Bom Jardim, Surubim, Taquaritinga do Norte, dentre outros. O Cel. Francisco Heráclio, como é possível visualizar no diagrama “I1”, é primo do Cel. José Vital do Rêgo e irmão de Maria Heráclio do Rêgo, ou seja, sua irmã é casada com o primo.

Esta parece ser uma das estratégias utilizadas por esta família na terceira geração exposta no diagrama “I”, “I1”. Além do casamento dos primos José Vital do Rêgo e Maria Heráclio do Rêgo, também se teve o casamento entre os primos João Ernesto do Rêgo e Josefina Heráclio do Rêgo. Da união de José Vital do Rêgo e Maria Heráclio do Rêgo nasce o

avô do atual deputado federal, que traz em nome o patronímico Veneziano Vital do Rêgo. Da união do segundo casal de primos, nasce Ernesto Heráclio do Rêgo, pai do ex-deputado estadual e Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado José Braz do Rêgo. Este primo de Antônio Vital do Rêgo, ex-deputado estadual e ex-deputado federal da Paraíba, casado com a filha do ex-governador da Paraíba Pedro Gondim, Nilda Gondim. Esta, atualmente, encontra-se como primeira suplente do senador José Targino Maranhão.

Cel. Ernesto Heráclio do Rêgo, como ficou conhecido, era grande latifundiário que herdou da família e passou a administrar as terras situadas no cariri paraibano, mais especificamente, no município de Cabaceiras, onde se tornou chefe político e, posteriormente, após a emancipação, passou a ser prefeito do município, antes povoado pertencente a Cabaceiras, Boqueirão. A família se estendeu pelo cariri oriental, a partir da década de 1960, controlando as prefeituras de Queimadas, Boqueirão, Fagundes. Em Queimadas-PB, o controle se dava por meio dos herdeiros do Cel. Francisco Ernesto do Rêgo e do Major Veneziano Vital do Rêgo. É do primeiro que sairá a liderança Carlos Ernesto que, embora não sendo o gestor dos recursos municipais, indicou quatro prefeitos vinculados à rede de parentesco da família Ernesto-Rêgo<sup>235</sup>.

De 1972 a 2012 praticamente o poder político no município de Queimadas-PB foi controlado por uma só família, tendo algumas exceções, mas que não conseguiram se contrapor aos nomes apresentados por esta família. Os herdeiros Saulo Ernesto e Sebastião de Paula Rêgo se revezaram no poder deste município por, aproximadamente, quatro décadas. O primeiro, filho de Carlos Ernesto e, o segundo, primo em segundo grau de Carlos Ernesto. Atualmente três filhos de Sebastião de Paula Rêgo participam das disputas políticas na região: Paulo Rogério de Souza Rêgo, conhecido na região, como Doda de Tião exerce, pela segunda vez, o cargo de deputado estadual; o seu irmão, Joventino Ernesto do Rêgo que traz o patronímico do seu avô, é o prefeito do município de Barra de Santana e o empresário e latifundiário, considerado um dos homens mais rico do município, José Carlos de Souza Rêgo, até bem pouco tempo, fora prefeito de Queimadas (Figura 13; diagrama “I”).

A família Vital-Rêgo, como as demais famílias supracitadas, mantém forte imbricamento e inserção nas instâncias do Estado da Paraíba e Pernambuco, tornando-se, assim, uma família poderosa, em termos de capital político-familiar e capital social. Esta é uma das poucas famílias brasileiras que conseguiram atualmente ter, da mesma casa, agentes

---

<sup>235</sup> Ver: MONTEIRO, 2009.

inseridos na Câmara dos Deputados, no Tribunal de Contas da União e no Senado, ou seja, nas mais altas instituições de representação política e de controle da República brasileira.

A família Heráclio, da qual a família Vital-Rêgo desce, conseguiu emplacar dois agentes, pertencentes ao seio familiar, na mais alta instância de controle de contas da República – TCU. O primeiro deles foi o ex-ministro Marcos Vinícius Vilaça, casado com Maria do Carmo Heráclio Duarte, bisneta de Otaviano Basílio do Rêgo. Otaviano é, portanto, irmão de Maria Heráclio do Rêgo, bisavó de Vital do Rêgo Filho. A filha do ex-ministro do TCU é casada com José Mendonça Filho (DEM), ex-vice-governador e deputado federal por Pernambuco e Ministro da Educação no governo interino de Michel Temer, conforme diagrama “I”, “II”. É uma família que tem como *locus* de atuação nos dois Estados – Paraíba e Pernambuco – inserção e influência nos poderes legislativos e executivos, além de possuir agentes inseridos na Câmara Federal e no Senado. Além de tribunais de contas e órgãos estratégicos de governo.

A inserção de agentes dessas famílias nas principais instituições representativas da “República brasileira” possibilita identificar a estrutura de poder e riqueza por elas acumuladas ao longo do tempo. Permitiu, ainda, perceber o nível da desigualdade que ocorrem nas disputas e a origem e as disparidades de renda e riqueza entre os agentes que representam e os agentes que são representados. Os diagramas expostos nas figuras acima, permitem-nos visualizar que a distribuição da riqueza perpassa também por uma desconcentração de poder destes grupos. Tal estrutura de poder acumulado só ratifica que a análise liberal que tem o princípio da “isonomia” e o “discurso do mérito” como inspiradores da análise, por si, não é capaz de desvendar as teias de nepotismo constituídas por estas famílias e as formas camufladas de processos de dominação. Esse inexorável acúmulo de poder tem permitido, no contexto da “Nova República”, a constituição de dinastias de herdeiros políticos que se reproduzem ao longo do tempo.

Estas famílias controlam, historicamente, os melhores empregos do Estado e da região que atuam, bem como estão em cargos eletivos e de representação política que vão desde o ente federativo local ao nacional, nos quais os “privilégios” se tornam regras e não exceções. O patrimônio político e familiar herdado por estes agentes torna-se, no contexto da “Nova República”, algo fundante de processos de desigualdades. São famílias inteiras, praticamente, que possuem os salários mais elevados nas regiões de atuação. Estes, conquistados, quase sempre, pela possibilidade de acesso ao Estado pelo capital-político familiar e pelo expressivo volume de capital econômico.

Os herdeiros, quase sempre, além de herdarem o patrimônio político familiar do grupo, o que lhes permite acessar aos postos de representação política de altos salários, também têm a possibilidade de herdar o patrimônio material que foi construído no decorrer de anos pelos seus ascendentes. Assim, têm a possibilidade de obter altos salários que podem ser somados ao capital obtido na forma de lucros, dividendos, juros, aluguéis e outras rendas do capital (PIKETTY, 2014, p. 33). Vale destacar que, conforme salienta Piketty (2014), fortunas herdadas superam, quase sempre, a riqueza constituída durante uma vida de trabalho<sup>236</sup>.

As figuras, por meio da representação dos diagramas, possibilitaram perceber que cada uma dessas famílias teve agentes nos mais altos cargos da República brasileira. Verificou-se, ainda, que são famílias que se constituíram no seio do Estado, tendo esta instituição como o principal *locus* de atuação, formando os herdeiros para atuarem nesta instituição, garantindo, assim, os privilégios políticos da nobreza hereditária. Transmite-se o poder e patrimônio político familiar por meio do acúmulo constante de capitais pela lógica cultural da dominação simbólica, legitimando a herança como um fenômeno natural que se transmite quase que geneticamente de pai pra filho, de tio para sobrinho.

Com tal estrutura de poder, construiu-se, no decorrer do percurso histórico, certa “nobreza”<sup>237</sup> familiar da qual deverá sair os nomes para ocupação dos melhores cargos e melhores salários da “Nova República”. Ou seja, os verdadeiros herdeiros da representação política e dos principais órgãos de controle do Estado, tornam-se, assim, por meio do acúmulo constante de capitais e de processos de violência simbólica, os detentores “legítimos” para a representação do poder no contexto da “Nova República”. Ocorre que, até o presente momento, o Estado continua sendo representado, controlado e dominado, por estas famílias<sup>238</sup>, que formam e constitui a elite política pertencente à classe dominante. Os principais cargos de representação no legislativo e o controle dos municípios da Paraíba encontram-se nas mãos dos herdeiros. A nobreza, portanto, enquanto “representantes legítimos”, “reconhecidos” pelo “nome” e “sobrenome” – controlando as mais variadas instâncias de poder político e agindo em mais variados espaços do poder público e nas instâncias estratégicas do mercado – apresentam-se como os donatários do Estado. O Estado,

---

<sup>236</sup> Ver: PIKETTY, 2014, p. 9-43.

<sup>237</sup> A ideia de nobreza é construída e desenvolvida a partir da concepção que Bourdieu oferece, recuperando do latim, ou seja, o nobre, segundo o latim, é um *nobilis*, um homem “conhecido” e “reconhecido”. Cf. BOURDIEU, 2000, p. 60.

<sup>238</sup> O atual governador Ricardo Vieira Coutinho tem se tornado uma exceção, porém vê-se que se torna quase impossível alguém chegar ao governo sem o apoio destas famílias, vale salientar que a eleição de 2014, encontrava-se com Ricardo Coutinho a tradicional família Moraes e recebera no segundo turno o pai das tradicionais famílias Maranhão, Mota e Vital-Rêgo.

portanto, passa a ser dividido de acordo com as famílias que controlam as microrregiões do Estado. São verdadeiras dinastias políticas que se revezam no poder e dominam o Estado, recortando o território por “nomes de famílias”.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parte dominante da ciência política brasileira não conseguiu ainda perceber a importância que exercem as famílias políticas no cenário atual, para uma compreensão do fazer político no país. Isto se deve, em grande medida, ao fato de que em nossa cultura política, família, parente, quando somado à inserção no aparelho de Estado, traduz-se sinônima e historicamente em nepotismo. Algo que, para a construção discursiva e ideológica de um país moderno, soaria, ao discurso científico, como um dos desafios. Parte significativa das produções acerca da política em nosso país, não leva em consideração as categorias de “parentes”, “famílias políticas” e “herdeiros”. Estas são, quase sempre, colocadas em segundo plano. Como se não fossem capazes de informar sobre a constituição da recente democracia e do sistema representativo.

Por que tanto silêncio, por parte do pensamento político dominante, em estudar ou mesmo trazer, para o universo de compreensão da política e do sistema democrático representativo, aquelas que são parte constitutiva deste? As categorias que comportam o universo da família – herdeiros, parentes, parentela, *parentismo* – estão muito distantes das análises promovidas por aqueles que estudam as democracias contemporâneas e os sistemas de representação política.

A pesquisa sinaliza para a importância de estudar o cenário político atual por estas categorias. E, nesse sentido, chama a atenção para a miopia do pensamento hegemônico da ciência política e da sociologia política em não inserir em suas agendas pesquisas que levem em consideração o *modus* de operacionalizar a política por meio de lógicas que perpassam, acima de tudo, pelo universo familiar. A ausência de pensar o campo político por meio destas categorias tem levado à incapacidade de desvendar os processos de dominação que se instauram em nossa sociedade. A incorporação de agendas importadas, sem a mínima contextualização da formação histórica de nosso país, tem conduzido a uma produção científica míope em que alguns pesquisadores “colonizados” por tradições científicas estrangeiras não conseguem perceber a formação e o peso que as famílias políticas exercem em nosso sistema. Tem inviabilizado a compreensão das estruturas de poder político e econômico que se constituíram historicamente e se reproduzem atualmente.

O trabalho consistiu em testar a hipótese de que existem dois tipos de capitais preponderantes que estruturam as disputas e permitem acesso aos cargos eletivos e de representação política da “Nova República”. Nesse sentido, o Estado da Paraíba foi

tematizado como o *locus* de estudo. Para tanto, procurou-se aplicar à análise o conceito *capital político-familiar*, extraído do conceito de capital político, inspirado no pensamento de Bourdieu, tendo como pressuposto que no universo empírico estudado a família tem se tornado central à dominação política, ou seja, por meio da genealogia foi possível constatar que, aproximadamente, 20 famílias controlam os destinos do Estado nas últimas três décadas, a maioria delas se arrasta no poder por mais de meio século, algumas remetem ao período imperial.

Constatou-se, portanto, por meio do conceito de *capital político-familiar*, quando associado ao capital econômico, a força que as famílias políticas e as novas famílias políticas exercem no campo político da Paraíba, concentrando historicamente poder e riqueza. Tal constatação só foi possível graças à disponibilização dos dados contidos nas informações declaradas pelos agentes políticos junto aos portais de transparência. Com base nas informações, foi possível mensurar, não de forma tão precisa, devido aos próprios limites contidos nas informações, o patrimônio das principais famílias que possuem diversos representantes no campo político de 1985 a 2015. E, assim, comprovar que a estrutura de poder, político e econômico, montada por estas famílias, assenta-se no controle de outras instituições (mídia, partido, lugares de memória, dentre outros).

De forma significativa verificou-se que quanto mais o agente se encontra vinculado e/ou pertencente ao núcleo da família política ou das novas famílias políticas, maior a chance de exercer cargo de comando em postos superiores da administração pública. Não se trata de um fenômeno novo principalmente quando a referência é a região Nordeste. O novo é que estes agentes têm se multiplicado e tendem a aumentar ainda mais principalmente depois da publicada e sancionada Lei Complementar nº 135/2010, ou seja, *Lei da Ficha Limpa*, criada por iniciativa popular, que tem por objetivo coibir agentes que tenham conduta imprópria. Ou seja, o legislador buscou proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato e a normalidade e legitimidade das eleições, quando nesta lei estabeleceu novas hipóteses de inelegibilidade. Fixou, portanto, algo que já se encontrava no texto constitucional que é a obrigação de considerar a vida pregressa dos candidatos para que se permita ou não a sua candidatura. Porém, estes agentes que se tornam inelegíveis tendem a ser substituídos por seus parentes (filhos, filhas, esposa, mãe, pai).

Os números têm nos informado que a “bancada de parentes” tem aumentado desde 2010. Alguns Estados como o da Paraíba, bem antes da publicação desta lei, já demonstrava a força que os parentes exercem no controle das instâncias políticas de representação do Estado.

Ou seja, são indivíduos que na Paraíba, desde o processo de instauração da democracia liberal no país, revezam-se no poder, alguns remetem e ocupam cargo político desde a década de 1940.

Conferiu-se, assim, que as famílias políticas e as novas famílias políticas, quase sempre, são aquelas que historicamente detêm *capital político-familiar* e/ou capital econômico. Os herdeiros destas famílias, se antes se formavam na Faculdade de Direito do Recife, ou Medicina em Salvador, ou Rio de Janeiro, atualmente realizam seus estudos em instituições de ensino no país ou em outros países, como forma de se diferenciar daqueles pertencentes às classes menos favorecidas. Portanto, embora a escola, dentro da ordem capitalista, imprima a legitimidade “meritocrática” por meio do acúmulo de capitais culturais, o que tem sido utilizado como mecanismo de acesso aos cargos eletivos e de representação política no Estado são os capitais econômicos e o *capital político-familiar*. Todavia, as elites políticas tendem a justificar o acesso a essas instâncias pela ideologia do “mérito” e das competências.

Elas tendem a justificar camuflando um dos modos essenciais de reprodução social do grupo que é a transmissão direta de capitais (econômico e familiar) entre as gerações. Tais capitais são objetivados em títulos de “propriedades” e na transferência do título do “nome de família”. Este como símbolo fundante no mundo político do capital simbólico familiar. Daí muitos carregarem consigo, além do “sobrenome”, o patronímico, diz-se de nome antroponímico formado do nome do pai ou de nome de ascendente.

Há uma tendência, a partir do sentido prático do jogo político, de as famílias políticas investirem na transmissão de poder político por meio da constituição desse distintivo que opera no campo político – *capital político-familiar*. Isto associado a outros investimentos: formação escolar. A lógica que permeia a atuação da elite política no Estado, longe de ser configurada a partir de uma ação instrumentalista, utilitária e calculista, opera-se pelas afinidades de estilo e disposições comuns entre as famílias políticas por meio do gosto e dos espaços sociais que frequentam.

Ainda se pode abstrair que o fato de pertencer a uma família política potencializa e aumentam as chances, inclusive, de receber arrecadação de recursos oriundos das empresas, como visto anteriormente. As razões são várias: 1) os candidatos de famílias políticas, quase sempre, possuem uma estrutura de capital que possibilita acesso a diversas instâncias de difusão da imagem e do nome como rádio e TV; 2) o “nome de família” é, quase sempre, conhecido e reconhecido no Estado, o que potencializa o capital simbólico de notoriedade

fundamental às disputas políticas, que se dão no âmbito das lutas simbólicas; Ou seja, herdeiros de famílias políticas têm seus antecessores “eternizados” em *lugares de memórias* com os quais a população está mantendo relação; 3) possuir, com base nas redes construídas pelos familiares, maior volume de capital social, o que lhes permite acessar espaços que sem este dificilmente acessariam; e 4) são sujeitos cujos nomes já se encontram no imaginário social, conhecidos e reconhecidos.

Muitos são empresários e/ou profissionais liberais que, historicamente, vivem na política na condição de viver da política. As redes de contato são estabelecidas e fortalecidas diuturnamente pelas relações cotidianas nas quais os rituais de consagração (jantares, almoços, passeios familiares, feiras de negócios, dentre outros) vão fortalecendo e construindo a rede de relações e ampliando o capital social. Tais rituais fortalecem e expandem as redes de relações sociais de tal forma que, entre a elite política e a elite empresarial, as relações se tornam cada vez mais estreitas, no sentido de que uma passa a depender da outra no que diz respeito ao grau de sucesso. Assim, vai se constituindo todo um *habitus* de fração de classe que por meio dele a elite operacionaliza visões de mundo e percepções, as quais orientam não somente o modo de pensar, mas, também o modo de agir dentro e fora do aparelho de Estado.

O Estado se torna o grande mediador institucional dessas relações. O sucesso da elite política passa a depender do financiamento empresarial para atuar no âmbito do Estado. Por sua vez, a atuação da elite política, no âmbito do Estado, é fundamental para o sucesso da elite econômica. A relação se dá no seio da classe dominante. É uma relação de mão dupla. Difícil, e torna-se até superficial, no contexto do capitalismo contemporâneo, compreender a ação política sem levar em consideração a ação econômica e vice-versa. Torna-se difícil porque os meios de comunicação, enquanto extensão do Estado (concessões) aos grupos empresariais também são extensões das famílias políticas.

A denominada grande mídia, em sintonia com a elite política e fazendo parte da própria elite empresarial e econômica, formando-se, assim, a classe dominante, constrói a agenda do candidato. Isto no âmbito da União se torna mais visível, porém não deixa de ser reproduzido no âmbito dos Estados que formam a Federação, conforme demonstrei na cartografia do poder político e midiático no Estado. Não é por acaso que em cada Estado da Federação são famílias políticas e/ou empresários que atuam na política e controlam os meios de comunicação (rádio, retransmissoras de televisão, principais portais). São agentes que atuam no Estado (deputados federais, senadores e governadores) e controlam os meios de

comunicação, estabelecendo relações e vínculos com os empresários. Prefeitos e vereadores – agentes que mantêm relação mais próxima com a sociedade e com os cidadãos – não ficam de fora dessa lógica. Apóiam senadores, deputados federais e estaduais, bem como governadores, por meio de um sistema de trocas. Sistema este que se configura em redes de relações políticas e monetárias.

Os recursos das grandes empresas adentram os municípios por meio do *modus operandi* de se fazer política em nosso país. O apoio aos deputados, senadores e governadores, quase sempre, é condicionado pelas trocas monetárias e ganhos políticos. Os prefeitos recebem dos deputados e senadores recursos para fazer suas campanhas no âmbito local. Em troca, o apoio político e econômico destes. Emendas para realização de obras pontuais também são destinadas. Apoio jurídico no sentido de disponibilizar os melhores escritórios e bancas de advogados também faz parte das redes que operam na política paraibana. Além de possibilidades de aprovação das contas junto aos Tribunais de Contas os quais são, quase sempre, constituídos por conselheiros pertencentes às famílias políticas.

Os prefeitos interagem com deputados, governadores e senadores, tornando-se sustentáculos eleitorais. Em troca, recebem apoio financeiro para suas campanhas municipais e garantias de acesso às principais instituições de controle e fiscalização da ação política: Tribunais de Conta, Cartórios, Mídia, Partidos, melhores Escritórios Jurídicos, Faculdades, dentre outros. Essa lógica de funcionamento do sentido do jogo político perpassa por quase todos, se não todos os municípios do Estado e, arriscaria em dizer, em todos os Estados da Federação.

O conceito de *capital político-familiar*, bem como *parentismo político*, *redemocratização oligárquica e empresarização*, possibilita, quando atrelado ao conceito de capital econômico e outros tipos de capitais, lançar uma perspectiva sobre o fenômeno da política de forma a ter as famílias políticas e as novas famílias políticas como objeto de análise para entender a constituição de estruturas de poder político e econômico em todos os Estados da Federação. Tal perspectiva de análise não tem por objetivo esvair ou mesmo esgotar o debate, mas antes, problematizar por outros olhares a constituição das estruturas de poder político e econômico no Estado da Paraíba. Com isso, não quero aqui, excluir outras possibilidades de compreensão do fenômeno, mas, apontar caminhos de explicações tendo a família como o centro da análise e suas interfaces com as mais variadas instituições.

Em grande medida, e resguardando pouquíssimas exceções, os estudos da ciência política e parte significativa dos estudos das ciências sociais no Brasil, têm dado pouca

atenção ao fenômeno, detendo-se, muitas vezes, à análise do campo político brasileiro pelas instituições partidárias e a relação legislativo-executivo, sem problematizar a estrutura de poder construída historicamente pelos agentes que ocupam, circulam e se reproduzem no Estado. Com isso, acredito que lanço um olhar sobre a dimensão “invisível” da estrutura que alimenta e constitui as campanhas políticas no Estado. O *capital político-familiar* e o capital econômico não são elementos exclusivos que garantem o sucesso eleitoral, mas são fundamentais para tal sucesso. Sem eles, dificilmente, no contexto da redemocratização, os agentes acessam os espaços de representação política do Estado. Outros elementos como carisma, simpatia, imagem plástica, são construídos socialmente e potencializados pelo *marketing*. Logo necessitam de recursos econômicos para que tais características sejam potencializadas. As campanhas apresentam os candidatos como verdadeiros personagens construídos pela lógica de mercado. Nelas, apresenta-se o produto que o eleitor gostaria de consumir. Trata-se, muitas vezes, da espetacularização do político. Os bastidores, as estruturas de poder que informam essa teatralização da política, dificilmente são expostas.

Ao apresentar a estrutura de poder que se encontra nos bastidores e que permite entender de onde partem os “agentes” competitivos no campo político da Paraíba, acredito que sinalizo mais um olhar sobre a constituição das elites políticas em nosso Estado e abro possibilidades para a compreensão da classe dominante. Com isso, não quero dizer que esta perspectiva é melhor que as demais, mas tão somente apresentar que é possível compreender a política por outras lógicas. Lógicas que complementam explicações sobre o fenômeno político desmistificando o porquê de estes agentes permanecerem há tanto tempo se revezando nos mais variados cargos de representação política da “Nova República”.

A tese explicita aquilo que o eleitor dificilmente enxerga. Algo que se encontra nos bastidores dos bastidores, visto que, mesmo aqueles que são envolvidos no campo político e nos empates políticos, procuram saber ou mesmo construir as genealogias das famílias e compreender as estruturas de poder econômico e político por elas construídos. Menos ainda procuram saber as origens dos recursos. Quase sempre votam naqueles que melhor se apresentam. Esta apresentação, em forma de representação, requer acesso a recursos e instituições, sem os quais, dificilmente se constrói a imagem palatável do candidato. Ser candidato no contexto da sociedade do espetáculo, requer, com base no capital econômico e no *capital político familiar*, a construção de uma rede de relações que potencializam o político. Isto, numa lógica plutocrática, o dinheiro se torna essencial principalmente para construir, em bases científicas, o candidato. Daí que são muitas as ciências (da estatística,

passando pela sociologia e a ciência política, ao *marketing*) que passam a atuar na construção e inserção do agente político no campo.

Assim, e sintetizando a pesquisa, constatou-se que os agentes das famílias políticas e das novas famílias políticas inserem-se no campo político e ocupam os cargos eletivos da “Nova República”, acessando capitais. Verificou-se que as famílias estudadas construíram uma estrutura de poder político e econômico e, conseqüentemente, de dominação política que se perpetuam ao longo do tempo. E que estes capitais (simbólicos e materiais) são transmitidos de geração a geração, num acúmulo constante de poder e que tendem a se aprofundar nas próximas décadas, visto que os herdeiros são os que têm/estão ocupado/ocupando as principais instâncias de representação política da “Nova República”.

A pesquisa, ainda, comprovou que dificilmente algum indivíduo acessa os cargos eletivos da “Nova República” sem que tenha volume considerado de tais capitais. O que coloca em cheque a concepção de que as eleições são livres, justas e abertas a todos os cidadãos, bem como cai por terra, em parte, o princípio constitucional de que, na república, os mandatos são limitados (e não hereditários). Os “privilégios” e a “hereditariedade” prevalecem no Estado, porém, mascarados pela lógica liberal de competição e pelo discurso do “mérito”, escondem o acesso desigual às instituições. A política se torna o espaço dos “privilegiados” que controlam partidos, mídia e outros espaços – como os equipamentos sociais públicos – que transformam em “lugares de memória” e se perpetuam em sua dimensão simbólica.

A política se transforma no contexto “republicano” atual e, pela lógica dos capitais, em negócio de família, visto que a ação política passa a ser operacionalizada pela lógica do mercado, por poucas famílias. Lógica esta competitiva e desigual no que diz respeito ao acúmulo de capitais, controlado por poucos agentes, os quais têm possibilitado a desvinculação da ação política do ideal republicano. As forças de tais capitais submetem a ação política à ação econômica, o universo da política ao universo do mercado, regido pelos interesses das grandes empresas (*empresarização da política* e capital econômico) numa articulação com o *capital político-familiar* construído historicamente pelos herdeiros das antigas e ressignificadas oligarquias do Estado.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, S. **O processo legislativo: tendência ao impasse**. Risco Político, n.1, Rio: Sócio-Dinâmica Aplicada, 2007.

ABREU, Alzira Alves de (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889 -1930)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

AGRIPINO FILHO, João. **João Agripino (Depoimento)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: CPDOC, 1978.

AIRES, José Luciano de Queiroz. **A fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945)**. Campina Grande, EDUFCG, 2013.

ALVES, Alessandro Cavassin. **A província do Paraná e sua Assembleia Legislativa (1853-1889): a força política das famílias tradicionais**. Curitiba: Nova Letra, 2015.

AMES, B. **Political survival: politicians and public policy in Latin America**. Berkeley: University of California Press, 1995.

ARRECHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

ARAÚJO, Naughton Rocha França de. **Argemiro de Figueiredo**. João Pessoa: A União, 2000. (Série História: Nomes do Século, V. 13).

ARON, Raymond. Classe social, classe política, classe dirigente. In: ARON, Raymond. **Estudos Sociológicos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

BARNES, J. A. Redes sociais e processos políticos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.) **A Antropologia das sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. (p. 159-195).

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Conselhos de fato e conselhos no papel – Poderes Locais e Práticas de Participação. **Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. Campina Grande, v. 33, n. 1 jan-jun, p. 106-118, 2013.

BARROSO, Luiz Roberto. **“Reforma Política no Brasil: os consensos possíveis e o caminho do meio”** [Texto traduzido do painel Political Reforms: Towards a more representative democracy?, no Brazil Harvard Conference] – Acessado em 17 de abril de 2015, <http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI219292,41046-Ministro+Barroso+palestra+em+Harvard+sobre+reforma+politica>

BENEVIDES, Maria Vitória. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BIERRENBACH, Flávio. (1986). **Quem tem medo da Constituinte?** Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 47 a 128.

BLONDEL, Jean. **As condições da Vida Política no Estado da Paraíba**. Rio de Janeiro: FGV, 1957.

BOTT, Elizabeth. **Família e rede social**. [Trad. de Family and Social Network] 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976.

BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

\_\_\_\_\_. A opinião pública não existe. Comunicação feita em Noroit (Arras) em janeiro de 1972 e publicada em **Les Temps Modernes**, 318, janeiro de 1973. [http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/50619/mod\\_resource/content/1/A\\_Opini%C3%A3o\\_P%C3%ABblica\\_N%C3%A3o\\_Exist\\_e\\_%28Pierre\\_Bourdieu%29.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/50619/mod_resource/content/1/A_Opini%C3%A3o_P%C3%ABblica_N%C3%A3o_Exist_e_%28Pierre_Bourdieu%29.pdf)

\_\_\_\_\_. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Minuit, 1979.

\_\_\_\_\_. La représentation politique: éléments pour une théorie du champ politique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, [S.1.], v. 36-7, p.3-24 1981.

\_\_\_\_\_. “Le capital social. Notes provisoires”. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, 1980, p. 31, 2-3.

\_\_\_\_\_. "O espírito de família". In: **Razões práticas. Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.

\_\_\_\_\_. **Sobre a televisão**. [Tradução de Maria Lúcia Machado] – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 2ª ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. **O Campo econômico: dimensão simbólica da dominação**. Campinas, São Paulo, Papyrus, 2000, p. 60.

\_\_\_\_\_. O mistério do ministério: das vontades particulares à vontade geral. In: CANÊDO, Letícia Bicalho (Org.). **O sufrágio universal e a invenção democrática**. – São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

\_\_\_\_\_. **O senso prático**. [Trad. Maria Ferreira] – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Lisboa: Bertrand Brasil, 2011.

\_\_\_\_\_. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-1992)**. [Trad. de Rosa Freire d’Aguiar – 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014a.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os Herdeiros: os estudantes e a cultura**. Trad. Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014b.

BELOCH, Israel (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. v. 1, p. 646-47.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Repertório biográfico dos membros da Câmara dos Deputados (47ª legislatura: 1983-1987)**. Brasília: Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações, 1983.

BRASIL. Congresso. Senado Federal. **Catálogo biográfico dos senadores brasileiros de 1826 a 1986**. Concepção e editoração: Leonardo Leite Neto. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 1986.

BRASIL. Constituição (1998). Seção IX. Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária. In: **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, Senado, 1988.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula Vinculante nº 13**, 21 de agosto de 2008.

BRITO, Gratuliano. **Gratuliano Brito (Depoimento)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: CPDOC, 1979.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. 3ª Edição, revista e ampliada. – Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CANÊDO, Leticia Bicalho. Caminhos da memória: parentesco e poder. **Textos de História**. Brasília, v. 2, n3, p. 85-123, 1994.

\_\_\_\_\_. Metáforas do Parentesco e a duração em política. **Textos de História**. Brasília, v. 3, n. 1, p. 103, 1995.

\_\_\_\_\_. As metáforas da família na transmissão do poder político: questões de método. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 18, n. 42, p. 29-52, Aug. 1997. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32621997000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621997000100004&lng=en&nrm=iso)>. access on 05 Feb. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32621997000100004>.

\_\_\_\_\_. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). **Pro-posições**. Campinas, v. 13, n. 3, p. 169-198, 2002.

\_\_\_\_\_. Um capital político multiplicado no trabalho genealógico. **Revista Pós-Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, jan./jun. 55-76, 2011.

\_\_\_\_\_. La production généalogique et les modes de transmission d'un capital politique familial dans le Minas Gerais brésilien. **Genèses**, Paris, n. 31, juin. 1998.

CARNEIRO, Ana e CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2010.

CARNEIRO, Renato César. **A bagaceira eleitoral, verba, verbo e populismo: a história do voto na Parahyba (da Revolução de 1930 a 1965)**. João Pessoa: Editora UFPB, 2011.

CARNEIRO, Ruy. **Ruy Carneiro (Depoimento)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: CPDOC, 1977.

CARVALHO, Rocha Emmanoel. **Nos Caminhos do Vigário José Antônio**. João Pessoa. Editora Universitária/UFPB, 2006, 256 p. (História da Paraíba).

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. (Org.) **A produção da política em campanhas eleitorais: eleições municipais de 2000**. Campinas: Pontes, 2003.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião: o novo jogo político**. [Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira] – Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHARLE, Christophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? In: HEINZ, Flávio (Org). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. [Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira Cruz. – São Paulo: Contexto, 2006.

CITTADINO, Monique. **Poder local e Ditadura Militar: o governo João Agripino na Paraíba (1965-1971)**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

CODATO, Adriano Nervo. **Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia**. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, n. 25, p. 83-106, Nov. 2005.

CODATO, Adriano. COSTA, Luiz Domingos. Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um perfil dos Senadores da República. In: MARENCO, André (Org.). **Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. (p. 7-11)

CODATO, Adriano, BOLOGNESI, Bruno & ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral no campo conservador. In: **Direita, volver! O retorno político da direita e o ciclo político brasileiro**. CRUZ, Sebastião Velasco, KAYSEL, André & CODAS, Gustavo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 121.

CORDÃO, Michelly Pereira de Sousa. **O jogo político da democracia: lutas simbólicas na “redemocratização” brasileira (1984-1985)**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Campina Grande: PPGCS/UFCG, 2015.

COSTA, Sylvio; BRENER, Jayme. Coronelismo eletrônico: o governo Fernando Henrique e o novo capítulo de uma velha história. In: **Comunicação & Política**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos. v.4, n.2, p. 29-53, maio-agosto, 1997.

COUTINHO, Marcus Odilon Ribeiro. **Poder, Alegria dos homens**. João Pessoa, Gráfica A Imprensa, 1965.

DAHL, Robert A. "A critique of the ruling elite model". *The American Political Science Review*, 52 (2) p. 463-469, 1958.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

DIAP. **Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 1991-1995**. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. -- Brasília, DF: DIAP, 1990. (Estudos Políticos do DIAP)

DIAP. **Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 1995-1999**. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. -- Brasília, DF: DIAP, 1994. (Estudos Políticos do DIAP)

DIAP. **Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 1999-2003**. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. -- Brasília, DF: DIAP, 1998. (Estudos Políticos do DIAP)

DIAP. **Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2003-2007**. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. -- Brasília, DF: DIAP, 2002. (Estudos Políticos do DIAP)

DIAP. **Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2007-2011**. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. -- Brasília, DF: DIAP, 2006. (Estudos Políticos do DIAP)

DIAP. **Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2011-2015**. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. -- Brasília, DF: DIAP, 2010. (Estudos Políticos do DIAP)

DIAP. **Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019**. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. -- Brasília, DF: DIAP, 2014. (Estudos Políticos do DIAP)

DURKHEIM, Émile. Sociedade como fonte do pensamento lógico. In: RODRIGUES, José Albertino. **Sociologia**. São Paulo, Editora Ática, 2000, p. 166-183.

ENNSER, L. The homogeneity of West European party families: the radical right in comparative perspective. **Party Politics**, v.18, n.2, p.151-171, 2010.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 8ª Ed., São Paulo: Globo, 1989.

FERREIRA, Maria. Sociabilidade e poder: famílias tradicionais e práticas políticas no Sertão Médio São Francisco. **Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. Campina Grande, v. 33, n. 1 jan-jun, p. 68-85, 2013.

FILHO, José Adilson. Família, tradição e poder na modernidade brasileira: o caso das famílias Mendonça e Moura, na cidade de Belo Jardim-PE. **Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. Campina Grande, v. 33, n. 1 jan-jun, p. 53-67, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. 49ª ed. São Paulo: Global, 2004.

GARCIA JR, Afrânio. Os vice-reis do Norte: reconversão de elites agrárias e a Revolução de 1930 (1920-1964). **Revista de Ciências Sociais**, 38-2, set, 2007.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN BIANCO, Bela (Org.) **A Antropologia das sociedades Contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. (p. 277-345)

GRILL, I. G. Família, direito e política no Rio Grande do Sul: os usos do título escolar no exercício do *métier*. **Tomó**. Porto Alegre, n. 10, p.85-111, 2007.

\_\_\_\_\_. **Parentesco, redes e partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande Sul, Porto Alegre, 2003.

GRYNSZPAN, Mario. A Teoria das Elites e sua genealogia consagrada. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 41, p. 35-84, 1996.

\_\_\_\_\_. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 5, n. 14, p.73-90, 1990.

GURJÃO, Eliete. O movimento operário e a reação conservadora. In. **Morte e vida das Oligarquias: (Paraíba 1989-1945)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

HEINZ, Flávio. Considerações acerca de uma História das Elites. Logos. **Revista de Divulgação Científica**. Canoas: ULBRA, n. 1, maio, v. 11, p. 41-52, 1999.

HERÁCLIO, Reginaldo. **Chico Heráclio: o último coronel**. Recife. Editora: CEPE, 1979.

HOLANDA, Bartolomeu Buarque. **Buarque: uma família Brasileira: ensaio histórico genealógico**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAMOUNIER, B. (Org.) **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Sumaré, 1990.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 5 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986 .

LEONI, E. Ideologia, democracia e comportamento parlamentar: a Câmara dos Deputados (1991-1998). **Dados**. Rio de Janeiro, 2002, v. 45, n. 3, p. 361-86, 2002.

LEWIN, Linda. (1993) **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, Diógenes da Cunha. **Ronaldo Cunha Lima: Um nordestino de todo canto**. Fortaleza: Editora IMEPH, 2014.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. “A Fábrica dos Sonhos”: a invenção da festa junina no espaço urbano. Campina Grande: EDUF, CG, 2010.

\_\_\_\_\_. A “herança bendita”, a festa e a instituição do poder da família Cunha Lima na Paraíba. **Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. Campina Grande, v. 33, n. 1 jan-jun, p. 9-33, 2013.

LIMA, Venício A. de Lima & LOPES, Cristiano Aguiar. **Coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2014): as autorizações das emissoras como modelo de barganha**. Observatório da Imprensa/Instituto para o desenvolvimento do Jornalismo, 2007.

LISBOA, Claudia (Org). **Perfis Parlamentares - Antonio Mariz**. Edições Câmara. Brasília, 2006.

LOPES, Cristiano Aguiar & LIMA, Venício A. de. **Rádios comunitárias: coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004) – as autorizações de emissoras como moeda de barganha política**. Brasília, Observatório da Imprensa, 2007.

LOVE, Joseph. **A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MAIA, Sabiniano. **Flávio Ribeiro Coutinho, história de uma vida e época**. 1977.

MEDEIROS, Tarcísio Dinoá e MEDEIROS, Martinho Dinoá. **Ramificações genealógicas do cariri paraibano**. Brasília, CEGRAF, 1989.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Ronaldo Cunha Lima: a trajetória de um vencedor (1936-2007)**. João Pessoa: ideia, 2015.

MÉRCKLÉ, Pierre. **Sociologie des réseaux sociaux**. Paris: La Découverte, 2004.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília, Editora da UnB, 1982.

MIGUEL, Luiz Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MOISÉS, J. A. **Os brasileiros e a democracia**. São Paulo: Ática, 1995.

MONTEIRO, José Marciano. **Família, poder local e dominação: um estudo sobre os processos de disputas políticas entre a(s) família (s) Ernesto- Rêgo em Queimadas/Paraíba**. Dissertação de Mestrado, PPGCS: Campina Grande, 2009. (168p.)

\_\_\_\_\_. Famílias, cultura política e dominação no semiárido nordestino: o caso de Queimadas-PB. **Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. Campina Grande, v. 33, n. 1 jan-jun, p. 149-164, 2013.

MOREIRA, Márcio Macedo. **Entre os Britos e Gaudêncios: cultura política e poder familiar nos cariris velhos da Paraíba (1930-1960)**. Dissertação em História. João Pessoa, 2012.

MOSCA, Gaetano. **La classe política**. México, Fondo de Cultura Económica, 1992.

MUSSO, Pierre. “Genèse et critique de la notion de réseau”. In: PARROCHIA, Daniel. (Org.). **Penser les réseaux**. Seyssel: Éditions Champ Vallon, 2001, p. 194-217.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins & NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educ. Soc.** [online]. 2002, vol.23, n.78, pp. 15-35. ISSN 1678-4626. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002000200003>

NORA, Pierre. **Entre memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

NUNES, Edson. **A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. 3ª Ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed.; Brasília, DF, ENAP, 2003.

O'DONNELL, G. Democracia delegativa? **Novos Estudos**. São Paulo, n.31, p. 25-40, 1991.

OLIVEIRA VIANNA, Joaquim José. **Instituições Políticas Brasileiras**. Brasília, Coleção Biblioteca Básica Brasileira, Senado Federal, 1999 [1920].

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia Para uma Re(li)gião**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Famílias políticas, desigualdade e estratificação social no Brasil contemporâneo. **Anais do XVII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Porto Alegre, 2015, disponível em [http://www.academia.edu/12814454/Fam%C3%ADlias\\_Pol%C3%ADticas\\_Desigualdade\\_e\\_Estratifica%C3%A7%C3%A3o\\_Social\\_no\\_Brasil\\_Contempor%C3%A2neo](http://www.academia.edu/12814454/Fam%C3%ADlias_Pol%C3%ADticas_Desigualdade_e_Estratifica%C3%A7%C3%A3o_Social_no_Brasil_Contempor%C3%A2neo) Acesso em 14 novembro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Na Teia do Nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba: Insight, 2012.

\_\_\_\_\_. **O silêncio dos vencedores**. Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

\_\_\_\_\_. Política, direito, judiciário e tradição familiar. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Estado, classe dominante e parentesco no Paraná**. Blumenau: Nova Letra, 2015.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. [Tradução de Fernando Correa Prado] – 1ª Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PARETO, V. “**Tratado de sociologia geral**”, in J. A. Rodrigues (org.), Vilfredo Pareto: sociologia, São Paulo, Ática, 1984. vol. 43 (col. Grandes Cientistas Sociais).

PERISSINOTTO, Renato M. & CODATO, Adriano. “Dossiê ‘elites políticas’ (Apresentação)”, **Revista de Sociologia Política**, v. 16, n. 30, p. 5-15, 2008.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. [Tradução de Monica Baumgarten de Bolle] – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 9-43.

PIMENTEL, Vanuccio Medeiros. **A primazia dos Clãs: a família na política nordestina**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2014.

PORDEUS, Terezinha. Cap. VI – José Marques da Silva Mariz: um exemplo de civismo, honradez e bem servir. In: MELLO, José Octávio de Arruda. **História e debate na Assembleia da Paraíba: volume I da coleção Perfis Parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba**. João Pessoa: A União Superintendência de Imprensa e Editora, 2002. (p. 269-354)

QUEIROZ, Maria. I. P. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: Boris Fausto (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. 4ª ed., tomo III. v.1., São Paulo: DIFEL, 1985.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RAMOS, Severino. **Agripino – o Mago de Catolé**, João Pessoa, A União, 1991.

RÊGO, André Heráclio do. **Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder**. São Paulo, Girafa Editora, 2008.

RIBEIRO, Genes Duarte & AIRES, José Luciano de Queiroz. Memória, imaginário e sagração: a heroificação do presidente João Pessoa. In: NETO, Faustino Teatino Cavalcante; GUEDES, Paulo Henrique M. de Queiroz & NETO, Martinho Guedes dos Santos. **Cultura e poder político: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2012.

RODRIGUES, Gonzaga e CASTRO, Ângela Bezerra de. **José Maranhão: uma vida de coerência**. São Paulo, Paz e Terra, 2006.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Revolta de Princesa: uma contribuição ao estudo do mandonismo local (Paraíba 1930)**. João Pessoa, SEC/ A UNIÃO Ed. 1978.

RODRIGUES, Leônio Martins. **Mudança da classe política brasileira** – São Paulo: Publifolha, 2006.

SANTOS, Fabiano. Patronagem e poder de agenda na política brasileira. **Dados**. Rio de Janeiro, v.40, n.3, p. 465-92, 1997.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: UnB, 1992.

SCHOENSTER, Lauren. **Clãs políticos seguem dominando Congresso na próxima legislatura**. In: TRANSPARÊNCIA BRASIL. Novembro, 2015.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SCHWARTZ, R. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

SCHWARTZMAN, S. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SCOTT, John. Les élites dans la sociologie anglo-saxonne. In: SULEIMAN, Ezra; ENDRAS, Henri. **Le recrutement des élites en Europe**. Paris: Editions La Découverte, 1995.

SILVA, Waldir Porfírio da Silva. Cap. VI – Argemiro de Figueiredo: um parlamentar, da Revolução de 1930 ao Senado da República. In: MELLO, José Octávio de Arruda. **História e debate na Assembleia da Paraíba: volume II da coleção Perfis Parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba**, João Pessoa, 2002.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. “As bases ideológicas do lacerdismo”. **Revista Civilização Brasileira** 1, n.4, setembro, 1965.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A Democracia Interrompida**. Rio de Janeiro, FGV, 2001.

SOUZA, Jessé. (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

\_\_\_\_\_. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: UNB, 2000.

\_\_\_\_\_. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: LeYa, 2015.

STADNIK, Célia. **A hipótese do fenômeno do coronelismo eletrônico e as ligações dos parlamentares federais e governadores com os meios de comunicação de massa no Brasil**. Porto Alegre, Curso de Jornalismo, PUC/RS, mimeo, 1991.

TAYLOR, C. **As fontes do Self**. São Paulo: Loyola, 1997.

TERUYA, Marisa Tayra. **Trajetória sertaneja: um século de poder e dispersão familiar na Paraíba (1870-1970)**. Tese de Doutorado. FFLCH- USP, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Família e poder na Paraíba: os Maias de Catolé do Rocha/PB: um estudo de caso sobre práticas endogâmicas**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. – CCHLA/UFPB, João Pessoa, 1995.

TRANSPARÊNCIA BRASIL ABRAMO, Claudio Weber. **As rotas das doações eleitorais**. Set, 2014.

TRANSPARÊNCIA BRASIL ABRAMO, Claudio Weber. **Poder econômico e financiamento eleitoral no Brasil: Parte 1: Custo de votos**. Jan, 2014.

TRANSPARÊNCIA BRASIL ABRAMO, Claudio Weber. **Poder econômico e financiamento eleitoral no Brasil: Parte 2: concentração e efetividade das doações privadas.** Jan, 2014.

TRANSPARÊNCIA BRASIL PAIVA, Natália & SAKAI, Juliana. **Quem são os conselheiros dos Tribunais de Contas.** Abril, 2014.

TRANSPARÊNCIA BRASIL. SCHOENSTER, Lauren. **Clãs políticos seguem dominando Congresso na próxima legislatura.** Novembro, 2014.

WASSERMAN, Stanley e FAUST, Katherine. **Social Network Analysis: methods and applications.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WELLMAN, Barry. “Structural Analysis: from Method and Metaphor to Theory and Substance”. In: Barry Wellman; S. D. Berkowitz (orgs.), **Social Structures. A network Approach.** Cambridge: Cambridge University, Press, 1991.

WRIGHT MILLS, Charles. **A elite do poder.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ZENAIDE, Hélio Nóbrega. A maçonaria na Paraíba. In: **Anais dos Ciclos de Debate sobre a Paraíba na Participação dos 500 anos do Brasil.** João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura do Estado, 2000.

## **Jornais**

Jornal Correio da Paraíba, 29/04/2007.

CORREIO DA PARAÍBA, 29/04/2007, em artigo “Coronéis já projetam até a quinta geração política na Paraíba”, escrito por Adelson Barbosa dos Santos.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. “Política no ar e no sangue”, de Janaina Aires, publicado em 26/03/2013.

GOBETTI, Sérgio Wulff e ORAIR, Rodrigo Octávio. Jabuticabas tributárias e a desigualdade no Brasil, **Valor Econômico**, opinião, 31/07/2015.

## **Sites Consultados:**

<http://www.vitalzinho.com.br>. Acesso em 15/09/2015

[http://www.ihgp.net/luizhugo/jose\\_braz\\_do\\_rego.htm](http://www.ihgp.net/luizhugo/jose_braz_do_rego.htm) Acesso em 15/09/2015

<http://www.eumed.net/libros-gratis/2006a/lgs-eps/2n.htm> Acesso em 25/09/2015

<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=139> Acesso em 20/11/2015

<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014-resultado> Acesso em 20/11/2015

<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=1432694#0%20-%20Peti%E7%E3o%20inicial%20-%20Peti%E7%E3o%20Inicial>. Acesso em 21/01/2016.

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/08/1496943-tres-empresas-bancam-65-da-arrecadacao-de-presidenciaveis.shtml>. Acesso em 22/01/2016.

<http://www.andradegutierrez.com/QuemSomos.aspx#topo> Acesso em 22/01/2016

<http://www.eleicoes2012.info/raoni-mendes/> Acesso em 02/02/2016

<http://www.solidariedade.org.br/liderancas/benjamin-maranhao/>. Acesso em 02/02/2016

<http://www.partidodarepublica.org.br/partido/estados/pb.html> Acesso em 02/02/2016

<http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2014/abrirTelaReceitasCandidato.action>. Acesso em 01/02/2016

<http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2014/resumoReceitasByCandidato.action>. Acesso em 01/02/2016

<http://www.pmdb-pb.org.br/index.php/component/k2/item/376-executiva-estadual>.

<http://www.ptb.org.br/?page=ConteudoPage&cod=38>. Acesso em 01/02/2016.

<http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2014/resumoReceitasByCandidato.action>. Acesso em 01/02/2016

<http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2014/resumoReceitasByCandidato.action>. Acesso em 01/02/2016

<http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2014/abrirTelaReceitaComite.action>.

<http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2014/abrirTelaReceitaComite.action>. Acesso em 01/02/2016

<http://www.asclaras.org.br/arvores/cinco.html>.

<http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2014/abrirTelaReceitasCandidato.action>. Acesso em 02/01/2016.

<http://www.psc.org.br/site/diret%C3%B3rios/diretorios-regionais.html>. Acesso em 01/02/2016.

<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2014/sistema-de-divulgacao-de-candidaturas>. Acesso em 25/02/2016.

<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2014/sistema-de-divulgacao-de-candidaturas>. Acesso em 25/02/2016.

<http://www.ibrafi.org.br/2015/09/metro-quadrado-do-imovel-em-campina-grande-custa-ate-r-57-mil/>. Acesso em 29/01/2016.

[http://www.cnj.jus.br/corregedoria/justica\\_aberta/bibliotecas/mpdf/includes/out.php](http://www.cnj.jus.br/corregedoria/justica_aberta/bibliotecas/mpdf/includes/out.php). Acesso em 29/01/2016.

[http://portal.tce.pb.gov.br/aceso\\_a\\_informacao/folha-de-pagamento/](http://portal.tce.pb.gov.br/aceso_a_informacao/folha-de-pagamento/). Acesso em 29/02/2016.

<http://cartorionobrasil.com.br/cartorio-na-paraiba/cartorio-em-campina-grande-paraiba-1-notas-e-anexos/>. Acesso em 29/01/2016.

<http://cartorionobrasil.com.br/cartorio-na-paraiba/cartorio-em-guarabira-paraiba-2-notas-e-anexos/>. Acesso em 29/01/2016.

<http://cartorionobrasil.com.br/cartorio-na-paraiba/cartorio-em-patos-paraiba-2-notas-e-anexos/> Acesso em 29/01/2016.

<http://cartorionobrasil.com.br/cartorio-na-paraiba/cartorio-em-sousa-paraiba-1-notas-e-anexos/>. Acesso em 29/01/2016.

[http://www.cnj.jus.br/corregedoria/justica\\_aberta/](http://www.cnj.jus.br/corregedoria/justica_aberta/)? Acesso em 29/01/2016.

<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/02/os-salarios-dos-deputados-senadores-ministros-do-stf-e-da-presidente.html>. Acesso em 29/01/2016.

<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/governador+cassado+recebe+pensao+vitalicia+da+paraiba/n1237971463943.html>.

[http://www6g.Senado.gov.br/transparencia/sen/5197/?ano=2013#conteudo\\_transparencia](http://www6g.Senado.gov.br/transparencia/sen/5197/?ano=2013#conteudo_transparencia). Acesso em 29/01/2016.

[http://www.jornaldaparaiba.com.br/politica/noticia/147323\\_deputados-estaduais-da-paraiba-receberam-1-1-mi-em-verba-indenizatoria](http://www.jornaldaparaiba.com.br/politica/noticia/147323_deputados-estaduais-da-paraiba-receberam-1-1-mi-em-verba-indenizatoria) Acesso em 29/01/2015.

<http://www6.Senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=212512>. Acesso em 10/12/2015.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D81600.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D81600.htm). Acesso em 10/012/2015.

<http://www6.Senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=215118> Acesso em 10/12/2015.

<http://www6.Senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=222844>. Acesso em 10/12/2015.

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L4117.htm> Acesso em 10/12/2015.

<http://www.unescfaculdade.com.br/historico.php>. Acesso em 10/11/2015.

[http://www.cesed.br/portal/?page\\_id=21432](http://www.cesed.br/portal/?page_id=21432) Acesso em 12/01/2016.

[http://www.fiepb.com.br/noticias/2015/09/28/empresarios\\_reconduzem\\_buega\\_gadelha\\_a\\_presidencia\\_da\\_fiepb#sthash.QbqbWsE3.dpuf](http://www.fiepb.com.br/noticias/2015/09/28/empresarios_reconduzem_buega_gadelha_a_presidencia_da_fiepb#sthash.QbqbWsE3.dpuf). Acesso em 28/12/2015

<http://elisonaldohistoria.blogspot.com.br/2013/07/a-revolta-da-princesa.html>. Acesso em 26/01/2016

<http://www.parlamentopb.com.br/Noticias/?traicoes-e-acordos-marcam-pre-campanha-na-paraiba-12.02.2012>

<http://www.parlamentopb.com.br/Noticias/?traicoes-e-acordos-marcam-pre-campanha-na-paraiba-12.02.2012>

<https://paraiba hoje.wordpress.com/2011/05/15/empresario-jose-carlos-convoca-uma-reuniao-de-emergencia-para-discutir-o-escandalo-da-sao-braz/> Acesso em 10/11/2015.

<http://www.wscom.com.br/noticias/paraiba/WILSON+BRAGA+USA+TRIBUNA+DA-1935>. Acesso em 23/02/2016.

<http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20150912102136&cat=politica&keys=2o-anos-homenagem-antonio-mariz-tera-sessoes-mppb-assembleia-Senado>. Acesso em 30/02/2012.

<http://portalcorreio.uol.com.br/politica/politica/mais-politica/2015/09/16/NWS,266121,7,416,POLITICA,2193-TRIBUNAL-CONTAS-LEMBRA-ANOS-MORTE-ANTONIO-MARIZ.aspx>. Acesso em 30/02/2012.

<http://www.clickpb.com.br/politica/Senado-relembra-20-anos-da-morte-de-antonio-mariz-191883.html>. Acesso em 30/01/2012.

<http://www.clickpb.com.br/politica/Senado-relembra-20-anos-da-morte-de-antonio-mariz-191883.html>. Acesso em 30/02/2012.

<http://www.clickpb.com.br/politica/folha-de-spaulo-e-estadao-repercutem-morte-de-ronaldo-cunha-lima-147907.html> Acesso em 30/02/2012.

<http://joseagripino.com.br/noticias/agripino-lamenta-morte-de-ronaldo-cunha-lima/> Acesso em 30/01/2012.

<http://www.liberdadepb.com.br/noticia/herdeiro+de+cassio+cunha+lima+surpreende+senadores+em+discurso+de+homenagem+ao+avo-8813> Acesso em 30/01/2012.

<http://inga-cidadao.com/politica/inspirado-avo-pedro-cunha-lima-lanca-candidatura-deputado-federal> Acesso em 30/01/2012.

<http://inga-cidadao.com/politica/inspirado-avo-pedro-cunha-lima-lanca-candidatura-deputado-federal> Acesso em 30/01/2012.

<http://inga-cidadao.com/politica/inspirado-avo-pedro-cunha-lima-lanca-candidatura-deputado-federal> Acesso em 30/01/2012.

<http://www12.Senado.leg.br/noticias/materias/2015/08/11/sera-lancada-nesta-quarta-feira-na-biblioteca-do-Senado-a-biografia-de-cunha-lima> Acesso em 30/02/2016.

<https://www.youtube.com/watch?v=6M-zx5-twSw> Acesso em 30/02/2016.

<http://www.plox.com.br/caderno/pol%C3%ADtica-e-economia/o-poder-da-fam%C3%ADlia-sarney-no-estado-do-maranh%C3%A3o> Acesso em 05/03/2016

<http://www.excelencias.org.br/> Acesso em 23/01/2016.

<http://congressoemfoco.uol.com.br/> Acesso em 23/01/2016.

<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI219292,41046-Ministro+Barroso+palestra+em+Harvard+sobre+reforma+politica>. Acesso em 17/04/2015

<http://cartacampinas.com.br/2016/02/super-ricos-no-brasil-sao-sustentados-pela-classe-media-e-pelos-pobres/> Acesso em 10/02/2016.

<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2016/fevereiro/impostos-o-leao-que-mia-para-os-super-ricos> Acesso em 10/02/2016.

<http://brunosteinhachbiografia.blogspot.com.br/p/jose-antonio-marques-da-silva-guimaraes.html> Acesso em 10/02/2016.

[https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&rlz=1C1AVSK\\_enBR671BR672&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=Zabilo+Gadelha](https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&rlz=1C1AVSK_enBR671BR672&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=Zabilo+Gadelha)  
Acesso em 15/02/2016.

<http://www.gilbertodias.com.br/2012/07/felinto-de-paiva-gadelha-primeiro.html#.VsELhfkrLIU> Acesso em 15/02/2016.

[http://www.obeabadosertao.com.br/v3/cirurgia\\_causa\\_obito\\_de\\_aline\\_gadelha\\_867.html](http://www.obeabadosertao.com.br/v3/cirurgia_causa_obito_de_aline_gadelha_867.html)  
Acesso em 18/02/2016.

<http://www.deunojornal.org.br/materia.php?mat=154776&pl=Quinto%20de%20Santa%20Rita>  
Acesso em 15/10/2015

[http://www.obeabadosertao.com.br/v3/maximino\\_gadelha\\_e\\_sepultado\\_com\\_homenagens\\_e\\_m\\_sousa\\_549.html](http://www.obeabadosertao.com.br/v3/maximino_gadelha_e_sepultado_com_homenagens_e_m_sousa_549.html) Acesso em 25/02/2016

<http://simoneduarte.com.br/abrindo-o-saco/>. Acesso em 10/02/2016

<http://www.catoleneews.com.br/noticias/catoledorocha/jose-sergio-uma-vida-de-lutas-a15076.html> Acesso em 12/02/2016

<http://wellingtonrafael.blogspot.com.br/2013/03/memorias-de-araruna-recordando-beja.html>  
Acesso em 08/02/2016

<http://www.ramalhoteite.com.br/ramalhoteite/publicacoes.asp?id=842> Acesso em 17/02/2016

<http://terroso.blogspot.com.br/2006/03/gazeta-mercantil-denuncia-esquema-que.html> Acesso em 26/02/2016

[http://historiadepincesapb.blogspot.com.br/2009/06/alcides-vieira-carneiro-um-princesense\\_23.html](http://historiadepincesapb.blogspot.com.br/2009/06/alcides-vieira-carneiro-um-princesense_23.html) Acesso em 24/02/2016

<http://clemildo-brunet.blogspot.com.br/2010/02/dirceu-arnaud-o-legado-de-uma-lideranca.html> Acesso em 25/02/2016

<http://www.stm.jus.br/o-stm-stm/memoria/biografia-ministros-desde-1808/item/4587-biografia-3009> Acesso em 25/02/2016

<http://www.portalmedico.org.br/Regional/crmpb/jornalcrmpb/ano2003/jul-ago/memoria.htm>  
Acesso em 25/02/2016

<http://clemildo-brunet.blogspot.com.br/2008/07/homenagem-janduhy-carneiro-nos-146-anos.html> Acesso em 25/02/2016

<http://www.patosemrevista.com/edivaldo.html> Acesso em 20/02/2016

<http://www.patosemrevista.com/administradores.html> Acesso em 28/02/2016

<http://blogitabaianahoje.blogspot.com.br/2015/09/na-paraiba-espolios-politicos-de-ate-50.html> Acesso em 28/02/2016

<http://portalcorreio.uol.com.br/noticias/cidades/gente/2013/06/12/NWS,225300,4,86,NOTICIAS,2190-ESPECIAL-CENTENARIO-RENATO-RIBEIRO-COUTINHO-100-ANOS-EMPREENDEDOR-EXEMPLAR.aspx> Acesso em 28/02/2016

[file:///D:/Meus%20documentos/Downloads/cadpagu\\_1997\\_8.9\\_8\\_MATWYCHUCK.pdf](file:///D:/Meus%20documentos/Downloads/cadpagu_1997_8.9_8_MATWYCHUCK.pdf)  
Acesso em 28/02/2016

[http://www.onordeste.com/onordeste/enciclopediaNordeste/index.php?titulo=Odilon+Ribeiro+Coutinho&ltr=o&id\\_perso=1497](http://www.onordeste.com/onordeste/enciclopediaNordeste/index.php?titulo=Odilon+Ribeiro+Coutinho&ltr=o&id_perso=1497) Acesso em 25/02/2016

<http://portalcorreio.uol.com.br/noticias/cidades/gente/2013/06/12/NWS,225301,4,86,NOTICIAS,2190-ESPECIAL-IMPERIO-USINAS-PARAIBA.aspx> Acesso em 25/02/2016

<http://www.parlamentopb.com.br/Noticias/?traicoes-e-acordos-marcam-pre-campanha-na-paraiba-12.02.2012> Acesso em 06/11/2015.

<http://enivaldoribeiro.com/destaques/enivaldo-resume-80-anos-de-vida-80-anos-bem-vividos/>  
Acesso em 26/02/2016